

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**De como “*escprever verdade sem outra mestura*”:
Estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes**

Nei Marcos Aibar Nordin

Porto Alegre, abril de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

De como “*escprever verdade sem outra mestura*”:
Estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes

Nei Marcos Aibar Nordin

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de doutor em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: José Rivair Macedo

Banca examinadora:

Carlinda Maria Fischer Mattos (Museu Hipólito da Costa)
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (PPG de História - UFRGS)
Cybele Crossetti de Almeida (PPG de História - UFRGS)
Eliana Ávila Silveira (PUCRS)

Porto Alegre, abril de 2011

*Ao meu filho, Arthur. Pequenino cavaleiro
que transborda de aventuras e alegrias
nossas vidas.*

Resumo

O discurso é composto de variados e possíveis efeitos de sentido que, por sua vez são produzidos por sujeitos também diversos. Todo discurso, assim como sua linguagem relaciona-se com o mundo e com a ordem que o rege. Os instrumentos desta relação podem ser de ordem direta, mas também subjetiva, simbólica e sutil. Seu território é o do subconsciente e da ideologia. Desta forma o discurso é responsável pela constituição histórica do sujeito que encontra-se ao mesmo tempo livre e submisso à linguagem, Encontra-se livre para escolher o que diz ao passo de que seu dizer é determinado pela produção social de sentidos, de linguagem, de ideologias etc.

No século XV, o cronista português Fernão Lopes empreendeu imenso trabalho na produção cronística narrando a trajetória de três reinados. Ele elaborara sofisticado empenho literário, com objetivos de legitimação da atual monarquia reinante.

Este trabalho procura verificar e constatar de que forma o cronista utilizara-se dos instrumentos e estratégias discursivas como elemento político ideológico num determinado contexto.

Índice

Resumo	04
Apresentação e agradecimentos	06
Introdução - Discursos, narrativas, ideologias: a palavra em movimento	12
Discurso e ideologia	15
Discurso e narrativa	23
Discurso e análise	27
Discurso histórico	30
01 - Tempo, passado e memória na cultura medieval do ocidente	35
A percepção do tempo na Idade Média	42
O “tempo do mercador”	51
O tempo e o espaço em Fernão Lopes	55
02 - O ambiente político e cultural no século XV	74
O contexto em linhas gerais	76
O quadro senhorial	78
Os concelhos e as cortes	85
O desenvolvimento do Estado	90
O novo Direito	95
O desenvolvimento urbano	99
Os grupos urbanos	102
Humanismo e renovações culturais	106
03 - A cronística e o mundo ibérico do século XV	112
O conde Dom Pedro e Crônica Geral de Espanha de 1344	126
Pero Lopes de Ayala e a Historia de los reyes de Castilla	133
As crônicas de Jean Froissart	140
As crônicas de Fernão Lopes	147
04 - Narrativa e discurso em Fernão Lopes	155
O projeto político	161
Aspectos da narrativa	165
O Direito	172
A construção imagética dos personagens	175
A imagem do monarca	179
Aspectos de uma tradição medieval	185
O místico e o maravilhoso	193
O sentido da verdade e a visão da História	199
Considerações finais	210
Bibliografia	216

Apresentação e agradecimentos

Este trabalho procura efetuar uma análise sobre as propriedades discursivas na obra do cronista Fernão Lopes, que viveu em Portugal no século XV. Trata-se de uma espécie de continuidade de minha dissertação de mestrado em que, embora tenha versado sobre recorte analítico diferenciado, ateu-se à temática lopeana. Os primeiros contatos com os textos de Fernão Lopes foram travados durante os anos de graduação, quando despertei o fascínio pelas possibilidades contidas em seus escritos.

Fernão Lopes foi o primeiro cronista oficial a serviço do Estado português. Evidentemente seu trabalho e seu projeto encontram-se imbuídos de várias estratégias discursivas. Tratamos aqui de constatar e refletir sobre algumas destas estratégias bem como da abrangência, em sua obra, das diversas modalidades e formas com que o cronista elabora suas práticas narrativas.

Por volta do ano de 1434, Fernão Lopes¹, um alto funcionário de confiança da corte portuguesa, exercendo no cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo (o Arquivo geral do Estado) e também Tabelião Geral do Reino,² foi encarregado de desempenhar uma tarefa especial: escrever as crônicas de todos os reis de Portugal, incluindo o monarca reinante, Dom João I. Acredita-se que por esta época contasse em torno de

¹ Sobre dados biográficos do cronista, reproduzo, nos parágrafos seguintes, alguns trechos de minha dissertação de mestrado: “Moço que tal faz, coração tem decerto pra mais” - O ideal de cavalaria na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira - PPG em História/UFRGS, Porto Alegre, maio de 2001.

² SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d., p. 12: “A função do tabelião consistia na passagem de certidões e cópias de documentos autênticos, fatura de testamentos, contratos, etc. Como também funções públicas como secretariar tribunais como escritvães, registravam os fatos criminosos ocorridos na área em que desempenhavam suas funções. O guarda-mor tinha por funções a conservação do material existente e passar, mediante ordens do rei, as certidões ou públicas formas dos documentos ali arquivados a pedido dos interessados”.

quarenta ou cinquenta anos de idade. Sabemos que tal labor já vinha sendo executado pelo autor pelo menos desde 1418. Pelo imenso valor histórico e literário das obras escritas, por sua metodologia de trabalho e por seu estilo, este cronista fora muitas vezes reconhecido ante a posteridade como o primeiro historiador de Portugal. Fora as contestações a este título e o atual reconhecimento de que tal mérito deva ser atribuído ao conde D. Pedro de Barcelos, Fernão Lopes desfrutava de posição singular entre os cronistas europeus pela guarda do enorme acervo documental que estava a sua disposição. Sua enorme contribuição para a História está em conceber e registrar o acontecimento histórico como um processo necessário de ser verificado e comprovado documentalmente.

A erudição portuguesa dividiu-se por muito tempo quanto à autoria de Fernão Lopes sobre muitos trabalhos biográficos que lhe foram atribuídos. Durante algum tempo as obras assinadas pelo cronista Rui de Pina, foram associadas ao seu nome. Aquele, as teria apenas reescrito sob seu estilo. Já no século XVI, sob o reinado de D. João III (1521 - 1557), Damião de Góis, agora Cronista Oficial da Corte e Guarda Mor da Torre do Tombo, levantara voz em defesa de Lopes³. Não há dúvidas de que três obras são comprovadamente de sua criação: as crônicas dos reis Dom Pedro (1357/1367), Dom Fernando (1367/1383) e Dom João I (1385/1434), todas, importantes testemunhos da história portuguesa. Estes trabalhos nos trazem alguns indícios de que Fernão Lopes teria realmente produzido outras crônicas anteriores a estas citadas, mas exceto o testemunho de Damião de Góis, não existe nenhuma outra prova de que Rui de Pina o tenha plagiado.⁴

O conhecimento sobre a vida pessoal de Fernão Lopes é repleto de lacunas. Sua vida transcorreu durante os reinados de D. João I, D. Duarte, a regência do infante D. Pedro e os primeiros anos do governo de D. Afonso V. Foi por certo um espectador próximo dos acontecimentos deste período, pois teve acesso privilegiado à vida administrativa da corte⁵. Mesmo sendo desconhecida a data de seu nascimento, a estimativa recorrente em diversos autores é calculada em torno de 1380. Antônio José Saraiva calcula que seu nascimento tenha se dado por volta do ano de 1387. Era,

³ Idem. p. 17.

⁴ SERRÃO, Joel. *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 56.

⁵ Idem. p. 43.

portanto, ainda criança de tenra idade e praticamente contemporâneo dos fatos que iria narrar tão brilhantemente quase cinquenta anos mais tarde. O fato é que muito pouco se sabe sobre sua existência. João Goveia Monteiro e Joel Serrão nos fornecem algumas informações interessantes sobre sua vida. Ainda assim os dados conhecidos permitem apenas deduções nem sempre exatas, como observa este último historiador.

Pelas funções que exerceu na administração pública permitiram-lhe orbitar em esferas muito próximas ao poder, como um funcionário de confiança do rei. Guardador das escrituras da Torre do Tombo, o arquivo oficial de documentos do Estado. Exercera anteriormente diversas atividades em secretarias como escrivão de livros, função que já desempenhava em 1418 para o infante D. Duarte e que também serviria ao rei D. João I, no ano seguinte. Sua vida de burocrata elevou-o ao patamar de alto funcionário público, recebendo dignidades e privilégios dos monarcas a quem serviu sendo inclusive nobilitado em 1433.

A leitura de sua obra evidenciam considerável erudição e conhecimento de uma imensa lista de autores, entre os quais estão Santo Agostinho, Cícero, Aristóteles, entre outros. *Gomes Eanes de Zurara, que lhe sucedera nos cargos que ocupou, refere-se a ele como homem de comunal saber e grande autoridade. Mas atente-se para o fato de que, na observação do sucessor, a palavra comunal pode ser entendida com sua significação contemporânea: “comum”, “vulgar” ou “plebeu”.*⁶

Sua procedência social é incerta, embora existam evidências de que tenha se relacionado com pessoas pertencentes à categoria dos mesterais. Antônio J. Saraiva⁷ afirma que, com certeza, Lopes casou-se com uma mulher pertencente a uma família de mesterais, forte indicativo de que também pertencesse a uma. Sua esposa era tia de um sapateiro.

Especula-se que tenha freqüentado ao menos os estudos elementares, mas não existe qualquer indício de que tenha cursado a universidade. Vários autores, como Antônio Borges Coelho por exemplo,⁸ evidenciam sua erudição, originalidade e ainda a

⁶ LOPES, Fernão. *História de uma revolução*. Mem Martins: Edições Europa-América, 1977.

⁷ SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes. Op. Cit.* p. 14. A classe mesteiral abrangia desde o simples trabalhador que não fosse “criado” de outrem até ao proprietário de uma oficina de vários oficiais e aprendizes.

⁸ COELHO, Antônio Borges. *Para a análise da filosofia política de Fernão Lopes*. In. LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Lisboa: Portugalia, 1967, Prólogo.

vanguarda de suas concepções políticas, o que de fato transparece em várias passagens de suas crônicas. João Goveia Monteiro emite a opinião de que o cronista não lhe parece ser um letrado, no sentido de homem de letras, mas sim tratar-se de um indivíduo medianamente ilustrado do seu tempo.⁹

Também é pouco conhecida a sua situação financeira. Não se sabe ao certo o destino que deu aos seus rendimentos (se veio a se aburguesar, amealhar fortuna, ou investir em terras). Os registros de aquisição de posses existentes não permitem afirmar que tenha levado uma vida portentosa.¹⁰ Sabe-se que em 1439 ainda relacionava-se com gente de “baixa” condição.¹¹ Em 1454 encontrava-se já velho e fraco quando cedeu seu cargo de cronista (guardador da Torre do Tombo) a Gomes Eanes de Zurara. A última notícia que se tem dele data de 1459, ocasião em que renegara um neto e tentara deserdá-lo, intento alcançado com a aprovação do monarca.

Muitas linhas já foram escritas sobre Fernão Lopes bem como sobre os principais aspectos de sua cronística. Ambicionar trazer nova luz ao debate constitui tarefa delicada, considerada a difusão do tema lopeano. Não o almejamos aqui. Pretendemos sim contribuir aos seus estudos e aprimorar nosso próprio conhecimento sobre o tema com questões que nos parecem pertinentes de serem abordadas. Mesmo porque a questão da análise discursiva em seu texto já foi objeto de análise em diversos outros trabalhos. Vide por exemplo os casos de Susani Silveira Lemos França, Raquel Chantre ou Valdei L. de Araújo e Bruno Gianez, citados ao longo desta tese.

Optamos novamente em trabalhar nos limites das três crônicas dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I, haja vista a posição de outros autores quanto à possível autoria de Fernão Lopes sobre a *Crônica de 1419*, também conhecida como *Crônica de Cinco Reis*. Abstivemo-nos, portanto de quaisquer especulações autorais ou lingüísticas acerca da obra, salvo aquelas que remetem ao seu caráter discursivo. As três crônicas anteriores já possibilitam material de análise suficiente aos nossos objetivos e por isso limitamos a elas nossa análise.

⁹ MONTEIRO, João Goveia. *Fernão Lopes – texto e contexto. Op. Cit.* p. 75: “A escolha dos tabeliães se fazia por um exame presidido por um chanceler do rei, o que não supunha uma preparação universitária. Não se pode sequer dizer que os tabeliães pertencessem à classe dos letrados, a não ser no se grau ínfimo.”

¹⁰ MARQUES A. H. de Oliveira. In: SERRÃO, Joel. (Dir.) *Dicionário da História de Portugal. Op. Cit.*

¹¹ Idem.

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, acrescentados ainda de uma introdução e um texto versando sobre considerações finais. Considerações estas que, longe de se pretenderem conclusivas, ao menos pretendem um desfecho ao que foi apresentado.

As questões pertinentes à delimitação conceitual e teórica foram elaboradas no texto introdutório. Ali procuramos esboçar um apanhado de noções e autores nos quais buscamos orientação e utilizamos como norte ao elaborar juízos e refletir sobre as propriedades discursivas de nosso estudo. Tratamos então de delimitar questões como discurso, narrativa, ideologia, etc.

O capítulo primeiro procurou tecer um panorama sobre questões igualmente importantes para o estabelecimento de uma “bagagem” conceitual necessária à compreensão dos requisitos básicos à análise. Noções como tempo, passado, memória para a cultura medieval, essenciais ao problema apresentado.

O segundo capítulo dedica-se à construção de um panorama do contexto europeu para melhor situar a posição do reino de Portugal e captar aspectos ao menos rudimentares da estrutura social em que foram produzidos os textos lopeanos. O peso que as instituições de seu tempo teriam exercido sobre o cronista.

O terceiro capítulo procura familiarizar-se com a cronística ibérica contemporânea. Um breve olhar sobre os textos, bem como de sua produção, de autores como o Conde Dom Pedro, Pero Lopes de Ayala e o próprio Fernão Lopes. Ainda tangenciamos o caso do cronista francês Jean Froissart cujos escritos fazem referência à eventos importantes da crise sucessória portuguesa iniciada em 1383, como a batalha de Aljubarrota.

O quarto e último capítulo dedica-se a uma análise direta do texto lopeano, exemplificando passagens que nos figuram como demonstrativas de suas estratégias discursivas. Ali verificamos os vários caminhos narrativos percorridos pelo cronista em sua busca por justificar e legitimar seu projeto. Para tal empresa, optamos por dividir o capítulos em seções de acordo com a natureza das diversas e possíveis vias de análise em diferentes terrenos discursivos por onde a narrativa se desenrola.

Sempre tive a certeza de que na vida ninguém faz nada sozinho. Por maior que seja o esforço individual, toda empresa humana implica no envolvimento de participantes, mesmo que por via indireta. Ninguém é uma ilha, afinal. Desta forma, este trabalho não seria possível sem a ajuda e o apoio de colegas e amigos. Todos desejaram seu sucesso e desfecho com estima e sinceridade. São então necessários alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, o professor José Rivair Macedo que, mais uma vez esmerou-se em orientação, paciência e apoio, indo muito além de suas obrigações institucionais. Minha esposa, Carmem Conde que bem sabe o peso que uma tese pode exercer sobre um matrimônio. Igualmente os meus pais que partilharam comigo todas as dificuldades. Os colegas e amigos e alunos que viveram o entorno são muitos para que todos os nomes sejam citados. Estejam certos de que lhes guardo o reconhecimento e carinho. Por fim, ao Gilberto Bastos que socorreu-me com o auxílio em pesquisas e coleta de material sobre o cronista Froissart. Também a Liane Susam Muller que auxiliou com leituras e sugestões em alguns capítulos da obra.

Este trabalho encerra uma etapa de estudos. O caminho percorrido não esteve imune a dúvidas e incertezas. Houve mesmo momentos em que, por questões pessoais, vislumbramos a impossibilidade de seu término. Como em todos os caminhos que trilhamos, as pedras e os tropeços terminam por nos acrescentar experiência quando temos capacidade de disserni-los.

Esperamos sinceramente que este trabalho, com todos os seus limites, venha contribuir e acrescentar aos interessados no estudo do cronista.

Aqui chegamos, seguimos em frente e, no futuro, olharemos este tempo com saudade ...

Introdução:

Discursos, narrativas e ideologias: a palavra em movimento

Toda escrita é portadora de um discurso. Discurso este que se transmite pela via de mecanismos narrativos. Este pressuposto tão rudimentar a qualquer teoria literária é também ponto de partida à qualquer pretensa análise da discursiva cronística deste trabalho. Convém procurarmos aqui tecer, ao menos em termos basilares, algumas considerações refletindo sobre questões próprias à este tipo de abordagem. Ora, afinal o que é, ou do que estamos falando quando enunciamos o termo “discurso” e o elegemos como objeto de análise?

Ninguém está afinal, imune às intrigas do discurso, do signo, da interpretação. Não há neutralidade e, como nos afirma Eni Orlandi, adentrar no território do simbólico torna-se um ato permanente e irremediável a qualquer sujeito dotado da faculdade de se comunicar. O termo discurso indica-nos a idéia de curso, direção a ser seguida ou, os possíveis rumos significantes contidos em um texto ou fala¹. Metamorfose de palavras. Dentre todas as expressões ou termos que encontramos para a definição conceitual de discurso, “Palavra em movimento” foi aquela que esteve fortemente em consonância com nossas expectativas.

Toda escrita é mediada por infinitas variedades de produções discursivas que podem assumir matizes diferenciados dependendo de fatores múltiplos e distintos em sua produção, tais como tempo, espaço, sociedades, categorias sociais, mediações culturais etc. E mesmo dentro de cada uma destas instâncias, produzir-se-ão “tonalidades” diversificadas de discursos que podem, por sua vez, variar por infinitas

¹ ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 9 e 15.

formas como o moralismo político, religioso, científico, progressista, utópico, saudosista, etc.

Um texto pode, enfim, revelar em si várias destas nuances ou vozes. Uma polifonia de possíveis discursos que revelam-se em múltiplas linguagens, modos de expressão, ênfases específicas, internas ou mesmo em confronto com outros escritos buscando seus sentidos intertextuais². Lembremos que, em sua *Arqueologia do saber*, Michel Foucault questiona a aplicabilidade de uma unidade discursiva, ao que chama de *nó em uma rede*, onde qualquer unidade possível só se constrói a partir de um campo complexo de discursos. Igualmente Eni Orlandi considera que a suposição de vislumbrar alguma unidade ou homogeneidade em um texto pode resultar em tarefa infundada e enganosa.

A lingüística concebe genericamente a noção de discurso como linguagem posta em ação: um enunciado superior à frase, elemento que dá encadeamento às suas seqüências. Inicialmente a noção de discurso era concebida como sinônimo de enunciado e somente neste sentido poderia enquadrar-se como categoria lingüística. Uma concepção diferenciada do discurso como uma problemática lingüística origina-se em E. Benveniste: um sistema de signos em que a linguagem funciona como sistema de comunicação. Este também classificou a oposição narrativa versus discurso, para quem o primeiro pode efetuar-se sem a necessidade de um sujeito falante, sendo de caráter mais impessoal, enquanto o segundo pressupõe a existência de um interlocutor que deseja influenciar seu ouvinte. Estas posições seriam revistas posteriormente quando a análise lingüística do discurso veria ampliados os seus objetivos e concepções, atentando para as funções da linguagem, suas marcas de enunciação sobre as quais o falante ordena sua fala e codifica seus significados segundo formações ideológicas: um estudo renovado das relações entre língua e sociedade³.

No decorrer do século XX o discurso converteu-se em categoria de estudo histórico. Ao passo que ampliava-se o conceito de fonte ou documento, a historiografia voltava-se ao seu próprio “cerne” constituindo uma História do Discurso mais centrada na prática predominante do fazer historiográfico: a produção textual. Os avanços da

² BARROS, José D’Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. In: *Sæculum – Revista de História* [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 130.

³ BLIKSTEIN, Izidoro. (Coord.) *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1988, p. 194.

psicanálise, da lingüística e da semiótica permitiram novas possibilidades de interpretação do texto, avanços estes de que a historiografia se fez valer. A noção de fonte/documento também fora consideravelmente ampliada conhecendo praticamente pouco ou nenhum limite como instrumento passível de análise social pelos historiadores. E foram justamente estas novas concepções de análises discursivas que integraram a fundamentação teórica que permitiram a estes escritos, oficiais, eruditos ou populares, evoluírem da noção tradicional de testemunho ou prova à condição de portadores de indícios a serem percebidos, decifrados, interpretados. Nesta perspectiva, as fontes históricas transformaram seu estatuto, passando de portadoras de informações sobre o passado à elas próprias constituírem-se em fato histórico, distinguindo-se assim entre *testemunho de uma época e discurso produzido em uma época*⁴.

Assim a História do Discurso como categoria de análise principia em trabalhos que se esforçam em demonstrar as influências do corpo social sobre o comportamento lingüístico e vice-versa, enfocando as correlações entre a estrutura lingüística e a estrutura social. Carlos Gouveia Flul reconstrói algumas etapas do percurso histórico-evolutivo desta que passou a chamar-se Análise Crítica do Discurso ou sociolingüística, tão cara à História. Dentre as publicações que marcam, no campo da lingüística, estas novas orientações teóricas, Flul destaca *Language and Control* de Roger Fowler, publicado em 1979. Este trabalho partia da premissa de que toda a produção de significados na comunicação lingüística era um produto da estrutura social que a contextualizava, sendo *o significado lingüístico inseparável da ideologia* e seguindo a lógica de que a linguagem faz parte da sociedade que a produz, sendo uma prática eminentemente social e, por isso, constituindo-se também em mecanismos de regulação e dominação⁵.

A análise do discurso implica na direção dada ao sentido, à ênfase, à consciência do que se pretende dizer, o que não se pode alcançar com o mero vislumbre da gramática ou do idioma. Tais aspectos são considerados inseridos em uma formação social que forneceu os diversos suportes necessários à sua produção. A adoção conceitual do discurso como instrumental de objeto de estudo implicará nesta

⁴ BARROS, José D'Assunção. *Op. Cit.*, p. 131.

⁵ FLUL, Carlos A. M. Gouveia. Análise Crítica do discurso: enquadramento histórico. In: http://www.leffa.pro.br/textos/anal_critica_discurso.pdf - Acesso em novembro de 2007.

compreensão do domínio e amplitude da linguagem, adentrando no complexo jogo de interações em que se dão as manifestações lingüísticas, bem como aos elementos sociais que lhe são determinantes⁶. Para o discurso a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, conteúdo este que colocar-se-á como apenas mais um dos possíveis. Um processo em que o discurso constrói uma temática própria no próprio processo de falar sobre si.

Discurso e ideologia

Orientamo-nos no sentido de que qualquer análise discursiva é inerente às suas implicações ideológicas. Todos os sentidos são, afinal, enredados por determinações ideológicas. Adentramos no terreno deste conceito que requer cuidadosos passos na sua utilização, sob pena de recair em definições generalizantes e vazias. O conceito de ideologia, tão discutido e polemizado, aponta para uma gama variada de definições por vezes confusas, opostas e discordantes. Exemplarmente, Yolanda Muñoz levanta o questionamento sobre até que ponto ainda é pertinente perguntar-se pela ideologia. Ela percorre o histórico da variação do conceito desde Marx até Paul Veyne, para quem a utilização atual do conceito é definida como um “*molho que está em todas as salsas*”, sendo necessário distinguir-lhe os diversos empregos, mas que em última instância ainda implicam em relações sociais rivais⁷.

Tratando-se o discurso como produção de significados que não implicam necessariamente naquilo que foi literalmente anunciado pelo texto, compreendemos a importância que assumem os mecanismos simbólicos e ideológicos de percepção, dissimulação, apropriação, dominação, adequação etc., como sendo fundamentais à dinâmica discursiva na abordagem aqui pretendida. Toda formação discursiva implica em processos ideológicos de significação e parece-nos impossível desvincular um conceito do outro ou estabelecer seus limites precisos de atuação.

O discurso integra o instrumental da ideologia como arena de práticas sociais. É seu produto direto e nele se materializa. No discurso ocorre a articulação entre ideologia

⁶ SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. In: Estudos Lingüísticos. XXXV, 2006, pp. 181-190.

⁷ MUÑOZ, Yolanda Glória Maria. Ainda a Ideologia? In: Revista Integração. Out./nov./dez. 2004, ano X, n° 39, pp. 357-364.

e linguagem⁸. Entre inúmeros outros veículos de propagação, a ideologia manifesta-se no discurso, do qual faz-se valer para a edificação de uma consciência sobre o “real” num sistema elaborado de valores e crenças. O discurso é então um dos muitos espaços em que se desenvolve a ideologia, compreendida aqui não apenas como instrumental para a produção de uma “falsa” consciência sobre o real, elemento imaginário de dominação e manipulação da compreensão dos homens sobre a sua própria realidade. Interpretação esta defendida desde as noções pejorativas atribuídas pelo marxismo clássico num sistema unilateral de classe dominante para classe dominada dotada de falta de consciência sobre suas reais contradições de vida. A produção de idéias e sentidos realizada nos emaranhados da ideologia não implica necessariamente em separação ou oposição das condições sociais e materiais de existência. Se o aparato ideológico possui potencial para “maquiar” ou dissimular uma realidade social por um lado, pode também constituir-se como parte integrante dos elementos formadores de sentido e da ordem social. Em boa margem, a ideologia contribui para a construção do real porque é sim parte legítima deste real e dos sujeitos que nele atuam, construindo-o de fato e não apenas como meio de “embuste”, mas como instrumento de transformação e contestação a que os homens se valem em seus conflitos cotidianos. Não há, portanto, realidade sem ideologia. Carlos A. Flull compõe uma síntese da relação entre discurso e ideologia e seu enquadramento social quando afirma:

As práticas discursivas têm grandes efeitos ideológicos. Pelo modo como representam a realidade e posicionam os sujeitos podem ajudar a produzir e a reproduzir relações de poder desiguais. A associação das questões de poder e de ideologia com o discurso é tornada evidente pelo caráter de princípio estruturante da realidade que a este está associado: enquanto prática social, o discurso estabelece uma relação dialética com a estrutura social, na medida em que se afirma como um dos seus princípios estruturadores, ao mesmo tempo que é por ela estruturado e condicionado⁹.

Tal formulação colabora então para uma concepção mais ampla de ideologia no sentido de Paul Ricoeur de que todos os discursos são ideológicos. Ele reconhece o discurso como um evento, realizado no tempo presente, cujos significados e códigos

⁸ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 43.

⁹ FLULL, Carlos A. M. Gouveia. *Op. Cit.*

encontram-se sempre fora do tempo. Neste sentido seria o evento uma linguagem de mundo mediante o discurso. O pólo correspondente é o da significação. Para clarificar a dialética do evento e do sentido, Ricoeur propõe a máxima de que se todo discurso é efetuado como evento, todo discurso é compreendido como significação.

*É na lingüística do discurso que o evento e o sentido se articulam um sobre o outro. (...) Assim como a língua, ao articular-se sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e realiza-se como evento, da mesma forma ao ingressar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação*¹⁰.

Contribui para a compreensão ideológico/discursiva a noção de interdiscurso colocada por Orlandi como *aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente*¹¹. Ela possibilita assim o dizer a partir de pré-condições: o já-dito que determina as significações atribuídas a cada circunstância discursiva, evocando sentidos provenientes de outras experiências, mas que serão conectados àquela situação, pois fazem parte das experiências e das memórias. Um olhar mais atento sobre o conceito de interdiscurso torna possível uma visão mais apurada a respeito da dinâmica discursiva. Ele é chave para a compreensão das implicações ideológicas da inserção do sujeito no discurso. É necessário atentar para o fato de que tais implicações ocorrem por excelência no terreno da formação discursiva. É através dela que afiguram-se as formações ideológicas. Por formação discursiva entende-se o conjunto de pré-condições que determinam as formas do dizer, estabelecendo o que pode e o que deve ser dito no processo de produção de sentidos. Parte-se da premissa de que o sentido das palavras nunca lhe é intrínseco, mas deriva de sentidos externos que lhe são inscritos a partir de outras formações discursivas¹².

Michel Foucault foi um dos pioneiros em constatar a problemática do discurso como instrumento de poder em cujo seio se produzem estratégias e efeitos de verdade. Para tanto, afasta-se do conceito de ideologia ao que prefere o termo “formação discursiva”, evitando assim aquilo que considera como designações dispersivas¹³. Poder

¹⁰ RICOEUR, Paul. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990, p. 47.

¹¹ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 32.

¹² *Id. Ibid.*, p. 43.

¹³ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43.

e discurso são conceitos intrínsecos e ponderar sobre um significará fatalmente refletir sobre o outro. O poder estabelecido, ou por estabelecer-se, sempre esteve precavido em apropriar-se do discurso, produzindo-o, adaptando-o e elevando-lhe à esatuto de hierarquia oficial. Tal operação efetua-se obviamente dentro das mediações culturais e regras, segundo códigos dados a cada sociedade, seguindo as convenções estabelecidas que definem o que é verdadeiro ou falso, certo ou errado, erudito ou popular etc. A partir de Foucault a análise discursiva despertara para o fato de que as realidades sociais são construídas pelos discursos e práticas produzidos em uma determinada sociedade¹⁴.

(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos¹⁵.

Foucault procurou demonstrar que o discurso, ouvido ou lido, não é apenas o entrecruzamento de coisas e palavras, nem tão pouco uma superfície de contato entre língua e realidade, mas sim a possibilidade de desmembramento dos laços que ligam as palavras e as coisas. Muito mais do que a utilização de signos para designar coisas¹⁶. Com ele ampliou-se a noção de discurso, o que foi chamado por José Barros de uma verdadeira revolução na História Política, pois permitira a percepção de que o poder provém de várias origens e não de uma única matriz: os discursos formulam-se por diversas vias como corpo, sexualidade, loucura, economia, Estado etc., encontrando-se por toda parte, emaranhado nas relações humanas mais cotidianas como família, linguagem etc. Assim, Foucault denunciava o poder nos lugares mais improváveis do corpo social, onde o aparato do Estado não alcança. Ao historiador cabe captá-lo pela percepção mais apurada e meticulosa possível.

Foucault buscou reconhecer as “regras de formação” identificando os elementos da formação discursiva: objetos, conceitos e tipos de enunciação. Buscou também identificar as forças que, em toda sociedade, controlam, selecionam e organizam a produção discursiva e elaboram seus sistemas de exclusão a partir dos discursos oficiais

¹⁴ BARROS, José D’Assunção. *Op. Cit.*, p. 135.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. (*L’Ordre du discours*, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.). Trad. de Edmundo Cordeiro e Antônio Bento. - <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html> Acesso em outubro de 2007.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber. Op. Cit.* p. 56.

e legitimados como verdadeiros. Considera o discurso como arena privilegiada onde os tabus e temas controversos exercem seus poderes. Ele observa que cada discurso constitui e elabora seu objeto, submetendo-o à transformação ambicionada e tal transformação estaria condicionada a todo um jogo de regras definidas pela ruptura, pela não identidade temporal, pela descontinuidade interna. Na dispersão destes objetos/enunciados que compõe um discurso é que estaria a possibilidade de compreensão das relações entre os enunciados e seus encadeamentos enfim, de uma formação discursiva. Também atenta para a propriedade de interposição do discurso, podendo ser de natureza totalmente diversa do local em que se deposita: pode inscrever-se em objetos instaurados em momentos muito anteriores à sua chegada.

De natureza extremamente complexa, o discurso está inserido em toda fala, gesto, postura, escrita enfim, toda forma de comunicação humana, produzindo-se sempre em função de determinados interesses. Em todas as instâncias da vida política, econômica, social, cultural, verifica-se a produção discursiva. Ela fecunda-se nos saberes estabelecidos, autorizados das elites políticas, intelectuais e econômicas, mas também nas lacunas e fendas destes poderes, nas resistências cotidianas geradas pelas chamadas minorias marginalizadas e excluídas. Todos os grupos acabam por fundamentar-se em discursos produtores de saberes, de sentidos ou legitimadores de sua posição seja ela conquistada ou suportada de forma aparentemente calada, lembrando aqui o fato de que o discurso possui também a propriedade de manifestar-se fortemente naquilo que ele silencia. Há, segundo Foucault, um meio-silêncio que é prévio a todo discurso que, em última análise, seria a essência repressiva do que ele não diz¹⁷. Configura-se o discurso como cenário de disputas e conflitos dos quais não é apenas mero tradutor. Ele é ao mesmo tempo instrumento e objetivo de luta cuja recompensa é o próprio poder.

Construtor e materializador de realidades e de identidades individuais e coletivas, o discurso concentra infinitas perspectivas referenciais. Tantas quantas forem as possibilidades criativas dos saberes vigentes em cada momento histórico e dentro das condições específicas de sua emergência. Sua lógica e seu sentido condicionam-se a uma espécie de jogo *variável no curso histórico marcado por diferenças e descontinuidades*, o que Teresa Siqueira nomeia como epísteme de uma época e que

¹⁷ *Id. Ibid.*, p. 28.

seria o espaço em que se constituem as formações discursivas que se definem de acordo com os espaços de saberes a que são ligados.

“Numa determinada época e numa determinada sociedade, autoriza-se o que é permitido dizer, como se pode dizê-lo, quem pode dizê-lo, a que instituições isto se vincula, em uma palavra, a realidade que deve ser reconhecida como verdadeira e a que deve ser excluída como desqualificável¹⁸.”

O discurso tem a propriedade de contextualizar seu próprio texto ou sua própria fala que converte-se em acontecimento histórico. Sua análise pode se efetuar tanto pelo seu conteúdo ideológico, aquilo que traz nas suas entrelinhas e nos seus códigos, como nos seus espaços silenciosos e vazios ou também naquilo que enuncia literalmente¹⁹. Afinal, todo discurso se pretende anunciador. Quer comunicar algo a alguém, seja uma concepção qualquer sobre o presente ou na construção de uma imagem dada sobre o passado, posicionando-se como um discurso adequadamente histórico²⁰.

Uma análise discursiva deve atentar para os possíveis efeitos de sentido produzidos por interlocutores que, por sua vez, promoverão a inserção de elementos constituintes de sua própria história e seu próprio contexto. Neste sentido, a linguagem possui relação com o mundo e com a ordem que o rege, num duplo sentido de configurações e influências. Tal relação não ocorre de forma direta. Ela se dá em muito pela via do simbólico, do subjetivo. Seu território primordial é o subconsciente e a ideologia. Temos então que a constituição do sujeito em sua relação com a linguagem e, por conseguinte, com o discurso, passa por uma dupla via: sendo por ele determinado, ao mesmo tempo em que lhe determina a configuração. O discurso é responsável pela constituição histórica do sujeito. Esta relação ocorre em termos de uma contradição onde o sujeito é ao mesmo tempo livre e submisso à linguagem, como demonstra

¹⁸ SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. Uma genealogia da ordem do discurso em Michel Foucault. In: Revista Educativa – v.3, jan.e dez./2000 – Goiânia – GO Dep. Educação da UCG, 1997, p.159/164.

¹⁹ NASCIMENTO, Lucineide Soares do. Discurso e poder em pesquisas pós-estruturalistas foucaultianas no GT de currículo da ANPED no período de 2000 a 2005. Dissertação apresentada ao PPG em Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Belém do Pará, 2007, p. 23.

²⁰ ASSIS, Arthur Oliveira A. O que fazem os historiadores, quando fazem história? Dissertação apresentada ao PPG em História da UnB para a obtenção do grau de mestre em História. Brasília: 2004, p. 63.

Orlandi, que introduz o conceito de *assujeitamento*. Produto da relação da língua com a ideologia, o sujeito (aquele da modernidade ou de direito) possui plena liberdade para determinar o que diz e é livre em suas escolhas ao passo de que seu dizer é determinado pela produção social (que lhe é externa) de sentidos, de linguagem, de ideologias etc. Seu assujeitamento é abstrato, efeito da constituição de toda uma estrutura social que é o capitalismo. O *estatuto primitivo da literalidade* seria assim uma ilusão, por ser um efeito discursivo determinado por condições de assujeitamentos em situações historicamente dadas. Esta relação do sujeito com a língua, que é mediada pelas condições históricas e sociais, é peça fundamental no mecanismo de produção do discurso²¹.

Para José D'Assunção Barros a análise do discurso contido em um texto pode ser contemplada em ao menos três dimensões: o 'intratexto', concernente aos seus aspectos internos, avaliando-o como objeto de significação; o 'intertexto' estabelecendo relações com outros textos; e o 'contexto' correspondente à sua relação com a realidade social que o produziu.²² É neste último que a linguagem será avaliada com relação à sua exterioridade, articulando-se conhecimentos da lingüística com a área das ciências sociais. A análise do discurso histórico de um texto torna imprescindível a contextualização considerando todo um conjunto complexo de fatores que pesaram sobre o autor em sua produção buscando os elos de encadeamento da relação entre os sujeitos, a língua e a sociedade que a produziu, bem como das situações que contextualizaram aquilo que foi dito. Os estudos discursivos atuais visam *pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem*.²³ Do que se pode então inferir que o acontecimento discursivo estrinsecamente condicionado às suas condições históricas de existência.

*A relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, é preciso que a língua, como sistema sintático passível de jogo, de equívoco, sujeito a falhas - se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história é que é a discursividade*²⁴.

²¹ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 50-51.

²² BARROS, José D'Assunção. *Op. Cit.*, p. 132.

²³ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 16.

²⁴ *Id. Ibid.*, p. 47.

Suas condições de produção implicam no contexto imediato como também no contexto histórico de acordo com as posições dos sujeitos enunciadore de este discurso. Não há, de acordo com Orlandi, limites ou fronteiras a um discurso. Não é possível delimitar seu começo ou fim absoluto em sua relação com outros discursos. Tão pouco sua relação de forças pode ser mensurável. A análise de produção de sentido efetuada em um discurso deve ter em conta as determinações sócio-históricas que apontam o lugar que cabe às palavras cujo sentido permuta-se de acordo com as posições sustentadas.

É parte da dinâmica do discurso a ligação a uma área específica do saber no qual fundamenta sua validação. Para tanto utiliza-se de signos, enunciados e códigos próprios do sistema sobre o qual define e elabora suas estratégias textuais e práticas discursivas que se apresentam distintas dependendo de cada disciplina a que se integra. Foucault aponta estes limites disciplinares como uma espécie de dispositivo controlador do jogo discursivo, conferindo-lhe uma identidade e um sistema de normatização que condiciona aquilo que é verdadeiro a colocar-se como tal, ativando em cada modalidade de discurso uma espécie de “*polícia discursiva*”²⁵. Trata-se da premissa de que a interpretação, ou a “leitura” efetuada de um determinado discurso não constitui atividade livre ou independente. O corpo social compõe-se de “especialistas” que se auto delegam poderes para formular e interpretar os discursos e administrar seus sentidos²⁶.

Dentro desta lógica disciplinar, imposta ou livremente consentida, nossa relação com o passado, segundo Hayden White, é mediada por um tipo específico de discurso escrito, na medida em que *nossa experiência histórica é indissociável do discurso que produzimos sobre ela*²⁷. O discurso histórico significa-se em sua forma escrita ou falada ou seja, é o nosso discurso que processa a informação sobre o passado, confere-lhe significado e transforma-o em conhecimento histórico. White ainda informa que não é intenção do discurso histórico produzir novas informações ou descobertas sobre o passado. Sua forma por excelência é a escrita e seu material de trabalho é a informação,

²⁵ FOUCAULT, Michel. L'Ordre du discours, *Op. Cit.*

²⁶ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 10.

²⁷ WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, pp. 21-48.

nova ou velha, sobre a qual produz interpretações a respeito do passado que podem, por sua vez, assumir inúmeras formas. Assim White caracteriza o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narratização²⁸. Esta questão é central em sua análise, que deixa em segundo plano a questão metodológica ou científica da história, enfocando a escrita da história nos aspectos de sua produção discursiva, o que consiste na abordagem da temática da narrativa do texto histórico.

Discurso e narrativa

Prática primordial da comunicação humana, a narrativa está presente desde os primeiros estágios do desenvolvimento da linguagem. Distribuída em uma incontável quantidade de gêneros e sistemas de comunicações, está inserida em todos os tempos, todas as épocas, lugares e sociedades, classes ou grupos humanos.²⁹

Narrar significa descrever, analisar, explicar, interpretar e nenhuma ação coletiva ou social pode prescindir destes vocábulos. Faculdade dotada de forte subjetividade, a narrativa expressa a compreensão de sentido que um indivíduo ou grupo aplicam sobre um objeto percebido. Tão relevante na dinâmica de uma sociedade que Tzvetan Todorov defende o direito de existência de uma disciplina própria a que chamaria *narratologia*³⁰.

Sem querer entrar em esquemas generalizantes, Todorov procura estabelecer uma espécie de tipologia para as narrativas cabíveis em um texto literário, o que reconhece como um processo dinâmico que está além da mera descrição de eventos que se sucedem. Para Todorov, narrativa é ação, mudança e diferença: a descrição não basta em si para criar uma narrativa.³¹

Visando uma conceitualização da narrativa para o estudo da história, interessa-nos aquilo que Todorov classifica como narrativa *gnoseológica*: quando as transformações operadas pela narrativa no texto são mais relevantes do que a mera descrição seqüencial dos acontecimentos: narrativas em que a importância do acontecimento é menor do que

²⁸ *Id. Ibid.*

²⁹ BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: Análise estruturas da narrativa. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1971, pp. 19-60. “*Não há povo sem narrativa*”.

³⁰ TODOROV, Tzvetan. Os gêneros do discurso. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 74.

³¹ *Id. Ibid.*, p. 62.

a da percepção que possuímos dele³². Compreendemos que as referidas transformações possam transcender o texto em seus aspectos literários e apreenda também seu contexto social. Neste sentido a sentença do autor encerra o caráter subjetivo contido em toda narração, pois aponta para uma relação ativa e não passiva entre objeto narrado, narrador e ouvinte. Através da narrativa, temos então o poder de subverter a ordem dos eventos, conferindo-lhes a importância desejada. De acordo com estas considerações, podemos atentar para narrativa em suas potencialidades de transformação social cuja forma discursiva adotada na narração de um evento dado cria, modifica e interage com as convenções sociais de seu contexto.

É através da narrativa que podemos conferir ordem e sentido ao mundo, ordenar o tempo social e individual ou suas memorizações, preservar a sabedoria enfim, realizar todas aquelas operações que nos possibilitam, desde os primórdios da humanidade, evitar o caos e viver num mundo organizado segundo as lógicas e coerências de cada cultura. Na concepção de Maria da Glória Bordini, narrativa define-se por um sistema de discursos e signos que instituem quadros imaginativos que atuam sobre as operações da memória, do desejo e da fantasia constituindo para a consciência uma noção de tempo, não físico, mas humano: o tempo antropológico de que se ocupa o estudo da história³³.

Uma das linhas principais que orientam a os estudos sobre a narrativa vem dos trabalhos de Paul Ricoeur para quem a historiografia e a narrativa de ficção integram um mesmo campo ou seja, o do discurso narrativo. Ambas possuem, para o autor, uma mesma identidade estrutural³⁴. Ricoeur parte do princípio de que toda narrativa tem por função primordial a organização dos sentidos que os homens conferem ao seu mundo. Ela *coloca a consonância onde há somente dissonância (...) dá forma ao que é informe*³⁵.

Para Ricoeur toda construção histórica implica numa operação denominada como refiguração do tempo, lugar em que se encontram e se sobrepõe a história e a ficção numa troca de papéis: o momento quase histórico da ficção e o momento quase fictício

³² *Id. Ibid.*, p. 66.

³³ BORDINI, Maria da Glória. Tempo e narrativa. *In: Veritas*. Porto Alegre, v. 41, nº 162, junho de 1996, pp. 339-347.

³⁴ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. – tomo I, Campinas / SP: Papyrus, 1997, p. 15.

³⁵ *Id. Ibid.*, p. 112.

da História³⁶. Neste processo efetua-se a configuração do tempo humano de que a narrativa é parte inerente.

Se a história é a ciência das coisas que não se repetem, como afirma Francisco Moreira Paes, resta apenas aos historiadores o apelo aos esquemas mentais. Este autor situa a história narrativa como meio de recuperação de idéias do passado, sem esquecer que tal ato implica na promoção de eventos expressivos de um sistema social e um conjunto de valores³⁷. Tal acepção corrobora a percepção do ato narrativo não como individual e isolado, mas sim como ação coletiva, socializante, passível de desdobramentos e mediada por diferentes juízos de valores. Cada narrativa parte de uma base social dada a qual contribui para transformar. O narrador que busca o passado está sob o efeito dos conceitos morais e dos valores do seu próprio presente. Toda narração parte de uma tradição escrita (ou oral) que lhe transmite a configuração essencial a qual o público (leitor ou ouvinte) deverá reconhecer, mesmo que inconscientemente, como formas de uma herança cultural. O narrador codifica o acontecimento de modo a produzir efeitos de sentido (discursos) necessários para o impacto desejado para a recepção da narrativa³⁸. Esta espécie de consciência narrativa adquirida pelos historiadores contribuiu para diminuir as fronteiras entre a história e a ficção. Narração é um dos sentidos possíveis que Le Goff atribui ao termo história (ou estória, já em desuso na língua portuguesa)³⁹. Para o caso desta história situar-se em um tempo passado, já é de razoável consenso entre os historiadores o fato de que este passado trata-se apenas de uma construção ou reinterpretação ao que foi denominado por Barthes de o efeito do real onde o discurso histórico não segue o real, apenas o significa⁴⁰.

Em toda sociedade subsiste aquilo que Foucault denomina de “narrativas maiores”, contadas e repetidas, que repetem-se e transmutam-se de acordo com

³⁶ *Id. Ibid.*, - tomo III, p. 331.

³⁷ PAES, Francisco Moreira. Sobre a História narrativa: n(a) promoção da escrita criativa. In: Letras/Santa Maria: UFSM/CAL, 1991, pp. 7-26.

³⁸ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. *Op. Cit.*, - tomo I, p. 241.

³⁹ LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996, p. 18. “*Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na “realidade histórica” ou puramente imaginária*”.

⁴⁰ BARTHES, Roland. 1967 *Le discours de l'histoire*, em “Information sur les sciences sociales”, VI, 4, pp. 65-75. APUD. LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996, p. 38.

circunstâncias diversas. Como um “*desnível*” entre os ditos cotidianos e que, por sua vez, originam novos atos discursivos. Discursos que podem solidificar-se ou simplesmente desaparecer no vazio rarefeito. Um jogo de repetições num “emaranhado indefinido dos comentários” que pode surgir pela casualidade, mas como algo anunciado ou esperado ou reeditado: *O novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno*⁴¹. O discurso pode assim promover sua refundição, reposicionando-se no contexto social que não foi propriamente aquele que o produziu. Contudo terá nova forma, adequando-se, atualizando-se, transmutado como algo novo. Neste sentido, Foucault alerta para as condições de aparecimento de um discurso, para sua inscrição em um domínio e estabelecimento de *relações de semelhança, vizinhança, afastamento, diferença e transformação*. Para o autor, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, trazer a tona um discurso novo. *Ele não preexiste a si mesmo, mas existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações*⁴². Estas relações discursivas, as circunstâncias que permitem ao discurso pronunciar-se sobre determinado tema, são relações que caracterizam o próprio discurso em sua quinta-essência.

O resgate da narrativa ou do discurso, independente de sua natureza, deve passar pela consciência e percepção de que existe em nosso subconsciente toda uma estruturação de noções referenciais acerca daquilo que temos como verdadeiro, legítimo, real enfim, nosso cosmos. Esta imagem prevalecerá em nossa prática discursiva sobre o qual imputaremos a sensibilidade temporal, lembrando afinal que o discurso mais interpreta do que explica ou descreve.

Assim como para Hayden White, o discurso histórico deve ser apreendido como um tipo especial de uso da linguagem que, pela via simbólica, metafórica ou alegórica, está a produzir significados para além daquilo que aparenta, numa operação simultânea de revelação e ocultação de elementos sobre o mundo⁴³.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. L'Ordre du discours, *Op. Cit.*

⁴² FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. *Op. Cit.* p. 51.

⁴³ WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História, *Op. Cit.*, pp. 21-48.

Discurso e análise

No tocante ao aspecto da análise do discurso textual, consideramos preciosa a contribuição de Eni Orlandi que sintetiza aspectos fundamentais desta modalidade. Diversos pontos enfocados por este autor contribuíram para nos esclarecer e ordenar os pontos principais de abordagem necessários a este campo de investigação.

Até agora constatamos que as noções de ideologia e narrativa encontram-se intimamente relacionadas com a produção discursiva. Todo trabalho que tenha por objetivo adentrar neste terreno deve não somente estar atento a tais aspectos como também guardar consciência de que seu produto final, sua interpretação, se converterá igualmente em prática discursiva. A interpretação de discursos resulta assim em processo delicado e que reivindica grande cuidado por parte do investigador. Este não estará privado das ideologias ou dos códigos simbólicos que atuam em sua própria formação social e que, por sua vez, deverá ser diferenciada da produção discursiva do objeto focado. Caso seu documento seja um texto do século XV, não buscará os cânones que lhe são contemporâneos, salvo se quiser avaliar sua recepção ou a permanência e adaptação de seus valores para o seu tempo. Caso sua busca seja a compreensão da sociedade contemporânea ao texto, seu olhar será diferenciado. Tudo dependerá das questões colocadas, não ao texto, mas ao tipo de discurso pretendido. Sua posição deve ser tal que possa lhe dar condições de observar os processos de construção dos sentidos, resguardando-se de ser “vitimado” pelos efeitos destas “ilusões” ideológicas, o que é de todo impossível, mas tentando ao menos tirar-lhes o máximo de proveito⁴⁴.

Se é possível considerar que *o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto*, um passo inicial produtivo está certamente na identificação dos sujeitos anunciados na obra e como a argumentação constrói sua posição. Haja visto que o sujeito constitui-se da relação entre linguagem e ideologia, já esboçamos anteriormente a noção de *assujeitamento* que, muito embora tenha sido elaborada com o enfoque de sua constituição na modernidade, pode ser pensada para contextos diferenciados. Seja qual for a relação do homem com a liberdade de seu “dizer”, ele sempre pretendeu-se livre em seus enunciados, mesmo quando suas amarras foram mais

⁴⁴ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 61.

tenazes, quer pela mão do Estado, das pressões religiosas ou das convenções sociais diversas. Dentro deste embate entre a liberdade do sujeito e as convenções sociais que lhe limitam ou enquadram as palavras, o sujeito sempre buscou as brechas possíveis em sua configuração social para manifestar seus sentidos e marcar sua posição enquanto tal.

Nesta ótica, cabe também pensar a multiplicidade de sujeitos possíveis contidos em um discurso, o que dependerá do recorte conferido ao objeto de análise, visto que em um texto, os discursos também podem ser múltiplos. A partir desta definição, será possível o enquadramento de um terreno delimitador das movimentações do investigador na busca pelo discurso. Nossa busca pelo processo discursivo focalizado em um objeto está assim determinada pelo recorte que decidimos estabelecer. Tal escolha é sempre arbitrária. Se um mesmo texto pode conter toda uma multiplicidade discursiva, o limite estabelecido como metodologia de análise implicará em escolher, filtrar (nunca isolar) entre todas as possibilidades o produto discursivo almejado cuja interpretação também converteremos em algum tipo de discurso.

Fator de igual relevância está em vislumbrar que mecanismos o discurso lança mão para a legitimação dos seus sujeitos. Verificar como eles estão posicionados frente aos efeitos das ideologias, das construções lingüísticas, em que medida, enfim pesam sobre eles as forças sociais de seu tempo. Que parcela de poder este sujeito detém na sociedade em que vive e de que forma seu discurso encontra-se a serviço de determinados poderes e interesses. É preciso considerar as estratégias por onde um discurso torna legítimo um sujeito ou os poderes a ele vinculados. Tais indícios podem estar nos juízos de valores anunciados, nas ênfases e aspectos destacados, nas críticas como também nas entrelinhas e sutilezas. É preciso, pois, explorar o discurso em todos os seus matizes. A carga destes efeitos, bem como o as posturas adotadas podem determinar o sentido conferido às palavras e ao discurso. Estes aspectos somente serão revelados mediante a sensibilidade apurada do interprete.

Há também que se levar em conta os possíveis sujeitos invisíveis ou ausentes. Aqueles que foram excluídos, propositadamente ou não, da trama, retirados da cena, mas cuja fala, ou silêncio, pode estar entremeada nas circunstâncias de forma contundente. A identificação de suas vozes e de suas falas deve ser então contemplada em dupla perspectiva: o que é dito e o não dito. A relação de um com o outro deve ser

estruturada como método de análise. O não-dito pode assumir formas variadas, indo do pressuposto ao subentendido, sempre condicionado ao contexto e ligado ao que foi dito.⁴⁵ Este podendo, por sua vez, relacionar-se aos sujeitos ausentes. A fabricação dos sentidos pode variar quase que infinitamente, dependendo das circunstâncias, das ênfases, da temporalidade, do contexto de sua produção etc. Todo dizer é acompanhado de não-ditos que são dotados de faculdades significantes, como se o não-dizer fosse inerente e necessários ao dizer⁴⁶.

Certeau propõe que todo discurso deve ser analisado de forma a que não seja desvinculado da instituição em função do qual ele se organiza, mesmo que silenciosamente, em que o não-dito remete a uma situação social que detém o estatuto de ciência. Todo texto está sim relacionado com instituições e convenções, quer pela sua fala ou silêncio. Contudo, lembramos que o sentido objetivado numa análise pode não ser exatamente aquele referenciado como verdade institucional, aquela legitimada pelos saberes ou pela linguagem, mas nem por isso deixará de possuir peso fundamental na constituição de um discurso.

É prudente que o investigador preocupe-se em abordar os aspectos que compõe o território de recepção do discurso. Independente de o objeto de investigação discursiva encontrar-se ou não na forma de um texto convencional, sua análise deverá contemplar-se na relação com o leitor/receptor, a quem a narrativa dirigiu seu discurso. Lembrando que José de A. Barros considera que a produção discursiva pode ocorrer em três vértices: um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem), um lugar de recepção (ou destino). Cada um destes vértices inscreve-se no outro, afetam-se e envolvem-se, correlacionam-se⁴⁷.

O leitor está igualmente enquadrado pelas formulações sociais e ideológicas de seu contexto. É, portanto, o pólo correspondente do sujeito na concretização discursiva onde desempenha função complementar do processo. O lugar social do leitor definirá a prática de sua leitura, da recepção, interpretação e veiculação do discurso. Se todo discurso tem seu princípio em seu contexto específico de emissão, ele completa-se em seu contexto “final” de recepção. Um percurso de inúmeros desdobramentos possíveis,

⁴⁵ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 82. Aqui Orlando cita autor O. Ducrot.

⁴⁶ *Id. Ibid.*, p. 82.

⁴⁷ BARROS, José D' Assunção. *Op. Cit.*, p. 133.

a começar pela intencionalidade com que o leitor efetua a leitura do texto: se o encara como objeto de ficção, lazer, conhecimento, religiosidade etc.

Promover enfim uma análise discursiva em etapas, tendo em consideração as propriedades do discurso enfocado. É este o itinerário a ser percorrido para que possamos passar do texto ao discurso, quando em contato com o material empírico. Vislumbrar quais as formações discursivas que regem a configuração e a disposição dos discursos, relacionar as falas aos silêncios, identificar as ideologias responsáveis pelas convenções significantes⁴⁸. Este é o trabalho de análise discursiva: percorrer o texto com cuidado, desvendar as vias pelas quais se concretiza a ordem do discurso e como este se materializa na estruturação do texto. Isso corresponde a compreender como e de que modo o discurso se faz representar, se reveste de significação simbólica e ideológica.

É, portanto, de suma importância elucidar os dispositivos de análise a serem empregados na investigação discursiva. A reflexão sobre os métodos permite maiores possibilidades de que se efetue a conquista deste espaço textual que é o discursivo. Pelos desdobramentos aqui apresentados, já é possível constatar o quão imprecisas são as fronteiras da realidade discursiva: um território de incertezas onde as palavras e seus sentidos estão em constante movimento. Cabe-nos pensar então sobre as propriedades discursivas que pretendemos abordar no texto cronístico. Vejamos algumas propriedades do discurso histórico.

Discurso histórico

De tudo o que foi ponderado até aqui, cumpre efetuarmos nossa própria delimitação acerca do recorte escolhido e das propriedades do discurso objetivado. Em qual direção apontaremos nossa capacidade de apreciação de sentidos e em que termos iremos identificar (ou selecionar) os “artefatos” lingüísticos que levaram à elaboração do discurso indagado, ou seja, após discorrermos sobre o discurso em termos gerais, começamos a desvendar um processo discursivo em um território específico: o discurso histórico.

⁴⁸ ORLANDI, E. P. *Op. Cit.*, p. 77.

Quais são as características fundamentais de um discurso que é anunciado, ou compreendido como histórico?

Acreditamos que o vínculo com o passado seja ponto central na identificação de um discurso que se pretende como tal. Hayden White faz notar que o pressuposto da existência de um passado como fator significativo é que possibilita a realização de um discurso histórico⁴⁹. Uma relação fortemente vinculada ao passado é, por excelência, peculiaridade humana. A humanidade vive, em larga medida, às voltas com o seu passado. Ele está embutido em inúmeros processos discursivos e legitimadores que buscam constantemente provar, demonstrar, justificar posturas e atitudes. Seja em nível político, institucional ou mesmo pessoal, os homens valem-se comumente do passado como elemento de identidade ou corroboração de seus interesses e anseios. Pensemos, por exemplo, sobre o caso emblemático de descendentes de imigrantes cuja família está há duas ou três gerações no país. Eles incorporam com veemência em sua fala expressões como: “*nós italianos...*” ou “*nós alemães...*”, como se realmente o fossem. Valendo-se do passado migratório de seus ancestrais, eles incorporam ao seu discurso toda aquela experiência da qual passam a se valer como elo de identidade, estando ou não em uma comunidade de descendentes. Acreditamos ver nestes casos, um exemplo bem definido de formação de um discurso que transita do nível geral ou institucional para o pessoal, afirmando identidades e cuja pré-elaboração tem como ponto chave a produção de um discurso específico cuja base assenta-se sobre o passado.

Constantemente apropriado por todos, o passado torna-se matéria-prima privilegiada de elaborações ideológico-discursivas no sentido de que seu território é o da construção imaginada, narrada e sentida. Paralelamente ao desenvolvimento da civilização, este papel central conferido ao passado na psiquê humana progrediu em tal medida que logrou converter-se em categoria científica, conquistando seu lugar no panteão acadêmico. Falar de passado, contudo, somente implicará em se falar de História quando sobre este passado aplicarmos nossas “convenções” a respeito do que consideramos pertinente ao discurso histórico. Não é, portanto, sua condição de passado que torna determinadas categorias ou memórias como históricas.⁵⁰ Elas apenas o serão na medida em que sobre elas forem aplicadas a escrita própria do tipo histórico,

⁴⁹ WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da História, *Op. Cit.*, pp. 21-48.

⁵⁰ *Id. Ibid.*, pp. 21-48.

conforme métodos, convenções, fórmulas e terminologias significantes e reconhecidas por uma determinada comunidade. Mediante estes padrões é que se configurará o discurso histórico.

A História constitui-se assim como disciplina de elaboração de discursos sobre o passado. Sobre ele o historiador apresenta-se como personagem “autorizado” a enunciar os discursos “oficiais”. Ele é, por vezes, chamado a proferir juízos quando algum fato confronta a sociedade com algo que lhe antecedeu ou mesmo nas comemorações do calendário das efemérides. Seu discurso compõe-se de atributos técnicos próprios de sua fala “especializada” e contribuirá fortemente, com seus dizeres e sua escrita, para formar a memória coletiva de sua sociedade.

Formador e “decifrador” de discursos, o historiador, ao confrontar-se com um texto, dirige-lhe perguntas específicas e previamente refletidas, para que lhe seja “revelado” o lugar conferido ao passado naquele objeto. Ele busca o discurso histórico. Tenta travar diálogo com uma realidade e um tempo que não é o seu e, nesta empresa, busca traduzir os sentidos de outros discursos anteriores. Estudar uma época qualquer a partir de suas fontes é, afinal, estudá-la a partir de seus discursos.

Sabemos que a historicidade da linguagem, o acontecimento discursivo do texto, pode conter outros significantes do que propriamente seu teor de veracidade histórica: os fatos constituem-se como indícios a serem organizados de forma a indicarem sistemas de valores e modos de vivência relativos a outras épocas. A relação entre a sociedade e as formas comunicantes de que o sujeito se utiliza para se expressar, marcar posição nos conflitos e defender-se de forças alheias é que torna o discurso, por essência, uma prática social. É nestes sentidos expressos, em cada documento, em cada período, que o analista discursivo deve embrenhar-se para “decifrar” possíveis discursos, de acordo com essas convenções de cada época que marcam a presença da História na linguagem.

Michel de Certeau alega que a concepção de seu livro “A escrita da história” nasceu da relação que o discurso mantém com o real. Nossa concepção sobre a realidade, nossa visão de mundo, manifesta-se pela narração que efetuamos do discurso, que, por sua vez, é o que nos confere percepção sobre tempo e espaço. Quando o historiador efetua um discurso sobre o passado, usa de sua “autoridade discursiva” para

conferir significado a um real *outro*, real este a que o historiador atribui-se a tarefa de tornar inteligível, pensável⁵¹. Aqui o historiador julga-se plenamente capacitado a subtrair-lhe a essência, identificando os pontos de distanciamento ou proximidade entre as realidades: a sua e a de seu objeto.

No discurso histórico, a interrogação a respeito do real retorna, pois, não apenas com a articulação necessária entre possibilidades e suas limitações, ou entre os universais do discurso e a particularidade ligada aos fatos (qualquer que seja o seu recorte), mas sob a forma da origem postulada pelo desenvolvimento de um modo do “pensável”⁵².

Postula-se desta forma a elaboração de uma narrativa que se propõe a construir um lugar de referência voltado à experiência humana e social de nossos antecessores. Um outro real com o qual estabelecemos um jogo de dependência a partir de diferentes estratégias sociais e simbólicas: um discurso histórico que faz a mediação entre possíveis “reais”, apontando suas implicações e interdependências possíveis. O discurso histórico é, assim, dotado de especificidades que condicionam sua própria existência à este discurso, sem o qual a própria história inexist⁵³. A experiência histórica não é nada mais do que o discurso que cada época produz sobre seu passado, atribuindo-lhe sentido, numa narração, um discurso, que efetua a mediação de nossa relação com este passado.

Portanto, mais do que a narração dos acontecimentos passados, o historiador promove uma combinação de significantes sob a égide de sua “ciência” com a qual imputa-lhe um sentido de real “verdadeiro” proposto através de um artifício próprio ao discurso histórico, o que, como vimos, foi denominado por Roland Barthes como “efeito do real”. Um processo de organização de discursos e construção do sentido da História re-significando seu sentido⁵⁴.

Conforme constatamos anteriormente, toda análise efetuada sobre o discurso histórico deve, pois realizar-se de modo a que jamais se perca de vista as instituições a que sua produção esteja vinculada. Tal deve ser contemplado igualmente sobre a constatação do discurso histórico cronístico em tempo e local específico. No caso, a

⁵¹ CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária, 1982, p. 52.

⁵² CERTEAU, Michel de. A escrita da História. *Op. Cit.*, p. 53.

⁵³ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas/SP: Ed. Da UNICAMP, 1990, p. 38.

⁵⁴ BARTHES, Roland. Introdução... *Op. Cit.*

sociedade medieval portuguesa do século XV, de onde buscaremos os elementos de composição do “real” próprio ao nosso objeto discursivo.

Veremos que existe todo um contexto que subjaz à produção cronística e consequentemente aos discursos contidos neste gênero. Por isso, consideramos indispensável um olhar sobre a sociedade portuguesa do século XV, examinando, em termos gerais, suas tendências culturais e seu desenvolvimento material e institucional.

1. Tempo, passado e memória na cultura medieval do ocidente

A questão do tempo costuma assumir valor fundamental no campo da investigação histórica. Mesmo que sua análise direta não seja o objeto central da pesquisa, ela se faz presente como alicerce inerente à qualquer investigação. Categorias como espaço e tempo constituem matérias próprias da história e do ofício do historiador, além de configurar-se em valores de referência primordiais na existência de todo indivíduo e de toda coletividade. Elas são percebidas de forma subjetiva pelos homens em suas experiências, assim como suas concepções deverão variar conforme as diferentes civilizações. Qualquer que seja a sociedade em foco, a questão temporal reúne aspectos essenciais tais como concepção de mundo, atitudes, comportamentos, consciência e ritmo de vida dos indivíduos, etc. Os homens estão, por natureza, ligados aos acontecimentos que lhe são externos. A idéia de tempo permite-lhes estabelecer as seqüências temporais, organizar mentalmente os fatos e conferir sentido à sua existência. O certo é que toda experiência humana é abarcada pela idéia de tempo, de forma consciente ou inconsciente e, portanto, toda problemática histórica está diretamente relacionada às suas implicações.

Os sentidos sobre o tempo derivam de aspectos diversificados e sua representação pode ser multiplicada por quantas forem as formas assumidas pelos agentes históricos que dela se apropriam. Os limites de sua concepção tornam-se por vezes delicadamente imprecisos, imensuráveis, implícitos ou seja, o tempo possui esta propriedade de estar em todo o lugar, em todas as instâncias da vida, ao passo de que é matéria abstrata, cujas qualidades e características estão desapegadas da vida material. Sua representação não corresponde a nenhum dado sensorial concreto. Tratando-se de uma matéria com natureza tão complexa, é de se esperar que a representação de sua imagem transcenda

aquela apreendida pelos ritmos do tempo natural e converta-se numa elaboração variável de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade no curso da história. No prefácio de seu livro intitulado “História e memória”, Jacques Le Goff acusa a relevância de seis problemas para a reflexão sobre o conceito de História. Destes, o segundo problema aborda a questão da relação do tempo com a vida humana. (...) *tanto com o tempo “natural” e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades*¹. Enfim, todos os “poros” por onde a história “transpira” estão assim impregnados por este “odor” dos sentidos do tempo.

*Ela não se encontra apenas nos relógios e calendários, mas infiltra-se nas leis e organizações políticas, nos códigos éticos e morais, nas formas de sociabilidade, nos sistemas filosóficos e religiosos, nos tratamentos dispensados ao corpo e ao espaço e até nos empregos da violência. “São estas maneiras de ‘fazer a história’ que ‘marcam’ ou ‘selam’ o tempo”. Uma temporalidade é um dispositivo essencial da relação do homem com o mundo que o rodeia, permitindo-lhe dotar-se de uma identidade e orientar suas ações. Uma representação do tempo é a janela que oferece uma das visões mais abrangentes sobre um universo cultural*².

Por tratar-se de ciência que, por excelência, lida com o passado, a história reivindica o “manuseio” do tempo aplicando-lhe metodologicamente cortes cronológicos e periodizações, classificando períodos em categorias de desenvolvimento econômico, cultural ou intelectual. Mesmo os historiadores não estão imunes aos condicionamentos de seu próprio tempo, dos quais nunca lograrão sucesso absoluto em “prevenir-se” ou “despir-se” das roupagens de sua própria época ao promover a análise de outras sociedades. O tempo, bem o sabemos, é assim matéria-prima delicada e de difícil “manuseio”.

Estando, portanto, os historiadores incondicionalmente atrelados ao tempo, independente de qualquer que seja seu objeto de estudo ou a orientação teórica de seu trabalho, o questionamento sobre o tempo será inevitável e quanto mais estiver esta

¹ LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 7.

² RUST, Leandro Duarte. Tempo e cultura clerical na Idade Média Central - um balanço historiográfico. In: <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/cultclerical.htm> Acesso em maio de 2008.

questão aprofundada, elucidada, melhor será a inteligibilidade de seu trabalho. Além das variantes relacionadas à multiplicidade dos agentes sociais sobre os quais o tempo atua, inevitavelmente sua reflexão sobre o tempo deverá variar de acordo com sua concepção de história. Longe de ser encerrada à exaustão, o questionamento sobre o que é o tempo ainda encontra larga pertinência no pensamento científico. Sua reflexão é de natureza primordial no pensamento humano e os pensadores por muito tempo se inclinaram sobre suas interrogações como fizeram inúmeros intelectuais ao longo da história, a exemplo célebre de Agostinho de Hipona há mais de mil anos.

Encontra-se igualmente atrelada à questão do tempo a busca por identificar o que entendemos, no desenvolvimento histórico, como movimentos de transições e permanências. Se nos é lícito utilizar expressões como “evolução”, “fio” ou “marcha” da história, tais termos estão intimamente integrados ao conceito de tempo estando implicados em seus diferentes ritmos e matizes, podendo estes ocorrerem ainda em caráter simultâneo numa mesma formação social, como veremos adiante. O tempo é um fenômeno de múltiplas dimensões (psicológica, social, natural) estando todas elas implicadas ainda num processo de mútuo condicionamento: a evolução das técnicas e os progressos materiais exercem forte influência e condicionam de sobremaneira os sentidos latentes sobre o tempo.

O tempo em sua dimensão social nos é perceptível como categoria psicológica, mas ele é também um elemento da natureza, o tempo físico, que abarca a realidade de todas as coisas. Categorias de natureza conceitual como espaço e tempo tornaram-se alvo de reflexões mais apuradas a partir da laicização do pensamento e da ciência. Kant foi um dos pensadores que contribuiu para que a filosofia concebesse a temporalidade como construção social humana ou, o tempo nasce da experiência humana integrando-se, a partir do século XIX em sua razão ordenadora do mundo. Para Kant, o homem é o único ser possuidor desta percepção abstrata que é a noção de tempo³.

Mircea Eliade nos adverte quanto às propriedades do tempo, chamando atenção para sua descontinuidade e heterogeneidade. A visão de mundo própria do homem religioso, característica ao homem medieval, divide-se em sagrada e profana, cuja ordenação efetua-se pelas ritualizações. O tempo sagrado possui a propriedade de ser

³ DECCA, Edgar de. Palestra proferida em 13/12/2008 para evento organizado pela FAPESP. <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/einstein/decca.pdf> - Acesso em março de 2009.

reversível (não estando necessariamente em oposição à linearidade cristã), sendo mítico e primordial, devendo ser constantemente revivificado para manifestar-se no presente. Eventos dotados de ritualidade como as festas constituem-se em artifícios de reconstituição deste tempo que é, portanto, circular, devendo ser reintegrado periodicamente através dos comportamentos ritualísticos. O comportamento existencial em fuga do presente histórico, busca conectar-se com o sagrado. A busca por este tempo, sagrado, não histórico é, em essência, a busca de uma conexão com o tempo sobre-humano com o qual os homens procuram ligar-se intensamente e em todas as épocas⁴.

Entendemos, portanto, que o estudo e análise do discurso na obra do cronista Fernão Lopes implica necessariamente na elaboração de uma reflexão que contemple os aspectos pertinentes à concepção de tempo na sociedade ocidental do medievo, abarcando suas origens tanto longínquas como também aquelas que lhe são mais contemporâneas. Procederemos de forma a abordar a problemática do tempo e sua noção historicamente dada por uma espécie de consciência social de sua época. Amparamo-nos na premissa de que, em um mesmo contexto, podem coexistir múltiplos sentidos e perspectivas envolvendo a noção social de temporalidade. Jacques Le Goff sustenta a idéia de que, numa mesma formação social, podem simultaneamente existir tantas temporalidades quantas forem os diferentes segmentos sociais ali distribuídos numa série de *tempos no seio do Tempo*⁵. Orientamo-nos assim em investigar, na escrita daquele cronista, os variados aspectos que apontem para aquela noção mais consonante com a visão de mundo (e do tempo) própria da cultura de uma Idade Média não apenas tardia, pertinente ao tempo em que ele viveu, e cujos fundamentos esboçaremos adiante, como também a visão de mundo dos primórdios da Idade Média. Lembramos que sua época já esboça o germinar de novas concepções de tempo sobre as quais se fundamentam as formas culturais do mundo que se chamará moderno. Levando-se em conta que o cronista viveu no século XV, período cronologicamente situado nos últimos séculos do período medieval, observamos que sua sociedade transformava-se a passos largos em relação aos padrões culturais e materiais que levariam, a médio ou longo prazo, ao rompimento das fórmulas da “ordem tradicional” do mundo feudal. José

⁴ ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes (data?), p. 38.

⁵ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média - tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p 55.

Mattoso considera que as transformações decorridas dos contatos com Ásia e África no último período da Idade Média, precisamente o século XV, foram de tal envergadura que seria talvez mais apropriado tratar este período histórico à parte⁶.

Em nenhum momento defendemos a existência de qualquer espécie de “linha divisória” ou padrão que estabeleça delimitações entre períodos de características sociais e econômicas diferenciadas. Não há fronteiras definidas entre um tempo dito “medieval” e outro tido como “moderno”. As transformações ocorrem de forma lenta e gradual de forma que, por vezes, não são perceptíveis aos participantes de um tecido social. Conforme afirmamos, mensurar ou definir limites ao tempo é tarefa obscura e confusa. Portanto, não vamos aqui postular que o tempo do cronista tenha sido aquele em que se encerra o medieval ou aquele em que se inicia o moderno. As marcas fundamentais daquela cultura e daquele modo de ver o mundo predominariam ainda por alguns séculos adiante. Se podemos identificar, no século XV, claras evidências de que os paradigmas sobre o tempo estão em fluxo de transição, isto não significa um fenômeno inédito ao conjunto do medieval. Os séculos XI e XII foram igualmente marcados por crises e rupturas na ótica sobre o tempo. As transformações então operadas figuram entre *as mais profundas que marcaram a evolução das sociedades europeias*. Afora as conseqüências advindas ao desenvolvimento social e econômico, as formas tradicionais do pensamento também se viram abaladas e, entre elas, a tradicional visão cristã sobre o tempo e sobre a História⁷.

Vale ressaltar que o período histórico em que viveu Fernão Lopes foi aquele em que as instituições políticas como o Estado e a justiça estavam em avançado grau de desenvolvimento de acordo com as tendências de novas formas políticas e econômicas que se formulavam. O próprio Fernão Lopes, como primeiro cronista oficial do reino, foi parte integrante deste processo, pois a criação de seu cargo exemplificou bem a conscientização institucional sobre a importância da memória na construção da nacionalidade, ou seja, uma nova utilização política da preservação e controle sobre o tempo e a memória.

⁶ MATTOSO, José. A cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV) (excertos) In: História e antologia da literatura portuguesa (séculos XIII-XIV), nº 1. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, s/d., p. 23.

⁷ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média *Op. Cit.*, p. 49.

Por estes aspectos, a visão de tempo bem como as análises efetuadas sobre o cronista em sua obra sempre o pautaram perante a historiografia como uma espécie de “precursor” indicativo de novas tendências, seja em caráter literário ou intelectual, em situação de rompimento com as formas que lhe antecederam. Sem contestar esta visão, visamos aqui buscar vestígios indicativos sobre os diversos sentidos e percepções de mundo próprios da cultura medieval através dos indícios contidos em seu discurso. Nossa atenção prioriza assim sua compreensão sobre o tempo e sobre o espaço como suporte necessário para efetuar a análise das propriedades discursivas contidas em sua obra.

Uma vez que consideramos possível atribuir às noções temporais certas classificações segundo a localização das sociedades no tempo e no espaço, cremos ser admissível, em se tratando de análise histórica, versar sobre diferentes concepções de tempo, como é o caso do tempo greco-romano, egípcio, pré-industrial ou pós-moderno. É igualmente lícito o enfoque sobre uma concepção medieval de tempo, guardando-se as devidas proporções de amplitude espaço-temporal abarcada por esta expressão ou ainda suas possibilidades de permanência no futuro.

Sabemos bem os limites temporais do período a que denominamos como Idade Média Ocidental: um período de aproximadamente mil anos, que estende-se do século V ao século XV. Herdeiro cultural da “fusão” do mundo greco-romano com o mundo “bárbaro” germânico e que viu considerável retrocesso das instituições do mundo “civilizado” como a urbanização, a escrita, o comércio, etc. Período em que ocorreu a consolidação da cristandade como elo de identidade cuja amplitude estendia-se por toda Europa. Trata-se também do momento em que se inicia o desenvolvimento do Estado centralizado após o predomínio da descentralização política típica do mundo feudal. Enfim, um largo período de transições e permanências que requer, por parte do pesquisador, o extremo cuidado de não se deixar cair em generalizações, contemplando sua imensa diversidade. Portanto, pensar, inicialmente a questão do tempo no medievo implica a consciência sobre suas possíveis diversificações, dependendo da região ou período focado. Contudo, consideramos ser possível e necessária a tentativa de sistematização de alguns elementos comuns sobre esta questão, de acordo com estudos realizados, no sentido de melhor ordenar a compreensão sobre a problemática proposta.

É igualmente preciso que se contemple os problemas metodológicos quanto a elencar um aspecto como objeto de análise para uma determinada cultura. Sabemos bem que quando se trata de abordar um elemento qualquer sobre a cultura medieval, impõe-se a consciência de que é provável que estejamos a lidar com a perspectiva de grupos minoritários. Principalmente quando nossas fontes encontram-se nos textos, a que apenas uma minoria tinha acesso e cuja recepção foi igualmente reduzida por um largo período. Tal aspecto nos remete ainda à outro grupo reduzido, o clero, cujas concepções, bem o sabemos, predominaram sobre os traços e sobrevivências culturais daquela sociedade. Portanto, muitas generalizações intelectuais e sociais que partem de um certo número de textos podem encobrir especificidades regionais. Cumpre ao pesquisador questionar até que ponto suas fontes podem fornecer-lhe um panorama adequado sobre crenças, sentimentos e concepções de mundo. Não existem fórmulas ou receitas para adequar qualquer aspecto da cultura medieval que se desenrola neste período de mil anos. Os padrões, métodos e valores aplicados sobre alguma seleção documental derivam de formulações conceituais que revelam-se, na verdade, vagas e imprecisas como simbolismo, misticismo, tradição e hierarquia. As variações, contudo, são infinitas, quer no tempo como no espaço.

O espaço constitui noção de igual importância para a análise social. Tempo e espaço constituem dimensões entrelaçadas e intercambiáveis. Uma determinada interpretação social do tempo implica necessariamente considerar uma dimensão espacial que lhe corresponde. Em cada formação social, impõe-se determinada organização do espaço e determinado tempo social como referência primordial de manutenção de suas instituições. Ao longo da história da humanidade tais organizações espaço-temporais manifestam-se em formas específicas na mediação do homem com seu meio, tanto natural como seu universo mítico religioso. Os “tempos” e os “espaços” podem assim ser múltiplos, distintos, consonantes ou contraditórios.

O espaço e o tempo, matérias próprias da história e do ofício do historiador, configuram-se em valor de referência primordial na existência de todo indivíduo e sua coletividade. Toda problemática histórica está diretamente relacionada às suas implicações. Tais categorias são percebidas de forma subjetiva pelos homens em suas experiências. Desde a Antiguidade, Cícero já havia constatado: “os fatos exigem a

ordenação de sua seqüência exata no tempo assim como a descrição dos locais em que ocorrem”.⁸

A temporalidade sensível manifesta-se nos locais onde o espaço pode ser analisado: o espaço do corpo, do território e do cosmos. cremos que toda concepção de tempo comporta um espaço que lhe é correspondente e que pode igualmente implicar em multiplicidades simultâneas. As categorias de tempo distribuem-se assim por espaços mentais, simbólicos, sagrados, discursivos, etc. Toda convenção discursiva tende assim a conferir a categorias como tempo e espaço as significações de acordo com as articulações a que se dispõe seus sujeitos sociais.

Contemplar, portanto, os aspectos gerais da idéia sobre o tempo na cultura do medievo ocidental é tarefa necessária para que se compreenda os instrumentos discursivos na cronística lopeana.

A percepção do tempo na Idade Média

Buscando aspectos gerais de reflexão sobre uma concepção de tempo que se possa atribuir como próxima aos sentidos do mundo medieval, podemos considerar que uma de suas características mais predominantes seja um sistema mental em que toda a percepção do tempo esteja essencialmente integrada com os ritmos da natureza. O tempo incide então diretamente na noção de mentalidades. Noção esta que não nos privamos de utilizar no seu contexto generalizado e comum, mas a que também procuramos igualmente considerar sua precisão teórica, na tentativa de não faltar a este trabalho uma delimitação conceitual que, ao menos contemple de seus aspectos rudimentares.

Na grande maioria dos estudos que se dedicam ao conceito de mentalidades, percebemos o problema das imprecisões e ambigüidades, o que em muito contribuiu para seu desgaste. Por outro lado, ela constituiu-se num dos elos que permitiram à História maior diálogo interdisciplinar com a Antropologia, Psicologia, lingüística, etc.⁹. A gênese do conceito está ligada ao movimento dos *Annales* com estudos de autores

⁸ LIMA, Luis costa. História, Ficção, Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 99.

⁹ VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. / VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) Domínios da História. Rio de Janeiro Campus, 1997, p. 138.

como Bloch e Febvre e caracteriza-se, segundo Ariès, por “libertar” a História de domínios a que ela estava tradicionalmente limitada, sendo mesmo a História das Mentalidades definidas pela ótica do inverso ou seja, daquilo que ela não é: uma história social, política ou econômica.¹⁰ Em artigo clássico sobre o tema, Jacques Le Goff propõe alguns limites ao campo das mentalidades. Em primeiro lugar sua indefinição de fronteiras com outras disciplinas. Também define o campo como a busca pela inércia, procurando elucidar o fato de que as mudanças pelas quais passam as mentalidades não estão necessariamente associadas às mudanças materiais operadas nas sociedades. Outro ponto que faz confluir o termo com nossos interesses está na afirmação de que a noção de mentalidades está diretamente associada à percepção do tempo. Remontando à teoria braudeliana da duração do tempo, a mentalidade seria o tempo de longa duração, aquilo que muda mais lentamente: *a História da lentidão da História*.¹¹

Enfim, de acordo com estes e outros autores, quando utilizamos a expressão mentalidades, nos referimos justamente ao estudo daquilo que o pensamento de um homem possui de comum com os homens de seu tempo. Sejam seus pares ou mesmo aqueles de diferente estatuto social. Referimo-nos aos aspectos irracionais, aos sentidos e impressões compartilhados coletivamente e abarcados como valores e fatores condicionantes do status social.

Desde os tempos do medievo primitivo, a noção de tempo esteve ligada ao mundo natural dos homens. Seria este um legado cujos resíduos perdurariam por todo o medievo e mesmo para além. O tempo da natureza era fundamentalmente regido pelos ciclos. A maneira de sentir do tempo era percebida pela alternância de fatores que, juntamente com a natureza, davam o decorrer do tempo para o uso cotidiano: as fases da lua, o ciclo das estações, os ritmos da floração, a reprodução animal, etc. A medida do tempo também podia basear-se nas técnicas como o número de dias para a execução de uma tarefa ou para a fabricação de um objeto ou ainda em função de uma distância a ser percorrida. A percepção espacial ou a própria noção de distância não estava dissociada, para o homem medieval, do seu tempo de percurso. De acordo com uma série destes

¹⁰ ESPIG, Marcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. In: Anos 90 - Revista do programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: nº 10 – dezembro de 1998, p. 157. *Apud.* Ariès, Philippe. A história das mentalidades. In: Le Goff, Jacques (org.) A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

¹¹ LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: Le Goff, Jacques; Nora, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 68-83.

processos combinados juntamente com unidades temporais mais ou menos precisas (semanas, meses, etc), a percepção mental condicionava-se ao sistema de ciclos de trabalhos, de rituais ou ainda de festas introduzidas nos costumes populares¹².

Tal concepção era fator determinante sobre a própria estrutura da consciência humana que não concebia em seu mundo, tal como ocorria na natureza, grandes mudanças¹³. O mundo medieval caracterizava-se assim pela lentidão dos desenvolvimentos das técnicas e inovações, buscando preferencialmente a permanência e o equilíbrio das coisas nas suas formas tradicionais, ou seja, o predomínio do tempo longo¹⁴. As formas de percepção e apreensão do tempo davam-se, portanto, de maneira lenta e prolongada. Ao lado do tempo linear cristão, vigorava a concepção circular de tempo, derivada da antiguidade, e se manifestava fortemente na mentalidade medieval na idéia do constante retorno dos mitos, das estações e dos períodos agrários. Havia uma concepção cíclica da vida que era dominada essencialmente pelos ritmos da natureza. Neste padrão, o tempo não era dinâmico e dele não se esperava nenhuma mudança fundamental no ritmo da vida. Mantinha-se a idéia de que as coisas deveriam sempre se repetir no seu modo de ser e mesmo as situações de exceção como calamidades e catástrofes seriam superadas pelo “correto” ritmo do tempo cuja restauração era sempre aguardada. Baseado nestes pressupostos o tempo real poderia adquirir pouco valor próprio e praticamente nenhuma autonomia.

A percepção sobre o tempo é um fenômeno que ocorre em sua dimensão física, mas também cultural¹⁵. No tocante às sensibilidades coletivas da Idade Média pode-se considerar que o tempo era pouco sentido e praticamente em nada medido. O homem medieval vivia sob o signo de uma *vasta indiferença perante o tempo*¹⁶. Marc Bloch demonstra como documentos destinados a efetuar o registro da memória de algum feito demonstravam pouca ou mesmo nenhuma preocupação para com a fixação das referências cronológicas. As sensibilidades em torno do tempo eram coletivas. Não manifestavam-se de forma individualizada, como ocorre em nossos dias. O tempo era

¹² MARTIN, Hervé. *Mentalités Médiévales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 155.

¹³ GUREVITCH, Aron I. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990, p. 119.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 204.

¹⁵ CERVIGÓN, José Ignacio Ortega. *La medida del tiempo em la Edad Media. El exemplo de las crônicas cristianas*. In: *Medievalismo*, 9 (1999), pp. 9-39.

¹⁶ BLOCH, Marc. *A sociedade Feudal*. Edições 70: São Paulo, 1982, p. 95.

sentido como algo que abarcava toda uma comunidade. O homem medieval dificilmente compreendia o tempo como seu patrimônio individual, mas sim como instrumento de uso de sua coletividade: ele não se concebia sozinho no tempo. A Idade Média desconhecia a percepção do tempo como algo unificado e quantitativo. De fato, muitos escritores da Idade Média não tiveram por indispensável atribuir referências temporais às suas narrativas. Muitos deram primazia à noção espacial, inserindo em seus escritos introduções geográficas, mapas ou descrições do mundo¹⁷. O desencadear e a ordenação dos acontecimentos não compunham às sensibilidades o fio do tempo: o tempo medieval era o tempo da natureza e não dos eventos sociais¹⁸.

Esta percepção cíclica do tempo continha em si a noção da ex-temporalidade: não existia qualquer distinção rígida entre o passado ou o presente, uma vez que o passado renascia e regressava constantemente, integrando-se no contexto do presente que, juntamente com o futuro, compunham uma espécie de bloco unificado. A mentalidade coletiva tendia a não distinguir as diferentes dimensões temporais: passado, presente e futuro possuíam limites imprecisos e os homens concebiam o tempo como uma espécie de eterno contemporâneo. O’Gorman nos fala mesmo em anulação das distinções temporais, podendo a consciência histórica do homem medieval conceber seu próprio tempo no mesmo plano temporal dos personagens do passado longínquo. As diferenças de época eram como que supérfluas¹⁹. Ao tratar dos textos bíblicos, muitos cronistas ou hagiógrafos situavam-lhes a perspectiva temporal como se fosse sua própria, tendência tão bem exemplificada por Beda-o-venerável ou ainda Gregório de Tours²⁰. Se por um lado a cronologia é desprivilegiada, concebe-se em muito a história em blocos classificados em eras ou idades. As redações literárias voltadas para o registro histórico, como os annais e crônicas testemunhavam a grande dificuldade em sua relação com a existência temporal ou a sucessão lógica dos acontecimentos. As narrativas caracterizam-se pela descontinuidade dos eventos, menos atribuídos à causas humanas ou naturais do que à vontade onipotente de Deus²¹. Evocava-se o tempo da história para

¹⁷ GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture historique dans l’Occident medieval*. Paris: Editions AUBIER-MONTAIGNE, 1980, p. 20.

¹⁸ GUREVITCH, Aron I. *Op. Cit.* p. 119.

¹⁹ O’GORMAN, Edmund. *La conciencia histórica en la Edad Media*. In: *Trabajos de historia filosófica, literária y artística del cristianismo y de la Edad Media*. México D.F.: Colégio de México, 1943, p. 53.

²⁰ GUREVITCH, Aron I. *Op. Cit.* p. 142.

²¹ MARTIN, Hervé. *Op. Cit.*, p. 159.

tecer comparações com épocas anteriores que estavam fixadas pelo período de um reinado ou um acontecimento marcante. Para Gurevith, não é de todo correta a afirmação de que o homem medieval fosse indiferente ao tempo, ele apresentava, contudo, pouca receptividade à mudanças e transformações, preferindo muito mais as condições estáveis e a repetição baseada na tradição.

*Numa palavra, havia por detrás de toda a vida social um fundo de primitivismo, de submissão aos elementos indisciplináveis, de contrastes físicos que não podiam ser atenuados.*²²

Os padrões da consciência e percepção das coisas do mundo eram, em grande parte, expressos em relações antitéticas. A oposição dia/noite estava entre as referências primordiais que mediavam a noção de tempo do camponês. A visão do tempo em ciclos diurnos e noturnos representava uma alternância temporal num esquema mental que remete à oposição entre caos e cosmos. O dia simbolizava o tempo da ordenação, da segurança e da normalidade. Era a medida de tempo em que durava o trabalho e efetuava-se a produção: o camponês levantava-se com o nascer do sol e dormia com o sol poente. A noite, em contrapartida concretizava-se o tempo da obscuridade, naturalmente propícia às manifestações do sobrenatural, dos seres maravilhosos, demônios e fantasmas que povoavam o terreno da imaginação. Toda esta concepção vigente a respeito do tempo noturno inscrevia-se, segundo, Jean Claude Schmitt em um programa ideológico que explorava o medo noturno adequando-o aos objetivos de um “cristianismo do medo”: *a noite é negra como o pecado; é negra também como as trevas do além que elas prolongam na terra (...).*²³ Assim, as oposições encontram-se na ordem primordial dos sentidos: sagrado/profano, sorte/azar, bem/mal, num sistema geral de valores contrastantes de categorias religiosas e psicológicas²⁴ no qual insere-se o tempo.

No passado, a história e o tempo compunham-se essencialmente de uma concepção cíclica. Para os escritores da Antiguidade, as civilizações possuíam,

²² BLOCH, Marc. *Op. Cit.*, p. 93.

²³ SCHMITT, Jean Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 198.

²⁴ MARTIN, Hervé. *Mentalités Medievales. Op. Cit.*, p. 157.

sucessivamente, um início, meio e fim, ao passo de que a história estudaria constantemente um tempo que recomeça. Com o cristianismo o tempo tomou forma linear. Toda a história do mundo, desde a criação até seu fim, deveria enquadrar-se em um só tempo, num mesmo movimento, no que remontaria à tradição das crônicas universais²⁵.

A consolidação do cristianismo no ocidente significou, portanto, o ajuste e adaptação da visão de mundo, numa recriação do universo do tempo e da História. Paralelamente ao desenvolvimento de concepções míticas pagãs de tempo, os teólogos do cristianismo vieram, desde os primeiros tempos da Idade Média, esforçando-se por agregar as noções do tempo aos preceitos cristãos. Trata-se de uma campanha consciente para descaracterizar a marcação do tempo das referências pagãs, tirando-lhes seu conteúdo mítico e religioso. Quer por formas diretas ou indiretas, o tempo esteve presente nos escritos mais clássicos dos teólogos da cristandade. O que resultara em um arcabouço teórico muitas vezes repensado, reelaborado e reescrito cumprindo uma trajetória que sobreviveu até os séculos XIV e XV e legou ainda sua herança para os séculos vindouros. Em meio a um imenso leque de autores, figuram nomes como Eusébio de Cesaréia (260-339), Agostinho de Hipona (354-430), Gregório de Tours (539-594), Isidoro de Sevilha (560-636) ou Beda, o venerável (673-735), que manifestavam em seus escritos a preocupação de adequar as medidas e referências do tempo aos conceitos cristãos, fixando *marcos temporais aureolados pela sacralidade cristã*²⁶. É, por exemplo, em Beda e em Eusébio de Cesaréia que Fernão Lopes resgatou a idéia das seis idades do mundo, para elaborar-lhe uma sétima idade, anunciando o advento de um novo tempo.

Quanto a Agostinho de Hipona, este exerceu papel referencial na elaboração de uma concepção medieval sobre o tempo. Sua obra foi decisiva para o pensamento cristão ao elaborar uma teologia da fé e da história. Vivendo um momento de ruptura da ordem social tradicional do mundo romano, Agostinho trouxe luz à delicada questão da contradição entre fé e razão. A influência de sua obra prevaleceria vigorosamente como

²⁵ GUENÉE, Bernard. *Op. Cit.*, p. 21. *Nos sete primeiros livros de sua chronique, Otão de Freising vai de Adão até seu tempo, mas seu livro VIII fornece uma narração detalhada do fim do mundo.*

²⁶ MACEDO, José Rivair. Tempo, providência e apocalipse na *Historia Francorum*, de Gregório de Tours. In: Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS, nº 12, 1999, pp. 59-77.

paradigma à filosofia medieval por oito séculos e ainda além. Sua reflexão sobre o tempo constitui-se em uma das mais importantes elaborações teóricas sobre a questão, convertendo-se em base referencial para toda a cristandade. Primeiramente procurando sua distinção elementar com a noção de eternidade, com a qual combate as concepções de tempo derivadas da filosofia greco-romana. Para Agostinho o homem concebe a noção de eternidade fundamentado em conceitos temporais, ainda que nela não exista qualquer sucessão de tempo. Ela própria seria a origem do tempo, precedendo-o. Acepção esta adotada por todos os pensadores medievais posteriores.²⁷ Num segundo momento, o teólogo volta-se então para o núcleo do problema: “o que é o tempo?” Para o teólogo, a criação do mundo ocorrera a partir do nada. A própria existência do tempo inicia com a criação do homem, visto como um microcosmo, no qual se reproduz a hierarquia do universo, passível, portanto, de um tempo próprio.

Agostinho já identifica a percepção do tempo como fenômeno subjetivo, do modo como é percebido na consciência humana, na forma em que é classificado em passado, presente e futuro, como também a forma objetiva do tempo, externo ao homem, imensurável, mas que dá-se a conhecer por sensações. Reside aqui o caráter enigmático envolto no tempo de cujo homem é, simultaneamente imanente e transcendente. *o homem é, ao mesmo tempo, “hospedeiro do tempo” e está “dentro do tempo”*.²⁸ Enfim, tempo interior e exterior do qual participamos ativamente enquanto criaturas de um Deus onipotente. O tempo é também, para o teólogo, objeto de criação e, como tal, independente da razão humana.

Enfim, este tempo característico dos primórdios da Idade Média, herdado das sociedades germânicas: um tempo longo, mítico, estático e profundamente integrado aos ritmos do mundo natural e, por definição, cíclico como eram circulares os períodos da natureza. Todas as concepções de tempo (eclesiástico, senhorial, militar) ligavam-se ao tempo natural, lembrando que muitas datas do calendário católico foram situadas de modo a sobrepujar festas pagãs que celebravam eventos da natureza. A esta concepção do tempo cíclico foi agregada uma outra, linear. Uma visão escatológica em que a história possuía um princípio e um fim bem definidos: um objetivo específico que se

²⁷ GUREVITCH, Aron I. *Op. Cit.* p. 138.

²⁸ COSTA, Marcos R. Nunes. Tempo e eternidade em Agostinho de Hipona. In: Tempo e eternidade na Idade Média. (Orgs.): REEGEN, Jan G. J. ter., DE BONI, Luis A., COSTA, Marcos Roberto N. - Porto Alegre: EST Edições, 2007, p. 20.

projeta ao futuro. No interregno deste espaço estava o agora, o tempo presente no qual havia apenas a espera e nada de realmente significativo poderia ocorrer. Toda a reflexão sobre o tempo neste período estava assimilada de acordo com a teologia da Igreja Católica. Esta consciência cristã do tempo tornava implícita a certeza de que a história da humanidade encontrava-se submetida diretamente à intervenção divina.²⁹ Toda a idéia em torno de uma concepção da história era concebida a partir da trajetória de Cristo, sendo seu retorno o marco delimitador do fim da história. Um tempo linear por excelência que apontava para um destino específico. Ao propor uma alternativa com o tempo cíclico, o tempo linear cristão assume um significado de libertação, pois o tempo cíclico encerra-se em seu próprio movimento numa espécie de *curto circuito sem saída*. A partir daí os acontecimentos possuem significado e orientação: passado e futuro estão na ordem de um esquema centrado no acontecimento central que é Cristo.³⁰ Desta forma a história, na perspectiva cristã, não está inserida no tempo, apesar do tempo, mas concebe-o como um movimento de libertação, a tal ponto que o passado se apresenta como uma possibilidade de futuro. Sua consciência do tempo torna implícita a certeza de que a história da humanidade encontra-se submetida à intervenção divina³¹. O tempo futuro pode assim adquirir outro sentido que não a repetição cíclica do passado, mas também assume nas consciências a temerosa perspectiva do fim do mundo. A concepção cristã de tempo arraigou nas mentalidades a noção de fim dos tempos, evento cuja iminência era sempre evidenciada por toda espécie de indícios. O mundo era concebido como velho e a perspectiva de seu término integrava as vivências cotidianas. Neste pressuposto consistia, fundamentalmente a perspectiva de futuro da cultura do medievo. Toda a interpretação histórica partia então deste pressuposto cristão e todos os fatos históricos estavam nele ancorados, ao que Germano Pattaro sintetiza:

(...) na religião bíblica, a interpretação da história precede radicalmente a do tempo, que dela deriva. Além disso, a história está ligada ao tempo dessa história, da qual define uma característica

²⁹ PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. In: RICOEUR, Paul. (Org.). As Culturas e o Tempo. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1975, p 198.

³⁰ *Id. Ibid.*, p 201.

³¹ *Id. Ibid.* p. 198.

*essencial. O princípio normativo do cristianismo situa-se, assim, no âmago da história e ao longo da linha do tempo.*³²

Perspectiva também encontrada em Gurevith:

*«Cristo nasceu, nasce e nascerá» (Pedro Lombardo). A verdade não é condicionada pelo tempo, o decurso deste não a torna mais absoluta. Mas ele estabeleceu que o carácter histórico do homem era desprovido de verdade, que a história terrestre não possuía valor próprio nem autenticidade e não passava de uma sombra. Se se interpretasse assim o tempo, o sentido dos acontecimentos isolados devia ser analisado em função desta concepção ideal da história.*³³

O processo de cristianização do ocidente priorizou desde cedo a racionalização do tempo de modo a estabelecer sobre ele o controle. A jornada era distribuída em períodos de orações: a cada três horas, os sinos das Igrejas monásticas chamavam às preces correspondentes. Este sistema, que vigorou por toda a baixa Idade Média, sobreviveu até o século XX em algumas ordens religiosas³⁴. A medição do tempo passava a ser definida de acordo com os critérios do clero. O dia estava dividido em horas canônicas ao passo que o calendário anual regulava-se pela observação das festas religiosas. O tempo social era guiado pelos sinos das igrejas que, para além de organizar a liturgia, terminavam por regular o cotidiano das atividades humanas. Isto fazia com que o reconhecimento do tempo fosse mais associado ao som do que propriamente à identificação visual: o som dos sinos era regulado pelo tempo litúrgico³⁵.

A noção cristã de tempo enquadrava toda a história na perspectiva bíblica. O tempo terrestre figura então num plano secundário em relação à eternidade. Esta perspectiva sacramental linear conferiu à história um sentido e um objetivo que é a espera pelo retorno de Cristo e o juízo final. Tudo o mais adquiriu um carácter secundário. Cristo é o marco divisório de um novo tempo, uma nova idade dos tempos, e também o referencial para todas as etapas da trajetória humana. Produz-se uma consciência histórica cuja plenitude de sentido conferida ao presente e o futuro está

³² *Id. Ibid.* p 199.

³³ GUREVITCH, Aron I. *Op. Cit.* p. 145.

³⁴ LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa, Portugal: Estampa, 1983, p. 245.

³⁵ GUREVITCH, Aron I. *Op. Cit.* p. 128.

amparada diretamente na arbitrariedade divina, como já afirmamos. As noções de passado e presente diferiam em muito daquilo que entendemos hoje e a própria realidade concreta possuía um valor secundário frente à verdade “sagrada”. O tempo terrestre adquiria espécie de caráter ilusório, pois *só o tempo da tradição cristã possuía plena realidade*³⁶.

Não há, contudo, uma delimitação rígida entre as concepções de tempo cíclica, herdeira do mundo clássico, ou linear. O advento do cristianismo não significou o rompimento entre ambos os sentidos sobre o tempo, mas sim sua transformação³⁷. Estes sentidos, contudo continuaram seu itinerário de mudanças e permanências.

O “tempo do mercador”

A Idade Média foi certamente uma idade de “tempos diversos”. Um período cuja amplitude contempla as formas mais diversas de manifestações culturais do ocidente. Igualmente diversificadas são as concepções de tempo que grassaram naqueles mil anos. Aos períodos de transformações sociais e econômicas, seguiam-se, dentro dos limites possíveis, alterações nas consciências e mentalidades sobre a visão de mundo, de espaço e de tempo decorridas de acordo com fatores de ordem diversa. De modo geral, já nos séculos XI e XII, novas forças econômicas anunciavam-se e logravam, pouco a pouco, a alteração de muitos aspectos da vida e do trabalho. As formas de apreensão e o próprio valor conferido ao tempo estão diretamente relacionados a este esquema, que não deixou de ocorrer sem resistências e conflitos.

Entre os séculos VI e XI praticamente não verificou-se nenhuma reflexão significativa sobre o tempo ou sobre a história na cristandade. Este foi totalmente assimilado à História da Igreja. A historicidade da trajetória humana esvaziara-se nas influências agostinianas no pensamento político³⁸. Nas palavras de Le Goff, pareceu mesmo que fora suspenso o tempo da história³⁹. Foi apenas com o desenvolvimento econômico verificado a partir dos séculos XI e XII, agregado às transformações e introdução de novas condições mentais é que se abria espaço para o rompimento com

³⁶ *Id. Ibid.*, p. 145.

³⁷ *Id. Ibid.*, p. 134.

³⁸ ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

³⁹ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 48.

formas tradicionais de se sentir o tempo. Os últimos anos da Idade Média caminharam a passos largos para o desenvolvimento de uma concepção laica do tempo.

Um dos marcos referenciais de ruptura para com esta noção temporal histórica vigente da Idade Média está nos escritos de Hugues de Saint Victor (1096-1141), para quem o conhecimento histórico deveria reduzir-se a três dados fundamentais: as pessoas pelas quais os eventos acontecem, os lugares em que ocorrem, e o tempo em que se dão⁴⁰. Sua concepção histórica implicava numa visão de tempo que trazia inovações em relação aos ditos padrões da cultura medieval: A idéia de uma narração seriada cuja sucessão dos eventos era já articulada por elos que lhe conferiam maior sentido de continuidade. Retoma-se aqui a teoria das idades como também a noção de transferência ou herança temporal, no sentido de que a cultura, ou a grandiosidade de uma civilização que outrora fora próspera seria deslocada para outra que lhe sucederia no tempo. Percebe-se nesta aceção um tempo mais propício à utilização política por parte dos Estados incipientes ou de grupos sociais desejosos por transformações.

Cabe também destacar outro pensador da cristandade cuja escrita exemplifica a perspectiva de transformação sobre o tempo como também a visão de mundo que se operava na cultura ocidental por estes tempos. Guilherme de Ockham (1285-1349) fala a respeito do tempo como matéria complexa e subjetiva. Procurou compreender a posição ocupada pelo homem no mundo em que vive. Considerando a diversidade de situações possíveis que incidem sobre a vida: a porção de responsabilidade das “causas naturais” no destinos dos homens. Ockham representa bem o debate travado entre fé e razão que começava a se esboçar em torno dos séculos XIII e XIV. Sem negar o peso dos desígnios divinos, considera que o homem é também responsável por seus atos. A natureza não era intocável e o homem não era seu mero contemplador⁴¹. O homem como indivíduo teve maior valor perante o universo para Ockham e a realidade humana ganha espaços mais amplos para ser conhecida. É o prenúncio de um sentido diferente para a história daquele que a compreensão teológica propunha até então. O plano mundano possui também relevância nos destinos dos homens, assumindo que Deus não

⁴⁰ GUENÉE, Bernard. *Op. Cit.*, p. 21.

⁴¹ OLIVEIRA, Teresinha / PERIN, Conceição. A educação de cavaleiros medievais em dois momentos históricos. *In: Acta Scientiarum*. Maringá: v. 24, n. 1, 2002, p. 117.

é a causa imediata de todas as coisas, ou que o concurso divino da causalidade não podia ser conclusivamente demonstrado ou refutado⁴².

Enfim, esta nova página que se abre a partir do século XII na história do ocidente, foi acompanhada de novas reflexões sobre a história e sobre o tempo. Vimos esboçar-se o argumento segundo o qual a História se compõe de uma sucessão de civilizações sobre o tempo, movimento caro às formações nacionais incipientes já a partir deste século. A “abertura” da Europa decorrida do processo das cruzadas e o desenvolvimento das atividades mercantis implicarão formas diferenciadas de percepção da duração e da crescente temporalidade. Em seu ofício, o mercador esteve ainda durante muito tempo submetido às condições da natureza e guiado por práticas supersticiosas. Contudo, a organização das redes de comércio de longa distância passou a exigir atenção diferenciada sobre o tempo e sua duração, cuja incidência aplicava-se agora de forma ainda mais direta aos resultados do trabalho. *A justa medição do tempo interessa cada vez mais ao mundo dos negócios*⁴³.

Enfim, seria o advento do tempo laico, liberto de motivações teológicas e agora relacionado com questões práticas. O tempo deixava de ser comunal e universal e passava a ser objeto de negócios e venda, em total oposição ao tempo que estivera até então em vigência, concebido como dom e dádiva de Deus, integrandos os elementos naturais e sendo, portanto, ilícito de submissão ao controle dos homens, e tão pouco passível de exploração como forma de ganho material.

Por toda parte assistimos a colocação de relógios comunais nos aglomerados urbanos, numa tentativa de dominar o tempo e sobre ele organizar a vida das coletividades. Os sinos desempenharam ainda largo papel para regular o trabalho urbano, mas, a partir de meados do século XIV impôs-se a necessidade de calcular o tempo com maior precisão, do que resultou o surgimento da hora dividida em sessenta minutos. Longe ainda da sincronização das horas em todo o território nacional no domínio do tempo pelo Estado, o tempo regido pelos ritmos da natureza prevaleceu

⁴² FERNÁNDEZ, Carolina Julieta. Eternidad, omnipotencia y estabilidad de las leyes naturales según Guillermo de Ockham. In: Tempo e eternidade na Idade Média. Jan G. J. ter Reegen, Luis A. De Boni, Marcos Roberto N. Costa. (Orgs.) - Porto Alegre: EST Edições, 2007. p. 122.

⁴³ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. *Op. Cit.*, p. 52.

ainda longamente⁴⁴ e o reino das horas do tempo pré-industrial ainda seria de muita confusão e desacerto.

O certo é que, no decorrer do século XIV, uma nova concepção do tempo conheceu considerável difusão, integrando sua percepção como medida do trabalho ou como mercadoria, passível ser pensada e avaliada por seu valor comercial. As novas fórmulas de organização da vida e do trabalho impuseram uma nova contabilidade do tempo, cuja noção de desperdício incorporou-se, em algumas pregações religiosas ao imenso leque de pecados⁴⁵. O tempo, enfim, estabeleceu-se como uma categoria mais definida nas consciências e tornou-se parâmetro de organização da vida. Vimos o desenvolvimento paralelo de novas formas de apreensão sobre o tempo, que passou a ser marcado por uma racionalização cada vez maior de seu uso prático⁴⁶. Compreendido como parte integrante do mundo do trabalho cujas novas condições lhe reivindicavam uma medida cada vez mais exata, o relógio mecânico permitiu, em meados do século XIII, uma compreensão matemática do tempo, contudo somente no século seguinte ele conheceu maior difusão de seu uso com os relógios de peso. Fez-se necessário que elementos constituintes da vida cotidiana como pesos, medidas, moeda e o tempo assumissem um caráter mensurável, previsível, voltado aos fins profissionais. Uma nova forma de conceber o tempo que se contrapunha ao tempo natural de até então.

Como vimos, o tempo é um conceito que está profundamente relacionado à noção de espaço. O espaço por excelência deste “tempo do mercador” é o espaço urbano que dentre todos é o mais dinâmico e o que mais procura adaptar-se às transformações sociais e econômicas que decorrem. O mundo urbano é o palco por excelência desta mudança de perspectiva temporal. Jacques Le Goff adverte, contudo, às tentações de conectar ritmos rápidos de tempo às sociedades urbanas. Ainda no século XV verificase considerável número de pessoas que não possuem mínima noção sobre o tempo da era cristã. Em termos práticos, o calendário cronológico não possuía muita difusão na vida cotidiana⁴⁷. Os sistemas de datação não eram unificados e podiam divergir dependendo de cada autor ou cada região. A adaptação ao tempo dos relógios seria

⁴⁴ *Id. Ibid.*, p. 69.

⁴⁵ *Id. Ibid.*, p. 71.

⁴⁶ WEATHERFORD, Jack. *A História do dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 2000, p. 39. Ao mesmo tempo em que o dinheiro se tornava valor-padrão para o trabalho, também passava a ser valor-padrão para o próprio tempo.

⁴⁷ CERVIGÓN, José Ignacio Ortega. *Op. Cit.*, pp. 9-39.

também lenta e desordenada. Por muito tempo haveria ainda grandes dificuldades em efetuar a contabilização do tempo anual, calcular a correta idade de um indivíduo ou o ano correto de algum evento, como também persistiriam um número considerável de pessoas que não conferiam relevância aos os esquemas mentais de deduções matemática sobre o tempo.

Percebemos que, ainda no decorrer dos séculos XIV e XV ou ainda por muito tempo no ocidente, o tempo foi sentido e vivido em múltiplas formas, ao mesmo tempo que as instituições sociais se complexibilizavam. Tempo institucional, judicial ou legislativo, mas também tempo senhorial, militar, eclesiástico. Tempo cíclico e tempo linear, todas estas concepções transcorrem paralelamente na vida cotidiana e todas elas ainda mantém grande parcela de integração e dependência com a natureza. Há um movimento generalizado em direção a uma concepção laica do tempo. O “tempo da Igreja” deixará de predominar sobre as consciências, mas nem por isso deixará de se fazer presente nas representações narrativas. Esta instituição também sofrerá suas transformações e igualmente absorverá, tal qual o restante do corpo social, o “fardo” dos novos tempos.

A crônica será, por excelência, instrumento de apreensão do tempo, no final da Idade Média. Claro que ela é apenas um dos muitos instrumentos com que se assimila o registro do passado humano que doravante tomaria rumos laicizantes. Manifesta-se crescente preocupação com metodologias de datação, coroando o estabelecimento do tempo linear e laico. Contudo, como veremos, a crônica também é instrumento de perpetuação de concepções tradicionais sobre o tempo.

O tempo e o espaço em Fernão Lopes

Se empreendemos uma busca do discurso histórico implícito no texto de Fernão Lopes, a questão do tempo assume valor fundamental como alicerce à investigação. As concepções de tempo e espaço que uma determinada época incorpora em seu referencial de mundo são fatores essenciais para qualquer análise que tenha por objetivo a compreensão histórica de seu tempo.

No século XV a monarquia portuguesa, já em avançado processo de centralização, utiliza-se da representação do passado e da memória como instrumento de poder. A

dinastia de Avis partilha plenamente deste novo “espírito do tempo” comumente difundido à cultura ocidental e tem, como circunstância atenuante neste quesito, o fato de o reino ocupar posição geográfica privilegiada e estratégica no cenário econômico europeu. No papel de entreposto entre o Mediterrâneo e o mar do norte, cidades litorâneas como Lisboa e Porto conheceram grande desenvolvimento comercial e urbano atuando como polos acolhedores de influências de toda ordem advindas do restante da Europa.

Uma das estratégias de consolidação ideológica do poder empreendidas pela dinastia de Avis, que há pouco ascendera, foi a compilação de uma memória do reino através da elaboração de crônicas dos reinados dos reis que existiram em Portugal. Tal demanda fora entregue ao Tabelião Geral e Guardador dos documentos da Torre do Tombo Fernão Lopes. Sua nomeação para o cargo de cronista ocorrera em 1434. Sabe-se, contudo, que o trabalho já vinha sendo executado pelo menos desde 1418. Três crônicas de reis chegaram aos nossos dias, de autoria comprovadamente sua: as crônicas dos reis dom Pedro (CDP), dom Fernando (CDF) e dom João I (CDJ), sendo esta última em dois volumes.

Fernão Lopes, enquanto cronista oficial do reino, empreendeu obra literária de apurado estilo e deixou marca na literatura portuguesa como inovador da cronística moderna, muitas vezes chamado de “pai” da historiografia moderna portuguesa. De fato, é possível encontrar em suas obras preceitos e concepções sobre conceitos caros a este ofício, como a história ou a verdade, *fruto primíçial da alma*, que vão ao encontro das formulações teóricas do século XIX que buscavam a afirmação da História enquanto ciência. O cronista proclama o senso de neutralidade e atesta o valor da prova documental ou do depoimento daqueles que testemunharam o fato narrado. Viaja em busca de documentos e chega mesmo a expor variadas versões de um mesmo fato para que o leitor escolha aquela que melhor esteja em acordo com seu juízo:

Alguuns que primeiro que nos escrepverom, afirmam dizendo em suas estórias...⁴⁸ (...) Mas nos que nom por determinar se foi assi ou nom, como elles disserom, mas somente por ajuntar em breve o que os antiigos notarom em escripto, posemos aqui parte de seu razoado,

⁴⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XLIII, p. 113.

*leixamdo carregoo ao que isto leer que destas opinioens escolha qual quiser*⁴⁹.

Também adverte sobre o perigo dos homens que, devido a conformidade com a terra em que foram criados, nunca escrevem suas perdas como aconteceram ou, pelo contrário, exaltam em demasia seus feitos ou virtudes. Preocupa-se em estabelecer limites entre a ficção das *fabulas patranhosas*, e o rigor do trabalho histórico.

Obviamente o cronista não é de fato partidário deste proclamado senso de neutralidade. Ele possui claramente um projeto político que é o de legitimação da dinastia de Avis e para tal empresa utiliza de todos os recursos literários e discursivos que estão ao seu alcance. Entendemos o tempo como expediente inerente à toda narrativa, mas também como agente passível de utilização política atuando em conflitos de poderes em instâncias diversas sejam elas econômicas, políticas, simbólicas, etc, ainda que tais usos não se dêem de forma consciente. Eis a problemática do tempo que vislumbramos no cronista: a de especular de que forma se deu o uso político e simbólico do tempo em seu projeto político e pedagógico.

Fernão Lopes é fruto desta sociedade urbana que já finca raízes por toda a Europa. Sua origem provável é a dos mestris dos arredores de Lisboa ou ao menos é seguro que manteve relações com gentes desta condição. Seu ambiente, seu tempo, portanto, era o destas agitações da dinâmica urbana do *comum povo* a quem soube dar voz ativa em suas crônicas.

Cronista medieval por excelência, mas também humanista de um espírito da renascença que se anuncia em Portugal, sua obra expressa tendências desta multiplicidade cultural. Apresenta-nos um personagem pintado com todas as cores da cavalaria medieval clássica, numa ótica novelesca recheada com todos os elementos que permeavam o imaginário desta literatura. Por outro lado, na crônica de dom Pedro, o senso de justiça e ética encarnado neste monarca encontra-se, por exemplo, vinculado ao direito e o ideal do bom governar. Esboça um monarca cujos atos de governo são marcados pela preocupação com os súditos e não com interesses pessoais e ambiciosos. Posteriormente, na crônica de dom João I, veremos o personagem João das Regras argumentar em favor da legitimidade do mestre de Avis, conclamar o direito do “amor a

⁴⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, cap. XXIX, p. 135.

terra” como superior ao direito de linhagem⁵⁰. Ele esboçou assim concepções jurídicas cujo amadurecimento se daria muito mais tarde. Fernão Lopes apresentou-se, sem dúvida, como um narrador desta multiplicidade que caracteriza o tempo social. Expôs seus ritmos lentos e rápidos, transitou entre formas arcaicas e “modernas” de percepção do tempo e do espaço ao compasso da trama narrativa que foi tecendo.

Num contexto mais amplo, percebemos o tempo da narrativa lopeana organizada em três etapas demarcadas. Suas três crônicas apresentam-se numa seqüência representativa de momentos distintos na “epopéia portuguesa”: o tempo da fartura e da estabilidade, com o reinado de dom Pedro I; o tempo da decadência, no reinado de dom Fernando; e o tempo da redenção, com a ascensão de dom João I. O cronista estabeleceu assim uma seqüência de ordem mítica do tempo da “nação” portuguesa que rumava para a afirmação.

Como foi apontado anteriormente, dom Pedro I foi retratado como um monarca justo e coerente na administração do reino. Seu tempo seria lembrado como o da abundância, fator que seria enfatizado na redação da crônica de Dom Fernando. Também ressaltou a grande bondade deste rei como consequência da boa situação em que se encontrava o reino: *Era ainda de boom desembargo aos que lhe requeriam bem e merçee (...) a toda gente era galardoador dos serviços que lhe fizessem.* Ainda generoso em recompensar aqueles que lhe houvessem servido ou ao seu pai. Muito amado por seu povo pela justiça que mantinha e pela boa administração do reino. Foi, enfim, o tempo da abundância e estabilidade, retratado como uma espécie de “idade de ouro” do reino.

Elle foi gram criador de fidalgos de linhagem, porque naquel tempo nom se costumava seer vassallo, se nom filho, e neto ou bisneto de fidallgo de linhagem; e por husança aviam estonçe a contia que ora chamam maravidiis darse no berço, logo que o filho do fidallgo naçia (...) Este Rei acreçentou muito nas comtias dos fidallgos, (...) Era ainda de boom desembargo aos que lhe requeriam bem e merçee, e tal hordenança tiinha em esto, que nenhuum era deteudo em sua casa, por cousa que lhe requeresse. Amava muito de fazer justiça com derecho; (...)

⁵⁰ ALMEIDA, Néri de Barros e PINHEIRO, Rosana Alves B. O humanismo de Fernão Lopes na crônica de dom Pedro I. In: LUPI, João. Humanismo medieval: caminhos e descaminhos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 360.

*e se a escriptura afirma, que por o Rei nom fazer justiça, vem as tempestades, e tribullações sobre o poboo; nom se pode assi dizer deste...*⁵¹.

Dom Fernando assumiu então o trono de Portugal em confortável situação econômica deixada por seu pai: ... *começou de reinar o mais rico rei que em Purtugal foi ataa o seu tempo*⁵². Inicialmente o cronista lhe exaltou virtudes próprias de um bom governante: *Amou muito seu poboo, e trabalhava de o bem rege*⁵³. Contudo a verdadeira face de dom Fernando foi-se revelando no decorrer da obra. Vemos um monarca inepto e de fraca personalidade, que por ambições pessoais levou o reino a uma guerra devastadora com Castela, na qual saiu derrotado, causando a exaustão das reservas reais. Vendo-se na perspectiva de entrar em batalha, fugiu deliberadamente para evitar o embate direto com o monarca oponente. Desleal aos compromissos firmados e dominado por uma mulher *aleivosa*, já casada, a qual assumiu como rainha para descontentamento do reino. Sua morte agravaria os problemas, pois, por não deixar herdeiro abrir-se-ia as pretensões de Castela ao trono português. Abriu-se, enfim, o tempo da decadência: crise econômica e empobrecimento do reino português que se encontraria sob ameaça, como que por castigo, de ser incorporado ao inimigo estrangeiro ameaçando a causa portuguesa.

*Dous grandes malles rezebeo o reino por esta guerra, que elRei Dom Fernando (...) começou, de que os poboos depois tiverom grande sentido; o primeiro, gastamento em grande quantidade douro e prata que antijamente pellos Reis fora entesourado (...), o seguindo isso meesmo foi gasto de muita multidom de prata, por a mudança das moedas que elRei fez, por satisfazer aas grandes despesas dos solidos, e pagas das cousas necessarias aa guerra (...) E nom embargando as grandes gaamças que elRei Dom Fernando avia de taaes moedas, todo se gastava que nom ficava nenhuuma cousa pera deposio; e mais todo o ouro e prata que elRei achara entesourado: assi que el danou mujto sua terra com as mudanças das moedas*⁵⁴.

⁵¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, cap. I, p. 8 e 9.

⁵² LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, prologo, p. 5.

⁵³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, prologo, p. 5.

⁵⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Caps. LV e LVI, ps. 145 e 150.

Finalmente a crônica de dom João I mostraria o tempo da redenção em que, na figura do mestre de Avis, o reino conquistava sua liberdade frente ao reino de Castela mesmo sob as condições mais adversas. Aqui o cronista levou a termo o ápice de seu projeto político-literário. Vemos o desenrolar de uma gama de artifícios e argumentos de ordens diversas de forma a legitimar a “nova ordem” que se estabelece. Revelou-se a “verdade” sobre o destino que se reservara a um povo consciente de seus valores e sua causa, os *verdadeiros portugueses* que contra todo o tipo de infortúnios afirmaram sua identidade frente a um adversário numérica e militarmente superior. Congregaram-se forças do céu e da terra para o restabelecimento desta “ordem natural” das coisas.

Outra perspectiva temporal que assume presença significativa na obra é o tempo da guerra. O contexto bélico figura como lugar comum na cronística da baixa Idade Média. De modo geral as descrições de batalha costumam ser privilegiadas nas narrativas. Em todas as crônicas de Fernão Lopes a guerra está bem demarcada, seja como parâmetro de modelo pedagógico, como instrumento pelo qual a problemática da legitimação se efetua ou como encontra sua solução. O tempo de guerra é, portanto inerente à narrativa lopeana: *Avendo ja huum anno e nove meses que esta guerra durava...*⁵⁵

A crônica de dom Pedro dedica muitos capítulos ao problema da guerra. Primeiramente a guerra do rei dom Pedro de Castela contra Aragão: *e o rei Dom Pedro (...) moveo crua guerra contra Aragom de sangue e fogo per muitos annos...*⁵⁶ Guerra que é demonstrada sob seu viés pedagógico se pensada como parâmetro de comparação da postura e das atitudes dos monarcas de Castela e Portugal, recheada de muitas passagens envolvendo conflitos armados entre os dois reinos. Posteriormente, ainda na crônica de Dom Pedro, deu-se o início dos desentendimentos, sobre a sucessão dinástica da coroa de Castela entre Pedro e Henrique de Trastâmara, guerra que igualmente revelou-se cruenta e longa e cujos desdobramentos seriam narrados na crônica de Dom Fernando. A morte de Dom Pedro de Castela abriu espaço às pretensões de Dom Fernando a este reino, conferindo novo fôlego ao tempo da guerra: *Em este comeos acemdiasse a guerra cada vez mais...*⁵⁷ A paz fora tratada entre os dois reinos e o

⁵⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XLV, 119.

⁵⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, cap. XVIII, p. 88.

⁵⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XXXVI, 98.

cenário da guerra agora enfocaria a contenda entre Castela e Navarra. Novamente Dom Fernando moveu guerra ao vizinho mesmo contra os conselhos de seus privados e em prejuízo dos tratados de aliança firmados. Nesta segunda etapa da guerra contra Castela temos a entrada em cena do personagem Nuno Álvares Pereira, protagonista de feitos heróicos e cavaleirescos. O tempo da guerra permanece até que seja novamente tratada a paz. Contudo, ainda na mesma crônica, preparam-se novos ingredientes à instabilidade política portuguesa, com a morte de Dom Fernando em Lisboa sem que deixasse herdeiros.

Eis que se inicia a redação da crônica de Dom João I, já com a instalação da nova problemática a respeito da sucessão ao trono real. Com a morte de Dom Fernando e a vacância do trono, Dom João de Castela apresentou-se candidato legítimo, apoiado por grande parcela da aristocracia. O tempo da guerra, a partir da crônica de Dom João I, assume a conotação providencial e de justo empreendimento pelo íntegro destino do reino e da nação. Não mais uma guerra calcada na ganância inconseqüente de um soberano, mas sim a guerra como instrumento pelo qual se concretizaria o tempo da “redenção de todo um povo”. Note-se que antes que a guerra seja retomada, há aqui um intervalo em que costuram-se ao projeto narrativo muitos fatos importantes. Muitas peças devem ser postas no tabuleiro: desde o convencimento do mestre de Avis a abraçar a causa portuguesa até a Rainha Dona Leonor escrever ao rei Dom João de Castela incitando-o a avançar sobre o reino. O cronista desfiou um “novelo” de feitos de batalha onde põe em evidência a causa portuguesa: *As lamças depois que foram perdidas veherom aas espadas, e feriamsse bẽ de vontade...*⁵⁸ O tempo da guerra em Fernão Lopes tem sua apoteose quando da batalha de Aljubarrota, vitória final sobre Castela, em 1385. Aqui vemos a realização da “vocaçãõ” portuguesa: (...) *defemendo justa querela por seuu Reinno e por a Santa Igreja*⁵⁹, mesmo contra um inimigo mais poderoso.

Em se tratando da questão temporal em Fernão Lopes, é mister que se considere a perspectiva do tempo urbano, do mercador. Este espaço marca forte presença na forma narrativa do cronista. Sua dinâmica é aquela do tempo breve, mensurável, quantitativo. Encontramos um Fernão Lopes perfeitamente alinhado com a percepção de que o tempo

⁵⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. CI, p. 195.

⁵⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. II, cap. XLI, p. 103.

já é elemento a ser calculado em proveito próprio e não desperdiçado. Dom Pedro entendia de agilizar as demandas judiciais de modo que as gentes não fossem desgastadas em *perlongados preitos*. Dom Fernando também conhecia o valor do tempo para não desperdiçá-lo: *em guisa que nenhuum tempo aazado pera ello leixava que o nom husasse*⁶⁰. A dinâmica deste tempo do mercador também está na própria forma narrativa do cronista. O modo como os acontecimentos são desencadeados e a forma com a qual narrador conduz o leitor entre eles.

*(...) e em quanto Nuno Alvarez esta de follga e o Mestre aguarda seu poderoso cerco, por este tempo nom ficar de vago, vejamos em tamto alguñas cousas, posto que ligeiras sejam ...*⁶¹

*(...) Leixemos Guimaraaens estar cercado, e tornemos a contar omde era elRei Dom Fernamdo, em quanto se estas cousas faziam...*⁶²

Não há dúvida de que impera na cronística lopeana o tempo breve, dinâmico e moderno próprio da vida urbana e das novas formas de organização do mundo do trabalho que operava por aqueles séculos. Para além da associação de eras passadas com o tempo de algum reinado, o cronista demonstra também preocupação com a datação cronológica dos acontecimentos narrados: *Começouse a era de quatro centos e seis, e o terceiro ano que reinava elRei Dom Henrique...*⁶³ É importante lembrar que era homem formado no ambiente da burocracia, de documentos cuja veracidade era seu próprio ofício atestar. Esta busca pela exatidão das informações era, portanto, inerente à sua formação profissional e perpassava sua escrita: por vezes ele parece esmerar-se em detalhes e listagens de locais ou pessoas. Chega mesmo a discriminar os valores dos pagamentos efetuados aos soldados dos exércitos de acordo com as diferentes modalidades de combate de cada um⁶⁴.

O personagem urbano predomina na trama de Fernão Lopes. Tanto no plano individual como coletivamente, e esta é já uma característica própria às transformações que vem se operando na percepção do tempo: a contemplação do personagem coletivo,

⁶⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, prologo, p. 4.

⁶¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. XCVII, p. 185.

⁶² LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XXXV, p. 95.

⁶³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XVIII, p. 56.

⁶⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. XXXVI, p. 97.

o *comum poboos*. Sua narrativa faz da cidade um personagem que pulsa e vibra, tomando voz ativa nos acontecimentos. As cidades como que assumem sua própria voz e reivindicam o controle de seu destino, como podemos vislumbrar no exemplo da passagem em que o povo de Lisboa manifesta ao rei Dom Fernando seu descontentamento por sua união com Leonor Telles:

*Os poboos do reino razoamdo em taes novas, cada huuns em seus logares, juntavomsse em magotes, culpando mujto os privados delRei e os grandes da terra que lho conssemtiam*⁶⁵.

Em várias passagens da crônica de Dom João I, o povo protagonizou os acontecimentos. Foi o povo de Lisboa que clamou para que o Mestre de Avis não partisse para a Inglaterra e ficasse como defensor do reino: *boom Lomdres he este*, lhe argumentara Rui Pereira. O que dizer então da antológica cena da revolta da população de Lisboa ao saber que o mestre seria morto por ocasião da morte do conde João Fernandes Andeiro:

*A gemte começou de sse juntar a elle, e era tanta que era estranha cousa de veer. Nõ cabiam pellas ruas primçipaaes, e atravessavom logares escusos, desejando cada huũ de ser o primeiro...*⁶⁶

Para além do personagem urbano evidenciado, a própria diversidade de localidades integradas à trama nos fornecem indícios da ótica espacial do cronista. A narrativa do espaço e sua distribuição torna-se essencial para Fernão Lopes desenvolver seu enredo tanto no aspecto literário como no aspecto político. Sendo seu protagonista a figura política de maior destaque naquela sociedade (o rei), será importante localizar os acontecimentos e posicionamentos de diferentes grupos em diferentes regiões, ao menos as mais destacadas, bem como o trânsito do monarca pelo reino, o que nos proporciona um amplo panorama geográfico. Desta forma, Coimbra, Santarém, Simtra, Portallegre, Évora, Viana, Guimarães, Torres Novas e muitos outros, são locais/espacos que passam a desempenhar seus papéis na história. Curiosamente, Lisboa chega a ser representada

⁶⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, cap. LX, p. 161.

⁶⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. XI, p. 24.

como possuidora de consciência própria quando o cronista indaga-lhe sobre os mártires que a defenderam:

Oo cidade de Lixboa, famosa amtre as cidades, forte esteo e collumpna que sostem todo Portugall, quegemdo he o eu esposo? E quaes forom os mártires que te acompanharõ em tua persseguiçom e doorido cerco? – E ella rrespomdemdo, pode dizer: (...)⁶⁷.

Tratando-se de espaços geográficos, sabemos que o próprio cronista nutria gosto por viagens de longa distância, visto que ele as empreendeu em busca de documentos ou depoimentos, muitas vezes em detrimento das próprias fontes que estavam à disposição em seu arquivo. A percepção de espaço que o velho cronista nos apresenta é dinâmica, múltipla, repleta de forças em movimento: para Fernão Lopes, esta multiplicidade dos espaços está claramente relacionada a uma representação do poder. Podemos assim encontrar o rei dom Pedro, por exemplo, que

(...) andava pollo Reino; e visitada huuma parte nom lhe esquecia de hir veer a outra, em guisa, que poucas vezes acabava huum mês em cada logar⁶⁸.

Os espaços vão sendo devidamente intercalados, denominados e significados de modo a esclarecer a real dimensão da epopéia, conferindo maior dinamismo à trama. A variedade de espaços e localidades apresentada também denota a noção de que a narração é constituída de diferentes eventos desencadeados simultaneamente de modo a não ser uma narrativa única, linear, mas um conjunto cuja trama desenvolve-se em diversas instâncias:

Leixemos estar Tolledo cercada, e vejamos elRei Dom Pedro que fazia em tanto, estando em Sevilha⁶⁹.

(...)

⁶⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de D. João I*, Cap. CLX, Vol. I, p. 342.

⁶⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de D. Pedro*. Prólogo.

⁶⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. XIX, p. 59.

*Mas hora leixemos elRei em Sevilha como dissemos juntamdo suas gemtes, e armando frota pera tornar a Portugall, e contemos como NunAllvarez tomou Portell, e do que depois aveo a Lixboa e ao Meestre ata e foi alçado por rei em Coimbra*⁷⁰.

A sensibilidade espacial de Fernão Lopes nos parece voltada mais para o tempo das coisas e dos homens em movimento, marcadamente voltada às novas formas de apreensão dos espaços que a cultura urbana e moderna fará desenvolver. A forma como transita de um espaço a outro deixando os eventos em movimento sem decretar-lhe a interrupção, indica elevado grau de ruptura com um tom mais estático, característico da narrativa medieval. Pode-se ainda perceber este aspecto considerando as narrações urbanas que envolvem a participação do personagem coletivo, como anteriormente apontamos. É este, aliás, um forte referencial sobre as concepções que perpassam a visão de mundo do cronista que compreende o espaço público, dominado pela multidão. Muito se tem conjecturado sobre a quem o cronista está se referindo quando designa as *gemtes* ou o *poovo*. Entendemos tratar-se predominantemente dos grupos ligados aos burgueses, mesteirais ou trabalhadores assalariados comuns das cidades. Se o *comum poobo* constitui-se em protagonista dos acontecimentos e a massa coletiva é, não raro, determinante nas ações da crônica de Dom João I, é porque o cronista possui a faculdade de conceber este espaço urbano, dinâmico com seus personagens característicos.

São, enfim, passagens evidentes de uma concepção de tempo e o espaço urbano são marcados com suas figuras, sua paisagem e seu ritmo.

*Avia outro si mais em Lixboa estantes de muitas terras nom em huuma soo casa, mas mujtas casas de huma naçom, assi como Genoeses, e Prazentijns, e Lombardos, e Castellaães Daragom e de Maiorgua, e de Millam, que chamavom Millaneses (...) E por tanto vijnham de desvairadas partes mujtos navios a ella, em guisa que com aquelles que vijnham de fora, e com os que no reino havia, jaziam mujtas vezes ante a cidade quatro centos e quinhentos navios de carregaçom...*⁷¹

⁷⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de D. João I*, Cap. CLVI, Vol. I, p. 333.

⁷¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*, prólogo, p. 5.

Partimos agora ao exame de outro recorte que aplica-se igualmente ao conjunto da obra e que aponta em direção diferente daquela que foi até aqui demonstrado. O tempo da aristocracia, dos feitos cavaleirescos, do mundo rural, enfim, o tempo de longa duração, das lentas movimentações também é perceptível na obra de Fernão Lopes.

É curiosa a forma como o cronista parece ter acomodado sua narrativa a diferentes categorias de mundo. Parece-nos que esteve perfeitamente integrado a um mundo em constante movimentação em que os letrados assumiam posição nas “engrenagens” da burocracia de estado e soube reconhecer e dar voz aos diferentes atores sociais deste “jogo”. Lembremos, contudo, que as figuras ligadas ao mundo da aristocracia também estiveram sob sua ótica. Ele próprio, aliás, fora nobilitado em 1433, assumindo a condição de vassalo do rei. Este outro mundo, cujo ritmo de tempo também era próprio, também fora largamente assinalado pelo cronista que nunca deixou de apontar e louvar a aristocracia que permanecera fiel à causa portuguesa. Também soube criticar os indícios de quebra da fidalguia e apontou mesmo com certo saudosismo aquele tempo em que a ordem natural (senhorial) das coisas prevalecia: *naquel tempo nom se costumava ser vassallo, se nom filho, e neto ou bisneto de fidalgo de linhagem*⁷². Assim como soube também dar o tom de crítica, quando anunciava a sétima idade dos tempos e denunciava os que ascendiam socialmente por oportunismo da crise social que se instalava: *aqueles que inventavam antigas linhagens de que já não era memória: (...) porque filhos dhomees de tam baixa comdiçom que nom cumpre dizer, que per seu boom serviço e trabalho foram feito cavaleiros, chamamdosse logo de novas linhagees e apelidos*⁷³.

Tal como o crescimento do comércio e das cidades, processo que está em pleno fôlego no século XV, o mundo aristocrático e senhorial também experimentava ainda considerável vigor. Lembremos que mesmo o mundo urbano regia-se em boa medida pelo tempo da natureza e que não existe aí nenhuma fronteira fixa. Não se trata, portanto, de uma descrição de estruturas arcaicas, remotas ou a representação de uma espécie de saudosa volta ao passado esta atenção do cronista à fidalguia. Estas estruturas faziam parte de seu mundo. As forças que atuavam nos conflitos daquela sociedade eram ainda mediadas em larga escala pela lógica estamental de privilégios.

⁷² LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*, cap. I, p. 8.

⁷³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. CLXIII, p. 349.

Por isso, tal como os setores do mundo urbano, o cronista também pôs em evidência os personagens desta outra perspectiva temporal. Abundam referências a figuras que ostentam posições e dignidades como *bons do reino, fidalgos, melhores e honrados do lugar, rico homem, bons fidalgos a cavalo*. Lembremos que o cronista serviu a uma casa real cuja força simbólica era fundada nesta coerência hierárquica. Ele não podia, portanto, ser indiferente à valorização do mundo e das coisas da fidalguia.

Ainda relacionado a este caráter do mundo senhorial encontramos outro aspecto fortemente evidenciado no texto lopeano: a utilização do ideário da cavalaria bem como o resgate de elementos comuns à novelas deste gênero. Já foi dito que o cronista, por seu gênero literário, não pode ser considerado como integrante do romance cavaleiresco, o que concordamos plenamente. Como nos lembra Huizinga, os séculos XIV e XV conhecem um ciclo de valorização tardia dos elementos da cavalaria medieval. Seu ideário penetra mesmo os ambientes urbanos e reproduzem-se os torneios. Tal fenômeno, entretanto, distancia-se da realidade da guerra e dos combates, o que o autor afirma com a metáfora de *uma visão de mundo vista por um “cristal cor-de-rosa” que nunca correspondera a sua realidade*⁷⁴. Sabemos que por estes tempos a cavalaria declinava efetivamente deixando de ser uma referência no campo da estratégia militar. Contudo, o cronista se fez valer de elementos simbólicos da dignidade cavaleiresca como reforço a este tempo senhorial que também vigorava. Não obstante tais valores são estendidos ao conjunto dos portugueses quando, em batalha, passam a integrar o tempo da guerra: *Os portugueses quando isto virom (...) e bem mostravom aa de fora, a gram voomtade de pellejar, que demtro do coração tiinham...*⁷⁵

A abordagem de tal aspecto é inevitável na busca dos sentidos e percepções medievais do cronista. A cavalaria medieval está representada na obra pelo personagem Nuno Álvares Pereira, responsável pela organização da defesa do reino durante a crise de 1383. Este é composto sob a forma do modelo mais perfeito do cavaleiro medieval encarnando com abundância todas as virtudes e ideais inerentes ao tipo:

⁷⁴ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lousã: Ed. Ulisséia, S/d, p. 81.

⁷⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. CXXII, p. 135.

(...) de pouca e branda palavra, doces razões, contentava muito a todos (...) nenhuma coisa fazia com rancor ou ódio (...) ouvindo missas e vivendo bem.

Este personagem foi o principal sustentáculo de toda uma ética de valores que o cronista desejou enaltecer. Ele ostentou a coragem, a fé, a castidade, a ética e o perfeito senso de liderança para acender as chamas da causa portuguesa. Quase um homem santo, que desejou a tal ponto ser um perfeito cavaleiro que procurava afastar de si os vícios carnis, rezando missas constantemente e fazendo boas ações. De acordo com as linhas de Fernão Lopes, a coragem cavaleiresca de Nuno Álvares foi um dos pontos principais sobre o qual se apoiara a vitória do reino frente a Castela, mesmo em oposição a um exército superior.

(...) o promoveo entomçe a alteza de grande e homrroso offiço, nas guerras e hostes do rreino; do quall ell husou de tall guisa, creçemdo de dia em dia em cavalleirosos feitos, que em muitos espertou emvejosa gramdeza⁷⁶.

Fernão Lopes retrata-o, enfim, como religioso, destemido desafiador da morte, capaz de incutir coragem aos guerreiros amedrontados. Desejoso de ser casto, manda rezar muitas missas, edifica e reconstrói capelas, Proíbe as “más” atividades como o jogo e a prostituição entre os soldados bem como os abusos cometidos por estes. As qualidades cavaleirescas de Nuno Álvares Pereira representam os valores tradicionais da sociedade portuguesa e reforçam sua excelência pela vitória e o direito de plena autonomia sobre seu destino. O personagem está igualmente envolvido em premonições místicas que destinam-lhe um futuro promissor como guerreiro vencedor de batalhas. O episódio em que o cavaleiro encomenda sua espada está, por exemplo, envolto em aura profética: o simbolismo medieval conferia à espada um caráter mágico e sagrado, integrando o conjunto das insígnias régias e um papel central no imaginário cavaleiresco⁷⁷.

⁷⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. CXCIII, p. 424.

⁷⁷ COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, p. 151.

É a partir do século XIV que o modelo da cavalaria medieval consolida-se como um ideal de perfeição que está há muito tempo instalado em uma consciência coletiva aristocrática. Nos séculos XIV e XV ainda dissemina-se o gosto e a *alegria de combater, vencer, dominar e afirmar-se como conquistador*⁷⁸. Muito embora a cavalaria já estivesse ultrapassada e ofuscada por novas técnicas e estratégias de guerra, o cavaleiro goza ainda de prestígio que lhe dignifica a uma condição especial. Lembremos que Fernão Lopes chega a enumerar uma listagem de quarenta e dois nomes de fidalgos que foram nomeados cavaleiros pelo rei Dom João I, ou ainda uma das passagens da crônica de Dom Fernando, em que o marechal da França solicita o direito de defesa perante o rei Dom Pedro de Castela sob o júizo de 12 cavaleiros.

*(...) e o Príncipe disse que quiria estar a júizo de cavalleiros, e que lho provaria, e el disse que si, e foram juizes doze cavalleiros de desvairadas nações*⁷⁹.

Dentre as características culturais da sociedade portuguesa do século XV, encontramos um maior apreço pela literatura romanesca concretizada principalmente na narrativa dos romances de cavalaria arturianos que conhecem ampla difusão e cuja influência é, em grande parte, francesa⁸⁰. Buscando a tradição dos escritos de cavalaria, Fernão Lopes procura ambientar Nuno Álvares Pereira numa Demanda: a demanda do mestre de Avis. Para tal intento, lançará mão de todos os artifícios literários e ideológicos possíveis, elaborando assim uma narrativa peculiar que contempla toda uma diversidade cultural no tempo e no espaço.

Por fim, um último aspecto a ser aqui contemplado na análise temporal sobre a obra de Fernão Lopes diz respeito à temporalidade mística e maravilhosa própria da cultura medieval. O cronista encarnou plenamente esta lógica simbólica das coisas e soube muito bem expressá-las no jogo das palavras.

Chega a constituir-se em aspecto pitoresco o espaço que o cronista concedeu aos elementos do imaginário medieval. Homem de arquivos e de provas documentais que

⁷⁸ DUBY, Georges. O tempo das catedrais. A arte e a sociedade 980-1420. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 204.

⁷⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. X, p. 33.

⁸⁰ MONTEIRO, João Goveia. *Op. Cit.*, p. 44.

era, não deixou de contemplar em sua obra os episódios da religiosidade e da mística próprias da cultura medieval. Parece cercar-se por todos os flancos em motivos e justificativas para afirmar seu argumento. Assim, toda a “epopéia portuguesa” esteve repleta de acontecimentos sobrenaturais, profecias, e sinais celestes que colaboraram para a causa do Mestre de Avis. Tais fatores estiveram em maior evidência na Crônica de Dom João I, embora pudessem também ser encontrados em seus outros textos.

Fernão Lopes demonstrou claramente que os elementos do sobrenatural compactuavam em favor da autonomia do reino. Começando pelo episódio de predestinação em que o rei Dom Pedro tivera um sonho onde assistia Portugal arder em chamas. Este sonho mostrava um de seus filhos de nome “João” apagando o fogo. Após consultar especialistas em interpretação, o monarca ficou sabendo que um de seus filhos com este nome possuía um destino de grandes feitos e honra para o reino. A idéia de predestinação anunciada a posteriori é elemento comum na literatura do medievo.

Mais emblemática é a passagem em que o religioso Frei João da Barroca, após receber uma revelação divina, viajou diretamente de Jerusalém a Lisboa com a missão de convencer o Mestre de aceitar sua missão e seu destino. Episódio místico-religioso que confirmava a vocação divina do reino: atestado de que os desígnios divinos são-lhe favoráveis. Frei João instalou-se em Lisboa como um “emparedado”, prática da tradição religiosa medieval, e passou a viver de doações de pessoas que a ele recorriam em busca de orientação religiosa. Nesta condição foi que recebeu a visita do mestre de Avis que entendera de se aconselhar com pessoas espirituais. Frei João disse-lhe então que *todavia que sse nom fosse do regno (...) ca a Deos prazia de ell seer rei e senhor delle...*⁸¹

Há ainda otro episódio bem típico da manifestação do maravilhoso e do sobrenatural. Trata-se do cerco de Lisboa em que os castelhanos são assolados pela peste, enquanto que os da cidade ficavam imunes a qualquer enfermidade, forte indicativo sobre para qual dos partidos operavam as forças divinas. Neste mesmo cerco vemos a narração de uma criança de poucos meses de vida que pôs-se de pé no berço, bradando em bom som: *arreal* pelo rei dom João.

⁸¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. XXIV, p. 49.

Como afirmamos acima, foi através do imaginário e do maravilhoso que Fernão Lopes estabeleceu o vínculo com o tempo medieval. Partilhou esta concepção do “correto” ritmo do tempo cuja restauração era sempre aguardada. Acreditamos que no fundo o cronista desaprovava as mudanças radicais que a crise social acarretara. Verdade que para ele, pela natureza das suas funções, o tempo possuía sim grande autonomia e valor próprio, ao contrário da forma característica medieval. Ele procurou medir o tempo, dominá-lo. Pareceu pouco integrado com o tempo da natureza e não anulou jamais as distinções temporais. Procurou dar o devido lugar ao passado, ao presente e ao futuro, por outro lado, também concebeu a história em eras e idades, reproduzindo a divisão da história do mundo em seis idades, conforme a tradição das crônicas universalistas da Idade Média. E o cronista escreveu como quem *jogueta per comparaçom*, e comparou o Mestre com Jesus Cristo ou com Moisés, e ainda seus seguidores com os apóstolos ou cavaleiros da Távola Redonda. Não estaria, afinal, evocando este tempo da história para tecer comparações com outras épocas conforme a tradição historiográfica do medievo? Também mostrou-se pouco receptível à mudanças e transformações sociais, preferindo muito mais as condições estáveis e a repetição baseada na tradição.

As crônicas dos século XIV e XV apresentam uma concepção linear do tempo. Numa concepção laicizante, o presente passa a exercer um valor de referência quando comparado com o passado e o futuro. Ainda numa aceção cristã de linearidade. O tempo histórico é pluridimensional, pois muitos eventos desenrolam-se simultaneamente, cabendo portanto ao discurso a função de organizá-los de acordo com uma ordem qualquer estabelecida pela narrativa. Desta forma, a concepção de tempo em Fernão Lopes apresenta-se como linear, mas nem por isso abandona de todo a idéia cíclica. A história dirigiu-se em Fernão Lopes a um objetivo proposto que não a vinda de Cristo, mas sim a vitória do mestre de Avis. O fio da história assumia um tom de escatologia profética, sendo a divina providência a todo momento invocada:

*Mas o muito alto senhor Deos, em cuja mão he todo vemçimento e poderio de dar muitos nas mãos dos poucos, prougue emtom de dar vitoria aos Portuguesees ...*⁸²

⁸² LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. XCV, p. 179.

O elo principal do cronista com a concepção de tempo do medievo está na reprodução padrões que conferiam determinadas características às formas de pensamento naquele período. Não esqueçamos que, cronologicamente a redação das crônicas lopeanas, as crônicas dos reis que em Portugal reinaram, ocorre ainda nos limites de uma Idade Média, mesmo que tardia. Há, portanto, o ideal de verdade anunciado pelo cronista com os parâmetros de neutralidade, mas existe paralelamente outro conceito de verdade subjacente à obra que é aquela noção de verdade própria da cultura medieval em que as coisas da realidade concreta são secundárias frente a um sentido mais amplo que se atribui às coisas do tempo. No fundo, a verdade escrita por Fernão Lopes era aquela da causa em que acreditava, ou seja, os princípios justificativos da Dinastia de Avis, dentro da sua forma e estilo, e com as inovações que o sentido de seu tempo permitia.

O tempo medieval em Fernão Lopes assumiu relação direta com os mitos que encarnavam modelos de comportamento, quer pelo aspecto da religiosidade, quer pelo aspecto do modelo primordial de herói ou o modelo ideal de rei. A evocação destes mitos, de acordo com a lógica de pensamento medieval, desconecta o tempo real para estabelecer o tempo mítico. Enquanto bradava pela verdade, o cronista também usou deste recurso.

Como buscamos aqui demonstrar, as múltiplas concepções temporais encerradas na cronística lopeana integram um projeto que utiliza, conscientemente ou não, o tempo como instrumento de poder político. A concepção medieval de tempo em Fernão Lopes constituiu-se em fator significativo nesta empreitada. Ele foi cronista de muitas formas temporais. Brincou com as percepções aparentemente opostas que transitavam num mesmo espaço. E não deixou de contemplar largamente os aspectos da cultura medieval em seus escritos.

Fernão Lopes deixa transparecer este vigor que a cultura medieval ainda sustenta no século XV. Apesar dos indícios de rupturas e dos inúmeros aspectos pertinentes à Idade Moderna, muitas passagens de suas crônicas constituem o produto de uma visão de mundo própria deste sentido. Nos séculos XIV e XV a crônica enquanto estrutura e função, já difere consideravelmente da sua forma característica do medievo. O cronista

não é mais um compilador de fatos. Ele agora interpreta conscientemente, impregna o texto de seu espírito. Fernão Lopes emite opiniões, busca relações de causa e efeito, coteja os fatos de modo a eleger os que mais lhe parecem verídicos. Trama um enredo de modo a servir-se da escrita para fins políticos mais complexos que o imediato enaltecimento de senhores da aristocracia. Dá-nos enfim uma reorganização de sentidos do cronista medieval. Embora seus escritos estejam estruturados sob forma inovadora em relação ao padrão dos textos medievais, podemos identificar perfeitamente a permanência dos seus elementos simbólicos mais emblemáticos. Em primeiro lugar, religiosidade e misticismo. O cronista percebe estes fenômenos atuando como fatores transcendentais determinantes sobre os fatos da vida terrena. A crônica de D. João I é especialmente farta em tais exemplos, pois constitui o ápice do projeto político lopeano e dela emanam as circunstâncias mais exaltadas e decisivas da narração. Neste sentido encontramos exemplos marcantes como o caso do beato frei João da Barroca, já narrado. No desenrolar da seqüência, encontramos uma articulação de signos e sinais do céu, previsões e acontecimentos sobrenaturais cuja função é afirmar a legitimidade do mestre que chega a ser apresentado como o próprio salvador e cujos seguidores são comparados aos apóstolos que saem pelo reino para espalhar o evangelho português. Em muitas passagens do cronista os limites entre o mundo terrestre e o mundo celeste, sobrenatural tornam-se imprecisos. Explica-se por esta via o fato de que Portugal, em condição numérica e militar inferior, contou vantagem sobre Castela, por ser então beneficiário do amparo da providência divina.

*... ca já muitas vezes acoeteço, os poucos veecerem muitos, porque todo vemçimento he em Deos e nom nos homees.*⁸³

Há certamente, em toda narrativa um discurso a respeito do tempo e do espaço. Elementos essenciais à toda produção discursiva. O texto lopeano mostra-se pleno e múltiplo de tais expedientes como procuramos ressaltar em vários de seus aspectos narrativos.

Passamos agora à uma breve apreciação do contexto político e cultural do século XV, como elemento de contextualização da produção lopeana.

⁸³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Vol. I, cap. XCIII, p. 175.

O ambiente político e cultural no século XV

Todo homem é fruto de seu tempo. É esta uma premissa elementar a ser considerada em qualquer estudo de natureza histórica. Costuma-se dizer, por vezes, que alguns homens encontram-se além de sua própria época, enquanto outros são ainda mencionados como estando aquém de seu tempo. Se este último evento pode estar associado a um sentido pejorativo, para o primeiro caso a afirmação contém a conotação de que certas figuras, por seu espírito “avançado” ou “desenvolvido senso de percepção” sobre o mundo, apresentam capacidades de promover mudanças e transformações nos rumos históricos, estando um passo adiante das pessoas ditas comuns. Trata-se de concepção, já bastante ultrapassada, que valoriza em demasia o papel do sujeito individual na História, buscando suas relações de causa e consequência muito mais nos “grandes” homens e seus feitos do que nos processos culturais, econômicos e coletivos a serem considerados para a apreensão do desenvolvimento das sociedades.

Em mais de uma ocasião o cronista Fernão Lopes foi apontado como um personagem situado à frente de seu tempo. Chamado por vezes de “o primeiro historiador de Portugal” ou “pai da história portuguesa”, foi considerado como um personagem que deu impulso a evolução de uma tendência intelectual, anunciando os primeiros esboços para o surgimento de uma concepção científica da disciplina da História, que viria tornar-se vigorosa somente no século XIX. Indicado como um homem cuja percepção apurada permitiu-lhe a compreensão das transformações que se operavam a sua volta e que soube efetuar, com refinado estilo literário, o registro de tais eventos. Em posição privilegiada por manter a guarda do acervo documental do reino, gozando portanto de livre acesso à informações oficiais, primou pela busca da verdade

histórica baseada na investigação, no método e na neutralidade do sujeito em relação ao objeto de estudo. Ao menos, foram estes os parâmetros anunciados em seus prefácios como também em inúmeras passagens de seus textos. Sabemos, contudo, que o cronista não era ortodoxo em relação aos procedimentos de pesquisa anunciados e que na prática, muitas vezes desviou-se largamente de seus próprios preceitos teóricos.

Nos últimos anos, as pesquisas sobre sua biografia não têm colhido novos frutos além das informações esparsas já conhecidas e que muitas vezes permitem apenas o avanço pela via da especulação. Sendo assim, não constitui-se aqui o objetivo de discutir sua trajetória pessoal além do necessário para os propósitos deste trabalho: a biografia do cronista já foi objeto de inúmeros estudos na historiografia portuguesa. Seus aspectos biográficos elementares já foram por nós reunidos por ocasião de nossa dissertação de mestrado¹ onde dedicamos-lhe algum espaço para tecer tais considerações. Como ato subsequente nos estudos sobre o cronista, julgamos que, para melhor compreensão de seu texto e de sua prática discursiva, torna-se agora necessária a contemplação de alguns aspectos de seu tempo, de sua época e sociedade, buscando traçar um panorama introdutório das condições políticas e sociais e do ambiente em que sua obra foi produzida.

Assim sendo, o itinerário a ser percorrido neste capítulo deverá ser um exercício de sentido inverso na proposta geral deste trabalho ou seja, ao invés de investigar a obra para tentar compreender seu tempo, visitaremos alguns elementos do cenário político, econômico e cultural de sua época como uma prévia elaboração de tendências gerais ou específicas que nos possam proporcionar uma espécie de introdução ao contexto que influenciou sua produção cronística. Conforme discorremos anteriormente, é fator inerente a toda produção discursiva o complexo contexto que lhe subjaz, de onde identificam-se certas especificidades e singularidades que integram direta ou indiretamente sua composição.

Buscaremos aqui identificar traços elementares e gerais da sociedade portuguesa do século XV, como forma de conferir suporte à nossa tentativa de melhor compreender as instituições, os códigos, os esquemas lingüísticos, as proposições, omissões e

¹ NORDIN, Nei Marcos Aibar. *“Moço que tal faz, coração tem decerto pra mais”* O ideal de cavalaria na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira. Dissertação apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História junto ao PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, maio de 2001.

sugestões enfim que possam porventura imprimir significados às elaborações discursivo/narrativas daquela formação social. Há uma estreita relação entre o tempo vivido e uma obra escrita, narrada: entre o tempo e a narrativa onde ambas estão a exercer influências determinantes uma sobre a outra, numa relação demonstrada por Paul Ricoeur como círculo hermenêutico entre a narrativa e o tempo².

Buscaremos expor aqui, ao menos de forma sintetizada um panorama das principais instituições da sociedade portuguesa do século XV, sempre que possível em sua situação frente ao conjunto europeu, como forma de contextualizar, como antes afirmamos, os principais aspectos da construção discursiva na escrita do cronista Fernão Lopes.

O contexto em linhas gerais

Desde muito cedo o reino de Portugal teve sua história ligada à de outros reinos da Europa. Este entrelaçamento ao mundo cultural e político europeu ocorreu praticamente desde sua fundação. Todos os eventos significativos da história portuguesa estiveram implicados por contatos com outros reinos da Europa, seja em caráter fundamental ou secundário. As linhas gerais que conduziam os pensamentos e as idéias dos homens bem como motivações religiosas e intelectuais eram igualmente aquelas que pesavam sobre outros reinos da cristandade. Afirmar-se como reino maduro e soberano equivalia a afirmar-se como “nação” católica, representação esta de que o reino se esforçara em muito para integrar à sua imagem. Assim o fora desde Afonso Henrique, passando pelos eventos da Reconquista, ou pelas influências intelectuais que transitavam na órbita de Cluny. Os viajantes peregrinos e as embaixadas estabelecidas, os contratos de casamentos entre as monarquias, sem falar das rotas e contatos comerciais que desde cedo se desenvolviam. Enfim, o desenvolvimento social de Portugal sempre seguira as linhas imemoriais da configuração européia que por lá se deram a conhecer, adaptando-se às suas próprias especificidades regionais, como veremos.

Conforme o contexto geral, entre finais do século XIV e início do século XV, a sociedade portuguesa vive ainda o período histórico correspondente à Idade Média. Os

² RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa – Tomo I. São Paulo: Papyrus Editora, 1994, p. 117.

códigos e padrões da cultura medieval sustentam-se vigorosamente. O mesmo ocorre com as noções de tempo e espaço próprias daquela cultura, conforme vimos. Não devemos esquecer o fato de que este é também um período de inovações e rupturas em que proliferam indícios de transições iminentes em direção ao que se chamará Idade moderna, cujos traços já se fazem sentir. Será exatamente o progresso urbano desta baixa Idade Média que promoverá o rompimento com as formas características da visão de mundo do homem medieval. Como aponta Gurevitch, este é o tempo em que se começam a quebrar as formas de vida características das comunidades aldeãs da sociedade medieval em direção ao “tempo dos mercadores” de Jacques Le Goff³. Contudo, esta passagem é demasiadamente longa e encontra-se longe de ser concluída mesmo ainda na Idade Média tardia.

Por toda parte encontra-se o medievo, seja distribuído em áreas geográficas, como é o caso da aristocracia do norte, ainda fortemente arraigada em suas tradições senhoriais, seja persistindo nos locais em que as transformações sociais eram mais dinamizadas e acolhidas pelo desenvolvimento urbano e mercantil como em muitos centros litorâneos. Como observa João Gouveia Monteiro, os últimos duzentos anos da Idade Média podem ser definidos em dois momentos diferenciados: o século XIV como o momento das convulsões e rupturas, e o século XV como o momento da reestabilização e crescimento⁴. Esta tendência tão marcadamente manifesta no reino de Portugal é a mesma partilhada pela maioria das demais formações políticas do ocidente europeu.

As hierarquias sociais, embora em franco processo de transformação, estruturam-se ainda fortemente agregadas às formas tradicionais da ordem senhorial aristocrática. Percebe-se também a tentativa de vigência das velhas concepções da sociedade estruturada no modelo tripartido que remonta ao século XI e sobre o qual procura-se distribuir os poderes e as “funções”. Legitimam-se um primeiro e segundo estados ou ordens, detentores tradicionais de privilégios e forte influência política. Este grupo vê-se rapidamente alcançado por parcela do estamento que lhe fora sempre subordinado, mas sobre o qual muito pesaram as transformações inerentes dos últimos tempos. O chamado “terceiro estado” constitui um grupo extremamente heterogêneo, cada vez

³ GUREVITCH, Aron I. As categorias da cultura medieval. Lisboa: Ed. Caminho, 1990, p. 53.

⁴ MONTEIRO, João Goveia. Fernão Lopes, texto e contexto. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 24.

mais ciente de sua “importância” social e desejoso de promover mudanças na ordem política e econômica. Através dele operou-se parte significativa dos empreendimentos comerciais e desenvolvimento intelectual que fizeram por integrar o espírito lusitano dos séculos XIV e XV.

O quadro senhorial

Em sua essência e sentido de existência, a nobreza portuguesa não diferia daquela existente no restante dos reinos europeus, embora preservasse algumas características singulares: seu papel social era vital para a sociedade medieval como estamento que tomava para si a atribuição da defesa da sociedade e a quem cabia exclusividade da função da guerra. Contudo, e conforme as condições gerais do contexto mais amplo, os séculos XIV e XV trariam mudanças significativas nas suas condições sociais de existência e poder. A guerra exigia doravante especialidades técnicas que a nobreza, grosso modo, não possuía. As mudanças tecnológicas e estratégicas nos feitos bélicos, relegariam o cavaleiro medieval, juntamente com seus ideais de coragem individual ao passado nostálgico, algo que se verificou mais no sentido prático do que nos imaginários. Tais condições deram-se sem dúvida em caráter amplo neste período, sem esquecermos o exemplo sustentado por João Gouveia Monteiro de que, ainda na primeira metade do século XIV, a nobreza portuguesa não se encontrava afastada das artes da guerra e que detinha ainda boa parte dos conhecimentos e práticas próprias deste ofício⁵.

Por outro lado, vemos neste mesmo período as queixas de Dom Duarte em seu *Livro da ensinaça de cavalgar toda cela*, referente à descaracterização e desvirtuamento de uma nobreza que há muito se via afastada de suas práticas militares tradicionais.

Sabemos, contudo, que as mudanças ocorridas no mundo real operam em ritmo diferenciado daquelas que ocorrem nos planos do imaginário e das mentalidades. A literatura dos séculos XIV e XV torna recorrente temas que narram feitos de guerra e de cavalaria. Portanto, a nobreza portuguesa conservara as ideologias de mentalidade

⁵ MONTEIRO, João Gouveia. A cultura militar da nobreza na primeira metade de quatrocentos. In: Revista de história das idéias. Vol. 19, 1997 pp. 195-227.

guerreira ainda por longo tempo após seu declínio de fato. Ela sofrera profundas transformações em sua condição social, adaptando-se à situação de nobreza cortesã, sob novas formas de comportamento e novos atributos. O que não impediu de toda sua marcada participação em combates ainda nos séculos finais da Idade Média. Afinal, o processo de reconquista que teve lugar na península Ibérica conferiu à nobreza, por muito tempo, a justificativa de sua preeminência social baseada nas atividades guerreiras, de caráter sagrado próprio do ideal de cruzada. Ricardo da Costa considera que esta mentalidade, cujo ápice dera-se com a batalha do Salado em 1340, pode ter perdurado como forte fator de coesão entre a nobreza até as vésperas da revolta social de Avis de 1383/85⁶. Não esqueçamos ainda que todo este aparato ideológico, este imaginário guerreiro se veria revigorado sob novos horizontes com os empreendimentos das navegações nos séculos seguintes.

Contudo, veremos também o esfacelamento deste caráter militar e guerreiro da nobreza, diluindo-se em titulaturas que não mais condizem, no século XV, com seu significado “real” de outrora. O estatuto social da cavalaria, indicativo de uma média nobreza será, gradualmente distanciado de sua característica militar. Mas deve-se considerar que esta diluição cortesã está profundamente implicada no processo de expansão ultramarina que lhe conferiu características próprias frente ao quadro geral da Europa. Sendo impossível ao reino promover a expansão territorial, o Atlântico seria o rumo natural tornando a nobreza lusa aventureira no além mar. Este fato prolongou a interdependência da aristocracia para com o rei causando certo equilíbrio de poderes o que daria à nobreza lusitana ainda certo fôlego para adentrar o século XVI preservando algo de sua condição⁷. Contudo a própria nobreza protestara ao rei, nas Cortes de 1472-1473, contra a degeneração de suas dignidades, que eram agora concedidas a homens sem nenhuma condição de mantê-las e que não tinham realizados nenhum feito para serem merecedores de tais honras. Tal ocorrência também se verificaria em outras partes da Europa. A cavalaria tornara-se modo de promoção administrativa de que se

⁶ COSTA, Ricardo da. A mentalidade de cruzada em Portugal. In: Estudos sobre a Idade Média Peninsular. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), n. 16, 2001-2002, p. 143-178.

⁷ BARROS, Edval de Souza. Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séc. XVI-XVIII). In: Revista de Sociologia e Política. Nº 17, nov. 2001, p. 132.

beneficiaram mesmo letrados, funcionários régios da burocracia e até burgueses⁸. Não fora, afinal, o próprio Fernão Lopes nobilitado por decisão régia? Situação indicadora, portanto, do processo de desestabilização do horizonte social correspondente à aristocracia lusitana por estes tempos.

Portanto, em meio a todo este quadro de transformações que se operava, podemos considerar a larga margem de poder político e influência social da aristocracia no momento em que se davam os feitos narrados por Fernão Lopes. O cronista atesta em suas páginas um mundo ainda submetido à velha ordem que regia as posições de cada um.

Estenderíamos em muito este estudo, que pretende neste momento ser introdutório e estabelecer uma mera contextualização, se adentrássemos aqui nos conceitos de “ideologia” e “imaginário”. Este tópico já foi contemplado em capítulo anterior. Contudo, como não tangenciar tais aspectos quando provinha desta aristocracia tradicional os modelos primordiais de organização e ascensão social? Vigorava ainda uma sociedade concebida hierarquicamente em cujo topo estava uma nobreza cultivadora da memória de seus feitos militares, de sua consciência de superioridade, de seus ideais de virtude e a si outorgava a atribuição de guardar o reino dos diversos perigos e malefícios nos campos da moral, justiça, defesa militar, etc⁹. O próprio Fernão Lopes, que contraíra o privilégio da nobilitação em 1433, enalteceu estes ideais ao construir o personagem Nuno Álvares Pereira com as cores da cavalaria tradicional, como foi anteriormente exposto. O cronista não deixa de atribuir à organização estamental a devida importância, reservando, em várias passagens de suas crônicas, espaço para listar nomes de *grandes fidalgos* que lutavam ao lado português. Temos aqui um bom exemplo do prestígio alcançado pela nobreza ainda nos conturbados tempos do século XV. A opção de categoria ou classe assume valor maior que a referência individual em certa passagem em que o cronista justifica que, apesar de *boões e leaes portugueses, posto quue algus de tamanho estado e comdição não fose convem a saber*¹⁰.

⁸ SOUZA, Armindo. In MATTOSO, José. (Coord.) História de Portugal – volume II. A monarquia feudal. (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 448.

⁹ HUIZINGA, Johan. El otoño de la Edad Media. Madrid: Alianza Editorial, 1978, p. 91.

¹⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXXVIII, Vol II, p. 95.

Percebemos nos escritos do cronista um amplo conjunto de exemplos que fornecem um panorama da sociedade estamental. A rainha Leonor Telles, sabendo que não era querida pelos “pequenos” do reino, trata de acrescentar aos de sua linhagem, especialmente por casamento, com os “maiores do reino” ou fazendo ainda muitos “bons do reino” por seus vassallos, como a garantir mais prestígio para sua casa¹¹. Embora parte significativa da nobreza tenha se bandeado ao partido castelhano na crise de 1383, há ainda um número considerável de nobres que aderem à causa do mestre de Avis. Esta nobreza também desempenha seu papel no enredo das crônicas. Lembremos que é um *escudeiro fidalgo* que argumenta com o mestre de Avis sobre sua permanência no reino¹².

De acordo com José Mattoso, a organização espacial/geográfica da Idade Média portuguesa possuía um delimitador que a dividia em pelo menos duas áreas separadas muito mais pelo seu aspecto social do que por questões econômicas ou culturais. Tratava-se de uma região definida pelo noroeste e litoral até o rio Mondego, em que pesava mais o regime senhorial, e outra região que abrangia o norte interior e as beiras, em que predominava a organização concelhia. Embora estes dois modelos fossem fundamentais para a compreensão da estrutura da sociedade medieval portuguesa até o século XIV¹³, interessa-nos agora a primeira região, caracterizada por esta maior persistência da dominação senhorial de que nos fala aquele historiador, pois abordaremos o fenômeno dos concelhos e da urbanização mais adiante. Aquela, possuía relativo isolamento ou dificuldades em passagem nas vias de comunicação, salvo no litoral. Isto permitiu-lhe certo distanciamento e autonomia no desenvolvimento das relações sociais entre senhores e camponeses sem grande interferência de poderes externos, ao menos por boa parte do período medieval. Caracterizava-se esta região também por alta densidade humana e fragmentação da propriedade senhorial, ocasionando variada gama de fortunas. Mesmo os locais que já esboçavam algum desenvolvimento urbano, habitados por mercadores e bispos, estiveram sujeitos por muito tempo ainda às estratégias de poder e de dominação senhorial, como foi o caso da cidade do Porto. Nesta região o regime senhorial prevaleceu e uma elite garantiu sua

¹¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. LXV, p. 172.

¹² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXII, Vol I, p. 45.

¹³ MATTOSO, José. In: MATTOSO, José. (Coord.) *História de Portugal – volume II. A monarquia feudal. (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 165.

sobrevivência pelo uso da força e monopólio das funções públicas, sobre um grande número de trabalhadores da terra. Seu poder baseava-se não tanto na posse de domínios cultiváveis, como na apropriação de vastos territórios, capacidade de rápida mobilidade sobre eles e a utilização “privada” de serviços públicos como a administração da justiça e proteção militar¹⁴.

Fernão Lopes, já o dissemos, aponta esta estrutura senhorial ainda vigente em seu tempo. Principalmente nas relações de vassalagem, visto que a própria monarquia servia-se de tais laços de dependência em seu entorno, ao passo que precisava limitar sua proliferação independente por entre a nobreza. Ao rei cabia o papel de soberano/suserano a quem todos deviam lealdade sem nenhuma intermediação. Segundo o cronista, a bondade deve figurar entre as grandes qualidades dos reis que, a seus fidalgos, devem fazer muitas mercês. O próprio Nuno Álvares fora autorizado a realizar todas as doações que julgasse necessárias em nome do mestre. Esta rede de vassalagens e fidelidades através de mercês, apesar de apresentar risco ao poder central, era necessária à manutenção do poder num momento em que o Estado periclitante necessitava em larga medida deste suporte.

*Eu nom sei razom de saber todallas graadezas que elRei Dom Fernamdo mostrou contra aquelles senhores e fidalgos que se pêra sua terra foram, sei porem que recebiam delle todos mujtas homrra e gramdes gasalhados, e a muitos que nomear poderia, dei villas e terras de jur e derdade, e gramdes dádivas de dinheiros e bestas e outras cousas.*¹⁵

Muitas outras passagens das crônicas de Fernão Lopes podem dar uma idéia do valor social das estruturas de poder senhorial sobre a terra bem como suas relações de vassalagem. Quando da entrada do rei de Castela em Portugal, por exemplo, são enumerados alguns fidalgos que lhe acorrem para fazer homenagem pelas fortalezas que possuíam¹⁶. Pode-se também observar tais aspectos quando é descrita a maneira de viver de Nuno Álvares Pereira após à guerra: pois sua terra sendo muito bem regida, também o era da mesma forma na questão da justiça *per direita balança avia cada huu*

¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 171.

¹⁵ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. XXVII, p. 79.

¹⁶ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LVIII, Vol I, p. 114.

seu peso.¹⁷ Em outra passagem Fernão Lopes expõe a concepção de hierarquia social ao nomear as pessoas que ajudaram o mestre de Avis na defesa do reino¹⁸, elencando-os por categorias: em primeiro lugar, os fidalgos de linhagem; seguidos pelos alcaides dos castelos para, em seguida lembrar os moradores e filhos dos cidadãos de Lisboa. Como já afirmamos, é próprio da práxis senhorial portuguesa a apropriação de atribuições e serviços públicos que ela julga de sua competência e direito. Muitos locais, por certo, conheceram também a dominação senhorial em grau muito desenvolvido. Os escritos de Fernão Lopes atestam a ocorrência deste fenômeno com a larga presença de personagens vassallos, alcaides e outros exemplos de detentores de prerrogativas de caráter senhorial. Poder este que não existiu sem conflitos e contestações.

Grupo social *tão poderoso quanto reduzido* e também heterogêneo, nas palavras de Armindo de Souza que os estima em 1% da população ao qual se ascende por nascimento ou promoção exclusiva do próprio monarca. Pode-se mesmo estimá-los em termos numéricos, compondo, em meados do século XIV, em torno de 150 linhagens, contabilizando pouco mais de 1000 famílias. Houve também não poucos casos de usurpação/apropriação desta condição, embora as ordenações alfonsinas condicionem a fidalguia a pelo menos quatro gerações. As crises que abrem brechas à formação de estados de exceção na ordem social, mesmo que breves, também terminavam por alterar os critérios de acesso à nobreza. Fernão Lopes não deixou de registrar em seu texto o oportunismo das *gentes de fresca data*:

(...) e nova geraçom de gementes; porque filhos dhomees de tam baixa comdiçom que nom cumpre dizer, que per seu boom serviço e trabalho foram feito cavaleiros, chamamdosse logo de novas linhagees e apelidos. (...) Outros se apegaram aas antigas fidallguas, de que já nom era memória ...¹⁹

Assim configuram-se, através dos séculos que compõe a Idade Média Portuguesa, os títulos formadores da hierarquia aristocrática em ricos-homens, fidalgos, duques, marqueses, condes, barões, etc. dependendo da categoria e importância. Não sem conhecer períodos de exceções, crises, conflitos e decorrências de toda ordem que

¹⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXCIX, Vol II, p. 452.

¹⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CLIX, Vol I, p. 338.

¹⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CLXIII, Vol. I, p. 349.

desestruturavam a plenitude dos ideais consangüíneos. Abriram-se imensas brechas na ordem que definia os critérios de acesso, permitindo o ingresso de inúmeros personagens que almejavam adquirir sua influência e prestígio.

O século XV tornara-se para o quadro senhorial, um momento de descaracterização das antigas conotações políticas, administrativas ou militares, verificando-se o incremento significativo do acesso pela via da decisão régia. Os tradicionais graus de nobreza encontravam-se agora em mãos de novas famílias. Um exemplo é a dignidade de rico-homem, demonstrada por Armindo de Souza, que, no século XIV não encontrava-se mais na condição que desfrutava há duzentos anos, tornando-se um título desprovido de linhagem, possuindo mais o efeito de decisão honorífica, deixando de indicar alta nobreza como antes²⁰.

Contudo, não nos deixemos enganar. Esta é ainda uma sociedade em que vigoram a velha razão dos prestígios e privilégios, onde impera a lógica dos tempos tradicionais, no sentido de que a qualidade prevalece sobre a quantidade. Mesmo no ambiente urbano, como veremos adiante, onde germinam novos valores como civilização, pré-humanismo, prevalece um senso de “urbanidade”, mas que pode estar fundamentado em valores hierárquicos característicos da sociedade medieval²¹. Predomina uma nobreza que ainda detém prerrogativas e regalias e que, numericamente, representava parcela ínfima do montante demográfico. Todas as teorias e argumentações medievais visando a manutenção da organização social podiam ser facilmente encontradas, e acatadas, nos debates contemporâneos. A concepção medieval de uma sociedade trinitária era ainda concebida como modelo vigente em Portugal dos séculos XIII e XIV: não apenas pensada, mas vivida, como esclarece Armindo de Souza. *Um resíduo ideológico, recorrente porque insubstituído, defasado, meramente mental*²². É fundamentalmente uma sociedade que se pensa e se classifica pelas noções tradicionais de ordem e Estado.

*Mas que dos quatro estados do reino, que são prelados e fidalgos e letrados e cidadãos...*²³

²⁰ SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.*, Vol II, p. 446.

²¹ ABREU, Jean Luiz Neves. Sociedade urbana e conflitos sociais na Idade Média. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set.2004, p. 11.

²² SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.* p. 394.

²³ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. I, Vol II, p. 04.

Estes são os frutos colhidos dos intensos conflitos que se operam numa sociedade em processo de transformação e complexificação. Um quadro senhorial em crise de reestruturação e que necessita acomodar-se frente à novas circunstâncias que se apresentam. Ora deve ceder, ora logra conquistar posições nesta arena que é a sociedade estamental. Fundamentalmente, um grupo social cuja parcela considerável mantém-se ainda forte e vigorosa por muito tempo, ocupando seu lugar nos destinos da nação que se forma e se dirige aos tempos modernos.

Os elementos ideológicos e os traços de comportamento presentes numa dada formação social não existem como mero e abnegado ornamento. Eles estão certamente à disposição de algum grupo que os elabora ou deles se apropria como peça a ser lançada estrategicamente no “tabuleiro” social, procurando conservar ou acrescentar o patrimônio que julga seu, seja ele simbólico, econômico, etc. A nobreza ocupa, e ocupará por muito tempo, uma posição de destaque e prestígio. Sua significação social tomará novo fôlego com as atividades militares da expansão ultramarina em direção à África e Índia quando buscará reafirmar sua posição frente à coroa. Para a compreensão da vida cultural deste período que foi muitas vezes chamado de “última Idade Média”, deve-se ter em conta que para os seus contemporâneos uma ilusão pode ter a mesma força de uma verdade²⁴. Neste pressuposto, a ordem senhorial experimentou larga sobrevida, mesmo ainda quando os tempos exigiam mudanças.

Os concelhos e as cortes

Através dos séculos XII e XIII, comunidades travaram combates no sentido de conquistar sua autonomia num jogo cujas forças inclinavam-se para diferentes lados dependendo das circunstâncias. A própria monarquia não exercia uma orientação coerente e linear, ratificando atos favoráveis em diferentes direções, dependendo do contexto ou do reinado vigente. A partir daí inicia-se a tradição dos conselhos cuja força e influência foi significativa em muitos momentos.

A organização concelhia originou-se em Portugal como uma espécie de processo autônomo, advinda da capacidade organizativa independente de comunidades locais a

²⁴ HUIZINGA, Johan. *Op. Cit.*, p. 82.

frente de uma reivindicação comum, o que muitas vezes ocorreu, na prática, muito tempo antes do sancionamento régio. A origem dos concelhos está no fato de que houveram comunidades autônomas que apresentaram ferrenha resistência aos desmandos do regime senhorial ou da autoridade monárquica. De tamanho e influência política variada, existiam nos âmbitos tanto rural quanto urbano em atividades de comércio e de ofício. Terminavam por constituir um sistema social disperso e descentralizado, muito mais atentos aos conflitos e mazelas locais do que propriamente formadores de uma instituição cujas ações abrangessem todo o território²⁵. Os concelhos foram o ponto de partida para que personagens urbanos pudessem acentuar o peso de sua participação dentro do sistema econômico de produção. Este foi um fator considerável de desagregação do sistema senhorial privado, favorecendo a centralização do poder régio que, aliado aos concelhos, renunciou o Estado Moderno²⁶. Sem esquecer que nem sempre o jogo das relações de poder nos concelhos ocorrem pautadas por esta dualidade representada pelos pólos burguesia x nobreza senhorial. Os concelhos podiam, por vezes, representar também o foco de resistência ao poder monárquico, servindo como bases de interesses e sendo apropriados pelas fidalguias locais.

Os monarcas concediam sua autonomia através de documentos chamados cartas de foral. Suas motivações poderiam ser diversas, tanto em função de necessidades militares como para estimular o povoamento ou mesmo para desenvolver atividades econômicas, atraindo mercadores. Certo é que os concelhos submetidos ao rei desfrutavam de maior independência do que aqueles sujeitos ao regime senhorial particular. A concessão do foral implicava no reconhecimento e submissão à autoridade monárquica. Tal sujeição nem sempre representou passividade e os concelhos foram, por vezes, focos de contestação ao poder real, embora a grande maioria tenha aceitado representantes régios fiscalizando a administração e as cobranças devidas. Tais tensões demonstram, na verdade o avanço da centralização régia, uma vez que o Estado, por força de estratégia política, reforçava os laços senhoriais que amarravam os concelhos ao rei: as homenagens de fidelidades eram renovadas ao menos no início de cada

²⁵ ARAÚJO, Valdei Lopes. & GIANEZ, Bruno. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. In: FENIX: Revista de História e Estudos Sociais. Vol 3, ano III, nº 2, abr/mai/jun de 2006.

²⁶ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 219.

reinado e têm-se notícia de que a cerimônia incluía o *beija-mão e a prostração em terra*²⁷, remontando rituais feudo vassálicos.

Luis Miguel Duarte adverte para que o leitor não se deixe impressionar pelos progressos da centralização ao considerar o papel e influência da organização concelhia, sendo necessário ter mais em conta sua heterogeneidade e valor correspondente a cada caso específico, considerando sempre o desenvolvimento de cada região e proximidade com a coroa. Os concelhos tomavam por encargo a aplicação das justiças locais, assumindo para si a resolução de demandas diversas, bem como a organização econômica, política sob regência de juizes concelhios que nem sempre primavam pelo conhecimento do saber jurídico.

Em muitas passagens de seus textos, Fernão Lopes deixa entrever o papel dos concelhos na administração. Estas instituições estão contempladas, por exemplo, quando o cronista tece uma apologia à boa administração do rei Dom Pedro, no sentido de dar bom e rápido atendimento às petições recebidas dos concelhos²⁸. Vemos também o exercício da diplomacia entre concelhos de diferentes reinos quando o concelho da cidade de Gênova escreve ao rei Dom Pedro para que perdoe a pena imputada ao almirante Lançarote Peçanho por adultério.

Parece ser o concelho de Lisboa que se reúne para transmitir ao rei Dom Fernando o desagrado da cidade pelo casamento com dona Leonor Telles, mulher de seu vassalo. O termo é também utilizado para definir o agrupamento dos povos dispostos, se necessário, a usar da força para reverter a vergonha²⁹. Dom Fernando também ordenara que a nenhum fidalgo fosse permitido tomar por *acomtiado*, vizinhos ou moradores dos lugares, pois assim, tomados por seus, ficavam poucas gentes do concelho para servir,³⁰ referindo-se às obrigações militares destas instituições. Encontramos o mestre de Avis, já aclamado rei Dom João I, outorgando carta de privilégios ao concelho da cidade de Lisboa, ou então dirigindo-se aos concelhos do reino dando-lhes notícias de seu casamento com a infanta Dona Felipa, filha do rei de Castela³¹.

²⁷ *Id. Ibid.*, p. 287.

²⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Pedro*. Cap. IV, p. 21.

²⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. LX, p. 161.

³⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. LXXXVII, p. 229.

³¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Cap. XCIV, Vol. II, p. 222.

Quanto às Cortes, a história de seu desenvolvimento em Portugal parece ter evoluído a partir do momento em que os representantes dos conselhos vão gradativamente assentando participação em cúrias régias, o que, pela sua condição numérica, figuram como marco inicial às reuniões tidas em Leiria, no ano de 1254.

Era através destas reuniões que se buscava o entendimento entre a vontade do soberano e as necessidades dos setores representativos do reino, notadamente, clero, nobreza e povo. Estas, ao menos em teoria, somente podiam ser convocadas pelo monarca, que anunciava aos povos a data, o local e o motivo, embora sua convocação tenha, por vezes, ocorrida pela ausência do rei, como as cortes de Coimbra de 1385. O documento de convocação real era o instrumento que lhe conferia legitimidade e existência. Este era o primeiro critério para que uma assembléia fosse considerada como corte. Em seguida era exigida a presença do monarca ou regente e os elementos das três ordens do corpo social ao menos na sessão inaugural. Armindo de Souza aponta as cortes medievais portuguesas como instituição por excelência das demandas do terceiro estado, pois era perfeitamente aceitável que o primeiro e segundo estado se retirassem logo após a solenidade de abertura. Era comum que a aristocracia e o clero possuíssem assembléias próprias para tratar diretamente com o monarca, prerrogativa de sua condição, ao passo de que o terceiro estado não possuía outros expedientes de audiência³².

Seja como for, era apenas através das reuniões das Cortes que se fazia representar o conjunto dos súditos. Não existia uma pauta obrigatória a ser tratada em corte, embora possamos presumir que sempre fossem temas de suma importância e de interesse geral como a elaboração e aprovação de regimentos, compromissos firmados pelo monarca ou atitudes tomadas por este que afetassem a vida do reino. O cumprimento de leis elaboradas em Cortes eram de máxima obrigação³³. Eleição de reis ou de regentes, como foram os casos das cortes de 1385 e de 1438-39, ou mesmo a confirmação e juramento do herdeiro no reconhecimento da continuidade dinástica. Nas Cortes existia ainda o espaço para reclamações do povo ao monarca por problemas comuns ao Estado ou por deliberações do próprio.

³² SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.*, Vol II, p. 512.

³³ *Id. Ibid.*, p. 512.

Trata-se contudo de uma instituição transitória, que só possuía existência efetiva pelo tempo em que estivesse em vigência. Surgia e desaparecia ao sabor das necessidades prementes do reino e da nação. Por isso sua denominação vinha sempre acompanhada do local e ano de ocorrência, e sua periodicidade era inconstante bem como sua duração, que equivalia sempre ao tempo necessário para o tratamento das suas demandas.

Era comum que questões financeiras fossem contempladas e, de preferência submetidas à aprovação dos Estados que compunham o reino, principalmente em se tratando de imposições extraordinárias por eventuais crises e dificuldades em que se encontrassem os monarcas. Este era um terreno fértil à exaltação de paixões e interesses e nem sempre os trabalhos corriam em harmonia de idéias e senso de cooperação, o que deveria ocorrer por teoria, mas por vezes as Cortes transformavam-se em arena de ferrenhos embates.

Se as Cortes portuguesas remontam à tradições ibéricas no que diz respeito às suas linhas gerais, não significa que não guardassem especificidades em relação àquelas, como por exemplo a maior capacidade de intervenção dos representantes nas decisões, o que era mais amplo que o caso de Castela.

Fernão Lopes nos dá testemunho da reunião das Cortes em 1385 na cidade de Coimbra onde foi feita a escolha do mestre de Avis como rei de Portugal. Também presenciamos o monarca nas corte de Braga, esquivando-se de atender pedidos dos fidalgos onde também receberá do condestável o conselho: *quem serve o comu na serve nenhuu*³⁴, ilustrando o ambiente de conflitos em que tais reuniões deviam realizar-se, bem como o poder de pressão ao alcance destas instituições. O rei de Castela é também representado perante os procuradores dos concelhos em Cortes na vila de Guadallfajara onde revisa acordos e mercês concedidas durante a guerra.

Certo é que as Cortes constituíam “lugar privilegiado de rememoração ritualística do conjunto de valores e princípios que davam credibilidade e forma à ordem social e política” que vigorava naqueles tempos³⁵. Muito do fortalecimento do poder real adveio do apoio das Cortes onde, com amparo das elites municipais, partiam medidas que

³⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXXX, Vol II, p. 288.

³⁵ SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.*, Vol II, p. 515.

submetiam diversas categorias à autoridade do rei, ditavam normas, providenciavam receitas, como o caso da polêmica Sisa, imposto municipal que Dom João I tornaria permanente. Assim foram ajustados às novas situações e deveres os nobres, o clero, bem como diversas categorias profissionais que recebiam novas regulamentações e fórmulas tendo como fim último o reconhecimento e sujeição da autoridade real. Estas reuniões chegaram a ser convocadas 28 vezes durante o período que se estendeu de 1385 a 1430, e constituíram parte significativa da base de ação e apoio do monarca, além de nos fornecer importantes indícios a respeito da natureza e da legitimidade de seu poder.

O desenvolvimento do Estado

De todas as transformações em curso neste contexto, duas chamam mais a atenção para as diretrizes deste trabalho. Uma é a formação das monarquias centralizadas e o fortalecimento do poder real, amparado por toda uma nova estrutura jurídica e a formação de instituições administrativas que apontam em direção ao Estado Moderno. Outra é a ascensão de novos grupos sociais que estão diretamente ligados a este desenvolvimento do Estado ou que dele serão beneficiados, seja pelas diretrizes econômicas adotadas, seja pelas novas funções criadas pelas necessidades da burocracia estatal, possibilitando a formação de grupos especializados na administração. Tudo isso em relativo detrimento da aristocracia tradicional que, doravante, seria obrigada a dividir, quando não ver transferidos a outros, os seus poderes, privilégios e atribuições nas esferas da administração.

No momento em que o cronista Fernão Lopes erguia sua pena, esboçando seus primeiros escritos, planejando a estrutura de sua obra literária, seu mundo passava por transformações fundamentais que se anunciavam em todos os aspectos da vida social³⁶. Ele próprio, que presenciou a transição entre dois séculos, por vezes registrou sua estranheza frente às mudanças ocorridas em sua sociedade, isso quando teve condições de percebê-las³⁷. É possível que não tenha mesmo compreendido que a própria natureza

³⁶ Fernão Lopes foi oficialmente nomeado cronista em 1434, mas já exercia a função ao menos desde 1418.

³⁷ Especula-se que Fernão Lopes tenha nascido por volta do ano de 1380, tendo começado a redação de suas crônicas pelos idos de 1418. O cronista presenciou então a passagem entre os séculos XVI e XV.

das funções que exercia, constituía um forte sintoma da coroação de uma das principais transformações políticas que operavam-se através daqueles tempos: a ascensão do Estado centralizador.

Fenômeno comum à maioria dos reinos europeus, o reino português do raio do século XV já atingira razoável grau de complexificação em seu sistema administrativo. A sociedade, a economia, os costumes, as artes, enfim, todos os campos necessários ou complementares ao advento do Estado Moderno, estavam em vias de consolidação. Estado este burocratizado e caminhando a passos largos para libertar-se das amarras das velhas relações de dependência para com os grupos tradicionais a que os monarcas viam-se muitas vezes obrigados e limitados no exercício de sua soberania. Como vimos, o próprio Estado se utilizara, quando convinha, das representações ligadas à esta tradição senhorial como meio de manutenção do poder. Contudo, por estes tempos, apresentavam-se já plenamente os critérios básicos apontados por Strayer para o desenvolvimento das instituições pertinentes ao desenvolvimento do Estado em Portugal:

*(...) o aparecimento de unidades políticas persistentes no tempo e geograficamente estáveis; o desenvolvimento de instituições permanentes e impessoais; o consenso em relação à necessidade de uma autoridade suprema; a aceitação da idéia de que esta autoridade deve ser objeto da lealdade básica dos seus súditos*³⁸.

A unidade política está consolidada pelo menos desde meados do século XIV e logo se fará germinar o sentimento de nacionalidade: cada ameaça sofrida ao território contribuiu ainda mais para seu fortalecimento; a burocratização avançada criou estas instituições impessoais; o poder real pronunciou-se progressivamente e consensualmente no reino e, muito embora impregnado de concepções senhoriais, já prevalecia a idéia da necessidade de um poder central para promover o bem comum na contrapartida da lealdade dos súditos.

Este último aspecto, aliás, é difundido com foro privilegiado na argumentação de Fernão Lopes: a noção de que esta lealdade deve-se à determinado partido (o do mestre de Avis) que assumiu o poder por ser ele o representante mais legítimo e benéfico à

³⁸ STRAYER, Joseph R. As origens medievais do Estado Moderno. Lisboa: Gradiva, s/d., p. 16.

terra, o que justifica a aceitação desta autoridade. Aí residiu o pilar do sentimento de nacionalidade tão presente nos textos do cronista e tão relevante na constituição do Estado Moderno português. É importante lembrar que Fernão Lopes enfatizou o apelo popular em delegar o poder político a um mestre de Avis relutante, amedrontado e pronto a empreender fuga do reino frente à insistência da população de Lisboa igualmente temerosa³⁹. Muito além das instituições políticas e econômicas, o Estado serviu-se das ideologias que reinterpretavam e agrupavam as noções de soberania, território e jurisprudência, como podemos perceber em diversas sentenças enunciadas por variados personagens das crônicas⁴⁰.

*Amigos, sayamos a elles, ca nom som pera nada; nos somos Portugueeses dereitos, e por deffemder nossa terra e rregno, nom devemos tomar nehuu reço, mas todavia pellejar com elles; e deffedello ataa morte, amte ca nos sojugaré contra rrazom e dereito.*⁴¹

O fortalecimento do Estado em Portugal é um processo que se move de longa data, através de um acirrado conflito de poderes. Armindo de Souza busca em J. Strayer o conceito de Estado Moderno considerando encontrar aí uma fórmula específica e mais apropriada para Portugal do que a formulação conceitual do termo, de abrangência mais generalizada. Segundo este, a definição territorial, delineada desde 1325 não constitui um fator decisivo para a constituição do Estado. Faz-se necessária a implantação de estruturas reais de poder: *mecanismos ou instituições da estrutura política (...), uns de autoridade, outros de poder*⁴². O reinado de Afonso II (1211-1223), já anunciara um ensaio de burocratização, no incremento do corpo de funcionários como também na preocupação e providência para maior redação de registros documentais. O monarca seguinte, Sancho II (1223-1247), abriu mão das pretensões de centralização em prol de um desastrado projeto de expansão territorial. Já um marco concreto de organização estatal pode ser indicado a partir do governo de seu sucessor, Afonso III (1245-1279), mantendo, porém, diversas características feudais até o fim do século XIV⁴³. Seria um

³⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Cap. XX, Vol. I, p. 42.

⁴⁰ KRITSCH, Raquel. Rumo ao Estado Moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, p.103, 23, nov. 2004.

⁴¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*, Cap. CXIX, Vol. I, p. 232.

⁴² SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.*, p. 509.

⁴³ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 275.

longo, gradual e tortuoso caminho até finais deste século, quando o poder real pode pronunciar-se de acordo com as formulações que o situariam em maior proximidade ao conceito de Estado Moderno. Neste ponto vislumbramos a existência de um cronista como Fernão Lopes, contextualizado na justificativa de que a formação de um Estado centralizado e nacional passa também pela elaboração de uma História nacional⁴⁴. Contudo, nosso cronista contém traços peculiares neste movimento, cujos primórdios encontram-se na Europa do século XII, não por buscar a unidade nacional em um passado mitológico, longínquo e comum, mas sim por indicar que há pouco fora instaurada uma nova era, uma mudança geral dos tempos erguendo um novo reino e uma nova ordem. Não temos dúvida de que esta foi, para o cronista, a significação primordial da casa de Avis, a quem dedicou seus serviços com lealdade.

Enfim, este Estado centralizado, concebido como uma necessidade e um bem para todos foi claramente percebido pelo cronista, mesmo ao redigir sobre os monarcas anteriores à instauração da dinastia de Avis. Homem da burocracia que era, não pode deixar de justificar a autoridade natural e benéfica da justiça sob o encargo do Estado para a vida dos homens em sociedade.

*A razom por que esta virtude, he necessária nos súbditos, he por comprirem as leis do príncipe que sempre devem de seer ordenadas pêra todo o bem e quem taes leis cumprir sempre bem obrara, ca as leis som regra do que os sogeitos am de fazer (...) e porem a justiça he muito neçessaria, assi no poboo como no rei, por que sem ella, nemhuma cidade nem Reino pode estar em assessego. Assi que o Reino onde todo o poboo he maaom nom se pode soportar muito tempo, por que como a alma soporta o corpo e partindosse delle o corpo se perde, assi a justiça suporta os Reinos: e partindosse delles perecem de todo.*⁴⁵

A ascensão da dinastia de Avis representou para o reino de Portugal uma renovação no ambiente político. Não apenas pela mudança dinástica efetuada como também pelo fato de que tal reinado significou uma maior presença do Estado na administração, culminando um processo que se estendia já de longa data. Dom João I, conhecido como rei de boa memória, foi responsável por um fortalecimento da imagem

⁴⁴ GENÉE, Bernard. O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p 103.

⁴⁵ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Pedro*. Prefácio, p. 4.

do monarca perante as questões de maior importância estratégica para a manutenção do poder. Haverá por parte de seus sucessores um grande esforço por legitimar também a imagem da coroa no campo internacional. A partir dele foram estabelecidas bases sólidas para que os reis de Avis possuíssem maiores condições para *legislar, julgar, executar leis e políticas, lançar impostos, decidir sobre a guerra e a paz, etc*⁴⁶.

A turbulência social ocorrida durante o processo em que o Mestre da ordem militar de Avis ascendeu ao trono constituiu, sem dúvida, oportunidade impar para o desenvolvimento ou maturação dos *mecanismos de autoridade e poder*, apontados por Armindo de Souza como essenciais para o advento do Estado centralizado. Dom João I foi oficialmente eleito rei pelas Cortes de Coimbra em 1385, do que pode-se deduzir o apoio de parcela significativa dos grupos que compunham aquela sociedade. Os difíceis anos que foram até 1411, fizeram a muitos questionarem o epíteto “de boa memória”, sendo muito mais uma propaganda construída *a posteriori* do que o cultivo de uma boa lembrança por entre os súditos. Considera-se o ano de 1411 como marco divisório entre duas fases do reinado de Dom João I. Na primeira fase, a consolidação da independência e fortalecimento do reino frente aos resquícios de oposição. Já na segunda fase, a aventura expansionista ultramarina que se iniciara. Se a tomada de Ceuta revelou-se, por um lado, como grande fracasso econômico, por outro ela encerrou uma forte mentalidade de cruzada e possibilidade de prestígio para a monarquia. Um sentimento que já se fazia sentir na obra do cronista e que, somado às lembranças de feitos militares como a Batalha do Salado (1340) e a batalha de Aljubarrota (1383), formaria um espírito lusitano, orgulhoso desde “destino manifesto” registrado por Fernão Lopes e tão característico do século XV.

Enfim, Dom João I é considerado como aquele que consolida o Estado em Portugal no século XV. Todos os elementos que compõe tal noção já se fazem aí presentes. O sentimento de nacionalidade existe e é fator a ser levado em conta pelas forças dominantes. O idioma está unificado e é de uso obrigatório na administração desde o tempo de Dom Dinis (1279-1325). A estrutura administrativa está cada vez mais dotada de indivíduos capacitados para as funções que exercem. O surgimento do Estado implicou na formação de novas categorias sociais das quais o monarca soube

⁴⁶ SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.* p. 528.

cercar-se como base de apoio à função régia. Doravante seu séquito será também composto por juristas, oficiais da fazenda, diplomatas, etc⁴⁷. Em determinado momento poderá haver mesmo certo equilíbrio de poderes ou relações de interdependência entre monarquia, nobreza e letrados. Trata-se da ocorrência de uma espécie de casta burocrática que está agora à disposição do Estado e que permite maior impessoalidade ao monarca no exercício do governo. Contudo, se a monarquia afastara parcialmente antigas camadas sociais que contribuíam para atrofiar-lhe a capacidade de exercer o poder, novos grupos surgem no cenário político marcando cada vez mais sua posição na órbita monárquica. Ao despontar o século XV, como vimos anteriormente, a hierarquização social tradicional está bastante corrompida, comprometendo os antigos privilégios de uma nobreza que se vê concretamente ameaçada por novos grupos urbanos, de cuja índole e consciência nosso cronista partilha plenamente.

O novo Direito

Outro aspecto fundamental, inerente ao Estado e cuja transformação e evolução ocorreu paralelamente ao seu desenvolvimento é a jurisprudência. O estudo do Direito na Idade Média européia foi contemplado logo no surgimento das primeiras universidades na Itália e França. Matérias como Medicina, Teologia e Direito foram inicialmente objetos de cursos e formação de disciplinas⁴⁸. Este último difundira-se por toda a Europa principalmente a partir da Universidade de Bolonha, fundada em 1088 na Itália, onde efetuou-se o resgate e a interpretação do Direito Romano à luz do Renascimento cultural do século XII. Portugal conheceu a recepção deste Direito no reinado de Afonso III (1245-1279) e foi a partir deste monarca que a justiça começou a consolidar-se como instituição de suporte ao aparelho burocrático-administrativo⁴⁹. Ao assumir o trono de um reino desorganizado política e economicamente, este monarca tratou não só de aplicar os princípios do Direito Romano na sua administração como foi o primeiro soberano português a *emitir princípios claros de definição de regras e*

⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal – Formação do Estado Moderno (1415-1495) vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1977, p. 39.

⁴⁸ VERGER Jacques. Homens e saber na Idade Média. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.47 e ss. Estes são os saberes realmente valorizados pelas elites da cultura erudita medieval européia.

⁴⁹ FERNANDES, Fátima Regina. A Recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. In: História: Questões e debates, n. 41, Curitiba: Editora UFPR, 2004, p. 76.

ordenação da Justiça e das formas de relacionamento entre a sociedade e o poder central, com a redação do *Código de Leis e Posturas*, contendo a compilação de suas regras e princípios legais⁵⁰. A partir deste reinado, o Direito constituiu-se em poderoso instrumento a serviço da centralização e constituição do Estado.

Neste processo de centralização do poder político, o monarca afirmara sua autoridade no campo jurídico, de acordo com preceitos do Direito Romano, como última instância de recurso à justiça num golpe duplamente benéfico. Neutralizara assim a parcialidade de juízes locais e estimulara a confiança e fidelidade dos súditos fomentando uma idéia de proteção por parte do poder público frente aos privilegiados.⁵¹ Expressão emblemática deste poder foi a redação das *Ordenações Afonsinas*: compilação oficial de leis do século XV, concluídas em 1446 no reinado de D. Afonso V. (1438-1481). Longe de ser completa, trata-se de um código de leis que buscou regular os mais variados aspectos daquela sociedade.

Esta nova lógica baseada no Direito foi fundamental no corpo da argumentação de Fernão Lopes. Encontramos assim como exemplo de destaque o desempenho da justiça levado ao extremo pelo rei Dom Pedro (1357-1367) que justificou a aplicação de pesadas penas impostas mesmo a pequenos excessos, *pois a pena mais temida por todos era a morte e que valia mais enforcar um ou dois como exemplo do que castigar a todos*⁵². Ainda sobre este rei o cronista defende a neutralidade do Estado na aplicação da justiça criticando a metáfora da teia da aranha em que a justiça seria como uma teia de aranha que prende apenas os insetos mais fracos e pequenos e rompe-se quando passam os maiores e mais fortes. *ElRei Dom Pedro era muito per o contrairo, ca nenhuum per rogo nem poderio, avia descapar de pena merecida*⁵³. Trata-se de enquadrar a monarquia portuguesa como anunciadora de um conceito mais amplo de justiça.

Se o exemplo do rei Dom Pedro dignificara mais a figura pessoal do monarca do que propriamente a ação do Estado, encontramos outro exemplo bem mais elaborado a nos mostrar o papel que o Direito representou naquela sociedade. Tal prática estava marcadamente representada na “epopéia portuguesa” pelo personagem João das Regras

⁵⁰ *Id. Ibid.*, p. 80.

⁵¹ *Id. Ibid.*, p. 81.

⁵² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Pedro*. Cap. V, p. 26.

⁵³ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Pedro*. Cap. IX, p. 43.

a quem coube a tarefa de elaborar a argumentação de justificativa da nova dinastia no campo jurídico.

*(...) era hi huu notavell barom, homem de perfeita autoridade, e comprido de sçiemçia, mui grande leretado em lex, chamado doutor Joham das Regras, cuja sotilldade e clareza de bem fallar amtre os leterados, oje em dia he theuda em comta*⁵⁴.

Tal como nosso cronista, sua biografia está repleta de lacunas. Sabe-se que morreu em 1404 e o próprio Fernão Lopes nos indicou que tenha cursado seus estudos em Bolonha⁵⁵. O intercâmbio comercial e intelectual entre Portugal e Itália ocorria de modo regular desde o reinado de D. Dinis (1279-1325). Por volta do século XV, por exemplo, registra-se na Itália a presença de juristas portugueses como Diogo Afonso Mangancha e Vasco Fernandes de Lucena⁵⁶. Da mesma forma muitos letrados italianos freqüentaram a corte portuguesa no período.

João das Regras apresentou o mestre de Avis como sendo o único em condições de ocupar a vacância do trono, pois a nenhum dos candidatos era legítimo o direito de governar, ficando, portanto, ao encargo das Cortes de Coimbra de 1385, a escolha do monarca. Em ambiente de iminente discórdia, o jurista apresentou os argumentos sobre a sucessão monárquica *teemdo cuidado de mostrar per sçiemçia e rrazom, a verdade*, demonstrando a existência de quatro possíveis herdeiros ao trono. Fernão Lopes enfatiza que após sua explanação ficaria ao encargo dos povos a escolha de sua preferência. *Mas quem poderia rreteer segundo alguus escprevem, a avomdamça de seu bom fallar (...)?*

De forma pontual e “racional” o doutor evocara as principais questões acerca da sucessão. Em primeiro lugar abordou a legitimidade dos presentes para eleger um novo monarca, visto o reino estar dividido e estarem muitos dos súditos ausentes, o que *nom ham fundamento nem emssinamça de direito*. Argumentou que se mesmo o Papa poderia ser eleito por um só cardeal, caso os outros a morressem, e ainda assim seria ele papa de direito, os ali presentes ainda que poucos fossem, possuíam pleno direito de eleger um rei que os ampare, mesmo estando o reino dividido. Em seguida pôs-se a

⁵⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CLXXXIII, Vol I, p. 393.

⁵⁵ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. CLVI p. 434.

⁵⁶ MONTEIRO, João Goveia. Fernão Lopes, texto e contexto. *Op. Cit.*, p. 48.

analisar cada um dos herdeiros e suas possibilidades em *herdar de direito*. A cada um foi colocado impedimentos jurídicos de modo a demonstrar *per vivas rrazões e direito, que estes rreinos som agora vagos*. Para tal é necessária ainda a neutralidade de sentimentos que se possa nutrir por um ou outro partido, pois segundo dizem os sábios a *afeiçom deve seer de todo homem leixada; pois per ella o emtemdimento perde seu rrazoado júzo da rrazom*. Seguindo sua linha de raciocínio, o jurista apontou as contradições de cada um: à Dona Beatriz, questiona pela fidelidade duvidosa de sua mãe, Dona Leonor Teles; o rei de Castela, por tomar partido do antipapa de Avinhão, Clemente VII (o que seria o mesmo que tomar um mouro por rei); questionou o casamento entre o rei Dom Pedro e Dona Inês de Castro, invalidando a causa dos infantes Dom João e Dom Dinis; questionou também estes infantes por moverem guerra contra seu próprio reino, “desnaturando-se” e perdendo qualquer direito sobre a coroa. Finalmente demonstrou ser o mestre de Avis portador de todas as qualidades necessárias para ser elevado à condição de rei de Portugal: ser de boa linhagem, de bom coração para defender a terra, ter amor pelos súditos, possuir bondade e devoção.

O resgate do direito no ocidente medieval fez emergir uma nova lógica que primava pelo raciocínio e a argumentação baseadas nas provas dos testemunhos e dos documentos como únicos balizadores da verdade. No episódio das Cortes de Coimbra de 1385 assistimos uma argumentação baseada em uma nova visão de mundo, mais racional e materialista. Através do prestígio acadêmico conferido ao doutor João das Regras, Fernão Lopes impôs em seu discurso a força que este novo Direito exerceu sobre a sociedade portuguesa do século XV, tornando juridicamente incontestável a pretensão da dinastia de Avis ao trono. Aquilo que o cronista explicara pelos preceitos das lei divinas, demonstraria agora pelas leis dos homens.

Toda esta hierarquia, estes regulamentos, esta estrutura administrativa foram elementos familiares à Fernão Lopes. Por certo ele sentia-se confortável entre estes emaranhados documentais que para tantos devia ser motivos de tormentos. Devia locomover-se mesmo com intimidade pelas vias da burocracia estatal. Por toda sua vida fora homem da administração, onde fez próspera carreira, calcado nos ensinamentos e na doutrina do Direito. Seus escritos convertem-se numa apologia da autoridade e bom uso da justiça e por vezes nos permitem perceber a complexidade da administração, demonstrando assim o desenvolvimento deste Estado que necessita já de amplo aparato

teórico e de produção documental, num avançado estado de burocratização. O documento era a matéria prima de seu ofício como tabelião, arquivista e cronista. Não há notícias de que tenha exercido ofício de outra natureza. Eis o que o torna tão apropriado como redator oficial das crônicas reais.

*Na hordenança de todollos desembargos tiinha elRei esta maneira: Quantas pitições lhe a elle davom, hiam a mão de Gonçallo Vaasquez de Gooes scripvam da puridade, e elle as dava a huum escripvam qual lhe prazia, o qual tiinha encarrego de as repartir, e dar cada humas aos desembargadores a que pertenciam, e as pitições que erom desembargos de comum curso, aquelles per que aviam de passar, mandavam logo fazer as cartas a seus escripvaaens de guisa que naquel dia ou no outro seguinte eram as partes desembargadas (...)*⁵⁷

O desenvolvimento urbano

O desenvolvimento das cidades na Idade Média portuguesa não constitui, na maioria de seus aspectos, caso original em relação ao restante do contexto europeu. Seus fatores motivadores de desenvolvimento estruturam-se em torno das necessidades defensivas, desenvolvimento econômico e de rotas, vantagens topográficas, etc. Sem esquecer as potencialidades concentradas em mosteiros ou conventos que viessem a constituir focos aglutinadores de povoamento ou de expansão urbana. Contudo o fenômeno urbano peninsular foi substancialmente afetado pelas heranças das estruturas urbanísticas do mundo romano e muçulmano, fator este de que guarda igualmente pontos de semelhança e originalidade em relação à urbanização peninsular ibérica.

Comumente as estruturas urbanas guardam um centro defensivo localizado em posição elevado geralmente contornado por uma muralha, dentro do qual se desenvolve a cidade. A este sistema correspondem cidades como Évora, Coimbra, Lisboa, Beja, Santarém, etc.⁵⁸. O desenvolvimento de seus traçados podem diversificar ao sabor de fatores locais que vão desde as antigas estruturas de urbanização até o crescimento desordenado típico dos padrões medievais. Este crescimento intensifica-se a partir do

⁵⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Pedro*. Cap. IV, p. 19.

⁵⁸ GASPAR, Jorge. A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In: *La ciudad hispánica*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1985, p. 133.

século XIII na forma dos subúrbios (arrabaldes), sendo que muitos já existiam antes da reconquista. Este período será também aquele em que se verão algumas iniciativas de planejamento urbano por parte dos monarcas, quer pelo mérito de figurar ante a posteridade como promotor de desenvolvimento urbano, quer por questões de especulação imobiliária e fundiária. Este papel foi desempenhado por reis como dom Afonso III (1245-1279) e Dom Dinis (1279-1325).⁵⁹ Os séculos XII e XIII serão de fato aqueles a que se pode atribuir a expressão renascimento urbano. Foi a partir de Dom Dinis que a concepção de urbanização esteve mais voltada para as questões do desenvolvimento comercial, cuja intensidade fez-se perceptível e que constituiu-se entre os principais fatores do desenvolvimento urbano na baixa Idade Média.

Em traços globais, a cidade medieval portuguesa mostrava-se já como um espaço próprio a uma burguesia que buscava meios de se desenvolver, embora ali também se fizesse sentir, em não poucos casos, o peso senhorial, principalmente na administração. Mesmo com suas bases assentadas no mundo rural, a nobreza explora, desde cedo, as possibilidades de poder no mundo urbano e, no raiar do século XV, pode-se dizer que este grupo esteve fortemente atrelado às atividades econômicas e sociais desta órbita⁶⁰. O centro urbano da Idade Média portuguesa nunca esteve posicionado de modo independente do mundo rural, mesmo sendo de urbanização desenvolvida. Não há uma divisão marcante entre o mundo urbano e rural na Idade Média. Ambos estão intrinsecamente relacionados: *todo povoado vive do termo rural que o cerca*⁶¹.

Caracteriza-se a cidade medieval como um centro administrativo, de prestação de serviços, de produção de bens e de troca, qualidades intrínsecas ao desenvolvimento urbano medieval em toda a Europa. O comércio, entretanto, constituía o cerne econômico de toda atividade urbana. Era nas cidades que toda a população acorria para seu abastecimento. Somente ali os mercados concentravam uma diversidade de produtos que em nenhum lugar se via. O desenvolvimento das feiras, que também impulsionavam o crescimento urbano, ultrapassou em muito seu sentido econômico e converteu-se em fenômeno de envergadura cultural e social mesmo para além da Idade Média. Em seu entorno girava toda a vida de uma região cujos limites poderiam ser

⁵⁹ *Id. Ibid.*, p. 141.

⁶⁰ CARVALHO, Sérgio Luis. Cidades medievais portuguesas. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 55.

⁶¹ *Id. Ibid.*, p. 58.

amplos. Se o comércio interno era a principal base de sustentação econômica, o comércio externo conheceu igualmente admirável desenvolvimento. Sérgio L. Carvalho afirma, contudo, que unicamente a cidade de Lisboa sustentou um comércio externo que adquiriu expressão européia. Ali podemos vislumbrar o crescimento marítimo, além de toda uma estrutura de suporte como o desenvolvimento da construção naval ou condições de armazenagem. O mar já é, desde cedo, fator de extrema relevância no desenvolvimento econômico e urbano. Geograficamente, o reino encontra-se em posição privilegiada como ponto de passagem entre os navios que fazem a comunicação comercial entre o Mediterrâneo e o mar do Norte do qual Lisboa se beneficia amplamente.

Em fins do século XIV o reino de Portugal conheceu um considerável desenvolvimento comercial e urbano. Lisboa conta neste período em torno de 35 a 40 mil habitantes, enquanto estima-se para a cidade do Porto, neste mesmo período algo por volta da casa de 14.000 habitantes⁶², Braga tinha perto de 1.400 e Simtra nunca ultrapassou o milhar. Ambas as cidades (Lisboa e Porto) figuram como grandes centros comerciais cujo peso econômico e político é significativo em todo o reino. Seus mercadores são, para os padrões nacionais da época, desenvolvidos, ciosos de sua importância e dignidade, considerando-se mesmo aptos a representar os interesses de sua categoria em todo o reino⁶³. Para além de destacar Lisboa como um centro político, Fernão Lopes representa a cidade como um pólo econômico ativo e dinâmico.

*Avia outro si mais em Lixboa estantes de muitas terras nom em huuma soo casa, mas mujtas casas de huma naçom, assi como Genoeses, e Prazentijns, e Lombardos, e Catellaães Daragom, e de Maiorgua, e de Millam, que chamavom Millaneses, e Bizcainhos, e assi doutras naçoões, a que os Reis davom privillegios e liberdades, sentimdoe por seu serviço e proveito: (...) E por tanto vijnham de desvairadas partes muitos navios a ella, em guisa que com aquelles que vijnham de fora, e com os que no reino havia, jaziam mujtas vezes ante a çidade quatro çentos e quinhentos navios de carregaçom...*⁶⁴

⁶² SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.*, ps. 328 e 331.

⁶³ *Id. Ibid.*, 380 e 381.

⁶⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Prólogo.

É este o retrato do aparelho urbano que atingira um nível de desenvolvimento diretamente relacionado com as funções que a cidade assume no final da Idade Média. O desenvolvimento urbano do tardo medievo português concentrou-se mais ao sul do que no norte. As principais cidades do reino encontram-se na porção centro-sul do reino, onde a tradição muçulmana fincou raízes mais profundas. Contudo, Sérgio L. Carvalho em seu estudo introdutório sobre as cidades medievais portuguesas, avalia que o reino de Portugal não conheceu desenvolvimento urbano semelhante ao que se deu na Europa mediterrânica e central. O caso de Lisboa seria uma exceção para o autor. Seja como for, nas narrativas do cronista Fernão Lopes, a cidade apresenta-se não apenas como palco, mas quase como um personagem ativo e dinâmico no desenrolar dos acontecimentos.

Os grupos urbanos

A cidade medieval portuguesa constituía um mosaico de grupos que procuravam conservar e ampliar sua parcela de poder e pressão sobre a administração na medida em que lhe fosse possível. Jogo de forças e de funções diversificadas que abrangem os campos político, religioso, comercial, cultural. Enfim, a cidade foi o espaço por excelência do exercício do poder político e palco de conflitos sociais entre diversos grupos na narrativa lopeana. Trata-se de uma nova complexificação social que se apresenta. Não mais a polaridade senhores *versus* camponeses, mas uma pluralidade de grupos sociais que habitam simultaneamente o mesmo ambiente e nele desempenham seus ofícios, disputando aí espaços e poderes⁶⁵.

Estima-se, com grandes reservas, que na metade do século XVI Portugal contasse com uma população de um milhão e quinhentos mil habitantes, com margem à fortes oscilações. O número estimado para a metade do século seguinte estará em torno de novecentos mil habitantes⁶⁶. Estas cidades, caracterizadas pelas atividades mercantis, serão o espaço de gestação de novas forças com as quais o mestre de Avis contará para seu movimento, mas que também deverá contemplar com favores e benefícios, uma vez eleito para a vacância do trono português.

⁶⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. *Op. Cit.* p. 2.

⁶⁶ SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.* p. 334.

Freqüentemente nomeados como homens-bons, Fernão Lopes os nivela com o “comum povo”, correspondente à maioria restante, ganhando as ruas em tamanha exaltação, conforme narração da crônica de Dom João I, a “burguesia” urbana desempenhou um papel fundamental na crise de 1383-1385, bem como no decorrer do reinado de Dom João I. Longe de considerar esta crise social como uma revolução exclusivamente burguesa, consideramos impossível negar a participação decisiva nos rumos dos acontecimentos por parte deste grupo social cujo perfil econômico é tão variável e incerto como o seu perfil profissional.

É visando favorecer a burguesia do reino que Dom Fernando concede incentivos à compra ou construção de navios, considerando o enorme trânsito de mercadorias no reino e os caros fretes cobrados por navios estrangeiros, *era melhor pêra os seus naturaaes, dêz i mujto moor homra da terra*⁶⁷. O monarca empreendera um programa de incentivo à utilização de navios portugueses no transporte de mercadorias para as cidades portuárias como Lisboa e Porto.

Considerando a classificação proposta por José Mattoso⁶⁸ podemos enquadrar o personagem Álvaro Paez neste segmento, cuja diversidade compara-se ao número de vilas e cidades existentes. O primeiro critério seria a riqueza. Porém o capital simbólico político cumpre seu papel de distinção garantindo-lhe lugar entre as elites municipais. Fernão Lopes chama-o *çidadaão, homem homrrado, de boa fazemda*, antigo chanceler dos reis Dom Fernando e Dom Pedro, aposentado em Lisboa onde tinha casas e assentamentos.⁶⁹ Será ele o mentor intelectual do assassinato do conde João Fernandes Andeiro, amante da rainha. Fica clara a influência e habilidade deste personagem no tecer da trama.

Houve uma tentativa, por parte de Afonso II (1211-1223) de estimular as atividades comerciais em Évora, Lisboa e Coimbra, mas que não tivera continuidade no reinado seguinte. Por sua vez, Afonso III (1245-1279) dispensou maior atenção ao desenvolvimento comercial do reino, com medidas consistentes que visavam, inclusive, a integração de Portugal ao mercado europeu. É o século XIII que assinala em Portugal o aparecimento daquilo que se poderá chamar de burguesia, inicialmente atrelada à

⁶⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. XC, p. 243.

⁶⁸ MATTOSO, José. *Op. Cit.*, p. 410.

⁶⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Capítulo V, Vol I, p. 11.

comercialização de gêneros alimentícios. Data do final deste século o aparecimento da primeira sociedade comercial com o intuito de concentrar esforços para armar navios para efetuar transações comerciais visando os mercados de Flandres, Normandia, Bretanha e La Rochelle. Posteriormente estas associações ocorrerão por iniciativa régia.

Existe ali um estrato que pode ser nitidamente identificado com aquilo que se entende por burguesia e que pode até considerar-se desenvolvida para os padrões contemporâneos de Portugal. Atenta em seus interesses a ponto de representar-se ativamente e até conduzir os rumos da crise de 1383, mas, segundo João Gouveia Monteiro, ainda longe de ser uma burguesia fortalecida enquanto classe ou detentora de instituições próprias que lhes garantissem autonomia⁷⁰. Se é incontestável a afirmação de uma burguesia no reino nos séculos XIV e XV, o mesmo não se pode dizer quanto a sua homogeneidade ou linha conjunta de ação. Para o contexto aqui trabalhado a palavra indica notáveis e representativos habitantes das comunidades já urbanizadas, cujos ofícios relacionam-se à revitalização do comércio e das cidades, o que ocorre já há alguns séculos no ocidente medieval.⁷¹ Fernão Lopes utiliza a expressão raramente, preferindo o uso de termos como *bons do reino, melhores do lugar, mui ricos e honrados, rico homem, notáveis do lugar, homem bom*, etc., sendo muitas vezes incerto se tal definição refere-se realmente às novas elites urbanas ou a setores ligados à fidalguia tradicional.

Enfim, burguesia, em Portugal nos finais do século XIV, não representa uma categoria profissional definida, significando mais um critério de riqueza, o conjunto de abastados notáveis das comunidades com algum grau de urbanização. No dizer de Armindo de Souza, um macrogrupo composto por diversos grupos diferentes quanto à natureza de suas funções. Não são uma ordem ou um estado. Seu estatuto advém muito mais da posição por eles ocupada. Talvez o que mais caracterize seja justamente sua heterogeneidade: entre eles encontram-se *mercadores, cambistas, armadores, funcionários públicos superiores, lavradores proprietários, criadores de gado e até*

⁷⁰ MONTEIRO, João Gouveia. Fernão Lopes, texto e contexto. *Op. Cit.*, p. 42.

⁷¹ Desnecessário explicar aqui o contexto do renascimento urbano e comercial ocorrido na Europa após as Cruzadas.

mesteirais enriquecidos. Contudo, detentores já de um sentido de identidade burguesa cuja abrangência chega a ser nacional⁷².

Outra categoria que deve ser considerada é aquela conhecida como *mesteirais*. Duas razões atestam sua importância: primeiro, sua grande difusão nos centros urbanos, cabendo-lhes um papel significativo nos acontecimentos de 1383; segundo, são as suposições de que o próprio cronista seja oriundo desta categoria. Ao menos sabemos comprovadamente que estes se mesclavam em suas relações familiares⁷³. Eram eles comerciantes com loja própria, podendo ser de origem moura ou judaica abrangendo os mais diversos ofícios⁷⁴. Dom João I procurou criar legislação para conceder-lhes assento nas câmaras e concelhos das vilas e cidades para que tivessem força frente as medidas contrárias ao bem comum⁷⁵. Muito embora interligados com a burguesia por diversos laços de afinidades e atividades comerciais, não eram necessariamente uma classe abastada. Porém são suficientemente numerosos para constituir uma força política nos centros urbanos do reino.

Os *mesteirais* estão marcadamente presentes nas cenas descritas por Fernão Lopes e chegam a desempenhar papel principal em muitos acontecimentos onde o cronista enaltece-lhes a capacidade de desempenho e liderança. Novamente aludimos ao descontentamento do povo pelo casamento do rei Dom Fernando com Leonor Telles. Dentre todos do reino formam os de Lisboa que mais se mostraram indignados, representados por um *alfayate* chamado Fernam Vaasques, *homem bem razoado, e geitoso pera o dizer*⁷⁶. Há também um tanoeiro chamado Affomso Anes Penedo, que destaca-se em levantar voz e dar direção aos acontecimentos frente à relutância da câmara do concelho de Lisboa em nomear o mestre de Avis como regedor e defensor do reino⁷⁷.

⁷² SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.* ps. 408 e 409.

⁷³ Uma sobrinha da esposa de Fernão Lopes era casada com um sapateiro de Lisboa.

⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.* p. 253. São eles Sapateiros, carpinteiros, ourives, alfaiates, tecelões, esteireiros, alfagemes, tosadores, tintureiros, gibiteiros, esmaltadores, ferreiros, saboeiros, cortidores, enxerqueiros, etc.

⁷⁵ *Id. Ibid.*, p. 252.

⁷⁶ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom Fernando*. Cap. LX, p. 161.

⁷⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Capítulo XXVI, Vol I, p. 54.

Em sua caracterização das sociedades urbanas medievais de Portugal Sérgio Carvalho⁷⁸ enumera os diversos tipos que compunham o tecido urbano, procurando delinear o que chama de *uma teia de complexos interesses e jogos* e compondo um panorama interessante que esboçaremos de forma sucinta. No topo da pirâmide urbana estariam os grandes e médios proprietários, juntamente com a cavalaria vilã. A estes o autor denomina os homens bons, incluindo os doutores, formados em leis ou em medicina, detentores de importantes cargos públicos. Ainda no estrato superior encontram-se os grandes mercadores cujo grupo numérico, durante toda Idade Média, nunca teria ultrapassado de cinquenta em Lisboa. Ainda um grupo de destaque nesta sociedade seriam os besteiros (milícia urbana), recrutados entre os que detinham certa posição ou cargo público. Abaixo situavam-se os chamados peões, grupo de certo destaque, formado por pequenos proprietários e por mesteirais: sustentáculos da tributação, por serem numerosos. Abaixo estariam os assoldados ou jornaleiros, sendo a maioria da população, grupo formado por serviçais. Havia também os grupos denominados como pobres, formado por todo tipo de gente caída em miséria, advindos de qualquer classe. As minorias étnicas e religiosas também faziam parte do corpo social: mouros e judeus. Estes últimos, vivendo em bairros separados com estatuto próprio e um maior senso de coesão religiosa e cultural. Os escravos sempre foram parte da sociedade urbana e no século XVI constituíam grupo ainda numeroso.

O que foi acima exposto pode nos dar uma noção, mesmo que generalizada, do estado de complexidade em que se encontravam da sociedade portuguesa no período. Percebe-se claramente uma sociedade em efervescência e transformação. O *status quo* é constantemente questionado em razão do conflito entre novos e antigos poderes.

Humanismo e renovações culturais

Se a dinastia de Avis significou uma renovação política no reino, como já afirmamos, o mesmo se pode dizer em relação à cultura letrada e à intelectualidade. Obviamente isto ocorre pela prévia existência de condições que possibilitem tal movimento. Portugal partilha com o ocidente europeu de um contexto geral de

⁷⁸ CARVALHO, Sérgio Luis. *Cidades medievais portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, a partir da pág. 47.

renovação intelectual e colhe, principalmente a partir do século XIV, os frutos do chamado renascimento cultural europeu que principia, de modo geral, em meados do século XII.

Como bem sabemos, não existe evidência de que Fernão Lopes tenha cursado a universidade. Pelo cargo que ocupou, pode-se deduzir que teve quem lhe custeasse os estudos elementares, provendo-lhe a educação necessária para os ofícios da administração. Graduado ou não, é certo que conheceu o desenvolvimento de um ambiente intelectual mais esmerado em que a educação passava a constituir um horizonte que se expandia e que reivindicava a laicização das temáticas e objetos de estudo⁷⁹. Ora, a universidade está presente em Portugal desde o século XIII, instituída por D. Dinis (1279-1325), iniciando com as faculdades das artes (direito canônico e laico) e medicina⁸⁰. Portugal não ficará imune a este renascimento cultural que se efetua desde o século XII, promovendo grandes transformações cujo contexto insere-se no ressurgimento das cidades e do comércio. Será igualmente neste século que aconteceram os primeiros ensaios das escolas laicas que, a médio prazo, promoveram transformações no pensamento intelectual. Transformações que serão reforçadas pelas novas orientações da escolástica no Ocidente, reorientando a teologia em busca de uma nova racionalidade, cujo auge ocorre com a recepção de Aristóteles, seja pela interpretação árabe, de Averróis, seja pela interpretação de Tomás de Aquino⁸¹. As idéias deste teólogo seriam de influência abrangente no cenário intelectual do ocidente. Suas teorias discutiram sobre questões fundamentais na pauta política dos Estados emergentes como a natureza do poder, do Estado, do bem comum, a natureza das leis e formas de governo, conferindo ao poder político contornos mais humanos e desprovidos da lógica sacramental,⁸² como veremos posteriormente.

⁷⁹ CAVALCANTE, Tatiana Murer. Aspectos educacionais da obra de Santo Tomás de Aquino no contexto escolástico-universitário do século XIII. Dissertação apresentada ao PPG em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na área de pesquisa História, Filosofia e Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi. Campinas, 2006, p. 18.

⁸⁰ SOUZA, Armindo de. *Op. Cit.* p. 536.

⁸¹ NASCIMENTO JR., Antônio Fernandes. Fragmentos da História nas concepções de mundo na construção das ciências da natureza: das certezas medievais às dúvidas pré-modernas. In: *Ciência e Educação*. V. 9, n. 2, 2003, p. 287.

⁸² WOLKMER, Antônio Carlos. O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. In: *Revista Crítica Jurídica* – nº 19, Nov/2001, p. 06 e 10.

A recepção destas novas tendências em Portugal ocorre de forma lenta, sem chegar a produzir nenhum impacto ou senso de ruptura e conhece mesmo algum grau de resistência. A fundação de novos mosteiros, a partir do final da primeira metade do século XII, irá conferir um novo estatuto ao tratamento do texto, transcendendo sua função litúrgica e simbólica⁸³. José Francisco Meirinhos avalia que a expressão “Renascimento” não é apropriada para o contexto de Portugal no século XII: um renascimento *sem o sentido de renascer*⁸⁴, embora lhe atribua alguma renovação no ambiente intelectual. Para tal reconhece o papel dos mosteiros, principalmente o de Santa Cruz de Coimbra (fundado em 1131), e o de Santa Maria de Alcobaça (fundado entre 1248 e 1251), cujas bibliotecas evidenciam alguma renovação literária e intelectual. Ambos veiculam influências culturais do norte e de Roma, promovendo rupturas com as tradições culturais visigóticas⁸⁵. Embora não se tenha produzido sequer nenhuma obra filosófica portuguesa no século XII, o século seguinte veria a elaboração de obras destinadas ao comentário e análise de Aristóteles, como o caso de Pedro Hispano Portucalense e D. Durando Pais. Estes mosteiros atuaram como porta de entrada desta transformação semi-tardia que se deu em Portugal.

Portugal partilha então de muitas das tendências culturais e políticas internacionais. Faz sentir o peso de suas particularidades históricas e sua própria capacidade de reinterpretação de muitos trabalhos e obras que ali aportam. O tempo irá sedimentar a cultura e o conhecimento de seus eruditos e suas universidades até que se possa chegar ao esboço de um humanismo. Este começa a manifestar-se em terras lusas na transição do século XV para o XVI. Contudo, Antônio Rosa Mendes avalia que a transição lusa ao humanismo ocorreu de forma lenta, tal o peso da visão de mundo própria da Idade Média, atrasando em muito o classicismo. Este autor enumera dois fatores como grandes responsáveis por esta transformação cultural em direção ao humanismo ocorrida em Portugal nestes séculos: o classicismo e as grandes navegações. O primeiro como fenômeno de cunho literário e o segundo, de cunho econômico, aventureiro, cruzadístico; ambos desenvolvendo-se sem relações significativas entre

⁸³ MEIRINHOS, José Francisco. A filosofia no século XII em Portugal: os mosteiros e cultura que vem da Europa. <http://www.hottopos.com/mirand10/meirin.htm>.

⁸⁴ LE GOFF, Os intelectuais na Idade Média. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 26.

⁸⁵ MEIRINHOS, José Francisco. *Op. Cit.*

si⁸⁶. O classicismo português manifestara-se principalmente no tocante ao estudo (e revalorização) da gramática latina como ponto de restauração cultural e moral de uma sociedade que muitos consideravam “envolta na barbárie”.

Mas Portugal parecia estar pronto a recebê-lo como vemos pela indicação de certo número, mesmo que reduzido, de eruditos italianos que por lá estiveram como já o exemplificamos no caso dos juristas. Da mesma forma, durante o século XV, pensadores humanistas italianos estiveram no reino a convite expresso dos próprios monarcas, como foram os casos de nomes como Mateus de Pisano, Justo Baldino, Cataldo Parísio Sículo, ou Francisco Cavalcante.

Mateus de Pisano viera da Itália em 1435 para servir de tutor ao futuro rei dom afonso V, como também para elaborar crônicas em latim dos reis de Portugal. Dele se sabe que exerceu as funções de filósofo e poeta, embora a única obra sua que tenha chegado aos nossos dias seja o *De Bello Septensi*, escrita em 1460 sobre a conquista de Ceuta, sendo editada mais de trezentos anos depois. Seria este monarca, dom Afonso V, que chamaria ao reino, vindo também de Pádua na Itália, o frei dominicano Justo Baldino, depois bispo de Ceuta, para a tarefa de traduzir ao latim as crônicas existentes de modo a torná-las internacionalmente conhecidas, empreitada que inclui as obras do cronista Fernão Lopes. Cataldo Sículo foi igualmente chamado ao reino em 1485, no tempo de dom João II, para exercer a função de mestre de latim de seu filho bastardo dom Jorge. Dono de um apurado conhecimento sobre as fontes clássicas e já apontado, talvez equivocadamente, como o introdutor do humanismo em Portugal. Francisco Cavalcante pode ter vindo de Florença e exercera a função de notário apostólico e escrivão de Justo Baldino, formado em direito civil e canônico e exímio conhecedor do latim.

Esta tendência do retorno ao latim à literatura portuguesa, que se verificou pelo século XV, não deixa de apresentar-se como manifesto sintoma da penetração do humanismo em terras lusas. A casa de Avis valorizou seu estudo sobremaneira, exemplo disso é a biblioteca de Dom Duarte, que esteve repleta de obras na “língua de Roma”. Tal inclinação se veria ainda mais reforçada no século seguinte, quando o humanismo português conheceria seu esplendor ao tempo em que Coimbra já

⁸⁶ MENDES, Antônio Rosa. In: MATTOSO, José. (Dir.) História de Portugal – volume III. No alvorecer da modernidade. (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 375.

possuía mestres especializados no saber grego. A Coroa demonstra então preferência por educadores “humanistas” para atuarem como mestres dos infantes e muitos portugueses já frequentavam com distinção universidades italianas (Bolonha e Pádua) estudando direito civil ou canônico, ou mesmo lecionando nas universidades espalhadas pela Europa, a exemplo de Aires Barbosa, André Gouveia, Antonio Gouveia e Diogo Gouveia, chegando este último a reitor da Sorbone. Destacam-se igualmente por esta época nomes como Diogo de Teive, Henrique Caiado, Aquiles Estação e também André de Resende que mantinha contatos com figuras notórias do Renascimento, como Erasmo.

Vimos que, em meados do século XV, Portugal encontra-se integrado, econômica e culturalmente, ao quadro da civilização europeia. É este o período de internacionalização do humanismo. As relações entre Itália e Portugal, já em princípios deste século, mostram-se intensas tanto no plano comercial (em que se efetuam transações com Gênova, Veneza e Florença), como nos contatos culturais que eram igualmente prolíferos. Tais contatos eram reforçados pela proximidade com a cúria de Roma, seja em assuntos de natureza eclesiásticos como acadêmicos.

Sem dúvida, sopravam os ventos da renovação e transformação. Todos os estratos conheceram a aspereza de tempos difíceis com guerras e crises, à cujas conseqüências ninguém esteve totalmente incólume. A sociedade portuguesa, mas principalmente as sociedades urbanas, transformam-se rapidamente. Na avaliação de João Gouveia Monteiro, a principal mudança advinda com a crise de 1383 foi a preponderância da cidade sobre o campo⁸⁷. E as cidades são centros germinadores de onde partem muitos dos movimentos de renovação artísticos e intelectuais. Ali ocorre toda uma espécie de conscientização de auto valorização e respeito do mundo do trabalho apontado por José Antunes como uma reação à trifuncionalidade social que, por tradição, tendia a menosprezar os *laboratores*⁸⁸. Seriam passos decisivos direção à maior participação política e conquista de liberdades econômicas. Em um contexto mais amplo, trata-se de um movimento característico do fim da Idade Média, que fará consolidar em toda a Europa uma nova civilização. Enfim, encontramos, nos séculos XIV e XV, um Portugal

⁸⁷ MONTEIRO, João Goveia. Fernão Lopes, texto e contexto. *Op. Cit.*, p. 43.

⁸⁸ ANTUNES, José. A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. p. 320.

ainda medieval, mas amadurecido para formar o homem renascentista que encontra-se numa espécie de gestação. Os príncipes de Avis foram suficientemente ciosos do desenvolvimento da cultura letrada e contribuíram para solidificar em seu tempo maior erudição, conscientização e apreço aos conhecimentos próprios do humanismo.

Sabemos que os séculos XV e XVI apresentaram fortes tendências de um renascimento cultural que, sobretudo na Itália, esteve a revolucionar as ciências, os costumes e as artes. Temos notícias de que muitas obras clássicas que influenciaram este movimento foram traduzidas para o português, como nos demonstra João Gouveia Monteiro em seu trabalho sobre o cronista. Contudo, este professor alerta para o fato de que este pré-humanismo em expansão estaria excessivamente próximo de Fernão Lopes para que não tivesse peso fundamental sobre sua formação ou seu trabalho⁸⁹. Mesmo para o caso de ser incerta a consistência de um pré-humanismo pesando sobre Portugal ou sobre o cronista, isto em nada diminui seus méritos pessoais ou tão pouco o desenvolvimento literário lusitano que conheceu maior impulso a partir da dinastia de Avis.

A idéia fundamental de tudo o que foi até aqui exposto foi demonstrar os traços característicos principais da sociedade portuguesa ao tempo de Fernão Lopes. Na escolha de aspectos que nos pareceram mais significativos certamente teremos omitido outros de não menor relevância. Nosso intento foi esboçar um panorama deste tempo de transformações, e que teve a anuência de uma nova dinastia.

Este tempo de turbulências e contradições foi o ambiente favorável para o germinar de um espírito como o de Fernão Lopes: narrador perspicaz e pitoresco dos mais diversos aspectos de sua sociedade e dos jogos e acomodações de forças em que participam seus diversos grupos.

Todo homem é fruto de seu tempo e seu tempo é também aquilo que lhe foi legado por seus antecessores. Sua consciência é formada por suas experiências pessoais, como também pelas influências de sua época. Fernão Lopes é um típico homem dos séculos XIV e XV da sociedade portuguesa.

⁸⁹ MONTEIRO, João Goveia. Fernão Lopes, texto e contexto. *Op. Cit.*, p. 49.

A cronística e o mundo ibérico do século XV

Considerando-se a história literária da Europa, nos anos em que decorre o período a que convencionamos chamar Idade Média, percebemos a afirmação do gênero literário da crônica como um dos meios por excelência de registro do passado ou dos fatos “importantes” que se desejou legar às gerações futuras. Ao lado de outros estilos como o épico ou os cantares de gesta, a crônica figura como instrumento de exaltação da história de um povo ou de seus heróis e, na expressão de Ruy A. da Costa Nunes, apresenta-se como *uma das espécies medievais do gênero da literatura histórica medieval*, bem como a história e os anais¹. O fato é que tais classificações de gêneros literários estiveram longe de serem claras durante boa parte da Idade Média e termos como anais, gestas, histórias e crônicas foram empregados indistintamente nos títulos de obras que pretenderam registrar o passado.

Sabemos que a Idade Média não reconheceu à História um estatuto próprio de conhecimento como doutrina ou disciplina autônoma. Tão pouco esta integrou o sistema educativo ou gozou de um reconhecimento “oficial” de sua função social por parte dos saberes estabelecidos. Tal consciência histórica afinal, inexistia. Contudo, não houve disciplina que não fizesse uso do passado em seu discurso como plataforma política. Seu uso foi corrente uma vez que o elo com o passado constituiu característica essencial da mentalidade medieval, em uma sociedade que concedeu à tradição e à memória valor inestimável na ordenação de seu mundo. Todos os modelos provinham do passado, quer pela via oral ou escrita, e era comum que mesmo as narrativas que versavam, sobre períodos recentes tivessem início em épocas muito anteriores às recordações do

¹ NUNES, Ruy Afonso da Costa. Reflexões sobre a Crônica ou História das duas cidades. *In*: <http://www.hottopos.com/notand6/nunes.htm> - Acesso em Julho de 2007.

narrador. Estas narrativas tinham por hábito buscar seus preâmbulos num recuo longínquo no tempo, em algum ponto de referência da história universal de acordo com o calendário cristão, como forma de fortalecer sua legitimidade. Os autores de crônicas ou das histórias bem sabiam do poder de credibilidade conferido pela tradição às suas narrativas.

A literatura cronística pode ter suas origens na Antiguidade tardia, em torno dos séculos III e IV de nossa era, quando houve maior preocupação em teorizar sobre o tempo. Trabalhos histórico-cronísticos deixados por autores como São Jerônimo (347-419) e, principalmente, Eusébio de Cesaréia (265-339) exerceram larga influência sobre a literatura dos séculos seguintes². Este último, criador de uma tradição tanto histórica quanto cronística paradigmática na literatura medieval.

Contudo, foi de fato na Idade Média que este gênero veio a conhecer maior florescimento. Foi necessário que a tradição escrita percorresse um longo caminho nos mosteiros, até que a cultura clerical, detentora por excelência das heranças do mundo clássico, empreendesse o que foi chamado de “renascimento” literário em torno do século VIII. A partir destes mosteiros, monges compilavam notícias significativas ano a ano ao passo que compunham histórias de povos, reinos ou igrejas. Cultivava-se o gosto pelo relato do passado e seu sentido prático em relação à crônica, e sobre o próprio sentido da história, ia ao encontro da cultura monástica. Foi neste período que surgiram os primeiros anais, compondo-se de anotações destinadas a registrar eventos marcantes ocorridos no ano. A literatura seguiu então tendências que penderam pelo menos em quatro direções principais: textos de liturgia artística; textos políticos, refletindo sobre a adaptação das instituições civis à sociedade cristã; textos teológicos, discutindo problemas dogmáticos; e textos históricos, verificando a trajetória do povo cristão³. Os anais modificaram-se gradualmente de anotações para breves narrações, o que constitui, para Bernard Guenée, a matéria primeira da história, embora não possam ainda ser considerados como um trabalho de historiador. A distinção entre os anais e as crônicas tenderam a se diluir com o tempo, passando aquela forma a evoluir para esta a medida que os escritores, copiando suas notas foram empreendendo pesquisas para enriquecer

² *Id. Ibid.*

³ PERROY, Edouard. História Geral das Civilizações Vol. VI – A Idade Média: a expansão do Oriente e o nascimento da civilização Ocidental: preeminência das civilizações orientais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 196.

seus textos, num processo de reelaboração do passado. O século XII já não distinguia os dois gêneros e o termo passou a ser pouco empregado⁴.

Nesta época escassa de escritores, desde sempre os medievos procuraram efetuar o registro escrito do que se passava ou o que era digno de ser lembrado. Tempos em que a quase totalidade da Europa encontrava-se inapta para a leitura e o acesso ao conteúdo das obras dava-se predominantemente por intermédio da recitação efetuada em público. Textos redigidos mais para serem ouvidos do que lidos, formulados ao gosto popular nas epopéias e canções de gestas. O saber voltado ao passado foi assim amplamente divulgado na produção dos mais variados gêneros literários do período, dentre os quais destacou-se a crônica.

A predileção pelo passado era assim característica inerente à literatura. Mesmo quando tal passado sujeitava-se ao crivo das reelaborações estas, com frequência fundamentarem-se numa ordem simbólica e mística.⁵ Embora os relatos dos cronistas pudessem muitas vezes misturar fatos reais com fábulas maravilhosas, é nesta categoria que surgiram as primeiras pretensões de rigor histórico no medievo, a exemplo de autores como Beda, o venerável (672-735) que produziu trabalhos de cunho histórico como sua “*Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*” (História eclesiástica do povo inglês), obra que lhe conferiu o título de pai da história inglesa, exercendo enorme influência sobre toda a produção literária mesmo na Idade Média tardia. Beda manifestou em sua obra a preocupação em apontar datações “precisas” dos fatos históricos, tendo como base a era cristã e foi também pioneiro em citar fontes pesquisadas.

Eusébio de Cesaréia, já mencionado, é também um nome de relevância central nesta temática. Autor de uma História Universal (ou Crônica) e de uma História da Igreja. Ambos os trabalhos foram adotados como modelos levados em primeira conta pelos eruditos no medievo. Sua Crônica “*Pantodape historia*”, é dividida em duas partes, sendo a primeira em grego “*Chronographia*”, pretende-se um compêndio de história universal de diversas nações, estendendo-se até o ano de 325. A segunda parte “*Chronikoi kanones*”, estabelece relações cronológicas de fatos históricos em colunas

⁴ GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Editions AUBIER-MONTAIGNE, 1980, p. 204.

⁵ BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, p. 115. “(...) à força de respeitar o passado, ia-se até ao ponto de o reconstruir tal como deveria ter sido”.

paralelas, tal como ainda hoje se faz. Na História da Igreja, Eusébio de Cesaréia apresenta sob forma narrativa a história da igreja desde Jesus Cristo e os apóstolos até o seu tempo, classificada pelos reinados dos imperadores. Tais modelos levarão a uma tradição eusebiana que não será de todo esquecida na Idade Média, definindo a distinção entre história, privilegiando a narrativa, e a crônica centrando-se na cronologia numa narrativa mais abreviada.

Na sua forma medieval primitiva, a crônica consistia em uma coleção de fatos, mero relato cronológico dos acontecimentos, a partir de uma data de referência ou tendo por base uma biografia. Estes cronistas eram, em sua grande maioria, contemporâneos do objeto narrado, sem contemplar a perspectiva da distância temporal dos acontecimentos. A tradição do passado conservava-se até então nas epopéias heróicas, única forma de legado da memória dos feitos aos ouvintes dos séculos XI, XII e XIII. As primeiras crônicas em língua vulgar, surgidas em torno do 1200, ainda mostravam grande influência deste estilo épico.

O século XII marcou na Europa um amplo e generalizado movimento de transformações. Esta mudança se fez sentir nos mais variados e profundos aspectos. Enquanto a vida urbana se intensificava, novas formas estéticas definiam-se. Novos traços intelectuais transformaram as percepções, as técnicas e as formas de expressão. Emergia uma nova consciência sobre o mundo e muitos homens começavam a questionar o atrelamento de suas existências e de seus destinos aos desígnios divinos. Veja-se o exemplo de Abelardo (1079-1142), cujos debates e controvérsias encarnavam uma nova visão de mundo pautada pelo espírito investigativo. Obviamente tais ventos sopraram também sobre as artes literárias. Por todos os lugares surgiam escritos destinados cada vez mais a um público laico, cujo acesso seria igualmente alargado à medida que o avanço dos tempos trazia novas técnicas de escrita e de confecção dos livros bem como novos hábitos de leitura.

Por toda parte, enfim, uma nova cultura transformava as sociedades. Estendiam-se as possibilidades de instrução para um número maior de “almas” e proliferavam documentos redigidos não mais na língua dos teólogos e dos juristas. O próprio Direito entrava em nova fase, abandonando gradualmente as práticas mediadas por rituais simbólicos, com o resgate do Direito Romano que iria introduzir-se por toda parte.

Conforme salientou Marc Bloch doravante seria possível, aos integrantes de um contrato, o conhecimento de seu conteúdo, *diminuindo lentamente o abismo entre a ação e a expressão*.⁶

As narrativas históricas seguiram igualmente seu curso de transformação neste contexto, embora tivessem de esperar até os primeiros decênios do século XIII para libertarem-se de antigas formas de gestas e epopéias e assumirem contornos mais identificados com a prosa, engrossando suas fileiras com autores diferentes daqueles provindos do mundo dos menestréis e clérigos⁷. Desde os primórdios deste movimento de afirmação política da escrita em prosa, bem como sua redação nos idiomas nacionais, já no alvorecer da baixa Idade Média, o gênero da crônica viu-se mais diretamente carregado no seu uso ideológico ou matiz político, a serviço de reis e dos Estados nascentes. O século XIII caracterizou-se por um movimento geral de afirmação das monarquias tanto nos planos externos como internos. Em toda a Europa verificou-se o incremento de sábios e eruditos, formados pelas universidades, a serviço dos príncipes. Neste contexto, o cronista viu modificada sua perspectiva em tons mais adequados às necessidades políticas dos tempos. Uma incipiente preocupação crítica em busca da verdade e uma explicação mais integral dos acontecimentos seriam critérios atestados doravante em muitos escritos. Ainda atuaria como “escriba” apologético a serviço de príncipes, mas agora integrados à projetos políticos de maiores dimensões que serviram de suporte aos rumos tomados na direção do Estado Moderno. A crônica iria assim abandonando sua forma medieval de catalogação de fatos e dados e passaria a privilegiar períodos temporais mais curtos, abandonando a perspectiva universal, integrando-se à dignidade dos documentos oficiais. Este contexto forçaria ainda mais a diluição dos limites demarcadores entre história e crônica.

O século XV encerraria modelos mais complexos de narração histórica diferenciados daqueles prevalecentes na Idade Média. Muitos historiadores, assim como cronistas, inclinaram-se para um ou outro gênero de acordo com as justificativas apresentadas em seus prólogos, ou segundo a tradição eusebiana. Se esta é uma distinção fundamental para a compreensão das literaturas históricas no medievo, como afirma Guenée, é fato que ela nunca foi amplamente aceita, deixando reinar sob os

⁶ *Id. Ibid.*, p. 129.

⁷ *Id. Ibid.*, p. 129.

títulos das obras uma confusão intrincada de gêneros⁸. Não faltaram exemplos que se propunham a elaborar um gênero que se apresentavam como mistos, tendência que se apresentou nos dois últimos séculos da Idade Média, a qual não se soube muitas vezes como denominar: história ou crônica, o que foi forte característica da historiografia medieval.

É preciso salientar que esta distinção entre história e crônica não apresenta-se como fundamental para os objetivos deste trabalho, embora se tenha optado aqui por sua exposição como forma de contextualização. Tanto uma como outra são recheadas de interpretação sobre o passado e, por conseguinte, de discurso histórico, como veremos em capítulo adiante.

A península ibérica integrou este contexto geral da Europa e, a partir do séc. XIII, viu o desenvolvimento de toda uma literatura em prosa, didática, de sermões, espelhos de príncipes, hagiografias e histórias. Houve um espaço de duzentos anos em que manifestou-se ali o desenvolvimento da escrita em prosa. Os séculos XIV e XV conheceram o aumento gradual de leitores, o que contribuiu para a expansão literária que foi também produto da sociedade urbana. Igualmente viu-se o surgimento de novas técnicas. A imprensa foi difundida pela Europa nas últimas décadas do século XV. O papel, de invenção chinesa, já era conhecido desde o século IX pela Espanha muçulmana. Contudo a Espanha cristã só veria sua ampla disseminação no final do século XIII. Ou seja, verifica-se um conjunto de condições confluentes que pesaram sobre a literatura para seu desenvolvimento.

Um movimento fundamental para a definição dos rumos da cronística ibérica foram os esforços empreendidos no século XIII, principalmente sob o reinado do monarca de Castela, Afonso X, o sábio (1252-1284), que assentou as bases de seu governo sobre a construção de um saber baseado na razão dos conhecimentos⁹. Tal processo consistiu em afirmar uma identidade que viesse compensar uma tradição cultural deficitária gerada por um contexto de guerras de reconquista cujas linhas ideológicas pautavam-se muito mais pelas armas do que pelas letras¹⁰. A península

⁸ GUENÉÉ, Bernard. *Op. Cit.*, p. 205-207.

⁹ ORDOÑEZ, Inés Fernández. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos - Nuevo panorama. http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/publicaciones/5_a.pdf - Acesso em abril de 2005.

¹⁰ REBOIRAS, Fernando Dominguez. A Espanha medieval, fronteira da cristandade - http://www.hottopos.com/mirand10/reboiras.htm#_ftnref1 - acesso em agosto de 2006, p. 06.

Ibérica encontrava-se em situação privilegiada, pois sua posição de fronteira com o mundo muçulmano possibilitou-lhe o intercâmbio de um considerável acervo cultural árabe. Acrescente-se também o apoio dos intelectuais judeus na tradução e assimilação deste patrimônio. A cultura ibérica foi, enfim, amplamente privilegiada com estes esforços e vários segmentos conheceram enorme desenvolvimento como o direito, a ciências, as artes, etc., além de posicionar-se como “porta de entrada” para a Europa, de todo um cabedal de conhecimentos e obras que foram fundamentais ao progresso daquela civilização.

Interessa-nos mais especificamente os avanços no campo da historiografia, o que incide diretamente sobre a cronística. A chamada, “historiografia alfonsí” cujas linhas exerceriam grande influência sobre a historiografia ibérica dos séculos seguintes, trazia novas perspectivas sobre as formas de compreensão do papel da história e da crônica como seu instrumento. Afonso X foi considerado como o criador da historiografia medieval hispânica. O certo é que seu labor viria a transformar e condicionar de maneira significativa toda a produção histórica vindoura.

No decorrer do século XII e início do século XIII a península ibérica assistia já o desenvolvimento de uma historiografia cujas raízes encontravam-se na *Historia de regibus gothorum*, de Isidoro de Sevilha, e que serviria de modelo para toda uma produção cronística que vinculava a história de Astúrias-Leão-Castela com o passado visigodo¹¹. Afonso X, portanto, ao assumir seu reinado, contava já com o desenvolvimento de uma produção cronística-histórica que preludiava uma nova perspectiva intelectual sobre o passado e viria certamente a exercer influência na produção deste monarca. Obras como a *Historia silense* (1150); a *Crónica najerense* (1160); *Chronica latina regum Castellae* (1226-1230 /1236-1239), atribuída a Juan de Soria, bispo de Osma e chanceler de Fernando III; *Cronicon mundi*, de Lucas de Túy (1236), versando desde a criação do mundo até a conquista de Córdoba; e também *Historia de rebus Hispaniae*, (1243), de Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, abarcando a história geral da península desde seus primórdios até a conquista de

¹¹ O'CALLAGHAN, Joseph F. El rey sábio - El reinado de Alfonso X de Castilla. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999, p. 177.

Córdoba; seguida pelas *Historia romanorum*; *Historia vandalorum, alanorum et silinguatorum*; *Historia arabum*¹².

A produção de textos em prosa vernacular e não mais em latim seria também um diferencial enfatizado a partir de Afonso X. Embora não seja este monarca que tenha introduzido tal prática: consta que, no reinado de seu pai, Fernando III soberano de Leão e Castela (1201-1252), seu chanceler, Juan de Soria, já realizava a redação de documentos internos no idioma comum, bem como foros outorgados pelo monarca. Possivelmente, algumas traduções do árabe já teriam também sido efetuadas em estilo romance. Contudo, os três cronistas-historiadores (Juan de Soria, Rodrigo Jiménez de Rada e Lucas de Túy) que atuaram sob o reinado de Fernando III, redigiram ainda suas obras históricas em latim.

Um dos fatores que privilegiaram esta transição do latim para a prosa em vernáculo pode ser encontrado na necessidade de utilização ideológica da produção historiográfica, ampliando sua divulgação. O latim não era exatamente o idioma mais adequado à narração pública, sendo a prosa em vernáculo ideal para este fim. A historiografia da concepção alfonsí procurou abarcar um espectro social muito mais amplo daquele alcançado pela historiografia anterior, pois os destinatários de sua recepção não eram apenas os reis ou uma elite reduzida, mas também os súditos¹³. Pretendeu-se educá-los nos dois princípios básicos em que fundamentava-se o governo: o conhecimento de Deus e o respeito ao senhor natural. Haja visto, como demonstra Ordoñez, a ausência de referência ao público ouvinte nas obras em latim, enquanto que as obras em vernáculo serão repletas de passagens dirigidas diretamente ao público ouvinte, como um diálogo que se trava ou uma história que se conta diretamente a um interlocutor¹⁴.

Outro aspecto de interesse frente à transição ocorrida durante o reinado de Afonso X está no fato do aproveitamento maior de fontes na composição das crônicas e obras históricas. Se anteriormente os relatos provinham predominantemente da memória do autor, a partir da escola alfonsí, as obras seriam fruto da manipulação exaustiva de todas as fontes possíveis, incluindo as poéticas e muçulmanas. Tal processo não consistia na

¹² MARTIN, Georges. Los intelectuales y la Corona: la obra histórica y literaria, in: *Alfonso X y su época*, (Manuel RODRÍGUEZ LLOPIS, dir.), Murcie: Carroggio, 2002, pp. 259-285.

¹³ ORDOÑEZ, Inés Fernández. *Op. Cit.*

¹⁴ *Id, Ibid.*

simples tradução e justaposição dos textos. Ao contrário, edificava-se em uma refletida elaboração sobre seus conteúdos e adequação às linhas de um projeto previamente traçado¹⁵. Veja-se também que desde o século XII, começou a vigorar um novo modelo de organização do texto cuja ordenação era agora distribuída em capítulos. Reflete-se aí um contexto de transformação da recepção do livro bem como do advento de novas técnicas na sua confecção. Portanto, o desenvolvimento da literatura em prosa e da crônica em língua vernácula, é fruto da transformação de uma mentalidade literária que veremos chegar na península Ibérica, impulsionada pelo labor de Afonso X. Uma nova forma de escrever, ler e pensar que resultaria, por conseguinte, numa nova literatura.

O esforço historiográfico de Afonso X faria surgir duas grandes compilações: a *Estoria de Espanna*, e a *General Estoria*. Ambas constituem um amplo instrumental de formação política para os monarcas e também de modelos e exemplos para os súditos. Considera-se que a primeira enquadra-se num papel mais estreitamente relacionado com as necessidades políticas do monarca, enquanto que a segunda figura como produto do *enciclopedismo didático de seu tempo, em conexão com o ecumenismo cristão próprio das historias universais*¹⁶.

A *Estoria de Espanna* divide-se em duas partes, sendo que a primeira enfoca a criação e povoamento da Espanha por sucessivas ondas de povos, até a conquista muçulmana; a segunda parte enfoca a história peninsular desde don Pelayo, primeiro rei das Astúrias, e seus sucessores, os reis de Leão e Castela, apresentados como herdeiros dos visigodos, até a morte de Fernando III. Sabe-se que, para a elaboração desta obra, os compiladores utilizaram fontes de cronistas como Suetônio, Eusébio, Orósio, Isidoro de Sevilha, Rodrigo Jiménez de Rada e Lucas de Tuy e muitos outros. Obra considerada por Joseph O'Callaghan como carregada de inovação, por ir além da compilação medieval de fatos e constituir-se em uma elaborada reflexão sobre o século XIII, convertendo-se em modelo para as crônicas dos séculos XIV e XV¹⁷. Sua conclusão foi interrompida em prol da elaboração de uma história universal.

A *General Estória* teve sua confecção iniciada entre os anos de 1270-1274: pretendendo-se como uma história universal desde a criação do mundo até o tempo

¹⁵ *Id, Ibid.*

¹⁶ *Id, Ibid.*

¹⁷ O'CALLAGHAN, Joseph F. *Op. Cit.*, p. 178.

presente de seus redatores. Dela existem seis partes conservadas. Nunca chegou a ser concluída, indo apenas até o nascimento de Cristo. Seus compiladores procuraram integrar textos do Antigo Testamento com escritos profanos, compilando autores cristãos e pagãos. Note-se que ambas as obras, tanto a *Estoria de Espanna* como a *General Estoria* originaram versões ou refundições posteriores que foram identificadas nos estudos de Menéndez Pidal, mas cuja exposição de suas particularidades não cabe neste trabalho.

A História constitui assim ponto central na política de Afonso X: o conhecimento do passado como exemplo de ensinamento para o presente e o futuro. Estimulava-se o desenvolvimento de uma consciência do valor histórico através dos esforços do monarca: fenômeno singular no contexto europeu. Afonso X integrava o conhecimento histórico em seu projeto de elevação do padrão intelectual de seus súditos e não de forma intuitiva, comum em seu tempo, mas de forma planejada, dentro de um projeto previamente elaborado.

*La historia - saber de las cosas que fueron - tenia una finalidad didáctica, ya que facilitaba a la humanidad ejemplos de conducta dignos de ser imitados o evitados. Reflejaba también, como señalara Aristóteles, el deseo natural de toda persona de conocer lo sucedido em los tiempos pasados. Además el aprendizaje del conocimiento histórico era una fuente legítima de deleite y de placer*¹⁸.

As primeiras manifestações da historiografia portuguesa remontam aos mosteiros localizados nos condados conimbricense e portucalense, tendo este último maior difusão. Tratam-se das redações de anais elaborados em latim, nos finais do século XI, cujas notícias mais antigas remontam o século IX¹⁹. Estes relatos cronológicos constituem os mais remotos testemunhos de prosa histórica portuguesa²⁰ e em geral comemoram os feitos da reconquista. Estes anais, posteriormente refundidos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, originaram os *Annales Portucalenses Veteres*, que por sua vez deram origem a uma série de outros textos cuja perspectiva ia ao encontro

¹⁸ *Id, Ibid*, p. 177.

¹⁹ KRUSS, Luis. “Historiografia medieval”. *In*: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Org. e Coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1993. p. 312.

²⁰ LEMOS, Ester de. Vertentes da prosa medieval (excerto). *In*: História e antologia da literatura portuguesa - sécs. XII e XIV – A prosa medieval portuguesa vol. II. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian, 1997, p. 11.

dos interesses do recém fundado reino português, afirmando a legitimidade e autonomia da independência, eximindo-se de qualquer espécie de sujeição aos reis de Leão pelos territórios anexados. A esta matéria somam-se também os *Annales D. Alfonsi Portucalensium Regis* que, fora o tom apologético, indicaria maior conexão nas relações entre a monarquia incipiente e a escrita da História²¹. Esta apologia coloca a literatura dos anais em aproximação com o gênero cronístico, cuja estrutura narrativa vai além da exposição cronológica dos eventos²².

Posterior aos anais, floresce no reino luso outro gênero literário voltado à conservação da memória. Enquanto alguns mosteiros, como Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobça, consagravam as histórias dos monarcas durante os séculos XIII e XIV, outros dedicavam-se a registrar notícias sobre o passado das famílias nobres que lhes patronavam e protegiam. Surgiam assim os livros de linhagens, sendo o mais antigo que se conservou à atualidade redigido em finais do século XIII. Este gênero literário surgiu num contexto político de conflitos entre a monarquia centralizadora e a nobreza senhorial. As famílias fidalgas foram ali apresentadas como anteriores e fundamentais à formação do reino e, portanto, credoras da realeza.

Foi no século XIV que surgiram dois importantes livros de linhagens: o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Este último, elaborado por um filho bastardo de D. Dinis, Pedro Afonso, conde de Barcelos, procurou resgatar o prestígio da nobreza do reino e seu papel na reconquista. Sob influência da historiografia castelhana e pela via de traduções para o português de obras como a *Crônica Geral de Espanha*, textos genealógicos (*Liber Regum Navarro*), crônicas monásticas (*Crônica Portuguesa de Espanha e Portugal*) e crônicas fidalgas (*Crônica do Mouro Rasis*). Este empreendimento representou uma nova perspectiva sobre o passado português agora integrado na história da península e baseada na superioridade do ideal cavaleiresco da nobreza guerreira²³. A narrativa apresentada pelo conde D. Pedro já expressa, como podemos observar, características bem delimitadas de crônica, indicando a evolução historiográfica do século XIV.

²¹ CHANTRE, Raquel. A história e o autor em Fernão Lopes. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestrado em estudos românicos ao Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação da professora Teresa Amado, 2005.

²² MATTOSO, José. "Anais". In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. *Op. Cit.*, pp. 50-51.

²³ KRUSS, Luis. "Crônica". In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 173.

Este rei Dom Denis houve guerra com seu filho dom Afonso que era ifante, por razom que queria que reinasse Afonso Sanchez seu filho de barregãa. E o ifante dom Afonso soube esto e tomou-lhe e cidade de Coimbra vespora de janeiro depos comer, era de mil CCC L IX annos. Em outro dia de janeiro, tomou Monte Moor o Velho, rompentente o alvor, e esto foi na era de mil CCC IX. E foi-se e tomou a Feira e o castelo de Gaia e a torre da menagem do Porto, e foi-se deitar sobre a vila de Guimarães, e guardava a vila e o castelo ãu cavaleiro que chamavam de Meen Rodrigues de Vasconcelos, e defendeo-lha mui bem²⁴.

O trecho acima destaca a contenda entre o monarca Dom Dinis e seu filho, futuro Dom Afonso IV. Percebemos que, embora o autor não perca a referência temporal, a narrativa vai além da cronologia: expondo uma trama, indicando-lhes as causas e alguns desdobramentos, aproximando-se, como já afirmamos, da crônica do século XIV. Importa-nos que, este contexto político-literário de enaltecimento do papel das famílias na formação do reino, não ficará limitado às genealogias. Foi no seio das grandes casas senhoriais que adquiriu-se o gosto pela crônica, há muito prestigiado no reino vizinho²⁵.

Quanto à prática da escrita em vernáculo, o latim persistiu em Portugal por mais tempo na redação dos textos em prosa, em relação ao restante da península. Documentos oficiais no idioma nacional só foram redigidos no reinado de D. Dinis. Foi em tempos deste monarca, neto de Afonso X, que a historiografia portuguesa adquiriu maior destaque. A exemplo do monarca de Castela, D. Dinis ordenou a tradução para o português de diversas obras de cunho histórico como a *Crónica do Santo Gral*, *Crónica Geral de Espanha* e a *Crónica do Mouro Rasis* (século X). Esta, segundo Ester de Lemos, constituiu-se na primeira crônica em prosa redigida em português.

Esta crônica, (*do Mouro Rasis*), de autoria do historiador hispano-árabe Ahmed Arrazi, foi traduzida em finais do século XIII pelo clérigo Gil Perez, que introduziu alterações no texto original. Contudo, o único manuscrito de que se tem notícia foi destruído por um terremoto em 1755 e deve-se notar que foi somente no século XVI que

²⁴ MATTOSO, José. (Seleção, introdução e comentários). Narrativas dos livros de linhagens. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 97-101.

²⁵ KRUSS, Luis. “Historiografia medieval”. In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 312.

atribuiu-se-lhe a palavra “crônica” no título, sendo anteriormente conhecida como *Livro de Rasis*²⁶.

Como demonstra Luis Kruss, a crônica medieval portuguesa iniciou-se assim sob o signo e influência da historiografia castelhana alfonsí, através das traduções empreendidas no século XIII, principiando por traduções da *Crônica do Mouro Rasis* e da *Crônica Geral de Espanha*. Ambas, utilizadas para a composição da *Crônica Geral de Espanha de 1344*²⁷. A refundição desta obra deu impulso a uma nova etapa da leitura da memória do reino²⁸, num contexto de celebração das memórias sobre a vitória da Batalha do Salado (1340), contra o islã e enaltecimento dos feitos cavaleirescos lusos. Expressa-se aqui uma “fórmula” de conflito que não se restringe à península ibérica, sendo aplicável de forma geral ao contexto europeu para os séculos XIV e XV: a elaboração de uma literatura voltada para o enaltecimento das realizações épicas de uma nobreza que disputa poderes frente às pretensões de centralização monárquica e assiste o desvanecer das rígidas delimitações sociais que a separa dos plebeus. A grande maioria dos cronistas do século XV vive ainda em uma época cavaleiresca, mesmo quando evidencia-se as duras condições de vida para este gênero, ao que Huizinga definiu, no célebre “O outono da Idade Média”, como uma visão do mundo através de um cristal cor de rosa.

Nos dois últimos séculos da Idade Média a história absorveu perspectivas humanistas e foram mais numerosos os historiadores e cronistas que vislumbraram seus objetos com maior amplitude. Não mais apenas os eventos surpreendentes e magníficos ou anotações cronológicas, mas também um panorama das instituições, os meandros dos tratados e até mesmo a ordenação do tecido social tomaram parte das obras históricas. Claro que, como observa Bernard Guenée, este movimento não é predominante e a maioria das obras históricas ainda busca apenas a narração dos feitos memoráveis²⁹. De todos os séculos da Idade Média, nenhum pode concorrer com o século XV na diversificação das formas de abordagem dos temas históricos que se fundem a ponto de

²⁶ CHANTRE, Raquel. *Op. Cit.* p. 20.

²⁷ KRUSS, Luis. “Crônica” *In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Op. Cit.*, Versão Galaico-Portuguesa da Crônica Geral de Espanha, também conhecida como Tradução da Variante Ampliada da Crônica Geral de Espanha.

²⁸ KRUSS, Luis. “Historiografia medieval”. *In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Op. Cit.*, p. 312.

²⁹ GUENÉE, Bernand. P. 25.

dificultarem as possibilidades de classificação³⁰. Por esta linha de análise nos inclinamos para a diluição dos limites entre os gêneros da “história” e “crónica”, entendendo que a crónica insere-se em um sentido histórico de registro do passado, o que representa uma característica da mentalidade no medievo, independente de distinções literárias, quer sob forma cronológica ou de narrativas mais prolixas.

O reino de Portugal também integrou-se no contexto de valorização da cultura escrita, que em todo ocidente ocorria. Desde o século XIII, existiu a preocupação do estabelecimento de instituições de ensino, cujo acesso seria também laico. Havia a consciência da necessidade do desenvolvimento da cultura letrada como objetivo de maior dignidade e grandeza, tanto na esfera religiosa como temporal. Os homens letrados passaram a gozar nos séculos XIV e XV, de dignidade e prestígio crescente, sendo a formação intelectual já uma possibilidade de ascensão naquela sociedade ainda fortemente marcada pelo regime estamental³¹.

Sucessivamente e de várias formas, os monarcas investiram no cultivo e aprimoramento dos saberes como instrumentalização para o melhor governar, buscando, pela via da cultura letrada, o aperfeiçoamento moral e intelectual. Susani Silveira Lemos França demonstra como a escrita estendeu-se à diversos setores da sociedade e do Estado e os homens letrados, por sua vez, ganhavam espaço na administração, sendo os mais capacitados para os cargos cuja prática era cada vez mais complexa, numa tendência expressa de laicização do saber e da administração³². Neste sentido ainda Robert Tate aponta como característica comum da historiografia ibérica do século XV é a ausência de um corpo de crônicas provindas de instituições monásticas, frente ao crescimento das bibliotecas aristocráticas e incremento dos arquivos reais.

No séculos XIV e XV a península Ibérica viu assim a difusão de toda uma série de crônicas abarcando reinados individuais, períodos relativamente curtos, afastando-se das concepções universalistas da tradição medieval. Esta nova perspectiva temporal

³⁰ TATE, Robert B. *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1970, p. 281. Esta afirmação é feita pelo autor para a península ibérica, mas entendemos que ela pode muito bem ser aplicada para o contexto da Europa.

³¹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais – Século XV*. São Paulo: Annablume; Brasília; Capes, 2006, p. 26. “Em outros documentos, os nomes dos escolares, lentes e doutores aparecem, algumas vezes, acompanhados do designativo *honrrados*, o que indica, no mínimo, certo prestígio.”

³² *Id. Ibid.*, p. 47.

apresentou ganhos interessantes às propriedades moralizantes dos textos, pois era agora mais fácil apresentar conclusões, expor conseqüências ou produzir apologias de monarcas e até mesmo “criar” memórias³³. Nesta tradição alfonsí estiveram inscritos autores como Fernão Lopes e Pero Lopes de Ayala, produtores de crônicas que se acercaram de fontes diversificadas como depoimentos, biografias e tratados políticos sepultando a tradição das histórias em latim. Neste período, a própria definição da palavra crônica parece ter adquirido dimensão e status de documento emanado pelo poder, designando principalmente obra historiográfica oficial, com reconhecimento autoral. Vigorava então uma concepção da crônica com um sentido mais reducionista diferindo da amplitude temporal característica da história medieval. Pode-se mesmo deduzir que existissem normas e padrões para a construção cronística, diferenciando-a do trabalho tido como histórico³⁴. O Estado português tratou, no século XV, de institucionalizar a escrita do passado. Data de 1434 a nomeação oficial de Fernão Lopes como cronista oficial do reino e guardador dos arquivos da Torre do Tombo, função que já era por ele exercida há mais tempo por estímulo de Dom Duarte. A atenção oficial aos documentos, além de ganhos óbvios na administração, indica a concepção de utilização do passado como instrumento de poder, fenômeno comum a toda a Europa.

O conde Dom Pedro e a Crônica Geral de Espanha de 1344

Como vimos, foi no século XIII que a cronística portuguesa viu surgir seus primeiros expoentes sob a influência alfonsí. Foi no século seguinte, contudo, que se deu a tradução de uma das obras mais representativas deste intento. A tradução para o português da *Crônica Geral*, conhecida por *Crônica Geral de Espanha de 1344*, também conhecida como *Segunda Crônica Geral*. Elaborada pelo Conde D. Pedro de Barcelos e refundida no início do século XV.

O conde Dom Pedro Afonso de Barcelos foi, em vida um dos homens mais ricos e também um dos nobres mais poderosos de seu tempo. A data de seu nascimento não é precisamente definida, mas parece situar-se em alguns anos anteriores a 1285. Filho

³³ DEYERMOND, A. D. *Historia de la Literatura Espanhola – la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1984, p. 266.

³⁴ CAHNTRE, Raquel. *Op. Cit.*, p 31. “...que não podiam ser considerados ‘crônicas’, certamente por não se reportarem à história de um ou mais reinados, nem de um reino ou território, nem de um rei.” e p. 45.

bastardo do rei Dom Dinis, recebeu muitos favores e privilégios paternos, o que incluía bens em Lisboa, Évora-Monte, Estremoz, Sintra, Távira, etc., além de ser detentor do único título de conde que então havia em Portugal. Teve ativa participação em muitos acontecimentos do reinado de seu pai, chegando a integrar inquirições particulares que o monarca mandara realizar, como também participou de acontecimentos da vida pública no reinado de Afonso IV. Por ocasião de seu casamento, uniu-se a uma das mais poderosas famílias de Portugal: os Portel e Souzas, o que contribuiu para que amealhasse parte significativa da fortuna destas famílias. Contudo, o conde viria a cair em desgraça nos anos entre 1317 e 1325, sendo deserdado e exilado em Castela, período em que tomaria contato com a produção literária alfonsi. Retornando a Portugal por ocasião da guerra civil entre seu pai e seu irmão, onde exerceu papel conciliador, pode recobrar suas propriedades após a morte do pai, vindo ele a falecer em 1354³⁵.

Percebe-se, após um rápido vislumbre da trajetória deste conde, que suas posições, bem como sua visão de mundo estavam enquadradas em uma perspectiva cortesã dos acontecimentos e dos ideais aristocráticos de ordenação social. Ora, é significativo o fato de que o conde tivera participação na Batalha do Salado (1340), que se concretizara em evento central na “porção lusa” da Reconquista ibérica. Esta batalha representa, no plano ideológico, o ápice de uma mentalidade guerreira portuguesa que iria perdurar com boa dose de consistência pelo menos até os eventos de 1383, cuja narrativa, efetuada posteriormente por Fernão Lopes, privilegiaria múltiplos personagens sociais para além da parcela da nobreza que combatera pela defesa do reino. O Salado foi a última grande batalha peninsular em que os portugueses combateram os mouros, pondo fim às pretensões islâmicas na península Ibérica e conferindo novo fôlego ao imaginário cavaleiresco da fidalguia, transferindo para a península o sentido de cruzada que já se esgotava no oriente³⁶. O conde Dom Pedro efetuou a narrativa desta batalha em seu Livro de Linhagens onde sublimou a atuação das ordens militares na Reconquista. Posteriormente, sua Crônica Geral de Espanha de 1344 estimulou este ideal de cruzada

³⁵ CINTRA, Luis Felipe Lindley. Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. I, pp. CXXX-CLXIX.

³⁶ COSTA, Ricardo da. A guerra na Idade Média. Rio de Janeiro: Edições paratodos, 1998, p. 43.

numa tradição que, segundo Ricardo da Costa, buscaria o resgate dos valores guerreiros dos tempos de Afonso I³⁷.

Neste sentido, já no prólogo da sua Crónica Geral, o conde nos fornece uma argumentação de cunho ideológico-nobiliárquico na redação do texto. São os *muy nobres barões*, homens de grande entendimento, que registram as antigas histórias de cavalaria. Elencando valores como bondade e lealdade que servem ao bem comum e também ao próprio portador de tais atos: (...) *per que os homens podem aprender os boos costumes e saber os famosos feitos que fizeram os antigos*.

De acordo com os entendimentos do conde, as grandes lições e os saberes encontram-se nas *façanhas e famosos feitos*. Não desdenha totalmente o conjunto restante dos saberes, chegando a citar as artes e a geometria, mas compreende-se em suas entrelinhas a valorização do registro do passado como meio de, além de louvar a Deus, vislumbrar os grandes feitos de batalhas etc. Esclarece assim que os feitos de Deus são espirituais e os saberes dos homens se perderiam se não houvesse quem os registrasse. Através dos homens que se interessaram em registrar os feitos por escrito é que a humanidade tem o conhecimento das coisas passadas: as passagens da bíblia, os feitos da Espanha, as grandes batalhas e as *maravilhosas coisas*. Assim, justifica a empreitada de Afonso X, que buscara tantos livros quanto possível que contassem os feitos da Espanha, de Noé até o tempo de Afonso X.

É Luis Kruss quem fornece algumas informações introdutórias sobre a obra³⁸. A versão primitiva não chegou ao nosso tempo, restando apenas a refundição de 1400. Ambas foram traduzidas para o castelhano, fato que permitiu-nos o resgate da versão original. A partir destas versões comprovou-se a hipótese lançada por José de Bragança em 1935 sobre sua possível origem portuguesa. Muito embora seja fortemente influenciada pela crónica castelhana de Afonso X, há distinções no conteúdo, atenuando a *tese alfonsina do primado castelhano no protagonismo hispânico*; e distinções na forma, menos sistemática, menos organizada e não tão rigorosa quanto às informações cronológicas.

³⁷ *Id. Ibid.*, p.161.

³⁸ KRUSS, Luis. “Crónica Geral de Espanha de 1344”. In: Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. *Op. Cit.*, p. 312.

Ideologicamente é manifesta a valorização da contribuição nobiliárquica na Reconquista bem como da distinção do reino luso no passado peninsular, caracterizando-se como literatura de cavalaria, pois destaca batalhas e feitos épicos de uma longa lista de personagens históricos e lendários como Hercules, Asdrúbal, Aníbal, Cipião, Júlio César, Pompeu, Teodorico, Átila, Justiniano, trazendo ainda em sua primeira edição, por exemplo, a descendência do rei Artur³⁹. A apologia aos feitos de batalha é manifesta em passagens como:

*E elle (rei dom Afonso), logo que vyo que tiinha guisado, sacou sua hoste e foy logo a elles. E assi como chegou a elles, mandou logo que os ferisẽ. E tã ryjo os foron ferir que os mouros, como viinham de caminho e ja quanto descavalgados, nã se poderom compoer pera batalha. E el Rey dom Afonssso e suas campanhas, ferindo em elles muy de coraçom, matarõ muitos; e os outros arrancarõ do campo e fogirõ.*⁴⁰

Desfila-se uma sucessão de combates e conquistas feitas por personagens históricos como a sangrenta luta dos hunos contra os godos, narrada com o uso de metáforas que nos lembram a desenvoltura literária de um Fernão Lopes:

*E foy a batalha tam ferida de hũa e de outra parte que esto era grande maravyilha, assy que contam as estorias antigas que nũca outra batalha ante desta foy tan ferida nẽ ta cruel, assy que dizem que corryam os rigueiros do sangue assy como a augua da chuyva sobre a terra.*⁴¹

É relevante observar o espaço dedicado à exaltação dos feitos do conde Fernão Gonçalves, *o bem aventurado e de grãdes feitos (...) bõ cavalheiro*. Este personagem nos chama atenção pela possibilidade de se estabelecer um paralelo com o condestável Nuno Álvares Pereira, em Fernão Lopes. Este conde concentra todos os elementos necessários para a elaboração mitológica do herói: religiosidade, seguido por fiéis vassallos, combatente dos mouros etc. Tal como Nuno Álvares, também encontra uma espécie de eremita que lhe revela profecias de sua vitória sobre o mouro Almançor. A trajetória modelar deste conde estende-se por quase quarenta capítulos e consolida-se

³⁹ ZIERER, Adriana. Artur nas fontes ibéricas medievais (II): Libro de las Generaciones e Nobiliário do Conde D. Pedro. In: Brathair 4, (2) 2004: 142-158. www.brathair.cjb.net

⁴⁰ Crônica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português por Luis Felipe Lindley Cintra. Lisboa: 1961, Vol. II, Cap. CCLXX, p. 427.

⁴¹ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. LXXXVII, p. 140.

como referência para o que viria a ser a sagração de Nuno Álvares Pereira na libertação de Portugal.

Observamos assim que o conde empenhou-se em efetuar uma tradução da obra castelhana de Afonso X. Observamos também que a esta tradução foi acrescentada sua própria interpretação, seja através de seleção textual ou mesmo de reescrita e reelaboração. Por isso, a questão que urge não está em proceder algum tipo de comparação entre a tradução e sua obra original, buscando verificar quais passagens são efetivamente de autoria do conde e quais são mera tradução. A refundição da *Crônica Geral* implica na elaboração de um discurso cujo enfoque é diferenciado, mesmo que utilizando-se de meios análogos para um fim diverso, ou seja o reconhecimento da participação lusa na história da Espanha através de “nova” composição de uma crônica geral. O que buscamos aqui é verificar aspectos gerais da escrita como referência para situar a cronística ibérica dos séculos XIV e XV.

Exemplo de apropriações utilizadas pelo conde dom Pedro sobre os valores de uma “cultura” castelhana encontra-se na posição expressa sobre o arianismo dos godos ou ainda no ataque feroz aos judeus. Quanto a este último, sabemos que tais ataques ocorreram em toda península, embora com maior intensidade no contexto castelhano. Contudo o conde manteve tais passagens, possivelmente pelo fato de que suas acepções religiosas pareçam buscar a justificação de uma visão oficial da igreja. Desta forma o conde seleciona e apropria-se de um discurso previamente elaborado e assume seus preceitos.

E por demonstrar a maliciosa entença sangoenta dos fedorentos judeos, que brasfemã en todo tempo (...). E porẽ os verdadeiros cristãao devẽ esquyvar toda sua conversaçõ.⁴² (...) gemte maldita de Deos que sempre brasfeman o nome de Jhesu.⁴³

Em este concelho, foy escodrynhada e lamçada fora de todallas Spanhas a heresya de Arryo e todo outro erro em que os Godos avyam andado (...).⁴⁴

⁴² Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CXXII, p. 190.

⁴³ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CXXXIX, p. 207.

⁴⁴ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CXXXIII, p. 201.

Considerada entre as primeiras obras historiográficas, se não a primeira, que se produziu em Portugal, a *Crônica Geral de Espanha de 1344* não se insere numa tradição genealógica como fora a obra anterior do conde Dom Pedro, embora seja recorrente a preocupação com a datação dos eventos. Note-se que é a primeira obra em língua portuguesa a utilizar a palavra “crônica”⁴⁵, embora sua proposta seja mais abrangente e possamos verificar a concepção de uma história em que a narração dos acontecimentos seja elaborada de forma mais prolongada, transitando entre diferentes narrações:

*Ora leixa a estorya a fallar desto, e torna a contar é como el Rey dom Sancho de Leõ ãvyou dizer ao conde dom Fernã Gonçaves que lhe fosse aas ou que lhe leixasse o condado sem outro detiimento.*⁴⁶

Sem deixar, entretanto de contemplar, em diversas passagens, uma perspectiva textual menos prolixa:

*(...) as quaes nom queremos ae cada hũu dizer por nom alõgar.*⁴⁷

Assim, vemos o desenvolver de um texto que parece desencadear no mínimo uma concepção mais amadurecida sobre os recursos próprios à elaboração de uma narrativa sobre o passado, o encadeamento dos fatos e as necessidades práticas de intervenção e seleção no texto de forma a uma melhor *ordenança na escritura*.

*E, por que esta estoria (...), falla de muytos, (...) he forçado, por a ordenança da storya hir direita, que daquelles principes que em ella veheron e fezeron grandes feitos, que nos os metamos na estoria algũas vezes, tomando ãas cousas pequenas que fazem hordenãça na scriptura, ainda que non tangam muyto aos feitos d’Espanha e leixando algũus outros grandes feitos que elles fezeron que non perteeçã a esta estoria*⁴⁸

⁴⁵ LORENZO, Ramon. Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-português - Anotações ao Dicionário Etimológico de José Pedro Machado, p. 96. *Apud.* CAHNTRE, Raquel. *Op. Cit.*, p. 25.

⁴⁶Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. III, Cap. CCCLIII, p. 89.

⁴⁷Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. III, p. 9.

⁴⁸Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. XLVIII, p. 76.

O texto, em grande semelhança com a narrativa de Fernão Lopes, estabelece contato com o leitor como um diálogo que se trava, o que se evidencia em passagens como:

*Mas agora leixaremos de fallar delle...;
(...) leixaremos dello de fallar e tornaremos a contar de Hercolles...;
Mas leixaremos aquy desto fallar e dos vândalos, que ainda ficam ã
Affrica, e contaremos dos Estrogodos...;
Mas agora leixara a estorya de fallar desto e torna a contar...*⁴⁹

Evidencia-se também a prática da leitura para audição pública com expressões como: *Como adeãte ouvyredes; Ja ouvistes em como; (...) assy como ja avedes ouvydo em esta estorya*. Deixa claro tratar-se de narrativas que possuem fontes de outras origens, seja pela tradição oral, seja pela citação dos próprios autores:

*E conta a estoria que (...) e ãõ conta a estoria mais de rei Pirus (...)
Outrossy dizem mais que*⁵⁰
Contam as estorias que foy...
*(...) assi como conta a estorya.*⁵¹
*(...) segundo como cõta o bispo dom Jordam.*⁵²
*(...) assi como cõta dom Lucas de Tuy.*⁵³

Assim, o conde dom Pedro traça um percurso literário que, seguindo suas aspirações intelectuais, justifica e legitima sua perspectiva de uma ordenação “cosmogônica”. Descreve linhagens, batalhas fabulosas e a morte de personagens. Efetua uma catalogação de povos, monarcas e seus feitos num encadeamento que forma a história da Espanha. Não abandona de todo o senso genealógico, sempre atento às datações e referências temporais. Por outro lado, procede também a exposição de razões, buscando relações de causa e efeito, ficando pouco a dever ao espírito crítico tantas vezes atribuído à Fernão Lopes. Joaquim V. Serrão, insere esta crônica em um contexto de transição de uma forma cronística reduzida e fragmentada para a narração onde os acontecimentos colocam-se de forma mais desencadeada com *nexo lógico e*

⁴⁹ Trata-se de passagens diversas da Crônica Geral de Espanha de 1344.

⁵⁰ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. XII, p. 38.

⁵¹ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CCLII, p. 404.

⁵² Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CXXII, p. 187.

⁵³ Crônica Geral de Espanha de 1344. *Op. Cit.*, Vol. II, Cap. CXXII, p. 190.

*temporal*⁵⁴. Se a matéria militar constitui o foco principal de sua narrativa, nem por isso vemo-lo desprestigiar, por vezes, o conjunto de fatores que forma um contexto. É certamente uma nova adequação do gênero cronístico no século XIV.

Pero Lopes de Ayala e a Historia de los reyes de Castilla

Nascido em 1332, Pero Lopez de Ayala proveio dos meios aristocráticos e sua educação esteve, desde o início, ao encargo de seu tio, o bispo Pedro Gómez Barroso. Tal como Fernão Lopes, Ayala transitou na órbita da administração, freqüentando a corte muito próxima ao monarca. Muito cedo aventurou-se nas contendas militares navegando pela bandeira de Pedro I de Castela, o cruel, como capitão de frota. Anos mais tarde, em 1366, quando Enrique de Trastâmara contestou o trono de seu irmão, o rei cruel, os Ayala apoiaram o pretendente, pelo que seriam largamente agraciados com honrarias e títulos militares. Pero Lopéz de Ayala esteve assim na batalha de Najera sob o título de Alferes. Após a vitória do Trastâmara, agora Enrique II de Castela, Ayala fora nomeado Alcaide Maior de Llodio, com direito a férteis territórios, passando também a figurar como membro do Conselho Real, privilégios que foram confirmados pelo monarca seguinte Juan I de Castela. Integrou ainda missões diplomáticas na França, a cujo monarca também oferecera seus serviços como diplomata. Por ocasião da batalha de Aljubarrota, de 1385, caiu prisioneiro dos portugueses, permanecendo mais de um ano no cativeiro em Obidos à espera de resgate. Pela morte de Juan I, Ayala integrou o conselho regente devido à menoridade de Enrique III. Por boa parte da década de 90, afastara-se das atividades políticas e recolhera-se aos seus domínios, dedicando-se à produção e ao estudo da literatura. Em 1398 retornou ao cenário político, obtendo a nomeação de chanceler Maior, vindo a falecer em 1407 com 75 anos de idade.

Se é correto o postulado de que os dados biográficos de um escritor são fundamentais para a compreensão de sua obra, a trajetória de Ayala, assim como seu estrato social de origem, nos fornecem sólidos elementos sobre a essência de seu discurso textual. Tal como Fernão Lopes, vive o mundo da administração como funcionário régio de uma dinastia recém implementada após violenta disputa. Afora a

⁵⁴ SERRÃO, J. V. A Historiografia Portuguesa. Editorial Verbo, Lisboa, 1972, p. 31.

significativa diferença quanto à origem social, pois é consenso que o cronista português provinha dos meios mestreiros de Lisboa, ambos buscaram afirmar a legitimação dinástica nos discursos enunciados em suas crônicas.

Aristocrático, familiarizado com as práticas militares, mas ainda assim letrado e intelectualmente capacitado para obter favores de monarcas e atuar em tratados importantes, a exemplo da Paz de Trancoso (1388), entre Inglaterra e Castela. Ayala tivera consciência e soubera criticar as contradições de seu tempo. Seu *Libro Rimado de Palacio* aponta com ironia as hipocrisias dos valores políticos, sociais e morais das instituições laicas e religiosas. Embora tenha também se dedicado à reflexão religiosa nas poesias produzidas durante o período do cativo de Obidos, a irônica crítica social lhe fizera justa fama.

*Si quisieres parar mientes cómo pasan los doctores,
Magüer han mucha ciencia, mucho caen em errores,
Ca en el dinero tienen todos sus amores,
El alma han olvidad; de ella han pocos dolores.*⁵⁵

Por outro lado, não perdesse de vista a manutenção das “etiquetas” aristocráticas do entreterimento cortesão como atesta em seu *Libro de la Caza de las aves*, também redigido no cativo de Obidos, onde anuncia sua contribuição no combate à ociosidade dos nobres que não se dedicam a atividades segundo os valores de conduta próprios da cultura nobiliárquica, justificada pela Ética de Aristóteles:

Y por excusar estos daños, que vienen al alma y al cuerpo estando los hombres ociosos, procuraron aquellos que hubieron de criar hijos de los reyes y de los príncipes y grandes señores, tenerlos, con todo su poder, guardados de estar ociosos...

*(...)Hay, también, otros bienes en la caza de las aves; una virtud que llama el filósofo em el cuarto libro de las Éticas, magnificencia que quiere decir grandeza o hechos de grandes señores; porque noble cosa es, y grandeza a un señor, tener halcones y azores y aves de caza en su casa;*⁵⁶

⁵⁵ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. (Local?): Ediciones FE, 1948, p. 17. “*Aquí comienza de los letrados*”.

⁵⁶ AYALA, Pero López de. Libro de la Caza de las aves. - Prologo. Edição digital a partir de José Gutiérrez de la Vega (Madrid, M. Tello, 1879. Biblioteca Venatoria, T. III).

Homem de grande erudição, efetuou traduções de autores como Tito Livio (*Décadas*), Boécio (*De consolatione Philosophia*) e Isidoro (*De summo bono*) o que pode ser interpretado como indício de uma introdução do Renascimento na Espanha. Sendo sua obra literária rica e vasta, Ayala concentrou em si o homem de armas e o letrado. Envolveu-se na política, na diplomacia e na guerra se destacando em todas estas atividades. Ainda dedicara-se largamente à literatura, na qual uma de suas grandes contribuições foi ter escrito as crônicas dos reis castelhanos Pedro I, Enrique II, Juan I e Enrique III, todas recolhidas sob o título *Historia de los reyes de Castilla*.

Inserido numa tradição de desenvolvimento da prosa histórica na península Ibérica, Ayala demonstrou as tramas do panorama político dos reinados de que fora testemunha e dos quais participou intensamente, ao contrário de Fernão Lopes que esteve a uma distância temporal de pelo menos quarenta anos dos fatos que narrava. Talvez por isso Ayala não se mostre propenso a legitimar seu texto com o aval documental ou a diversidade de fontes como faz o cronista português, embora saibamos que a natureza de suas funções de arquivista contribuam em muito para tal. Ayala foi também um funcionário do Estado, mas que parece não estar tão profundamente impregnado pelo senso burocrático lopeano, afinal era também um nobre.

Erudito ou não, ele foi essencialmente um nobre com raízes muito profundas na visão de mundo da aristocracia, para quem dirigiu considerável parcela do discurso contido em seus escritos. Seu código de conduta é aquele que se rege pelo espírito de cavalaria, imbuído de valores como a honra, a fidelidade e a bravura. Por vezes, dedicou apurada atenção às batalhas, descrevendo pormenores, tecendo comparações, contabilizando e comparando efetivos como foi o caso da narração dos preparativos da batalha entre dom Pedro e o príncipe de Gales. Em outros casos deixou-se levar apenas pelo calor do combate:

*Y tan recios se juntaron los unos com los otros, que a los de la una parte y a los de la outra cayeron lãs lanzas em tierra: y juntáronse cuerpos com cuerpos, y luego se comenzaron a herir com las espadas y hachas y adagas...*⁵⁷

⁵⁷ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* P. 158. “Crônica de dom Pedro I de Castilla”.

Por tais aspectos, as crônicas de Ayala são essencialmente dirigidas à uma elite aristocrática e cavaleiresca que, fora a realeza, constitui-se em seu maior protagonista. Ele teve o cuidado de enumerar nomes de cavaleiros envolvidos em eventos, a quem não poupou adjetivos como *buen caballero* ou *honrados*. A cavalaria integrou em Ayala uma espécie de liturgia ligada ao poder, que veio por fim legitimá-lo. Desta forma vemos dom Pedro ser armado cavaleiro pela espada do príncipe de Gales ou então a armação de cem cavaleiros, todos de *linaje de Ricos hombres*, por ocasião da coroação de dom Juan na cidade de Burgos. Verifica-se o estabelecimento de uma relação paradoxal apontada por Funes, em que a crônica oficial sustenta a figura régia por meio de uma afirmação da ordem senhorial⁵⁸.

*Y acordamos de poner este hecho em este libro, (...) otrosí por contar los grandes e nobles hechos que los buenos hacen...*⁵⁹

*Y por todas estas razones se puso aquí este cuento, ca las franquezas y noblezas y dádivas de los reyes gran corazón es que siempre finquem em memória y no sean olvidadas: otrosí las buenas razones de caballeria.*⁶⁰

Assim como Fernão Lopes, que concentrara o ideal de cavalaria no personagem Nuno Álvares Pereira, Ayala igualmente elegera um estereótipo na figura de Mosén Beltrán de Claquin, a quem Leonardo Funes esclarece tratar-se do condestável francês Bertrand du Guesclin que lutou na península pela casa Trastâmara. Entretanto, salta aos olhos uma diferença fundamental entre os dois modelos: a ideologia cavaleiresca lopeana fundamenta-se sobre uma ordem mística e religiosa, num ambiente de presságios e eventos maravilhosos, elementos estes que percebemos ausentes em Mosén Beltrán de Claquin. Este não parece em condições de rivalizar com Nuno Álvares Pereira em importância na trama dos acontecimentos. Não faltaram, aliás, nas crônicas de Ayala referências às vitórias militares do cavaleiro português sobre os castelãos,

⁵⁸ FUNES, Leonardo. De Alfonso el Sabio al Canciller Ayala: variaciones del relato histórico. <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia7/Funes/Funes.htm> - Acesso em 30/1/2008.

⁵⁹ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 172. “Crônica de dom Pedro I de Castilla”.

⁶⁰ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 173. “Crônica de dom Pedro I de Castilla”.

embora justificado *por la mala ordenanza que tuvieron*,⁶¹ expediente também utilizado quando da batalha de Aljubarrota: *la vanguardia de Portugal teniam gran ventaja*.⁶²

Dentro de uma “lógica literária” própria ao medievo, os escritos de Ayala exercem solidamente a função de espelho de reis. O caráter de exemplaridade contido na obra é uma mensagem modelar dirigida à conduta dos monarcas em cuja órbita o cronista transitou. Inúmeras situações são assim apresentadas de modo a exercer uma função pedagógica orientadora do bem governar ou simplesmente das ações que convém a um monarca. Exemplo da argumentação do príncipe de Gales com dom Enrique para que desistisse de suas pretensões ao trono: *mucho maravillados que um hombre tan noble como vos, hijo del Rey, hiciéseis cosa que os sea vergonzoso (...) según cumple a su honra...*⁶³ Seguida das ponderações de dom Enrique sobre a maneira como deveria responder ao príncipe, perante o insulto de este não tê-lo chamado de rei: *debía escribir cortésmente; ca aun entre enemigos bien parece ser hombre cortés y bien razonado*.⁶⁴ Assim, Ayala parece buscar a formação do modelo do monarca ideal, quer orientado por bons ou maus exemplos. Ao passo que apresenta uma imagem de dom Enrique em que sucedem adjetivos indicativos de um rei ponderado, seguidor de bons conselhos, *hombre de mui gran corazón y de mui gran esfuerzo*⁶⁵, também demonstra episódios de crueldade por parte de dom Pedro fazendo matar dona Urraca Osório pelo ódio que nutria ao seu filho ou então a execução de seu tesoureiro Martín Iáñes pela perda de seu tesouro.

Ayala parece demonstrar maior preocupação em relação à perspectiva temporal que seu equivalente luso, ou ao menos demonstra mais esmero em registrar a datação de muitos eventos, indicando-lhe muitas vezes o ano de ocorrência no início dos capítulos. Mesmo quando não especifica uma data, pode-se encontrar referências indicadoras do tempo em expressões como: *Y dice que después de esto, ahora puede haber un año*⁶⁶,

⁶¹ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo segundo. *Op. Cit.* p. 214. “*Crônica del rey dom Juan I de Castilla*”.

⁶² AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo segundo. *Op. Cit.* p. 295. “*Crônica del rey dom Juan I de Castilla*”.

⁶³ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 148. “*Crônica de dom Pedro I de Castilla*”.

⁶⁴ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 152. “*Crônica de dom Pedro I de Castilla*”.

⁶⁵ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 156. “*Crônica de dom Pedro I de Castilla*”.

⁶⁶ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo primeiro. *Op. Cit.* p. 149. “*Crônica de dom Pedro I de Castilla*”.

ou *Em este año que este libro cuenta...*⁶⁷ Sabemos que a datação ou mesmo a referência temporal em Fernão Lopes não é tão freqüente. Há apenas alguns casos em que o cronista procura pontuar a datação e o célebre exemplo da sétima idade dos tempos enquadra-se mais propriamente em uma perspectiva mística do que na busca de uma noção temporal exata.

Em se tratando das questões que tangem o estilo literário e recursos de linguagem, é de nossa opinião que Pero López de Ayala não está em condições de rivalizar com a qualidade literária de Fernão Lopes. Certamente é possível incorrerem em equívocos motivados por juízos particulares. Afinal, quais seriam os critérios para o julgamento de superioridade literária entre determinados autores? Longe de estimular um debate infrutífero, explicamo-nos.

Percebemos nitidamente em Ayala a ausência de elementos de criatividade literária que acrescentam ao texto lopeano no mínimo um “sabor” diferenciado. Bem sabemos que o cronista português dele se utilizou como fonte principal em suas crônicas na matéria referente à Castela e, somente para a redação da Crônica de dom Fernando, tomou-lhe de empréstimo mais de cinquenta capítulos, dos quais a maioria foi copiada integralmente.

Seja por diferenças culturais ou pela natureza diferenciada das funções públicas exercidas por ambos os cronistas, o texto de Ayala deixa a desejar em muito na utilização de metáforas, por exemplo. Enquanto o castelão limita-se a apontar a vantagem portuguesa na batalha de Aljubarrota, o cronista português compara a superioridade dos exércitos de Castela em relação aos portugueses como o *lume de huña pobre estrela amte claridade de lua em seus perfeitos dias*. Note-se também a ausência em Ayala de elementos míticos e fabulosos. Não se encontra em seu texto episódios fantásticos como a criança de apenas alguns meses de idade que levanta-se e brada três vezes por dom João ou os episódios proféticos anunciadores do destino de o mestre de Avis ser rei.

A própria religiosidade expressa diferencia-se em muito num e noutro caso. Se Ayala esforça-se por demonstrar a legitimidade da dinastia Trastâmara por sua conduta

⁶⁷ AYALA, Canciller. Crônicas - Tomo segundo. *Op. Cit.* p. 231. “*Crônica del rey dom Juan I de Castilla*”.

em acordo com a igreja católica enquanto poder temporal, em Fernão Lopes a legitimidade de Avis será legitimada diretamente por Deus e a igreja como instituição não recebe tanto destaque. No primeiro caso, é bem marcado o apoio ao papado de Avinhão no cisma de 1378-1417, onde os Trastâmaras declaram apoio à Clemente VII, *verdadero papa y Vicario de Jesu-Cristo*. Vemos assim, pela pena de Ayala, Enrique II pedir, no leito de morte ao filho sucessor que sempre esteja ao lado da casa de França, por conseguinte, do papado de Avinhão. Não se sucedem milagres ou eventos maravilhosos. No segundo caso, Fernão Lopes demonstra com todas as letras e simbologias que as forças divinas estão em consonância com a vontade do *comum povo*. É, por exemplo, a intervenção divina que traz um eremita diretamente de Jerusalém para convencer o mestre de Avis de sua empreitada, ou ainda manda a peste aos castelhaos durante o cerco a Lisboa. Por toda a crônica saltam afirmações ou evidências de que a causa portuguesa é amparada por forças sobrenaturais.

Como era de se esperar, Pero López de Ayala esteve, a partir da década de 50, no centro de fervorosa polêmica em que uns e outros defendiam, por um lado, seu caráter medieval, imputando-lhe um estilo arcaico e obsoleto: um moralista inspirado nas literaturas dos *exempla*, nos modelos de atuação política dos monarcas anteriores. Repetidor dos ideais cavaleirescos com que enverniza a realidade e restrito à visão de mundo própria de sua classe, educado entre *coletores de fábulas*, sem objetividade e sem assunto. No outro extremo do debate, figuravam aqueles que sustentavam seu caráter humanista como sinônimo de modernidade. Foi assim considerado avançado para a cultura de sua época, tradutor dos clássicos, indicado como aquele entre os espanhóis que encerrara o ciclo da crônica medieval, dando início à historiografia “moderna”, agora dotada de reflexão humana e social. Não faltaram também aqueles partidários de um meio-termo atribuindo-lhe características de homem da Idade Média e renascentista, caracterizando-o por manifestar traços de uma nova orientação, sem desprender-se de formas artísticas ou ideológicas anteriores⁶⁸.

Não é objetivo deste trabalho acirrar este debate. Importa-nos aqui verificar traços característicos de sua produção cronística e aspectos relativos à elaboração de seu

⁶⁸ FERNÁNDEZ, Emilio Mitre. Tradición e innovación en la obra cronística del Canciller Ayala. *In: En la Espana Medieval*, nº 19, 51-75. Servicio de Publicaciones. Univ. Complutense. Madrid, 1996. Citando R. Lapesa.

discurso. Fica-nos a nítida impressão de uma enorme distância cultural entre Ayala e Fernão Lopes, nosso parâmetro de comparação. Ambos viveram em uma sociedade ibérica já impregnada de um espírito do Renascimento que penetrava intensamente a vida política e cultural. Assim como ambos possuem todos os requisitos literários necessários à alcunha de cronista medieval.

Pero López de Ayala defendeu uma ética política modelar à opinião dos de sua classe. Sua consciência histórica estava profundamente ligada à ideologia senhorial, veiculada através do ideário de cavalaria⁶⁹ e didaticamente fundamentada na lógica exemplar, constituindo sua obra em uma espécie de espelho de príncipes. Contudo, faltam-lhe aspectos do imaginário medieval que Fernão Lopes ainda conserva e utiliza largamente. Talvez a função de diplomata, a enorme erudição e as pesadas atribuições políticas lhe tenham feito conceber este modelo discursivo mais direto e sem os “floreios” lusos. Não acreditamos que sua forma narrativa seja indicativo do desenvolvimento de uma racionalidade “moderna”. Se sua crônica não faz largo uso da fantasia ou da metáfora, não significa que esteja rompendo com formas tradicionais. Ele partilha de uma característica fundamental de seu tempo, em que a literatura congrega novas e velhas tendências.

As crônicas de Jean Froissart

Jean Froissart integra o hall dos grandes cronistas do século XV. Embora seja de origem francesa, sua cronística foi de caráter cosmopolita. Transitou pela Península ibérica e dali não deixou de registrar eventos como a batalha de Aljubarrota, a qual, se não esteve presente, ouviu depoimentos de participantes e dela elaborou relatos de grande vivacidade e qualidade literária.

Como afirma Charles W. Eliot, editor de trechos de Froissart para a coleção “Harvard Classics”⁷⁰, Jean Froissart foi “*extraordinariamente cosmopolita*”. Nascido em Valenciennes, condado de Hainault, França, em 1337, nada se sabe com precisão sobre sua família, sua infância e seus estudos. Ainda jovem, serviu na corte inglesa, como historiógrafo e secretário da Rainha Philippa, esposa de Edward III, bem como a

⁶⁹ FUNES, Leonardo. *Op. Cit.*

⁷⁰ Chronicle and romance: Froissart, Malory, Holinshed. (Harvard Classics – Edited by Charles W. Eliot). New York: P.F. Collier, c1910.

seus filhos, o Príncipe Negro e o duque de Clarence. Também esteve sob a patronagem do Duque de Brabante, Wenceslau de Luxemburgo, sendo que, sob a proteção de Gui de Châtillon, Conde de Blois, empreendeu uma série de viagens. Entre os locais que conheceu incluem-se Escócia, França, Espanha, Portugal, Itália, etc. Um homem assim, segundo Sara Sturm-Maddox e Donald Maddox, na obra “*Froissart across the genres*”⁷¹, foi um grande sintetizador do espírito de sua época, o século XIV, e um dos mais engajados escritores de seu tempo⁷². Ligado à Igreja - foi vigário de Estinnes-au-Mont, cônego de Chimay e capelão do Conde de Blois -, esta vinculação era de um caráter muito mais pecuniário do que o resultado de uma vocação religiosa, assevera Charles W. Eliot.⁷³ Enigmaticamente, a partir de 1400 não há mais menção à sua pessoa, sendo 1404 ou 1410 as prováveis datas de sua morte.⁷⁴

Cronista, poeta lírico e artista narrativo, sua obra obteve o reconhecimento de seu valor ainda em vida, ultrapassando inclusive os limites de sua nacionalidade, já que, de acordo com William Calin, foi o mais conhecido e largamente lido escritor francês na Inglaterra⁷⁵. Reconhecimento que perdurou ainda por muito tempo. Sua importância, de valor simbólico para a historiografia inglesa, deve-se ao fato de que sua obra estimulava nos leitores o redescobrimiento da instituição da cavalaria inglesa, contribuindo, assim, para a construção de uma história nacional inglesa resgatando mitos da Idade Média⁷⁶. Sua obra é vasta, indo de poemas alegóricos a romances de cavalaria em que celebra o amor cortês. Como exemplo, temos *L'Horloge amoureuse* (1368), *Méliador* (1380), *Le*

⁷¹ Froissart across the genres. Florida: University Press of Florida, 1998. In: <http://books.google.com.br> - visualização parcial - acesso em 03/06/2010.

⁷² *Id.*, p. 1. (“*In Jean Froissart we encounter one of the great synthesizing minds of the fourteenth century and one of the most engaging writers of his age*”).

⁷³ ELIOT, Charles W. “Introductory note”, p. 3. (No original: “*He was Vicar of Estinnes-au-Mont, Canon of Chimay, and chaplain to the Comte de Blois; but the Church to him was rather a source of revenue than a religious calling.*”) In: *Chronicle and romance: Froissart, Malory, Holinshed.* (Harvard Classics – Edited by Charles W. Eliot). New York: P.F. Collier, c1910.

⁷⁴ FROISSART, Jean. *Chroniques: extraits (mis en français moderne et annotés par L.-F. Flutre, ancien élève de l'École Normale Supérieure, Professeur à la Faculté des Lettres de Lyon).* Paris: Hachette, 1942, p. 5-6.

⁷⁵ MADDOX, Sara Sturm-. / MADDOX, Donald. “Introduction – Writing: History, Fiction, and the Self”, p. 1. *Froissart across the genres.* Florida: University Press of Florida, 1998. In: <http://books.google.com.br> - visualização parcial - acesso em 03/06/2010.

⁷⁶ *Id.*, p. 11 (William Calin, na obra *The French Tradition and the Literature of Medieval England*, “*became a staple of English historiography... A modern Plutarch in the fourteenth century, [Froissart] served to instill in the young and to remind the old of the myth of English chivalry, the joys of chivalric adventure, and the English vision of national history in the Middle Age*”).

Paradis d'Amour (1362), *Le Dit de la Marguerite* (1364), *L'Espinette amoureuse* (1369), *La Prison amoureuse* (1372) e *Le Joli Buisson de Jeunesse* (1373).

Contudo, Jean Froissart, como escritor, apresenta um paradoxo: “aclamado na França como grande cronista (seria o compositor do último romance arturiano) e poeta de considerável valor, seus trabalhos foram julgados com severidade, ou por vezes, com condescendência”⁷⁷. Este cenário conheceria uma mudança a partir de 1995, data em que um colóquio, chamado “*Amherst Colloquium 'Froissart Across the Genres'*”, propôs uma nova perspectiva, a partir da qual Froissart, em sua lírica e em sua poesia alegórica, é filiado a Guillaume de Machaut; com sua obra *Meliador* (romance de aventura, de trinta mil versos, composto para o Duque de Brabante) é vinculado à longa tradição do romance arturiano; suas *Chroniques* são consideradas uma continuação da *Chronique* de Jean le Bel. Esta obra, mesmo cultivando a tradição dos romances de cavalaria, constituiu uma inovação no gênero, segundo Arnaut.

Froissart é um daqueles autores cuja obra nos oferece um panorama privilegiado de uma época, permitindo assim que o pesquisador escolha entre uma gama variada de recortes de análise. Tal como Fernão Lopes, também trabalhou a serviço de senhores a quem procurou servir e contentar com as graças de sua pena. Mas ao contrário do cronista português, que procurou legitimar uma dinastia real, o sentido maior da obra de Froissart pareceu ser o de glorificar uma época e um código de conduta próprios de um grupo social específico. Froissart assume profundamente a convicção de uma ética cavaleiresca encarnando os preceitos e preconceitos da classe senhorial. Antônio José Saraiva o descreve como *um narrador elegante de cavalarias segundo o recorte convencional dos romances*⁷⁸ e Teresa Amado considera a obra de Froissart como um tanto diferenciada do conjunto das produções cronísticas do final da Idade Média pela sua dependência ideológica do sistema feudal, considerando as peculiaridades de sua implantação na França⁷⁹.

⁷⁷ *Id.*, p. 1. (*The critical reception of Jean Froissart écrivain, however, has long presented something of a paradox. While he has been widely acclaimed as France's greatest chronicler, as author of 'the last Arthurian romance', and as a lyric and narrative poet of considerable range, his works themselves have often been judged with severity, occasionally with condescension*”.)

⁷⁸ SARAIVA, Antônio José. O crepúsculo da Idade Média. Parte III. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 166-203.

⁷⁹ AMADO, Teresa. Os pensamentos do cronista Fernão Lopes. In: *eHumanista*: Volume 8, 2007 http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf - acesso em out/2009, p. 137.

Em relação às *Chroniques* (escritas em dialeto picardo com formas em valão, um dos idiomas belgas da atualidade), parece haver diferenças na composição dos livros, de maneira que, tomando a composição numa visão globalizante, se observa uma interação entre diferentes tempos : os tempos da história, da poesia, da narrativa e da memória. Mas ao se observar a obra a partir do Livro III, pode-se constatar uma imbricação do tempo da vida e do tempo da escritura⁸⁰. Ressalte-se também que, servindo ao Conde de Blois, Froissart é “ganho” à causa francesa: escrevendo entre 1376 e 1383 a segunda redação das *Chroniques*, transforma em “versão francesa” a “versão inglesa” outrora redigida. Como recompensa, Gui de Blois o nomeia como seu próprio capelão e cônego de Chimay.

Percebemos então a variedade discursiva do cronista que tanto se empenhava em viajar distâncias para buscar material para suas narrativas. Uma parte considerável de seu tempo foi dispendida em viagens nas quais utilizara-se de sua posição privilegiada, como protegido da corte inglesa, para obter depoimentos de proeminentes e acesso a evento exclusivos da aristocracia. Froissart partilhava de uma concepção e um discurso a respeito da história e sua utilidade. Ele elabora uma justificativa da necessidade de guardar e lembrar os grandes feitos e assim preservar a honra e dignidade dos grandes homens.

*“Je sçavois bien que, encore au temps avenir et quand je serai mort, sera cette noble et haute histoire en grand cours, et y prendront tous nobles hommes plaisance et exemple de bien faire”.*⁸¹

Froissart não apresenta preocupações em esclarecer seu método de pesquisa. Embora declare pretensões de verdade, ele deixa claro que dirige seu trabalho a um determinado público alvo. Como prova documental, apresenta a honra e nobreza de seus interlocutores, que não falariam outra coisa senão a verdade, além do fato de ser ele mesmo a própria testemunha de vários eventos. Não vemos em sua pena ponderações

⁸⁰ AINSWORTH, Peter F. “Froissart and his Second Book”, p. 24. In: ALLMAND, Christopher. *War, government and power in late medieval France*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. In: <http://books.google.com.br> - visualização parcial - acesso em 03/06/2010.

⁸¹ FROISSART, Jean. *Les chroniques de Sire Jean Froissart, qui traitent des merveilleuses emprises, nobles aventures et faits d'armes advenus en son temps en France, Angleterre, Bretagne, Bourgogne, Escosse, Espagne, Portingal et ès autres parties (notas de J.-A.-C. Buchon)*. Paris: A. Desrez, 1873 (3 vols), Livre III, chapitre I.

sobre a *mundanal feiçom* que, segundo Fernão Lopes, atrapalha o juízo dos homens sobre um determinado evento. O sentido da História em Froissart possui função exemplar, não como lição social, mas como manutenção de uma ordem estamental.

“(…) *Aussi vous dirai-je clairement et en beau langage tout ce que j’appriis alors, pour enrichir ma matière et pour donner des exemples aux bons qui désirent accroître leur renommé par le métier des armes*”.⁸²

Já como observador da política o cronista de parte da Guerra dos Cem Anos era partidário daquilo que Peter F. Ainsworth julgou como *mesure* (medida), não obstante raras vezes a palavra *tyrandise* (tirania) aparecer em *Chroniques*: Froissart “*acreditava que os príncipes têm o dever de levar em conta os interesses de seus súditos, que por sua vez devem respeitar a ordem existente*”⁸³. Não nos deixemos enganar e ver Froissart como um apreciador da *cega sanha da gente miúda*, como fora Fernão Lopes. Sua pena existia para louvar a nobreza guerreira e a realeza como ideal de uma sociedade em que cada coisa deve estar no seu devido lugar, determinado pelo nascimento.

Seu discurso literário também utilizou largamente da metáfora enaltecedora. Citemos uma batalha ocorrida em três de maio de 1382, a batalha de Beverhoutsveld, que é narrada por Froissart como a exemplificação do modo como a *hubris*, o excesso, de Louis de Male que, junto com seus aliados de Bruges, são derrotados por cinco mil homens comandados por Philip van Artevelde; nesta narrativa, a milícia de Gand é considerada uma espécie de segunda Judite, que derruba Nabucodonossor, Louis de Flandres. Froissart colhe relatos de moradores de Gand para reconstituir a memória da batalha. Há mais uma referência bíblica: antes da batalha, os guerreiros se reúnem e escutam as palavras de exortação dos clérigos; a cena evocada é a do *Exodus*. O povo de Gand é comparado ao povo de Israel, oprimido por um rei opressor, o Faraó:

“*Et là leur fu remontré par ces clerks Frères Menours et autres, comment il se figuroient au peuple d’Israël que li rois Faraon d’Egite tint*

⁸² FROISSART, Jean. *Chroniques: extraits*, *Op. cit.*, p. 90. (Prólogo do livro III; edição Kervyn De Lettenhove, t. XI, p. 2-4).

⁸³ AINSWORTH, Peter F. *Op. Cit.*, p. 22-23.

*lonc tamps en servitude, et comment depuis, par la grace de Dieu, il en furent delivret et menet en tère de promision par Moïse et Aaron, et li rois Pharaon et li Egiptiien mort et peri. 'Enssi, bonnes gens, dissoient chil Frère Preceur en leurs sermons, estes vous tenu en servitude par vostre signeur le conte et vos voisins de Bruges".*⁸⁴

Mas há um dado interessante: sua condenação a um prejudicial excesso de poder dos soberanos não o impede de admirar as guerras entre inimigos históricos, de ódios que transcendem as gerações (obviamente o exemplo mais claro de sua época é o ódio entre ingleses e franceses), o que denota o valor ainda vigente do caráter guerreiro, aristocrático, próprio do Medievo, em sua obra; justamente por isso, propõe a paz civil, o fim de lutas intestinas, de modo que, tendo a prosperidade surgido entre seus súditos, os príncipes e cavaleiros possam exercer apropriadamente suas funções em guerras justas:

*"In the same breath as he extolled acts of prowess in war between hereditary enemies, therefore, the chronicler acknowledged the need for civil peace, 'whereby the prosperity of his subjects would allow the prince and his knights to carry out their function in just wars".*⁸⁵

Buscando maior compreensão contextual, o nascimento de Froissart deu-se num período de profundas mudanças sociais. No século XIV a Europa fora abalada pela turbulência de grandes fomes, pestes e guerras, que marcaram e transformaram fortemente a vida social. São tempos em que uma (já não tão nova) classe de gente começa a ascender - a burguesia. Por temperamento e gosto, no entanto, o cronista francês é adepto da aristocracia, seu foco de interesse é na decadente instituição da cavalaria de sua era, no esplendor das cortes, na pompa e circunstância da guerra, em torneios e no fausto. Ainda que rapidamente pareça sensibilizar-se com as classes baixas, desafortunadas e que sofriam com as guerras endêmicas, isto se dá de forma ocasional e sem maiores comprometimentos ou sensibilidades. Apaixonado pela aventura, poderia atravessar meia Europa para assistir um galante torneio de armas, uma coroação ou um casamento real. Defensor da renovação do código de comportamento cavaleiresco e da glorificação do conceito de nobreza, amava a *força, a coragem e a*

⁸⁴ *Id.*, p. 28.

⁸⁵ *Id.*, p. 23.

lealdade - até mesmo a *crudeldade* e a *injustiça* não conseguiam obscurecer brilhantes carreiras da nobreza -, ao passo que odiava a covardia, a mesquinhez e a ganância, como expõe Charles W. Eliot⁸⁶.

A importância de Jean Froissart como cronista está em que ele viveu e registrou um período de turbulências, o final da Baixa Idade Média. Presenciou eventos como a *Batalha de Crécy* e conheceu figuras históricas como os *Burgueses de Calais*, por exemplo, são eventos e sujeitos que transcenderam as gerações; a *revolta de Wat Tyler*, na Inglaterra, por ele registrada, fora uma espécie de prévia da Reforma, com contornos de *Jacquerie*, revolta esta também por ele registrada: uma revolta camponesa francesa tomada como espécie de modelo para outras revoltas da mesma natureza, a ponto de ter entrado no jargão dos historiadores. Sem esquecer de seu registro da *Batalha de Aljubarrota*, tão importante para os destinos da península ibérica, um batismo de sangue e fogo para o povo lusitano que elevava ao trono uma nova dinastia. Os fatos deste evento Froissart colheira em dois depoimentos. Primeiro apoiando-se em relatos de cavaleiros franceses que dela participaram (Gascão de Mauléon), segundo Salvador Dias Arnaut, reproduzira sua narração sem maiores critérios e alcance sobre a situação, simplificando-lhe demasiadamente o desfecho. Posteriormente obtivera o relato de João Fernandes Pacheco, veterano de Trancoso e Aljubarrota, que apresentou-lhe versão de maior rigor e mais crédito, referindo pormenores sobre a batalha⁸⁷.

(...) A celle heure commençoit le soleil à esconser. Et veci le roi de Castille en très puissant arroy, à bannières déployées, et montés toutes gens sur chevaux couverts en écriant: Castille! et entrent en ce pas qui fortifié étoit. Là furent-ils reçus aux lances et aux haches. Et gréva de première venue le trait grandement leurs chevaux; et en y ot pour ce parti plusieurs morts et affoulés. Encore ne savoient pas le roi de Castille ni ses gens le grand meschef qui étoit venu à l'avant-garde, ni que les François

⁸⁶ ELIOT, Charles W. *Op. Cit.*, p. 3-4. (No original "By birth Froissart belonged to the bourgeoisie, but his tastes and associations made him an aristocrat. Glimpses of the suffering which the lower classes underwent in the wars of his time appear in his pages, but they are given incidentally and without sympathy. His interests are all in the somewhat degenerate chivalry of his age, in the splendor of courts, the pomp and circumstance of war, in tourneys, and in pageantry. Full of the love of adventure, he would travel across half of Europe to see a gallant feat of arms, a coronation, a royal marriage. Strength and courage and loyalty were the virtues he loved; cowardice and petty greed he hated. Cruelty and injustice could not dim for him the brilliance of the careers of those brigand lords who were his friends and patrons".

⁸⁷ ARNAUT, Salvador Dias - "Froissart e João Fernandes Pacheco" In: *Revista Portuguesa de História*, t. III, 1947, p. 129-159.

*fussent morts, mais cuidoiert que ils fussent tous prisonniers, si les vouloiert rescourre; mais c'étoit trop tard, si comme vous avez ouy. Là ot dure bataille et fière, et maint homme renversé par terre...*⁸⁸

As crônicas de Fernão Lopes*

Nos últimos anos as pesquisas sobre a biografia de Fernão Lopes não nos tem revelado novas descobertas, embora o conhecimento sobre sua trajetória seja ainda repleto de lacunas. Calcula-se que a data de seu nascimento esteja situada em torno de 1380 ou, na estimativa de Antônio José Saraiva, 1387. É então perfeitamente possível que fosse ainda criança durante os eventos narrados em suas crônicas, quase cinquenta anos mais tarde. Sua vida adulta e profissional transcorreu durante os reinados de D. João I, D. Duarte, a regência do infante D. Pedro e os primeiros anos do governo de D. Afonso V.

João Goveia Monteiro e Joel Serrão fornecem algumas informações interessantes sobre sua vida. Ainda assim os dados conhecidos permitam apenas deduções nem sempre exatas.

Fernão Lopes seguiu a carreira da administração pública, sendo sua vida a de um burocrata de confiança do rei: em 1418 foi nomeado guardador de escrituras do Tombo em substituição à Gonçalo Gonçalves. Presume-se que o cronista já desempenhava antes funções nas secretarias régias como escrivão de livros e que, nessa atividade, teria se notabilizado e obtido a simpatia e proteção de altas figuras da casa real. Em 1418 já aparece como escrivão de livros do infante D. Duarte, no ano seguinte surge como escrivão de livros do rei D. João I e, desde 1421, desempenhou a tarefa de escrivão da puridade do infante D. Fernando, cargo de grande responsabilidade e confiança.⁸⁹ Antes de 1437 foi feito Tabelião Geral, com autoridade para exercer a função em todo o reino, o que consistia num privilégio concedido diretamente pelo monarca conferindo, portanto, grande honra ao favorecido. Obteve depois outros cargos, trabalhando para D.

⁸⁸ FROISSART, Jean. *Les chroniques Op. Cit.*, p. 421-434 - *Chapitre XXI – Comment le roi de Castille et toute sa grosse bataille furent déconfits par le roi de Portingal, devant un hameau ou village appelé Juberot* (vol. II).

* Quanto aos dados biográficos do cronista, reproduzo aqui alguns trechos de minha pesquisa realizada para dissertação de mestrado: “Moço que tal faz, coração tem decerto pra mais” - O ideal de cavalaria na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira - PPG em História/UFRGS, Porto Alegre, maio de 2001.

⁸⁹ MONTEIRO, João Goveia. *Fernão Lopes - texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 72.

João I e para o Infante D. Fernando. Pelas mercês recebidas⁹⁰, Joel Serrão classifica-o de alto funcionário público, valido da casa real e figura de relevo da *intelligentzia*. Homem de grande cultura, era provável leitor de Aristóteles, Cícero, Ovídio, Petrarca, Sêneca, Beda, Eusébio de Cesaréia e Santo Agostinho; e seu texto nos dá fortes indicativos de que era apreciador e bom conhecedor da literatura de cavalaria. Antônio Borges Coelho nos informa que suas concepções políticas denotam influências aristotélicas, sobretudo no que respeita à questão da justiça⁹¹. Sua defesa do Estado antecipa traços típicos do mercantilismo dos séculos posteriores. Sua erudição, originalidade e a vanguarda de suas concepções políticas transparecem em várias passagens de suas crônicas. Mesmo ante a todo este leque de autores, João Gouveia Monteiro emite a opinião de que o cronista não lhe parece ser um letrado, no sentido de homem de letras, mas sim tratar-se de um indivíduo medianamente ilustrado do seu tempo⁹².

Não é possível afirmar com certeza sobre sua proveniência social, mas é quase certo que tenha pertencido a uma família de mesteiros, uma categoria heterogênea em termos de poder econômico⁹³. Ao menos contraiu núpcias neste meio, o que pode ser um forte indicativo de sua origem social. Sabemos que não possuía descendência nobre, já que foi nobilitado em 1433 por D. João I, tornando-se “vassalo do rei”. O nível cultural exibido em suas crônicas, bem como o mínimo de conhecimentos exigidos para os cargos que detinha na administração pública, indicam que provavelmente teve quem lhe custeasse os estudos elementares, mas nada prova que tenha freqüentado Universidade. É evidente a contribuição do conhecimento e prática adquiridos em suas funções na formação de seu estilo, bem como da consciência da importância da utilização das fontes documentais para a reconstrução do passado.

⁹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. In: SERRÃO, Joel. (Dir.) *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, ps. 56, 57 e 58: “Em 1434 recebeu a tença de 14.000 reais sendo elevada 15 anos mais tarde para 20.000 reais. No testamento do infante D. Fernando herdaria o valor de 50.000 reais e mais o livro ‘ermo espiritual’.”

⁹¹ COELHO, Antônio Borges. *Para a análise da filosofia política de Fernão Lopes*. In: LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Lisboa: Portugália, 1967, Prólogo.

⁹² MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes – texto e contexto*. *Op. Cit.* p. 75: “A escolha dos tabeliães se fazia por um exame presidido por um chanceler do rei, o que não supunha uma preparação universitária. Não se pode sequer dizer que os tabeliães pertencessem à classe dos letrados, a não ser no se grau ínfimo.”

⁹³ SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. *Op. Cit.* p. 14. A classe mesteiral abrangia desde o simples trabalhador que não fosse “criado” de outrem até ao proprietário de uma oficina de vários oficiais e aprendizes.

Igualmente desconhecida é sua situação financeira ou o destino que deu a seus rendimentos (se amealhou fortuna ou investiu em terras). Não se pode afirmar que tenha levado uma vida portentosa. Sabe-se que em 1439 ainda relacionava-se com gente de *baixa condição*. Em 1454, já velho e fraco, cedeu seu cargo de cronista e guardador dos documentos do Tombo a Gomes Eanes de Zurara. A última notícia que dele se tem data de 1459, ocasião em que renegara e deserudara um neto⁹⁴.

Sua nomeação oficial de cronista teria se dado por volta do ano de 1434. Fora incumbido da tarefa de escrever as crônicas de todos os reis de Portugal, incluindo o monarca reinante, Dom João I. Contando em torno de quarenta ou cinqüenta anos de idade, há indícios de que a empreitada vinha já sendo por ele executada desde pelo menos os idos de 1418.

Com estes elementos o cronista escreveu uma obra de grande singularidade por sua metodologia de trabalho, por seu estilo e pelo valor histórico e literário de seus textos. Desfrutou de posição privilegiada entre os cronistas europeus pela guarda do enorme acervo documental que dispunha. Sua enorme contribuição para a História está em conceber e registrar o acontecimento histórico como um processo necessário de ser verificado e comprovado documentalmente.

O cronista já fora alvo de questionamentos quanto à autoria de seus textos. Atualmente não resta menor dúvida de que ao menos três obras são comprovadamente de sua criação: as crônicas dos reis Dom Pedro (1357/1367), Dom Fernando (1367/1383) e Dom João I (1385/1434). Estes trabalhos trazem indícios de que Fernão Lopes teria realmente produzido outras crônicas anteriores.

A *Crónica de Dom Pedro* divide-se em 44 capítulos e seu tema principal gira em torno da qualidade de justiceiro daquele rei. Também dedica bastante atenção aos acontecimentos políticos da Península Ibérica naquele momento; as contendas entre Castela e Aragão, disputas sucessórias entre Pedro e Henrique de Castela e o envolvimento de Portugal em ambos os conflitos. Trata-se de demonstrar um tempo em que o reino desfrutava de grande pujança, fartura, desenvolvimento e credibilidade ante

⁹⁴ MARQUES. A H. de Oliveira. Fernão Lopes (verbete) In: SERRÃO, Joel. (Dir.) *Dicionário da História de Portugal. Op. Cit.*, ps. 56, 57 e 58.

outros reinos, parâmetro de comparação com o reinado seguinte e a situação que se abateria sobre Portugal. Temporalmente situa-se até a morte do soberano português.

A *Crónica de Dom Fernando* é composta de 178 capítulos e centra sua narrativa na crise que se abateu sobre o reino devido às pretensões deste soberano sobre o território vizinho de Castela, levando ao esgotamento dos recursos e crise geral em Portugal. Se a crônica de D. Pedro salienta as qualidades de um rei justiceiro, a crônica de D. Fernando demonstra um soberano fraco e instável, que recua nas decisões tomadas e não cumpre os tratados estabelecidos, além de ser um governante dominado por uma rainha partidária da anexação do reino por Castela. Os aspectos políticos, diplomáticos e militares predominam na narrativa, embora o autor dê atenção às questões econômicas e administrativas daquele reinado. Como na primeira crônica, a narrativa se estende até a morte do rei, o que se dá em 1383, acendendo o estopim da crise tratada na crônica seguinte.

A *Crónica de Dom João I* é composta de dois volumes. O primeiro têm 193 capítulos, nos quais são narrados os tumultuados acontecimentos que giram em torno da ascensão do Mestre de Avis ao trono de Portugal e a organização da defesa do reino perante as pretensões castelhanas. Esta parte é apontada por João Goveia Monteiro como o “climax” da obra do cronista, conferindo significado a todos os demais textos de sua autoria⁹⁵. O segundo volume é composto de 203 capítulos e concentra-se na estruturação do reino sob a nova dinastia, as medidas reais e extermínio dos focos de oposição ainda existentes, indo até a celebração da paz com o Reino de Castela.

Sabe-se que o cronista chegou a recolher material para a elaboração de um terceiro volume, mas que, lamentavelmente, não teve tempo de fazê-lo.

Fernão Lopes possuiu um projeto elaborado de legitimação dinástica que também se valeu da exemplaridade moral. Afinal, ela não estaria contida implicitamente em toda crônica? Ele tratou de demonstrar claramente na trajetória de seus três monarcas uma linha demarcatória de diferentes etapas da história do reino. Assim vemos com dom Pedro um tempo de bonança e prosperidade; com as atitudes de dom Fernando o declínio e esgotamento dos recursos do reino; finalmente com dom João a redenção e estabilidade. A forma exemplar, como modelo dominante das narrativas do passado,

⁹⁵ MONTEIRO, João Goveia. *Fernão Lopes - texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p. 110.

esteve presente como estratégia discursiva nos cronistas dos últimos séculos da Idade Média⁹⁶.

Afora as questões pertinentes à elaboração de seu discurso histórico, objeto de tópico posterior, os traços característicos da produção cronística lopeana apontam para um apurado senso, desenvoltura literária e utilização de recursos narrativos. Situa-se, sem sombra de dúvida, dentro de tendências e inclinações da literatura de seu tempo e seria precipitado declará-lo como homem de vanguarda ou precursor de uma era. Contudo, destacou-se e elaborou uma redação notável que fascinaria seus leitores ainda muitos séculos adiante.

A toda e qualquer análise de sua obra é necessária a ênfase em sua procedência social distinta dos casos até agora examinados: Fernão Lopes não provinha dos meios aristocráticos como seus contemporâneos, o conde dom Pedro de Barcelos, Pero López Ayala e Jean Froissart. Embora tenha sido nobilitado, sua consciência partilhava da visão de mundo daquela nova categoria de homens que compunham o corpus burocrático dos Estados nascentes, cuja estrutura se tornava cada vez mais complexa. Os letrados que iam, por seus méritos, gradualmente assumindo na administração as funções que antes constituíam privilégios de classe. Foi provavelmente esta perspectiva diferenciada que pode ter acrescentado à sua pena grande parte dos elementos que o tornaram célebre.

Não que sua narrativa deixe de partilhar muitos dos aspectos “tradicionais” dos cronistas de seu tempo: celebrou entusiasticamente a cavalaria e narrou grandes feitos de batalha nos quais destacou a coragem e bravura dos portugueses.

*E eles quando esto viraõ, tormavamse com medo a batalha, naõ os vemdo os homeis darmas, a quoa foy comecada já muito menhã e durou per geramde espaço do dia esforcamdose ambalas partes a comtinuar sua paleja ata morrer ou vemçer; e eraõ os guolpes taõ gramdes e asy expesos que os ouvião em Tramcoso.*⁹⁷

Assim, suas crônicas enquadram-se nesta lógica nobiliárquica onde é dado a cada um seu lugar de direito na ordem social. Todos os adjetivos e formas honrosas de

⁹⁶ FUNES, Leonardo. *Op. Cit.*

⁹⁷ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. II) Porto: Livraria Civilização, 1983, Cap. XX, p. 48.

tratamento dispensadas à fidalguia estão presentes na sua escrita. Vemos um desfile de expressões tais como bons do reino, honrados do lugar, grandes do reino, mui ricos e honrados, bons fidalgos a cavalo, notáveis do lugar, homem bom etc. Dá-se ao trabalho de elaborar listas nomeando figuras presentes nos eventos que narra. Fernão Lopes não foi um contestador da ordem aristocrática. Muito pelo contrário, lançou críticas a *gemte de fresca data* que aproveitava-se dos tempos de crise para ascender socialmente.

*Mas nos com ousança de fallar, como quem jogueta, per comparaçom fazemos aqui a septima hidade; na quall se levamtou outro mundo novo, e nova geraçom de gemtes; porque filhos dhomees de tam baixa comdiçom que nom cumpre dizer, que per seu boom serviço e trabalho foram feito cavaleiros, chamamdosse logo de novas linhagees e apelidos*⁹⁸.

Igualmente celebrou o estereótipo do cavaleiro ideal na figura histórica de Nuno Álvares Pereira cercado de toda a mitologia sagrada própria ao cavaleiro que em nada fica a dever ao ciclo arturiano. Descreveu-lhe a linhagem, relatou profecias que se deram antes de seu nascimento, descreveu suas atitudes religiosas, propensão à castidade e, acima de tudo, sua extrema coragem e liderança nas batalhas, tornando-o esteio principal da vitória do mestre de Avis. Certo é que boa parte desta construção fora retirada da Crônica do condestável de Portugal, de autoria desconhecida, mas o cronista soube muito bem integrá-la à epopéia portuguesa e foi mais além: na figura de Nuno Álvares, Fernão Lopes elevou a cavalaria a um estado de espírito extremando sua essência religiosa. Descreveu, por exemplo, o cavaleiro em orações momentos antes da batalha de Aljubarrota: os portugueses *bem mostravom aa de fora, a gram voomtade de pellejar, que demtro do coração tiinham*⁹⁹, (...) *mui vallemtes homees e ardididos de coração*¹⁰⁰.

Contudo, bravura e coragem não constituem exclusividade aristocrática no texto lopeano. O cronista não se privou de conferir destaque ao comum povo quando de sua participação em batalhas. Uma clara mensagem de que aqueles que detém o poder

⁹⁸ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. I) *Op. Cit.*, Cap. CLXIII, p. 349.

⁹⁹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. I) *Op. Cit.*, Cap. CXXI, p. 135.

¹⁰⁰ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. I) *Op. Cit.*, Cap. CXXIV, p. 242.

devem estar cientes de seus limites e responsabilidades e que as mudanças podem soprar de outros ventos.

*Emtom ficarom os portugueses, que amdavom fora, amtre o muro e a barvacãa todos; e alli sse começaram de dar as lamças huũs com outros mui rriijamente; e pero o combato durasse per gramde per gramde espaço, numca os castellaãos os poderom arramcar daquell portall. (...) e de cima das torres deitavom muitas pedras, que carretavom molheres em cestos que lhe pouco empeçiaam (...). O arroido era mui grade, e a mais da gente da cidade acudia alli toda.*¹⁰¹

Fernão Lopes deu assim voz ao *comum povo*, que protagonizava as ações com a mesma *sanha e ardido coração* que a nobreza, sendo decisivo para o porvir, como é visível no episódio em que o mestre de Avis apenas toma coragem em tomar parte no assassinato de João Fernandes Andeiro porque Álvaro Pais, alto burguês de Lisboa, lhe garante o apoio popular.

É então perceptível o fato de que Fernão Lopes não destina seus escritos à elite aristocrática. Ele bem sabia que a base de apoio da nova dinastia que procura justificar é mais ampla. Seu discurso dirigiu-se ao homem urbano que viveu neste novo ambiente proporcionado pelo desenvolvimento comercial das cidades portuárias que tanto prosperam. Uma nova dinastia, uma nova idade dos tempos e uma nova linguagem narrativa em que o próprio texto se auto-legitima e atesta sua veracidade. Fernão Lopes, homem de arquivos, buscou a verdade nos documentos, certidões e nos depoimentos. Confrontou as versões chegando a conceder ao leitor a liberdade de escolha. Em outros casos ele tornou-se seu próprio vigia para impedir que suas inclinações e preferências pessoais o deixassem recair em falta da verdade.

*Hora aqui escprevem alguũs, que (...) Mas examinadas taaes opinioões segumdo huũ estoriador scpreve, nom satisfazem ao rrazoado emtemdimento...*¹⁰²

*Pera que diremos guolpes ne fforças ne outras rezoees compostas por louvor dalguus, ne aformosetar estoria que os sesudos não hão de crer, de guisa que destorias verdadeiras facamos fabulas patranhosas?*¹⁰³

¹⁰¹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. I) *Op. Cit.*, Cap. CXIII, p. 218.

¹⁰² LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. I) *Op. Cit.*, Cap. CXLVII, p. 300.

¹⁰³ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I.* (vol. II) *Op. Cit.*, Cap. CLI, p. 106.

A partir do que foi exposto aqui, podemos vislumbrar um panorama, mesmo que breve, da cronística ibérica do século XV e situar o cronista Fernão Lopes frente a seus contemporâneos mais destacados. A crônica percorreu toda uma trajetória em que esteve inserida nas transformações políticas e sociais. No século XV, esteve embebida de diversas formas do humanismo nascente. Os cronistas transitaram entre novas e velhas formas adaptando-se ou vendo transformar a própria natureza de suas funções. Todos os cronistas defendem sua verdade e a partir deste pressuposto, edificam seu discurso histórico. No século XV, a verdade está pautada por critérios diferenciados daqueles de outrora. Ela deve ser dada a conhecer pelo historiador que a resgata dos eventos como uma espécie de relíquia sagrada já pronta e constituída. Ainda não será a verdade contemporânea, concebida como fruto de uma interpretação a ser construída¹⁰⁴.

De modo geral, a literatura e a arte dos últimos séculos da Idade Média estiveram sujeitas às transformações relacionadas com aquilo que foi chamado por Huizinga de o “espírito da última Idade Média”: o que consistiu na tendência de exprimir os detalhes e *dar uma forma sensível mais objetiva e acabada possível*¹⁰⁵. Isto significou, para o caso da cronística o senso mais apurado nas relações de causa e efeito dos eventos ou uma visão diferenciada das configurações sociais. Com este aparato, os cronistas dos últimos séculos da Idade Média constituíram-se em poderosos instrumentos na constituição de elementos fundamentais para a formação da modernidade: os Estados, a nação e o capitalismo comercial.

¹⁰⁴ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes. In: Méis: história & cultura / Universidade de Caxias do Sul - v. 2, n. 4, jul./dez. 2003. Caxias do Sul, 2004. revista de História da Universidade de Caxias do Sul, pp. 167-175.

¹⁰⁵ HUIZINGA, Joan. El otoño de la Edad Media. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1978, p. 401.

Narrativa e discurso em Fernão Lopes

Se quisermos analisar a qualidade do estilo de Fernão Lopes, deveremos começar pelo que nos é imediatamente sensível: a sua extraordinária oralidade. Estamos perante um homem que fala a uma assembleia. Sentimo-lo de pé dando relevo e intenção às palavras, acentuando-as aqui e além, declarando por vezes com solenidade e balançando-se num ritmo que faz pensar no verso épico longo e que por vezes se espraia com majestade espontânea¹.

(...) nas crônicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama; há a Idade Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória².

Após traçar um breve panorama sobre o contexto social do tempo em que viveu Fernão Lopes, passaremos agora ao exame mais apurado do texto lopeano buscando identificar algumas características de sua produção para assim realizar uma análise de seu discurso de acordo com o recorte proposto.

Como exposto anteriormente, buscamos identificar características do discurso do cronista com atenção apurada para aqueles aspectos identificados com os padrões culturais próprios da Idade Média: a “porção” discursiva medieval do cronista. Apesar de que ainda situado cronologicamente neste tempo histórico, Fernão Lopes não pode ser rotulado como pertencente a este ou aquele período, tal é a multiplicidade e a riqueza de seus aspectos narrativos. Já discorremos em capítulo anterior, considerações

¹ SARAIVA, Antônio José. O crepúsculo da Idade Média. Parte III. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 166-203.

² HERCULANO, Alexandre. Opúsculos IV. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

a respeito de suas perspectivas temporais, elemento essencial para a análise discursiva que almejamos. Se a referência temporal já implica em fator essencial para a narrativa, ela traz ainda maior carga significativa quando tratamos da narrativa histórica ou seja, o discurso voltado para a construção de uma concepção de passado e de memória própria do tempo em que foi produzido.

Fernão Lopes utilizou-se de variada gama de recursos e possibilidades narrativas com as quais buscou conferir legitimidade ao seu texto. Definiu os padrões aceites de verdade histórica de acordo com novas convenções temporais ao mesmo tempo que não renegou elementos discursivos tradicionais da narrativa. É mesmo surpreendente observar a forma como o autor manipula os elementos da discursividade textual, preocupando-se com a ordenação de informações e não descuidando da recepção do texto pelo leitor, buscando não deixar extinguir-lhe a chama do interesse pelo desfiar da trama. Ele assume o controle da narrativa e indica o sentido que esta deve tomar mediante argumentação que procura tornar sólida e provida de forte carga simbólica e sentimental. Nega o subjetivismo com repetido apelo à neutralidade, colocando-se simplesmente como ordenador das informações. Informações que atesta conforme sua prática de tabelião e com a autoridade da prova documental que expõe sempre que possível.

Ao cronista caberia não somente a tarefa de elaborar a redação das crônicas de reis, como lhe fora solicitado, mas também de redimensionar o próprio gênero da crônica de modo a abarcar toda a complexibilidade dos acontecimentos que sucederam naquele tempo:

Ao estabelecer a voz autoral em torno de procedimentos formais previamente definidos, Lopes pode reivindicar novamente um tipo de integridade para um relato realístico, uma verdade sem fronteiras e território, mesmo que assentada na pré-compreensão do caráter sempre condicionado da história humana.³

A própria escolha, seja ela consciente ou não, de uma concepção do fazer histórico, noticiar, “cronocar” ou analisar mais profundamente um evento passado já

³ ARAÚJO, Valdei L. / GIANEZ, Bruno. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. *In: Fênix - Revista de História e estudos culturais*. Vol. 3, ano III, nº 2 - abr/mai/jun de 2006, p. 2.

implica na constituição das diretrizes de um discurso narrativo. Reiterando alguns pontos do que anteriormente expusemos neste trabalho, entendemos a noção de discurso como uma multiplicidade de sentidos possíveis incrustados em uma forma comunicativa que serve-se de todo um sistema de signos. O discurso é arena de disputas e conflitos sociais das quais o interlocutor se constrói e adquire sentidos e referenciais. Para tanto o discurso utiliza-se de signos, enunciados e códigos como também costuma ligar-se a uma área específica do saber, como estratégia significante. Ora, por mais amplo ou impreciso que seja, o discurso histórico constitui uma dessas áreas com a qual uma fala poderá conectar-se buscando autenticidade e afirmação. Entre seus pressupostos fundamentais pode estar a apropriação de um passado como elo de identidade ou como força de argumentação legitimadora. Através do discurso histórico, o passado molda o presente e (por que não?) aponta “direções” possíveis para o futuro, construindo algumas memórias ou apagando outras conforme necessidades ou interesses em questão, de forma espontânea ou premeditada.

Muitas especulações já foram realizadas a respeito das potencialidades discursivas do cronista Fernão Lopes. Esta análise é, afinal, aspecto central para a compreensão de seu trabalho. Entre os trabalhos clássicos que tocam esta questão está o de Luis de Sousa Rebelo, que procura desvendar os métodos de organização discursiva em seus escritos no tocante à questão do poder. De acordo com este autor, seguindo inicialmente o critério genealógico da sucessão real, é conveniente que o início do fio narrativo dê-se com o reinado de D. Pedro, monarca de quem o mestre de Avis é filho bastardo e, portanto, distante das possibilidades de sucessão no trono. O principal argumento que legitima a quebra da linha dinástica é a crise política iniciada em 1383, cujo desfecho representaria o retorno da estabilidade do reino. O gênero cronístico tradicional, baseado no panegírico do príncipe e na exaltação de seus feitos, não comportaria a complexidade dos eventos a que Fernão Lopes se propunha narrar, tampouco dariam solução à problemas como aqueles decorrentes do reinado regencial de Dona Leonor Teles. Neste ponto, por exemplo, Rebelo identifica a necessidade de remontar um panorama das relações entre Castela e Portugal, ao passo que vai construindo um sentimento comum de nacionalidade, ao contrário do senso de fidelidade tradicional⁴.

⁴ REBELO, Luis de Sousa. A concepção do poder em Fernão Lopes. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 24.

Esta é a função que vemos exercer a Crônica de D. Pedro em que a historiadora portuguesa Teresa Amado faz notar a habilidade do cronista em preencher grande parte de seu conteúdo com transcrições da crônica castelhana de López de Ayala sobre o monarca homônimo daquele reino. É a história de Castela que está posta em relevo. O destaque dado aos assuntos castelhanos é perfeitamente articulado com a história portuguesa de modo a conferir sentidos e consolidar valores em torno dos monarcas portugueses⁵.

Vemos enfim toda uma série de problemas que recebem atenção apurada do cronista e que vão aos poucos sendo tratados com a linha discursiva de forma a construir, perante o leitor, a legitimação dos fatos de acordo com uma determinada ética, fim último do discurso lopeano. Daí decorre, segundo Rebelo, a linha estrutural da narrativa adotada: conferir solidez a todo um corpo teórico sobre a política, construído ao longo do século XIV para aplacar as dúvidas de uma nobreza que encontra-se ainda insegura e receosa de um governo que se nutre de outras esferas de apoio e que promovera uma desconfortável centralização do poder. Deste quesito advém a necessidade de o cronista afirmar-se em uma filosofia do poder que vigora em seu tempo de forma que o texto promova o entrosamento dos discursos político e histórico:

O discurso político nasce e desenvolve-se numa relação simbólica com o discurso histórico. Este desenrola-se como uma sucessão de acontecimentos encadeados segundo uma relação lógica e focados numa perspectiva diacrônica e sincrônica, constituindo no seu conjunto a estória. Na discreta interpretação a vários níveis da ordem desses sucessos, mediante o recurso incessante a modelos de conduta social, reside o discurso político. O processo operatório, que comanda a relação entre os dois tipos de discurso, converte, por vezes, o significado de um no significante do outro, e vice-versa, numa passagem do virtual ao actual, num jogo de dissimulação e deciframento, que permite ao autor imprimir no próprio discurso os seus matizes optativos.⁶

De maneira a demonstrar a multiplicidade discursiva contida em nosso objeto de estudo, é conveniente aqui a referência à pesquisa de Maria do Amparo Tavares

⁵ AMADO, Teresa. Os pensamentos do cronista Fernão Lopes. In: *eHumanista*: Volume 8, 2007 http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf - acesso em out/2009, p. 135.

⁶ REBELO, Luis de Sousa. *Op. Cit.*, p. 27.

Maleval que, em sua análise, identifica na cronística lopeana, os gêneros discursivos tradicionalmente estudados pela retórica clássica. São eles: o *judicial*, em que ocorre o confronto entre acusação e defesa, objetivando obter de um juízo sentença favorável; e o *deliberativo* ou *político*, que dá lugar ao aconselhamento ou debate à respeito de um tema; há ainda o *demonstrativo*, caracterizado pelo elogio ou censura sobre um objeto. Segundo a autora, cada gênero tem finalidades diferenciadas: o judicial tem por fim a justificativa; o deliberativo tem por fim demonstrar a (in)utilidade; e o demonstrativo pauta-se por critérios estéticos como o belo ou o feio. Tais finalidades, apesar de distintas, estão passíveis de imbricações, e superposições, utilizando-se um as estruturas narrativas dos outros. Enfim, uma trama discursiva característica da Idade Média, segundo a autora, da qual as crônicas de Fernão Lopes constituem exemplo emblemático⁷.

Tomamos ainda desta autora alguns tópicos de sua caracterização da arte da retórica na Idade Média. Segundo ela, as técnicas de persuasão discursiva vigentes neste período eram oriundas predominantemente da lógica *aristotélico-ciceroniana*. Destas duas vertentes elaborou-se todo um arcabouço de organização de técnicas de persuasão discursiva baseado nas divisões de gênero (ou finalidades) do discurso expostas acima, de acordo com a *Arte retórica e arte poética* de Aristóteles. Maleval elabora um traçado da evolução dos estudos da retórica e do discurso na Idade Média, passando por autores cristãos como Agostinho de Hipona, Guilberto de Nogent, Tomas de Salysbury e ainda São Boaventura até adentrar o século XIV, quando já encontra-se estabelecida uma *nova arte da retórica*⁸. Muito embora grande parte de sua formulação teórica tenha se elaborado visando fins religiosos e teológicos, no qual destacam-se as funções de “*ler, discutir e pregar*”, calcado em elementos essencialmente simbólicos, a autora sustenta que estes elementos da retórica clássica penetraram vários gêneros da literatura medieval clerical ou laica, como a cronística, na qual se inclui a obra de Fernão Lopes.

Cabe avaliar se o discurso lopeano é impulsionado pela paixão argumentativa ou ampara-se em alguma técnica racionalmente organizada conforme construções teóricas

⁷ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. A Revolução pelos ornamentos: Fernão Lopes. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de doutor e Letras. São Paulo, 1982.

⁸ Esta seria composta *da união dos preceitos retóricos aristotélico-ciceronianos, com a tradição da prédica e da exegese judaico-cristã, com o contributo da patrística*. MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Da retórica medieval. Série Estudos Medievais 1: Metodologias.

acerca da retórica. É relativamente fácil identificar a organização aristotélica do discurso, dividido em exposição e proposição (ou prova), tendências que poderão ramificar-se em argumentos de tendências diversificadas. Certo é que o cronista segue a premissa aristotélica de que *é em função do auditório que se desenvolve toda a argumentação*⁹. Maleval também afirma que muitos dos autores cujos nomes são citados por Fernão Lopes como Beda, Santo Ambrósio, e Santo Agostinho discorreram sobre o potencial retórico da bíblia.¹⁰ A pregação não era, por excelência, ofício primordial do cristianismo? Como não relacionar a larga utilização tropológica na pena do cronista ao estilo próprio do cristianismo medieval da prédica? Não possuímos nenhuma margem de certeza para sustentar a afirmação de que alguns dos inúmeros tratados medievais sobre a prédica tenham estado ao alcance de Fernão Lopes. É provável que sim, visto sua proliferação no século XIII¹¹. Certo é, contudo que sua influência pesou sobre o cronista em algum momento de sua formação, senão diretamente, ao menos pelo peso de seu legado sobre o ambiente intelectual de seu tempo.

Dentre os tratados citados por Maleval, alguns chamam em especial nossa atenção pelos pontos de aproximação com a argumentação lopeana. É o caso de uilbert de Nogent (1053-1124) que, no século XI, elaborara o *Liber quo ordine sermo fieri debeat*. Discorrendo sobre a preparação da prédica vemos destacarem-se quatro formas de interpretação sobre as escrituras: a histórica; a alegórica; a tropológica ou edificação moral; e a anagógica, ou seja, a elevação da alma na contemplação das coisas divinas. Veremos como a obra do cronista encontra-se repleta de alegorias que visam a edificação moral e mesmo o êxtase espiritual. Também no século seguinte o monge cisterciense Alain de Lille, em seu *De arte praedicatoria* defende que o orador deve usar da humildade para captar da simpatia do ouvinte não usando da palavra em demasia, sob o critério da utilidade e proveito dos seus ouvintes¹².

O medieval produziu uma vasta literatura que discorreu sobre a matéria das técnicas da oratória e da prédica. Não é exagero julgar a grande probabilidade de que algum destes tratados ou manuais tenham passado pelas mãos do cronista. Visto a

⁹ MALEVAL. Da retórica medieval. Série Estudos Medievais 1: Metodologias, p. 7.

¹⁰ *Id. Ibid.*

¹¹ Estimado em mais de 300 por Maleval, no artigo já citado.

¹² MALEVAL. Da retórica medieval. *Op. Cit.*, p. 16.

incerteza atual sobre os dados concretos de sua formação, intuímos a possibilidade de que o cronista tenha realizado estudos elementares em instituições onde tais obras tenham circulado, muito embora não existam indícios concretos sobre tais aspectos.

Por volta do século XIV os principais tratados sobre o tema da oratória discorrem sobre um tópico que fora essencial para os cronistas: a prova ou elementos de reforço à argumentação que permitiriam ao orador maior margem de manobra no trabalho de convencimento. Portanto o discurso lopeano apresenta considerável aproximação com o arcabouço teórico da oratória medieval. Ele busca respaldo na bíblia, na história, nas fábulas e lendas. Estimula o ardor moral e religioso e o mais profundo sentimento de amor à terra do ouvinte como suporte necessário à causa portuguesa.

O projeto político

A designação de um responsável por registrar a memória do reino é um indicativo relevante do nível de desenvolvimento e complexificação por que passava o Estado português no século XV, não somente em sua burocracia administrativa como também nas questões culturais. Este aspecto igualmente nos fornece um panorama razoável da valorização da memória e da história, senão do reino, ao menos dos monarcas e seus feitos memoráveis para o registro e para a consolidação de uma tradição que se dirá gloriosa.

No decorrer do século XV pairava sobre o reino português o espírito de um tempo de crises e profundas transformações cujas conseqüências atingiam aspectos estruturais do reino como alterações no modelo de exploração da terra, desenvolvimento do comércio e artesanato, maior mobilidade de mão-de-obra, migrações, crises de abastecimento, desvalorização do numerário, pestes, guerras de fronteira cujos significados se entrelaçavam no contexto da Guerra dos Cem Anos e do Cisma da Igreja¹³. A todos estes fatores somava-se o problema interno da sucessão dinástica na crise de 1383-85. Era necessária a elaboração de todo um instrumental que afirmasse a memória da ascensão de uma nova dinastia como tempo da redenção e restauração do status de estabilidade passado de que carecia o reino.

¹³ COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. *In: Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 704.

Passados os tumultuosos eventos da crise sucessória, juntamente com a retomada dos limites territoriais tradicionais, a dinastia de Avis investiria na expansão ultramarina, iniciada em 1415. Tal projeto, ainda no reinado de D. João I alcançou locais como a Ilha da Madeira, Açores e a costa africana até o Cabo Bojador, lembrando que, com apoio dos setores urbanos, aplicava-se uma política de fortalecimento do poder real.

Convém recordar que a reelaboração dos discursos foi estratégia de legitimação largamente utilizado pela dinastia de Avis a partir de sua ascensão. Principalmente o discurso literário, visto a importância crescente dos letrados na vida administrativa do reino. A casa de Avis investiu no desenvolvimento de uma produção cultural que abarcasse este estrato humano. Neste projeto enquadra-se a produção cronística da qual Fernão Lopes tomara encargo. Por aqueles tempos, a cultura dos livros e o hábito da leitura individual já contribuía para alargar em considerável medida as esferas da erudição, embora ainda não fossem fenômenos popularizados.

Muitas áreas da cultura foram alvos do discurso legitimador que abarcou diversas manifestações da produção cultural como festas, teatro, poesia, prosa e crônica, visando a *afirmação da nova dinastia e da identidade nacional portuguesa a ao qual se associava uma imagem venturosa e carismática do rei e da realeza como elementos essenciais para a unidade do reino*¹⁴. Este empenho foi denominado pela historiadora Vânia Leite Fróes como “discurso do paço”¹⁵; já a estudiosa Lênia Márcia Mongelli denomina esses textos de “literatura doutrinária” da corte de Avis.¹⁶ Diversas ações foram assim empreendidas, entre elas a promoção de traduções de obras do latim, castelhano e francês, além dos próprios monarcas e infantes da dinastia de Avis terem produzido obras de sua autoria com fins diversos.

¹⁴ EFFGEN, Augusto Ricardo. A construção de modelos e contramodelos régios na obra de Fernão Lopes. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2009, p. 39.

¹⁵ FRÓES, Vânia. Teatro Como Missão e Espaço de Encontro Entre Culturas. Estudo comparativo entre teatro português e brasileiro do século XV-XVI. In: Actas do Congresso Internacional de História - Missão Portuguesa e Encontro entre *Culturas*. VIII. Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Braga. Fundação Evangelização e Cultura. 1993. p. 189.

¹⁶ MONGELLI, Lênia Márcia (org). A literatura doutrinária da corte de Avis. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

No arcabouço literário da dinastia de Avis encontramos obras como o *Livro da Montaria*, escrito entre 1415 e 1433 por D. João I contendo ensinamentos didáticos sobre a montaria e a caça. D. Duarte também legou à posteridade obras de sua autoria como o *Livro da Cartuxa*, obra que além de relacionar os códices da sua biblioteca, produz uma série de escritos de ordem moral e religiosa relacionadas à assuntos sociais de ordem diversa. Ele também dedicou-se aos ensinamentos da arte de cavalaria com a *Ensinança de bem cavalgar a toda sela*, buscando resgatar o culto à equitação, manifestando a preocupação de que parte da nobreza se distanciava de seus hábitos tradicionais. Cumpre destacar, ainda de D. Duarte, o *Leal Conselheiro*, escrito no período de 1437-1438, obra de normatização social para a nobreza expondo virtudes e modelos de conduta seguido de exposições da própria experiência pessoal do monarca. Posteriormente a *Virtuosa Benfeitoria*, do infante D. Pedro, possui igualmente o cunho de normatização social. Esta obra concebe a sociedade em moldes de hierarquização social sob um aspecto moral mais ligado à concepção religiosa¹⁷.

Toda esta fase da dinastia de Avis, de D. João I a D. Afonso V (1385 - 1481), esteve permeada por uma preocupação de dotar-se de instrumentos para o registro da memória do reino. Daí a emergência de um discurso do paço que englobava todo um projeto adequando a produção cultural à situação política vigente.

Fernão Lopes integra, portanto, um projeto cultural e político de maior amplitude. A ele caberá a interpretação da história segundo os moldes de legitimação da emergente dinastia, num contexto de transformação e renovação das estruturas políticas e culturais. Se, por um lado os discursos das crônicas oficiais tinham a função de afirmar o advento de uma nova era em Portugal, enfatizando a diferença em relação aos reinados anteriores, por outro era necessário afirmar o crédito de certa continuidade na história do reino português e sua formação como nação. A obra de Fernão Lopes vem servir então ao objetivo de legitimação da dinastia de Avis, afirmação da figura do soberano e formação de uma identidade nacional portuguesa, sobre a premissa de um passado glorioso comum e sob o signo de um novo tempo de redenção¹⁸.

¹⁷ De modo geral, tomamos a referência e comentários destas obras da dissertação de mestrado de Augusto R. Effgen, cuja defesa se deu em 2009 (ver bibliografia).

¹⁸ COSER, Miriam Cabral. *Op. Cit.* p. 710.

Mais do que louvar os feitos que suplantaram as pretensões de Castela sobre o reino, era necessário buscar elementos que legitimassem o mestre de Avis, abafando as vozes que porventura lembrassem sua condição de filho bastardo de D. Pedro. Tal questão é sempre retomada na narrativa. Afirmar a independência do reino é, portanto, motivo central da trama, mas não o único. Para retomar este estatuto de independência, cumpria urgentemente efetuar o restabelecimento da unidade simbólica na pessoa do monarca, com seus estatutos de poder e funções próprias da soberania para recompor a dignidade do reino frente à política externa. Os eventos da conquista tem por objetivo afirmar a superioridade guerreira bem como a lealdade e até mesmo a predestinação do candidato ao trono, qualidades que se sobrepõe ao direito de sangue e de herança. Tal questão apresenta-se como o problema mais complexo entre os que exigem a atenção do cronista. Sua solução deveria mostrar-se pela força do direito e da justiça, valendo-se de todo um instrumental panegírico, o que Teresa Amado considera, como a *linha dominante da estratégia narrativa do cronista*¹⁹.

Neste quesito vislumbramos o esforço do cronista em marcar o posicionamento do reino de Portugal frente a problemas universais, o que é visível na questão do cisma da Igreja no século XIV. Fernão Lopes elabora um breve relato acerca do problema do cisma que resultara no papado de Avinhão, de forma a marcar o evento no contexto ibérico. Quando no leito de morte, Dom Henrique de Castela pede ao filho Dom João que sempre esteja ao lado da casa da França.

*(...) ora convem que traitemos do feito da cisma que se em este tempo levamtou na egreia; nom soamente por neçessidade da estoria, que nos costramge fallar dello, mas por nom mostrarmos mingua em nossa obra, pois que os famosos estoriadores em suas cronicas fazem della meemçom.*²⁰

Ele trata da questão do cisma, primeiro como premissa de obrigação histórica: *A hordenamça de bem estoriar nos requiere tornarmos dar fim ao feito do cisma...*²¹. Segundo como espécie de penitência de reparação ao grave erro cometido pela nação:

¹⁹ AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de história - sobre a Crônica de d. João I, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 30.

²⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CVII, p. 293.

²¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXIII, p. 317.

*Por nossos peccados, foi estomçe o corpo místico da egreia feito com duas cabeças, assi como corpo momstruu, que era fea cousa de veer.*²²

São os monarcas da dinastia de Avis que se propõe a financiar a cronística oficial como instrumento de memória sob orientação estatal. Tal empresa é marcada pelo amplo desenvolvimento de uma atividade literária que empenha-se desde o resgate da memória do reino até o resgate de obras clássicas como afirmação intelectual. Registrar, portanto, os feitos portugueses implicava em ressignificar o passado sob a ótica das novas forças sociais que emergiam no cenário político. Como carro-chefe deste projeto estava a construção de uma memória de cunho pedagógico que assumia a posição lusa frente o cenário europeu.

Percebemos então a amplitude do significado da obra de Fernão Lopes. Ela integra um projeto político que abarcou vários segmentos da vida social do reino conferindo sentidos edificadores à monarquia emergente.

Aspectos da narrativa

O pensamento medieval não tolera o discurso que defende a quebra dos princípios que regem a ordem e o equilíbrio do mundo. Quando isto ocorre, costuma assumir o status de enorme violência, heresia, traição. É possível, entretanto, que sejam adequados na visão do mundo que se tinha na Idade Média, muitos aspectos próprios de mudança e transformação, se estes forem concebidos como oriundos da ordem sobrenatural e divina²³, adaptados aos discursos e ideologias, de acordo com as conveniências. Tais recursos são característicos da obra lopeana. Veremos em inúmeros casos o cronista recorrer a tais artifícios buscando reforçar sua argumentação. Muito embora as razões “místicas e ocultas” do firmamento possam representar apenas uma das muitas de suas facetas discursivas, Fernão Lopes constrói relações de causa e efeito concretas em sua narrativa e, naturalmente, também remete muitas vezes aos desígnios místicos a origem dos acontecimentos inexplicáveis aos olhos humanos²⁴.

²² LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. *Op. Cit.*, Cap. CXIII, p. 319.

²³ AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de história. *Op. Cit.*, p. 34.

²⁴ CHANTRE, Raquel. A História e o autor em Fernão Lopes. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto de Literaturas românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2005, p. 81.

Já foi por muitos apontado como Fernão Lopes anda longe do estilo cavaleiresco tradicional da Idade Média. O discurso cronístico típico privilegia atos guerreiros individuais enaltecendo feitos heróicos protagonizando atos de bravura e coragem no espaço da guerra. Fernão Lopes subverte o sentido tradicional da cronística medieval oferecendo uma narrativa não mais centrada exclusivamente nos feitos individuais de protagonismos bravios. Se reconhecemos que o estilo do cronista se afasta das crônicas medievais em estilo, também o faz em relação aos traços de comportamento e padrões culturais próprios deste período. Tanto que Antônio José Saraiva chama atenção para a forma como o cronista utiliza de artifícios retóricos para conferir um estatuto religioso à guerra contra Castela²⁵. O mesmo autor ainda classifica, no âmbito geral, as crônicas de Fernão Lopes como *a narração deste grande movimento que levou os povos do Reino a imporem seu direito contra a hierarquia senhorial*²⁶. Se, por um lado, verifica-se na pena lopeana o registro da quebra da ordem do mundo dado e das convenções estabelecidas, por outro é perfeitamente marcado o olhar que desaprova as quebras de hierarquias e sistemas sobre os quais o mundo se ordena.

Certo é que encontramos em suas linhas a busca pela essência dos eventos. É o caso do empenho com que se presta a reproduzir diálogos muitas vezes extensos, como o caso das conclusões retiradas dos conselhos dos monarcas sobre as possibilidades de realização de ataques e batalhas, como observamos no capítulo CXXIX do primeiro volume da Crônica de Dom João I²⁷, conferindo à tônica discursiva do cronista um estilo novelesco pleno de dramatização que afasta-se muito da literatura medieval do período. Tais expedientes não serão recorrentes nos textos de seus contemporâneos como Froissart, ou Ayala, ao menos não com o mesmo carisma e plenitude. O cronista transporta o leitor para a cena e o faz partilhar as tensões com os personagens num enredo envolvente e emotivo.

Ele nos oferece uma narrativa estruturada em diversos planos, como também uma pluralidade temática, narrações simultâneas: a noção de que muitas coisas podem acontecer em um mesmo período de espaço e tempo, ao contrário dos modelos dos romances de cavalaria ou da historiografia medieval tradicionais que se desenrolam

²⁵ SARAIVA, Antônio José. *Op. Cit.*

²⁶ SARAIVA, Antônio José. *Op. Cit.*

²⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXXIX, Vol I, p. 250. *Do comselho que ElRei de Castella ouve com os seus em que guisa pellejaria com a frota de Portugall.*

num plano único²⁸. Sua tônica era a da necessidade de bem ordenar a narrativa e dar coerência ao discurso para melhor compreensão do leitor. Importante compreender o estilo narrativo do cronista para melhor avaliar como ali se enquadram suas diversas formas discursivas. Antônio José Saraiva compara sua arte narrativa como digna do mesmo período em que se apresentam autores como Chaucer e Boccaccio, pela *extraordinária* arte de desenvolver o fio de uma narrativa recheada de *teatro* e *suspense*. Este autor chega a identificar em Fernão Lopes dois processos distintos de ordenação da narrativa. Em primeiro, o que denomina de *ordenação concêntrica*, ele ordena as diversas narrativas em torno de um ponto de convergência demonstrando que os acontecimentos encontram-se interligados em um mesmo processo. *Assim, um fato como o cerco de Lisboa ou como a batalha de Aljubarrota aparece solidário com um país inteiro e com tudo o que nele está, em dado momento, acontecendo*²⁹. Todo acontecimento é precedido de outros que lhe integram ou estão a prepará-lo. O segundo processo, que Saraiva denomina como *plano de fundo*, consiste em definir espaços sociais e dispor os planos de forma a dar ao leitor uma perspectiva global dos fatos e até criar uma espécie de terceira dimensão dos acontecimentos. Eles recebem tratamento estilístico diferenciado e maior utilização do recurso metafórico e poético. Os dois planos estariam em contraste entre si pelo seu estilo analítico e sintético. Embora o autor reduza a narrativa lopeana a estes dois esquemas, aponta a riqueza de efeitos possíveis causada pela sua combinação³⁰.

Fernão Lopes intitula seu discurso de *falamento*. Este falamento está imbuído de toda uma estratégia de cooptação do leitor aos propósitos do projeto lopeano. Cativar o leitor/ouvinte. Nos romances medievais de cavalaria, a narrativa caracteriza-se pela atitude oral do narrador. Fernão Lopes não se enquadra nas características da cultura cortesã. Ao contrário, sua retórica é dotada de forte carga simbólica e emotiva com suas metáforas e exemplos. Seu falamento, como observa Saraiva, é atestado não somente pela sua autoridade de tabelião geral como também por uma autenticidade comunicativa dotada de enorme tensão poética³¹.

²⁸ SARAIVA, Antônio José. *Op. Cit.*

²⁹ *Id. Ibid.*

³⁰ *Id. Ibid.*

³¹ *Id. Ibid.*

Em Fernão Lopes, sua presença está fortemente marcada pelas várias formas de dizer o que pensa de acordo com as circunstâncias ou condicionamentos do modo de narrar a história. Seus comentários e apreciações das motivações e comportamentos dos personagens *às vezes servem a história, quer dizer, o sentido que se pretende imprimir à história. Outras, parecem responder apenas ao desejo de exprimir uma opinião, que nos faz conhecer melhor o autor, mas sem a qual o entendimento da história passaria bem*³².

O cronista estaria, nas palavras de Teresa Amado, muito além das pretensões de verdade ou credibilidade, pois encontra-se fortemente dotado de consciência criadora e autoral. Uma estratégia discursiva que se verifica em várias passagens de seu texto configurando-se como elemento importante na apreciação do *modus* discursivo do cronista. Contudo, a autora considera que a singularidade do estilo narrativo e discursivo de Fernão Lopes é tal que não se pode considerá-lo uma característica ou tendência literária, embora carreguem marcas de uma tradição historiográfica que certamente exerceu influência na formação do cronista³³. Na tentativa de contribuir para a definir-lhe um modo (ou gênero) discursivo, Teresa Amado busca as palavras do autor Given-Wilson que conclui em seu estudo que:

*(...) a maioria dos cronistas ingleses do fim da Idade Média tinham a liberdade de dizer o que pensavam. Trata-se de uma ótima formulação para a controvertida ação de dizer a verdade, pois dificilmente se pode pedir a alguém outra coisa senão que diga aquilo que pensa que é verdade (...). Neste sentido a quase totalidade da crônica (de qualquer crônica) torna-se legível e inteligível como expressão do que “o cronista pensa”, mesmo quando o discurso não está gramaticalmente subjetivado, isto é, quando se apresenta como mera narração*³⁴.

Muito além de explicar, demonstrar o estatuto pleno de autor, Fernão Lopes parece convidar o leitor/ouvinte a acompanhá-lo numa incursão prazerosa pelo texto. Por inúmeras vezes ele preocupa-se em assumir a postura de uma espécie de cicerone de forma que o leitor fique mais a vontade. Vemo-lo guiar a leitura por caminhos mais

³² AMADO, Teresa. Os pensamentos do cronista Fernão Lopes. *Op. Cit.*, p. 136.

³³ *Id. Ibid.*, p. 136.

³⁴ Given-Wilson, Chris. *Chronicles. The Writing of History in Medieval England*. London: Hambledon and London, 2004. *Apud* AMADO, Teresa. Os pensamentos do cronista Fernão Lopes. *Op. Cit.* p. 137.

confortáveis de serem trilhados. Tais expedientes são realmente singulares para o período ou para o gênero cronístico: a constante preocupação de justificar ao leitor a estruturação da narrativa de modo a torná-la mais organizada, dinâmica e palatável, como podemos constatar em trechos como o que seguem:

(...) das quaaes nom fazemos mais longo processo por nom sabermos quanto prazeriom aos que as ouvissem³⁵.

Mujtas hordenações outras fez e mandou comprir por boom regimento e prol do seu poobo este nobre Rei Dom Fernamdo, que razoadas todas per meudo fariam tam grande trautado, qual aqui nom compre de seer scripto³⁶.

Convem que sigamos os feitos delRei Dom Pedro de Castela com seu irmão (...) no ponto em que leixamos de fallar delles, e esto por de todo averdes huum breve conhecimento, e a ordenamça de nossa obra nom desvairar do seu primeiro começo³⁷.

Sem deixar de registrar também a necessidade de entrar em minúcias de detalhes, por vezes numéricos ou através de longas relações. Seguidamente o cronista abre parênteses para fornecer ao leitor esclarecimentos sobre personagens, mesmo sendo eles secundários na trama. Assim é o caso de Diego Lopez Pacheco, cujos conselhos levaram Dom Henrique a invadir Portugal e cercar Lisboa. O cronista explica que este senhor era português, privado³⁸ de Dom Fernando e que posteriormente passara para o lado castelhano. Segue-se todo um histórico de sua linhagem, seus feitos e batalhas bem como a exposição dos motivos que o levaram à fuga para Castela, estando entre eles o de aconselhar Dom Fernando a não casar com Leonor Teles³⁹.

Como forma de afirmar seus pressupostos, o cronista utiliza ainda o recurso narrativo de inserir discursos na fala de personagens em meio aos acontecimentos.

³⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. V, p. 27.

³⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Prólogo, p. 7.

³⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. II, p. 13.

³⁸ GRZYBOWSKY, Lukas G. / FERNANDES, Fátima Regina. A imagem de D. Fernando na crônica de Fernão Lopes. <http://www.historia.ufpr.br/monografias/...> - acesso em dez 2010. Os privados eram pessoas próximas do rei e atuavam como conselheiros pessoais deste.

³⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. LXXX, p. 212.

Vejamos o capítulo CXIV da Crónica de dom João, primeiro volume, durante o estabelecimento do cerco à Lisboa pelo rei de Castela. O cronista tece uma longa descrição de todo aparato trazido por aquele rei de forma a demonstrar a superioridade castelhana. É possível visualizar plenamente a cena pela descrição efetuada, a pouco mais de dois tiros de besta da cidade. O rei instalara-se em um sobrado especialmente construído. Em torno podemos vislumbrar as tendas dos nobres, cada qual com seus estandartes de armas e o som de trombetas de modo a conferir uma pompa e circunstância teatral ao evento. Logo vemos o estabelecimento de uma pequena cidade. Todo o *arreal* é descrito como farto de mantimentos, especiarias e ali instalaram-se físicos, cirurgiões e boticários e ruas de mulheres mundanas e mercadores cristãos e judeus *como se costuma nas grandes cidades*: a comparação reforça a imponência que o texto procura impor.

Após destacar o fato de que o mestre não possuía tantos partidários, assim como também carecia de ajuda e mantimentos, o cronista narra o diálogo entre nobres castelhanos que foram perguntar ao marechal de Castela Fernamd'Allvarez, homem de larga experiência em feitos de armas por muitos lugares distantes como a França, se parecia-lhe que o mestre tinha condições de levar adiante esta empreitada de resistir ao cerco de Castela. O marechal pronuncia então uma resposta primorosa cujo teor vale a pena reproduzir aqui para apreciação:

Senhores eu vi (...) mui grandes feitos começar com gram poderio, e muitos aazos pera sse acabarem, e numca chegaram ao desejo daquelles per que eram começados; e vi cometer mui pequenos feitos, sem nehuña aazada rrazom que tevessem, pera sse aver dacabar; e pouco e pouco chegaram a tam gram termo que a nehuñ podia viir per pemssamento⁴⁰.

O marechal conclui que seu senhor, o rei de Castela, pode estar se aventurando em terreno pouco fértil e que, dependendo do sabor dos acontecimentos, o mestre e a cidade poderiam ir adiante com sua *demanda*. É notável como o cronista insere na fala do inimigo o reconhecimento da possibilidade de sucesso da causa portuguesa mesmo contra todas as circunstâncias e probabilidades. Devemos reconhecer, ao menos para o

⁴⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXIV, Vol I, p. 222.

período em questão, a sofisticação de tal estratégia. Esta afirmação de estar demandando contra um inimigo militarmente superior permeia toda a obra lopeana reforçando-se constantemente em cada oportunidade.

O apelo ao senso moral é outro recurso largamente utilizado em diversas circunstâncias, constituindo-se também em ponto central de sua estratégia discursiva, como veremos. Aos partidários dos castelhanos, o cronista reserva atos de desonra e covardia. Temos o episódio em que Paae Rodrigues Marinho, Alcaide de Campo Mayor, atende solicitação de Gill Fernandez dElvas para que tivessem uma reunião no intento de que aquele tomasse voz pelo mestre⁴¹. Como Paae recusa-se a deixar o castelo, ambos combinam um encontro, cada um levando consigo dez homens de armas. Imediatamente Paae Rodrigues, acompanhado de muitos cavaleiros a mais, dá voz de prisão à Gill Fernandez, num ato de traição ao preito previamente acertado. Evidencia-se o senso comum de que a vitória deverá caber a quem a merece por honra e caráter.

A exemplo do panorama sobre o arreal do rei de Castela sobre Lisboa, temos ainda outros exemplos em que a dramaticidade das cenas apresentadas é digna dos épicos mais intensos e carregados de tensão. É o caso da cena em que a rainha Dona Joana, esposa de Dom Henrique de Castela, procura convencer Affonso Lopez de Texeda a entregar-lhe a vila, ameaçando mandar degolar seus dois filhos. A resposta do alcaide foi que assim fizesse, pois que *el tijna a forja e o martelo com que fezera aquelles, e que assi faria outros*⁴². O cronista nos dá a ver o cenário com todos os elementos que compõe o drama: o espanto de todos frente à crueldade como também à indiferença paterna, os filhos clamando pela piedade do pai desnaturado, a relutância dos algozes estendendo o tempo na expectativa de que o pai mudasse de idéia, até o trágico desfecho da cena.

Desta forma o cronista nos proporciona ângulos diversificados dos cenários que sempre estão plenos de sentido e dramaticidade. Podemos mesmo vivê-los e sentir-lhes o peso de toda comoção desejada pelo autor. Este é o sentido amplo da estratégia narrativa do cronista.

⁴¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CVI, Vol I, p. 205.

⁴² LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XLI, p. 108.

O direito

Logo no início do prefácio à Crônica de Dom Pedro, Fernão Lopes afirma que todas as definições possíveis da justiça, seu objetivo primordial é *por seerem os maaos castigados e os boons viverem em paz*. Embora saibamos que toda obra lopeana percorre um traçado pré-determinado para chegar à seu ápice ideológico, a crônica de Dom João, podemos considerar a Crônica de Dom Pedro quase que como um caso à parte no que tange à justiça. Já especulamos em capítulo anterior sobre as implicações de um novo direito no contexto do cronista e suas influências sobre sua obra. Cabe refletir um pouco mais como tais concepções são apresentadas no discurso lopeano, visto que sua noção de justiça encontra-se intimamente imbricada com sua visão e seu discurso sobre a história.

Seguem-se, no texto, inúmeras justificativas e argumentações sobre a justiça. Um dom emanado de Deus, uma virtude necessária aos soberanos e aos súditos, suporte essencial à sustentação dos reinos, etc. Seguindo a tradição alegórica, Fernão Lopes traça uma analogia em que a justiça é equiparada à alma, que suporta o corpo assim como a justiça suportaria os reinos, O cronista apóia-se em diversos autores antigos, como nas citações que faz de Túlio (Cícero) para afirmar que a justiça é rainha e senhora das outras virtudes. Ora, a justiça é um tema caro e imprescindível ao Estado que busca centralizar-se e necessita arduamente combater prerrogativas senhoriais que a tradição impunha. É imperioso que o discurso ocorra no intuito de marcar esta necessidade. A crítica aos resquícios de autonomia jurídica no poder feudal é direta e contundente. Desta vertente origina-se a construção discursiva dedicada a esta questão percebida na crônica de Dom Pedro quando, por exemplo, usa da famosa metáfora da justiça como uma teia de aranha, como veremos adiante.

Parece-nos de fato curioso ser Dom Pedro, o monarca lopeano que mais fora agraciado com a ênfase no discurso acerca da justiça. Afinal, se esta era, sem dúvida, uma qualidade cara ao cronista, por que não torná-la também relevante aos outros dois monarcas, ou principalmente a dom João I, objetivo central de seu projeto político? Em primeiro lugar, coloca-se a questão de que provavelmente foi esta uma das virtudes que a tradição e a memória creditaram a dom Pedro. Segundo, talvez, por recursos literários, visto reservar às outras crônicas passagens e desencadeamentos de ordem superior ou

por questões de ordenamento da narrativa que ainda fossem mais importantes ao sentido geral da obra. Contudo é necessário atentar para o sentido extra-texto implícito em toda sua lógica discursiva. Portanto, quando o cronista enaltece o personagem Dom Pedro ele está construindo uma imagem generalizada da instituição e status próprios ao monarca. A caracterização do monarca Dom Pedro como um rei zeloso e mesmo extremado na prática da justiça exerce função indireta de mensagem pedagógica à Dom Duarte, monarca a quem Fernão Lopes serve diretamente no tempo da redação das crônicas.

E vemos assim o rei dom Pedro utilizar mais radicalmente de suas prerrogativas para exercer a justiça de forma impiedosa, imparcial e mesmo cruel. Manda degolar dois de seus próprios escudeiros por roubarem e matarem um judeu. Investe com grande fúria contra um bispo acusado de dormir com uma mulher casada. (e não podemos aqui vislumbrar a metáfora da supremacia do poder monárquico sobre o poder temporal?). Manda também castrar um de seus escudeiros por dormir com uma mulher casada. O cronista não poupa-lhe críticas pela forma brutal como exerce a justiça, embora registre-se que não há na crônica nenhum caso de um réu punido injustamente. Dom Pedro encarna a personificação daquela justiça necessária à empresa do Estado que nivela todos os súditos.

A noção de justiça do cronista é aquela do bem comum chegando por vezes a igualar todos os homens, sejam eles fidalgos ou plebeus. Esta noção da universalidade do Direito já se fazia recorrente em Afonso X, por exemplo⁴³. A metáfora da justiça como uma teia de aranha usada pelo cronista exemplifica bem tal percepção: a justiça seria como uma teia em que os mosquitos pequenos são retidos ao passo que as moscas grandes tem força para rompe-la podendo assim escapar. Assim dizem que a justiça aplica-se somente aos pobres enquanto os poderosos ficam dela isentos, o que jamais sucederia, segundo a ética lopeana, com o rei Dom Pedro, ou com os monarcas da casa de Avis.

A justiça lopeana já foi objeto de análise em estudo célebre de Luis de Sousa Rebelo. Ele concebeu o discurso histórico-político da triologia lopeana estruturado em

⁴³ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. *In*: anos 90 – Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre - nº 16 – 2001/2002, p. 25.

três planos argumentativos - ético-político, jurídico e providencial. Rabelo identifica sua teoria política de acordo com preceitos aristotélicos de governo, considerando valores morais como virtude/vício, bem/mal, não como pólos opostos ou quantificáveis, mas abrindo-se à realidade das transformações que emergiam em seu tempo⁴⁴. É por influência da obra de Aristóteles que o cronista assimila a noção de igualdade de todo homem perante a lei, que é soberana mesmo sobre os reis. Sua filosofia de poder está firmemente calcada sob este pressuposto. A justiça deve ser social: para o bem de todos⁴⁵. Não por acaso assistimos Dom Pedro punir violenta e exemplarmente um escudeiro que teria agredido a um simples oficial de justiça.

Na análise de Rodrigo Schiavinato, esta tônica de justiça em Fernão Lopes situa-se num contexto em que o senso de homem comum opõe-se aos privilégios feudais. É claro que, na prática, a justiça não se aplicava igualmente à todos. Contudo, *o poder do rei deveria dialogar constantemente com outras esferas para manter o equilíbrio de uma boa governabilidade*⁴⁶. Não é possível determinar realmente qual foi a justiça praticada pelo rei ou pelos senhores da aristocracia ou até que ponto a *arraia miúda* desfrutava desta justiça que se alegava comum. Haja vista a metáfora da teia da aranha que pode nos fornecer indicativos interessantes, percebemos que, no plano ideológico, o ideal de senso comum da justiça, tão propagado em Fernão Lopes era uma ideologia bem recebida pelas altas esferas do poder. A redescoberta do direito romano e as interpretações das obras de Aristóteles darão a tônica deste direito que consolida os novos tempos. Ao poder do rei não caberia limites, o que deveria ser aplicado com ênfase no âmbito do terreno jurídico.

Este novo direito, portanto, é posto em relevo quando o cronista salienta as particularidades jurídicas de dom Pedro. Mais do que isto, ele coloca a justiça como aspecto central das narrativas em torno deste monarca. O rei *mantedor de suas leis e grande executor das sentenças julgadas* é implacável. Não veremos tal furor nos monarcas seguintes, embora sejam eles também emblemáticos deste novo direito. Dom João I será cunhado como rei justo, mas será demonstrado em gestos brandos em sua

⁴⁴ REBELO, Luis de Sousa. *Op. Cit.*, p. 27.

⁴⁵ SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. Poder e justiça em Fernão Lopes: as crônicas do rei do, Pedro I em contexto português tardo medieval. In: Atas do IV Congresso Internacional de História. 9 a 11 de setembro de 2009, Maringá-PR. ISSN: 2175-4446 (on line), p. 662.

⁴⁶ *Id. Ibid.*

prática. Sua justiça é benevolente. Sua crônica não deixará de salientar este novo direito a que o cronista se empenha em defender. Contudo sua prática não será enfatizada na pessoa do monarca e sim em exemplos que se propõe a ilustrar sua maior difusão.

Se na crônica de Dom Pedro o direito emana como uma prerrogativa do monarca como condição à boa ordenança do reino, a crônica de Dom João I assume uma conotação discursiva diferenciada sobre a aplicação e a natureza do poder. Aqui ela é prerrogativa não do monarca, mas dos povos que saem às ruas e fazem valer pela força seus desejos e direitos, como que anunciando as transformações de novos tempos.

O discurso acerca deste novo direito torna-se latente nas cenas que destacam os personagens coletivos. As imagens do povo da cidade de Lisboa que *husavom de seu livre poder*⁴⁷ tomando as ruas em socorro do mestre ou então os seguidos pedidos para que este não realize sua fuga para a Inglaterra marcam o protagonismo coletivo que caracteriza este discurso. O que dizer então do tanoeiro Afonso Anes Penedo que ergue a espada perante os homens bons da Câmara de Lisboa, pressionado-os a eleger o Mestre de Avis como regente e defensor do reino frente a iminente invasão castelhana. O tanoeiro brada de espada em punho ameaçando tirar a vida de quem se opusesse à idéia, fazendo valer ferozmente o direito da vontade dos povos. Vemos claramente a intenção de propagar uma nova tomada de consciência popular sobre a natureza do poder, enfatizando que a justiça que deve prevalecer é aquela baseada na vontade da maioria.

A idéia de justiça em Fernão Lopes associa-se muito mais a uma concepção ideológica do que a uma propagação eficiente do poder real de fato. Seu discurso atende claramente aos objetivos de legitimação da dinastia de Avis, assim como de justificativa da necessidade do Estado como poder centralizador.

A construção imagética dos personagens

A incursão pelas páginas das crônicas lopeanas nos permite vislumbrar uma variada gama de estilos de personagens que habitam seu universo. Acreditamos residir neste aspecto da narrativa forte conteúdo discursivo que ampara-se na construção

⁴⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XLV, Vol I, p. 90.

literária do valor imagético atribuído à personagens realistas ou personagens lendários. Antônio José Saraiva traça a comparação da imagem projetada de D. Pedro com D. Afonso Henriques mostrado nas canções de gesta como *defensor do povo e perseguidor dos cardeais de Roma*⁴⁸. Nuno Álvares Pereira é mostrado num plano cavaleiresco de estilo épico. O cronista projeta ao sabor dos acontecimentos uma diversidade de planos estilísticos para compor seus personagens: romance, realista, épico, hagiográfico, etc. Ele vai ainda mais além e inova na composição do elenco de forma marcadamente singular para a literatura do período, como observa Teresa Amado:

*Mesmo que anônimas na sua maioria, as pessoas são observadas de perto, a expressão do rosto, o tom da voz, os gestos, os passos, as poses, tudo é dado a ver*⁴⁹.

Fernão Lopes dota seus personagens de forte carga simbólica. Sua narrativa sempre cuida em destacar seu caráter, suas qualidades ou mesmo suas falhas e estas podem até depor a favor de seu portador. As atitudes falam por si próprias e encaixam-se como peças no mosaico que configura o plano maior da obra. Muitas passagens assim o exemplificam. É o caso do *boão escudeiro*, chamado Estevão Rõiz, que, em Ponte Lima, opõe-se a outros escudeiros que escarnekem à aclamação do mestre de Avis como rei de Portugal⁵⁰. Ele afronta com palavras ríspidas mesmo o fronteiro da localidade e por isso é jogado no cárcere. São muitos os personagens menores ou anônimos que ganham relevo em momentos estratégicos da trama. Já citamos antes o tanoeiro Afonso Anes Penedo que, de espada em punho, dissipa as dúvidas do conselho em nomear o mestre. Haverá maior carga discursiva e simbólica nos atos de tais personagens?

Como vemos, as virtudes estão enraizadas no sangue português como as mais notáveis qualidades que conferem nobreza aos homens, como o verdadeiro espírito de nobreza e valores. Vejamos outro belo exemplo em Vasco Martins de Melo, que estando em Castela com a rainha dona Beatriz, recusa a oferta do rei de Castela para a nomeação ao cargo do mais honroso ofício, o de alferez mor, por ser já vassalo de dom

⁴⁸ SARAIVA, Antônio José. *Op. Cit.*

⁴⁹ AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de história *Op. Cit.*, p. 36.

⁵⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XIV, Vol II, p. 33.

Fernando, cuja morte já era conhecida, e para não ser obrigado a entrar em combate com o reino de que era natural, o que faria então valer menos sua honra⁵¹.

Motivação acima dos interesses pessoais e materiais é demonstrada também quando Gonçalves Vasques, um fidalgo que lutava pelo rei de Castela, manda providenciar o pagamento de seus escudeiros, que eram em número superior a cem. Aqui a honra pessoal é diretamente confrontada com o valor pecuniário. Após descobrir que seus homens se recusaram a receber o soldo, o fidalgo os interpela para saber o porquê de tal atitude. Fica então sabendo da insatisfação de seus homens quanto a estar servindo ao rei castelhano, o que não desejam fazer *per nehũa guisa, de tomarmos solldo delRei de Castela*. Mas que se quisesse tomar voz pelo mestre, todos o fariam de boa vontade, despendendo seus corpos e vidas e tudo quanto tivessem para o servir e morrer onde quer que fosse⁵².

Tantos são os exemplos contidos na obra lopeana que valem a pena destacar que tememos cair no exagero e abuso das enumerações descritivas e distanciar-nos da objetividade do texto. Como resistir, contudo, aos belos exemplos de virtuosidade encontrado em passagens como aquela em que Nuno Álvares Pereira reúne seu contingente de homens em Estremoz para consultá-los sobre a empreitada desvantajosa que ora se inicia frente aos de Castela. Muitos fidalgos mostram-se naturalmente duvidosos a respeito de embarcar em tal campanha. Então o escudeiro Pedro Annes Lobato toma a palavra e afirma que prefere que venham logo todos e que a luta seja trabalhosa e dure todo o dia. Isto é melhor do que se fossem cavaleiros delicados banhados *daugua rrosada e de froll de laramjo*⁵³, que logo seriam facilmente vencidos.

Vejamos também a carga simbólica contida nos adjetivos com que o cronista descreve os personagens antes de serem inseridos à trama para cumprir seu papel. O conde de Mayorgas, dom Pedro Alvarez de Lara, *grande homem darmas e mui affamado cavalleiro e bem ardido*⁵⁴. Há destaque para o fato de que será nada menos que um fidalgo (bastardo) partidário de Castela que manda intimar o mestre para um

⁵¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LIV, Vol I, p. 108.

⁵² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LXVIII, Vol I, p. 131.

⁵³ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XCIII, Vol I, p. 176.

⁵⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LXX, Vol I, p. 137.

combate corpo a corpo: *MartinhAnes de Barvudo, cavalleiro portuguees e mui afamado por boom homem darmas...*⁵⁵

Além dos personagens individuais é interessante averiguar como Fernão Lopes traça uma linha discursiva em que elabora o plano urbano e lhe confere contornos como de um protagonista na trama. A cidade de Lisboa é, por excelência, um dos personagens de grande significação na crônica de Dom João. O personagem urbano destaca-se nos eventos com uma vontade unívoca em prol da causa portuguesa. Desta forma percebe-se a descrição da defesa da cidade contra o cerco de Castela:

*Alli viriees os muros cheos de gemtes, com muitas trombetas e braados e apupos esgremimdo espadas e lamças e semelhantes armas, mostramdo fouteza contra seus emmiigos.*⁵⁶

O rei de Castela preparava uma frota naval com objetivo de cercar Lisboa, privando-a de abastecimento. O mestre de Avis decide então organizar uma defesa marítima, armando os navios de que dispunha, tarefa que fica ao encargo do Arcebispo de Braga, dom Lourenço. Nesta passagem o cronista destaca a cooperação do povo de Lisboa *com boom desejo se offereçessem aaquele trabalho*⁵⁷, não ficando de fora nenhum seja qual fosse seu estado. O agente coletivo coloca-se como personagem da empreitada e diluem-se as dignidades e distinções sociais em prol da causa portuguesa.

Da mesma forma os moradores da cidade do Porto emergem na narrativa com personalidade marcante. Ao saberem das intenções dos castelhanos em cercar e tomar o lugar, a cidade proclama em uníssonos seus ímpetos de defesa em que *ouverom todos seu acordo dizêdo huÿs aos outros* como não deixariam o intento se concretizar. Fernão Lopes torna a destacar as vozes urbanas que se elevam e se manifestam com altivez e determinação, encarnando todas as virtudes e valores próprios de bravura e coragem em argumentos como o de não se deixar prender como *gaado em currall* e não esperar o ataque, mas sim sair ao combate *em toda guisa, e nehũu aja rreçeo, Ca Deos sera em nossa ajuda*⁵⁸. Desta forma, pelas linhas do cronista, a Cidade assume forma plena de

⁵⁵ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XCVI, Vol I, p. 184.

⁵⁶ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXV, Vol I, p. 223.

⁵⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CX, Vol I, p. 212.

⁵⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXIX, Vol I, p. 232.

vontade e assume seu lugar como personagem autônomo da trama: A cidade é recriada em alegorias simbólicas que quase conferem-lhe os contornos de um personagem individual. Nas palavras de Teresa Amado: *Fernão Lopes construiu um dos níveis ficcionais da narrativa: concentrou no espaço da cidade um microcosmos de afetos e emoções que repercutem no resto do país com intensidade variável*⁵⁹.

São muitas as formas e os recursos narrativos que o cronista utiliza para demonstrar a disposição de seus personagens e compor-lhes a imagem de acordo com a tônica desejada. Cabe ainda alguma atenção sobre a elaboração das imagens dos monarcas lopeanos.

A imagem do monarca

Afora a construção imagética dos diversos personagens que compõe a trama, considerações à parte devem ser atribuídas aos monarcas, visto serem eles personagens centrais e dotados de forte carga simbólica naquele ou em qualquer contexto. Marcella Lopes Guimarães afirma que o fazer cronístico é, em essência, uma questão de representação: *práticas utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo*.⁶⁰ Neste sentido a autora argumenta sobre a possibilidade de que seja aceita a imaginação como fonte histórica. A imagem que um povo constrói e guarda sobre seu monarca constitui elemento essencial e determinante nos destinos sociais e políticos do reino.

Inicialmente Fernão Lopes descreve os afazeres do rei Dom Pedro que gastava a maior parte de seu tempo em três coisas: fazer justiça e negócios do reino, montaria e caça e em danças e festas. Sabemos ser a o espírito de bondade qualidade essencial aos reis desde os primórdios das monarquias medievais, e a Dom Pedro esta não faltava. Fernão Lopes qualifica este rei como dotado de grande bondade, *era em dar mui ledo*. O próprio rei justificava sua bondade *dizendo que o dia que o rei nom dava, nom devia seer avudo por rey*⁶¹.

⁵⁹ AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de história *Op. Cit.*, p. 37.

⁶⁰ GUIMARÃES, Marcella Lopes. Estudo das representações de monarcas nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: “Decifra-me ou te devoro” Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Regina Fernandes Frighetto. Curitiba, 2004, p. 79.

⁶¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. *Op. Cit.*, Cap. I, p. 8.

Se a bondade e a justiça são instrumentos utilizados para a construção da imagem do rei, o mesmo é recorrente quando o cronista evidencia sua crueldade, como no emblemático episódio em que acorda com o rei de Castela em resgatar Pero Coelho e Álvaro Gomçalves (algozes de sua amada Inês de Castro) que lá se encontravam foragidos. Em seguida, descreve os requintes de crueldade com que são torturados os prisioneiros, tendo seus corações arrancados, um pelo peito, outro pelas costas enquanto o rei assistia tranquilamente e sem deixar de fazer sua refeição. O cronista não poupa críticas ao monarca que muito *perdeo de sua boa fama*⁶². Trata-se de uma lição pedagógica pelo exemplo reverso. Por outro lado o ocorrido não pode deixar também de ser interpretado como uma mensagem sobre os perigos e as potencialidades nocivas de um monarca excessivamente arbitrário e alienado quanto às responsabilidades de seu poder.

Fernão Lopes sempre trabalha por atestar a legitimidade dos monarcas que biografava. Bem sabemos do empenho que teve em demonstrar a polêmica argumentação que se deu nas cortes de Lisboa para alçar o mestre de Avis como rei de Portugal. Se por um lado ele pode recorrer a este “novo direito” pelas palavras do mestre João das Regras, ele também pode reivindicar o direito de linhagem. Assim o faz quando, na Crônica de Dom Pedro dedica alguns capítulos ao esforço deste monarca em comprovar que fora secretamente casado com dona Inês de Castro, o que é feito mediante tabeliães, testemunhas de letrados e clérigos e juramentos sobre as escrituras.

A crônica de Dom Pedro, bem como a imagem representada deste monarca exerce na obra a função de conferir uma espécie de ordem ao mundo. Todavia a compreensão da imagem do monarca dom Pedro, e de sua crônica, é importante para elucidar esta nova forma de monarquia que os tempos exigiam, ou ao menos como o cronista vislumbrava este novo contexto⁶³.

No prólogo da Crônica de Dom Fernando, Fernão Lopes diz que este rei era vistoso e de tal envergadura que mesmo que não fosse reconhecido, estando entre muitos homens, logo seria identificado como rei. Ora, é o mesmo monarca a quem o cronista descreve como fraco, dominado por uma mulher *aleivosa*, faltoso com a palavra dada, contudo, ainda um rei e portador daquelas dignidades tão inerente aos reis.

⁶² LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XXXI, p. 149.

⁶³ GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Op. Cit.*, p. 85

Mais tarde outros adjetivos serão ainda creditados à Dom Fernando: *grandioso de voontade*. Quando da morte de Dom Pedro de Castela na querela com Dom Henrique, novamente as qualidades de Dom Fernando serão destacadas no trato com os fidalgos: *muj honrrosa e de grande gasalhado, (...) era o mais graado Rei, de que se os homeens podiam acordar*⁶⁴.

Em seguida apresenta o rei queixoso quando das perdas de lugares para o rei Dom Henrique, jogando a culpa sobre as populações locais que não se empenharam em os defender. Fernão Lopes não deixa de mostrar o rei Dom Fernando a negar socorro à vila de Carmona que está prestes a ser cercada por Dom Henrique, e ainda joga o peso da responsabilidade sobre seu conselho e não se digna a responder pessoalmente ao mensageiro que busca ajuda. O monarca é também apontado como responsável por exaurir todo o ouro e prata que seus antecessores haviam acumulado para o reino, resultando no aviltamento das moedas *causando tamanhos e tam desarrazoados preços...*⁶⁵. Por duas vezes quebrara contratos de casamentos com as infantas de Aragão e Castela para unir-se em matrimônio com dona Leonor Telles, uma mulher já casada, causando grande descontentamento em todo o reino. Ele muda convenientemente as posições adotadas, assim como no apoio declarado quando do cisma, primeiramente apóia Clemente VII, e depois opta por Urbano VI. Um rei que parece demasiado inseguro e pusilânime.

A dignidade real fica mais uma vez evidenciada, e de forma curiosa, numa passagem em que encontram-se os monarcas Dom Fernando de Portugal e Dom Henrique de Castela, após firmarem acordos de paz. Dom Henrique levanta, com os de seu conselho, a questão sobre qual rei deveria tomar primeiro a palavra. Dom Henrique é imediatamente aconselhado a deixar que Dom Fernando tomasse a frente, por que *elle era mais homrado Rei que elle*⁶⁶, uma vez que estava em sua terra com todo seu poderio e hoste. Vemos o cronista esforçar-se em salientar pormenores na tarefa de dignificar seus reis.

A atenção dada às medidas administrativas de Dom Fernando no governo de Portugal, além de cumprir seu papel na contextualização política do texto, também vem

⁶⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XXVII, p. 79-80.

⁶⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. LV, p. 145.

⁶⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. LXXXIII, p. 219.

a desempenhar função discursiva de valorização em torno da figura real. Medidas como o cercamento de Lisboa, as ordenações para que todas as terras do reino fossem aproveitadas, a nova organização militar que providenciara ou a concessão de privilégios aos que adquirissem ou construíssem navios enviam uma mensagem ao leitor/ouvinte sobre a administração do reino buscando pontos positivos mesmo durante o governo considerado como o mais desastroso. Lembremos que o monarca Dom Fernando representa, neste contexto, uma ruptura, pois é o último monarca da dinastia de Borgonha. Logo torna-se conveniente evidenciar a falta de legitimidade de Dom Fernando como forma de fortalecer a dinastia de Avis.

A ênfase na construção de uma imagem tomada pela aura monárquica é logo aplicada na figura do mestre de Avis. Inicialmente a bravura e as habilidades cavaleirescas são evidenciadas como na cena de caça que narra os feitos do Infante Dom João, irmão de Dom Fernando, a quem tece longos elogios, *amado dos poboos e dos fidalgos, tamto como elRei*, também evidencia feitos gloriosos e cavaleirescos próprio à fidalguia: *e emtom foi feita a mais fremosa azcumada de seu braço, que ataa li fora vista nem ouvjda amtre monteiros*⁶⁷.

Aos poucos Fernão Lopes vai-lhe moldando os traços reveladores da dignidade real com muitos atributos significantes: *cobiiçoso domrra, per sua ardête natureza e grande craçom...*⁶⁸. Sentença carregada de grande significado é aquela proferida pelo mesteiral Álvaro Paes quando o mestre concorda em matar João Fernandez Andeiro: *Hora vejo eu, filho, Senhor, a deferença que ha dos filhos dos Reis aos outros homeês*⁶⁹.

O cronista não perde também a oportunidade de louvar seu caráter, como quando, após matar o conde Andeiro nos paços da rainha, Lourenço Martins, um dos fidalgos que o acompanhava, toma uma soma de prata que estava sobre uma mesa e oferece ao Mestre. Este a recusa e ordena que coloque de volta no lugar: não tinha vindo ali para isso.

Uma vez Dom João feito rei de Portugal, o cronista inicia o esboço de longa argumentação panegírica sobre suas virtudes, sua personalidade e seu modo de governar: *Asy que ambas as virtudes que no rey deve haver, a saber, justiça e piedade,*

⁶⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XCIX, p. 269.

⁶⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. VI, Vol I, p. 14.

⁶⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. VI, Vol I, p. 14.

*eraõ em elle compridamente*⁷⁰. A narrativa se esforça também por demonstrar os modos com que o povo tinha no trato com o novo monarca. A recepção preparada ao rei Dom João I pela cidade do Porto demonstra muito bem o clima de júbilo coletivo que se instaura. Trata-se de outra cena descrita com maestria pelo cronista e que evidencia toda a popularidade de um rei que é amado por todos. Ele pinta o cenário da cidade enfeitada de bandeiras, estandartes, ramos, flores e ervas de bons cheiros. Os trabalhos foram interrompidos e encomendou-se danças e jogos e as pessoas bradavam em alta e viva voz: *Viva el Rey dom João*. As pessoas, enfeitadas e vestidas com suas melhores roupas e tantas eram tão numerosas pelas ruas para ver o rei e as mulheres, tomadas de emoção, desejavam que Deus desse muitos anos de boa vida ao rei, deixando-se muitas delas a *reguar suas fermosas caras com docẽis e praziveẽs lagrimas*⁷¹.

Outro aspecto que também é largamente utilizado para a construção discursiva em torno da imagem do rei é o enaltecimento das virtudes guerreiras. Sabemos que o suporte militar da epopéia portuguesa concentra-se na figura de Nuno Álvares Pereira, cujos predicados cavaleirescos são largamente explorados. Contudo, a imagem do rei guerreiro também evidencia-se de forma direta e indireta no decorrer da trama. Certamente que, entre os monarcas lopeanos, a dom João I, o mestre de Avis, será reservado os maiores traços de coragem e bravura. A passagem em que o rei de Castela toma conselhos com os seus, se deveria ou não invadir Portugal, faz aparecer a relutância de seus melhores, entre outros argumentos, pelo fato de que *sabido era que o Mestre dAvis hera em acordo de aventurar todo seu feyto em batalha, vemdo que nõ avia nelle outro remédio...*⁷².

Dom João I também possui aquele que é o atributo fundamental da qualidade dos reis durante o medievo: a bondade. Ele mostra-se como um monarca abastado em *largueza de doões* (doações) *com leda e prazivell graça de dar...*⁷³ Logo o cronista trata de demonstrar esta falha de virtuosidade no comportamento de seu rival, dom João de Castela, quando muitos cavaleiros e escudeiros que com ele estavam tratam de logo partir, pois este rei não fazia grandes *gasalhos* e nem dava dinheiro e muitos destes

⁷⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Prólogo, Vol II, p. 3.

⁷¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. VIII, Vol II, p. 21.

⁷² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXVII, Vol II, p. 61.

⁷³ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. L, Vol I, p. 103.

cavaleiros portugueses estavam já acostumados com as bondades de dom Fernando de Portugal⁷⁴.

O cronista pode não poupar seus monarcas de críticas. Contudo, parâmetro maior de contraponto é conferido aos monarcas de Castela, cujo relato das ações é posto de forma a evocar a comparação com os monarcas lopeanos. Assim, o rei Dom Pedro de Castela é descrito em muitas passagens como uma antítese do modelo de rei. O cronista o apresenta como *muito compridor de toda cousa que lhe sua natural e desordenada vontade requeria*⁷⁵, sendo seus costumes tão causadores de *maa e vergonhosa fama* que, caso fossem narrados, fariam o cronista cair em repreensão. Cobiçava qualquer mulher que lhe caísse no gosto, fossem fidalgas ou mulheres de cavaleiros e também não admitia em seu conselho nenhum homem que lhe fosse de opinião contrária. O texto apresenta uma lista de fidalgos que foram mortos por mando deste rei. Também fica evidente que a guerra que causara contra Aragão fora por motivo fútil de vingança:

*Por que assi como de pequena faísca se acende grande fogo, (...),
assi elRei Dom Pedro moveo crua guerra contra Aragom de sangue e
fogo per muitos annos...*⁷⁶.

É, em essência um rei traidor que não respeita tratados e planeja cruéis emboscadas de morte. Posteriormente, tratamento semelhante será dispensado ao rei Dom João de Castela que, ao invadir Portugal com seus exércitos, é retratado praticando todo o tipo de atos sanguinários como decepar mãos, cortar as línguas das pessoas e mandar atear fogo em igrejas. Crueldades *quue pouco em sua homrra acresemtava*⁷⁷.

Transitando então entre diversas estratégias de valoração da imagem dos monarcas. Fernão Lopes molda os parâmetros discursivos de forma que o leitor/ouvinte seja conduzido a incorporar a concepção imagética desejada a respeito do monarca. Ele dedica-se com maior afinco ao monarca Dom João I, monarca central de sua narrativa. Sua própria concepção de História está ainda diretamente atrelada às ações e iniciativas dos monarcas como principais sujeitos da História. Assim sendo, a narrativa sobre o

⁷⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LVIII, Vol I, p. 116.

⁷⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XVI, p. 71.

⁷⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XVIII, p. 88.

⁷⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXVIII, Vol II, p. 64.

monarca, ora como pessoa individual, ora como instituição monárquica, está implicada no seu potencial discursivo.

Aspectos de uma tradição medieval

A cultura e o imaginário próprios da Idade Média estão vivos nas páginas do cronista de inúmeras formas. Se, por um lado, vários autores corroboram o quanto a cronística lopeana anda afastada da literatura de cavalaria ou dos formatos cronísticos típicos do medievo, salientamos o quanto o cronista fez questão de promover e destacar os elementos desta ordem. A narrativa lopeana incorpora todos os elementos da cultura medieval: suas concepções de mundo, de tempo, espaço e mesmo os elementos do maravilhoso tão comum nas representações do cotidiano do medievo. É importante que coloquemos em destaque alguns destes aspectos para que possamos caracterizar a multiplicidade discursiva contida na narrativa do cronista. Veremos então, empiricamente, alguns exemplos que se apresentam com maior evidência.

É comum identificarmos em inúmeros pontos de sua obra a existência de padrões de sentidos que evidenciam o quanto o cronista mostra-se apegado aos sentidos de vivência medieval e expressa, de acordo, concepções de moral, tempo e espaço. Veremos que grande parte de sua organização mental de mundo volta-se tenazmente à formas tradicionais do medievo. Lembremos que cronologicamente seu próprio tempo histórico localiza-se ainda na Idade Média, embora num contexto de transição para a Idade Moderna.

Dentre os inúmeros casos, podemos exemplificar com numa passagem em que o cronista descreve a distância do mosteiro de Santa Clara como a *huum tiro de beesta da cidade*⁷⁸. Aqui percebemos um claro contraponto à dinamicidade narrativa que lhe é tão característica. Sua ordenação espacial ainda o submete a formas tão próprias do medievo, onde, conforme Aron Gurevitch, os padrões de medida seguem os referenciais do corpo humano ou das atividades humanas⁷⁹. Ou então quando

⁷⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXXXV, p. 375.

⁷⁹ GUREVITCH, Aron. *Op. Cit.*

encontramos o cronista ainda a pautar-se pela contagem das horas conforme os referênciais e padrões temporais da cultura clerical: *Chegousse a hora de vespora...*⁸⁰.

Outro exemplo recorrente na pena do cronistas é a prática cotidiana da violência. Entrevemos na pena lopeana traços do comportamento medieval quando descreve cenas de violência ou de execuções. A violência integrava o cotidiano de muitas formas. Os casos de execuções eram sempre rituais públicos de crueldade como castigo exemplar. Fernão Lopes, em várias passagens, faz referência à esta violência como forma de potencializar a causa portuguesa em explosões de fúria e violência. Ele como que deixa a situação seguir seus impulsos mesmo quando não há evidências de que a demanda seja justificada ou comprovada. Assim, logo nos primeiros capítulos da crônica de D. João, demonstra a sanha dos lisboetas, prestes a serem invadidos por Dom Henrique de Castela, investindo contra elementos de sua própria cidade, suspeitos de traição e de simpatia pela causa castelhana. Descreve crueldades como a de um homem arrastado até a morte e outro que foi lançado por um engenho a que chama funda, por cima da igreja, duas vezes até que morresse.

Acredito que a dimensão que o cronista concede à certos episódios de violência em sua obra pode remeter-nos a especular sobre determinados vínculos maiores com práticas do medievo do que com outro contexto, embora saibamos que a violência social não é de forma alguma exclusiva daquela cultura.

Exemplo clássico está na cena narrada de forma épica em que a população de Lisboa sai às ruas sob os boatos de que haviam matado o mestre de Avis, buscando vingança *Nõ cabiam pellas ruas (...) desejando cada huñ de seer o primeiro*, armando-se como melhor podiam, carregando feixes de lenha. Que dizer da descrição do povo que *açeso com brava sanha* que ardia nos seus entendimentos, investe contra o bispo de Lisboa por ser castelão, *e de naçom a elles comtraira*, ferindo-o e jogando-o do alto de uma torre. Lá embaixo foi ainda agredido pela multidão, desnudado de suas vestes eclesiásticas e apedrejado, sendo depois arrastado pela cidade e servido de alimento aos cães, já que ninguém ousava o enterrar. Mesmo as pessoas que achavam aquele episódio errado não tinham coragem de protestar, por medo de represálias da multidão.

⁸⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CLXXVI, p. 491.

Fernão Lopes chega a retratar o povo envolvido por *huũa huniõ mortall de hodio*⁸¹, contra quaisquer que fossem de opinião contrária. O cronista relata também sobre as mulheres que formavam bandos pelo mestre e contra qualquer que fosse a favor de Castela. Estas teriam matado Nuno Rodriguez de Vasconcellos por andar falando mal do mestre⁸².

Lembremos ainda do destino que teve a abadessa do convento de São Bento em Évora por ser parenta e criada da rainha dona Leonor Teles. Fernão Lopes descreve com intensidade a violência da cena: a abadessa foi arrancada da catedral onde ouvia missa. Suas vestes foram tiradas e foi levada pela rua até a praça onde sofreu linchamento, morrendo de *cuiteladas*⁸³. Ali ficou até a noite quando foi arrastada até um curral das vacas onde foi enterrada discretamente por alguns que apiedaram-se de seu trágico destino.

No contexto europeu, a violência integra o cotidiano da vida urbana que corrobora diversos mecanismos indutores da violência, desde a marginalidade, passando pelos códigos de honra até a ineficácia do Estado emergente na manutenção da ordem. A rua, na cidade medieval, é constantemente palco de revoltas, motins, roubos e estupros. A violência foi mesmo, no contexto das cidades medievais, fator de estímulo à uma identidade urbana definindo-lhe certo padrão de sociabilidade⁸⁴. A violência possui, na obra lopeana, uma dimensão que lhe confere contornos de prática social e parece estar validada pela associação que lhe subjaz ao sentido de guerra justa.

Embora a cronística lopeana não seja exemplo modelar das novelas de cavalaria, a ética cavaleiresca está visivelmente expressa em seus escritos. Virtudes cavaleirescas sempre são dignas de registro na forma mais comum aos hábitos tradicionais, como no caso em que o cronista salienta, por diversas vezes no texto, a presença do cavaleiro francês *Mosse Beltram de Claquim* entre aqueles que estavam a serviço do rei Dom Henrique de Castela. Sobre a cavalaria não podemos deixar de abordar o personagem do

⁸¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XIII, Vol I, p. 33.

⁸² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XLIII, Vol I, p. 88.

⁸³ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XLV, Vol I, p. 92.

⁸⁴ ABREU, Jean Luiz Neves. Sociedade urbana e conflitos sociais na Idade Média. In: *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set.2004, p. 9.

condestável Nuno Álvares Pereira⁸⁵, que figura como eixo central da narrativa e do argumento como veremos nas inúmeras manifestações do cronista em prol da valorização destes elementos da cavalaria medieval. Sabemos que os séculos XIV e XV conheceram, no contexto europeu, uma espécie de movimento de tentativa de resgate da cavalaria como motivação ideológica, mesmo quando ela já se encontrava em profunda decadência enquanto arma ofensiva nas práticas beligerantes.

Os atos de bravura e heroísmo individual são brilhantemente narrados pelo cronista e remetem em muito aos conceitos tradicionais de honra. Este é, por exemplo, o caso do português Nuno Gonçalves de Faria, capturado e posto a tormento para ordenar que o filho entregasse o castelo cuja guarda possuía. Ele pede então para ser levado à presença do filho sob pretexto de convencê-lo. Nuno Gonçalves ordena então ao filho que não entregue o castelo, mesmo sob o preço de sua vida, sendo prontamente executado em sua frente.⁸⁶ Ora, já dissemos aqui que a noção medieval de honra anda muito afastada das crônicas lopeanas e que as motivações dos seus personagens pautam-se predominantemente pelos interesses financeiros. Não é o que percebemos em muitas passagens, como as que aqui apresentamos. Na obra lopeana podemos cotejar diversas passagens ou capítulos dedicados à valoração da honra, bravura e do combate próprio do modo cavaleiresco. Sempre há lugar, em suas linhas, para aqueles que, nas palavras do cronista, *gram voomtade de pellejar, (...) demtro do coraçom* trazem. Lembremos do Mestre de Avis que, quando justifica sua intenção de fuga para a Inglaterra, expõe entre os motivos que lhe movem *servir elRei na guerra que ouver com seus emiigos e ganhar aquella homrra e fama todollos boõs desejam percalçar*⁸⁷. Não identificamos aqui o ideal cavaleiresco de vagar em busca de honra e fama através de serviços bélicos?

Neste quesito o cronista também utiliza o recurso de estabelecer um contraponto ao modelo ideal. A crítica aos cavaleiros ingleses, a quem denomina, pela boca do rei de Castela como *mujtos e boons cavalleiros e homeens darmas*, mas que saqueavam e cometiam crueldades contra os portugueses, como se fossem eles os seus inimigos soa diretamente como um ataque à quebra do código de ética e conduta cavaleiresco.

⁸⁵ Já tratamos deste aspecto em nossa dissertação de mestrado. “Moço que tal faz, coração tem decerto para mais” – o ideal de cavalaria medieval na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira. – UFRGS, 2001.

⁸⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. LXXIXI, p. 208.

⁸⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXII, Vol I, p. 46.

Outra passagem em que o cronista demonstra tais valores está na atenção apurada em relatar um ritual de investidura da dignidade de cavaleiro feito a João Afonso Telo, juntamente com outros cavaleiros. O evento fora acompanhado por grande comemoração durante toda a noite, com toda pompa simbólica e religiosidade própria.

As qualificações atribuídas aos personagens da nobreza também nos dão indícios de uma valorização dos padrões da cavalaria medieval. Fernam Bezerra é descrito como *huum cavalleiro mujto homrrado de Galliza*⁸⁸, o que nos dá a medida do peso simbólico das palavras em torno das dignidades, que estão muito distante de concepções de igualdade ao comum povo expresso em outras passagens. É o caso da instituição, em Portugal, dos cargos ingleses de marechal e condestável: Fernão Lopes a eles atribui a pecha de *cavalleirosos offiçios (...)* e podemos ver em toda obra referências nas quais o cronista valoriza e homenageia a dignidade cavaleiresca como na passagem a seguir:

*(...) o qual foi mujto bem correjido e acompanhado de mujtos fidalgos, assi cavalleiros como escudeiros...*⁸⁹.

É curiosa a demonstração de zelo pela regra de que mesmo ao rei é negada a prerrogativa de armar cavaleiros se ele próprio não o for, como demonstra a passagem em que dom Fernando concede *homrra de cavallaria* à diversos fidalgos às vésperas de uma batalha contra Castela. Alguém lhe chamara a atenção de que ele não poderia conceder tal honra, pois ele próprio não era cavaleiro. Então, após receber do conde de Cambrith a sagração, o monarca teve de repetir a investidura a todos aqueles a já tinha concedido a dignidade. O próprio Dom João, quando feito Mestre da Ordem de Avis, fora tornado cavaleiro segundo rituais de investidura, recebendo um beijo na boca do rei que pede a Deus que conceda-lhe *tanta homra em feitos de cavallaria como dera a seus avoos*⁹⁰. Adiante o cronista atestará que, com o passar do tempo, o mestre *começou de florecer em manhas e bomdades e autos de cavallaria*⁹¹, Os termos com que o cronista requer para os monarcas a dignidade cavaleiresca são reveladores de um código de

⁸⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. CXXXIV, p. 374.

⁸⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. CLVII, p. 437.

⁹⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XLIII, p. 196.

⁹¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XLIII, p. 198.

valores e conduta cujo lugar assegura no discurso uma ideologia própria da cultura do medievo.

Outro ponto a ser demonstrado é o apreço pela ordenação de um cosmos de forma a valorizar a tradição. Não temos dúvida de que Fernão Lopes era realmente apreciador da tradição e da ordem imutável do mundo, com as coisas em seus “devidos lugares”, principalmente no tocante à ordem social. Isto fica evidente em passagens como:

(...) naquela tempo nom se costumava seer vassallo, se nom filho, e neto ou bisneto de fidallgo de linhagem...⁹².

A ordenação do mundo, na concepção do cronista, manifesta-se nas hierarquias sociais. Assim o vemos, por exemplo, quando ele se sente impelido a enumerar todo o séquito real que acompanha a Rainha de Portugal, por ocasião de sua ida a Elvas, entregar a filha, infanta dona Beatriz, que recém casara-se com o Rei de Castela, Dom João⁹³. Percebemos um tom de crítica e desaprovação do cronista ao apontar a quebra das hierarquias senhoriais quando comenta que o rei de Castela, às vésperas da batalha de Aljubarrota, *fazia emtaõ cavaleiros quuoões quer quue ho seer queriaõ...⁹⁴.*

Embora não tenhamos nos aprofundado em estudos de estratégia militar, sabemos que, no século XV, questões estratégicas pautavam já os combates de forma predominante em relação à guerra medieval muitas vezes desordenada. Neste quesito Fernão Lopes transita por ambas concepções. Ora ele enaltece a bravura individual nos combates, ora opta por enfatizar a guerra em suas expressões numérica e coletiva. Mesmo antes da entrada de Nuno Álvares Pereira em cena⁹⁵, o cronista já deixa evidenciar o senso estratégico no planejamento da guerra, como quando Dom Henrique de Castela está prestes a invadir Portugal no reinado de Dom Fernando:

Depois acordarom que era melhor esperallo em Santarém, e alli pelleiar com elle; e que quamto mais emtrasse pello reino, alçamdolhe os

⁹² LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. I, p. 8.

⁹³ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. CLIX, p. 447.

⁹⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I. Cap. XXXIII, Vol II, p. 78.*

⁹⁵ Nuno Álvares Pereira, o condestável, além de encarnar a figura do cavaleiro ideal, ficou conhecido por ser excelente estrategista militar.

*mantijmentos, que tanto vijnriam mais desgarrados, e melhores de desbaratar*⁹⁶.

Muitas vezes as batalhas lopeanas destacam aspectos quantificáveis em lugar dos feitos individuais, o que deixa perceber uma outra percepção da guerra: *ataa três mil outros homeens de pee (...) e de mouros que elRei de Graada mandara em sua ajuda mil e quinhentos de cavallo*⁹⁷.

Contudo, ele sempre aproveita os momentos em que pode enaltecer feitos individuais seja por louvor ou por descrições de batalhas. As palavras como portadoras de forte carga simbólica atuam como elo de ligação a um passado venturoso que se pretende cultivar. Exemplo disso é quando Fernão Lopes descreve o diálogo entre Meem Rodrigues de Seavra com Mosse Beltram de Claquim em que aquele louva os feitos deste último como *mui nobre cavalleiro, e que sempre vos pagastes de fazer façanhas de boõs feitos...* Trata-se de uma proposta para que Mosse Beltram aceite elevada quantia, além de algumas vilas, para liberar o rei Dom Pedro do cerco em que se encontrava. O cavaleiro recusa-se educadamente: *rogovos que se algum bem ou cortesia em mim achastes, que mo nom digaaes mais*⁹⁸. Fica explícito o senso de fidelidade do cavaleiro, uma vez que o rei Dom Pedro estava ligado ao rei da Inglaterra, oponente de seu senhor, rei da França, além do episódio constituir-se em elogio à cavalaria francesa. Outro caso de reconhecimento de esforços individuais de feitos cavaleirescos é o de Gil Fernandez que a *natureza proveera de boom esforço e ardimento*⁹⁹, que adentrara em Castela, causando enormes danos e trazendo enorme botim à Portugal.

Como também a chegada das galés de Lisboa em apoio ao Porto. Episódio narrado como batalha dantesca em que os da cidade lutam *com gram vomtade de pellejar*. Embora o cronista manifeste a preocupação em contabilizar efetivos (300 lanças, 500 besteiros, 3500 galeotes) numa concepção estratégia de batalha coletiva, não

⁹⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. LXXII, p. 189.

⁹⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XX, p. 64.

⁹⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XXII, p. 68.

⁹⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XXXVII, p. 98.

se priva de enaltecer e identificar nominalmente o grupo de oito fidalgos que foram os primeiros a saltar em terra partindo com o estandarte do mestre em defesa da cidade¹⁰⁰.

A fidalguia e o mundo cavaleiresco sempre estão a marcar presença na narrativa lopeana. Mesmo que não para louvar coragem e proezas, mas sim para lamentar perdas. Assim o faz, na guerra que se dá entre Castela e Aragão, durante o reinado de Dom Pedro de Portugal, o cronista enumera os nomes dos que pereceram em combate e *outros boons fidallgos*¹⁰¹. A bravura individual em combate tem lugar na narrativa lopeana, como bem podemos tomar de exemplo a captura, pelo rei Dom João da vila de Guimarães:

*(...) o primeiro que por ela entrou em cima de seu cavalo, foy aquele ardido e famoso fidalguo (...) que chamaõ Johaõ Rõiz de Saa (...) co sua lamça namaõ, chamando - Portugal, Portugal, e Saõ Jorge, Saõ Jorge...*¹⁰².

São inúmeros os exemplos em torno da figura de Nuno Alvarez Pereira. Seu perdonagem é central na trama e já foi objeto de análise em nossa dissertação de mestrado,¹⁰³ mas há passagens dignas de nota, como a motivação do cavaleiro quando arma uma emboscada aos oponentes de Castela: *amando mujto serviço delRei, des i por seer conhecido por boom...*¹⁰⁴.

Podemos concluir, de acordo com as diversas passagens apresentadas que, embora a cronística lopeana não possa enquadrar-se nos modelos típicos das novelas de cavalaria, ela está em muitos aspectos, em consonância com este espírito que tanto motivou os feitos cavaleirescos e que tão bem serviam aos objetivos ideológicos da causa portuguesa. É verdade que seu estilo literário, bem como a estruturação de seu texto e de seu discurso, diferem do modelo tradicional das novelas de cavalaria. Contudo percebemos como diversos de seus personagens estão imbuídos das qualidades aventurescas e da valorização do combate, da coragem e da honra conforme o padrão

¹⁰⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXIX, Vol I, p.232.

¹⁰¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XXV, p. 118.

¹⁰² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. X, Vol II, p. 25.

¹⁰³ Vide minha dissertação de mestrado : “Moço que tal faz, coração tem decerto pra mais” - O ideal de cavalaria na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira - PPG em História/UFRGS, Porto Alegre, maio de 2001.

¹⁰⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXXXVII, p. 379.

daquela literatura. Igualmente, como veremos no tópico seguinte, a atenção aos aspectos do maravilhoso é também um dos fatores com que o cronista vincula-se aos romances de cavalaria. Não podemos igualmente deixar de considerar passagens em que a tônica se pauta pela aventura, perigos e vilões romanescos. Julgamos impossível desconsiderar o peso da literatura de cavalaria na redação das crônicas de Fernão Lopes. Lembremos apenas de Nuno Álvares Pereira que toma Galaaz como modelo de vida, além da configuração da própria figura do rei herói, tomada aos modelos de cavalaria arturianos¹⁰⁵. Podemos ainda ponderar largamente a respeito das características pertinentes a uma bagagem cultural própria ao medievo que marcam presença nas linhas lopeanas. Passemos então a considerar os aspectos pertinentes ao campo do imaginário e da religiosidade.

O místico e o maravilhoso

Ainda dentro da temática sobre os aspectos mais identificados e próprios de uma cultura dita medieval, voltamos nosso olhar para o campo do místico e do maravilhoso. A religiosidade e o misticismo típicos desta cultura são elementos emblemáticos da visão do cronista e podemos entrevê-las distribuídas no decorrer da obra. A maneira como demonstra o amparo divino pairando sobre a causa portuguesa por si só é exemplo significativo de como o cronista ainda se atém aos elementos culturais próprios do medievo: (...) *mujtas escaramuças, das quaaes por a Deos assi prazer, sempre os Portugueses levavam a melhor delles*.¹⁰⁶

Marc Bloch nos lembra que a atribuição de um caráter sagrado e místico na direção dos eventos não era característica exclusiva do pensamento clerical. Num contexto geral, as realezas européias utilizaram, entre seus instrumentais de legitimação, todo um ciclo de lendas, superstições e profecias, cujo desenvolvimento pleno ocorreu no momento em que se fortaleceriam os poderes monárquicos, por volta dos séculos XII e XIII, mas cujas origens remontam, com fortes vínculos, à primeira idade feudal¹⁰⁷. Percebemos, portanto, como o cronista está envolto em um manto de tradições que,

¹⁰⁵ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Romances de cavalaria e crônicas de reis: a configuração do rei-herói. <http://www.filologia.org.br/abf/vol4/num1-07.htm> - acesso em fevereiro de 2011.

¹⁰⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXXXVII, p. 379.

¹⁰⁷ BLOCH, Marc. A sociedade feudal. p. 417.

apesar de toda sua percepção e método no inovar da tarefa cronística, ainda o vincula aos modos de ver e sentir de valores típicos medievais.

Mesmo quando o cronista mostra-se imbuído pelo senso de técnica e neutralidade, quase que declarando a escrita da história como uma ciência provida de uma metodologia, como no prólogo da crônica de Dom João, ele invoca a intervenção divina como aquela que outorga ao historiador a *clara certidom da verdade*. *Mas teemos que o muito alto Senhor Deos, que em sua providencia nehũa cousa falleçe...*¹⁰⁸.

As ações militares, por excelência, tem seu desfecho determinado, em última instância, pela arbitragem divina (...) *que todos esperavom a ventuira da batalha, a qual fiavom na merçee de Deos que el vemçeria*¹⁰⁹. Até mesmo aqueles confrontos fadados à derrota são amparados em desígnios sobrenaturais, como validação de seu discurso. É o caso da cena antológica em que Nuno Alvarez Pereira avança contra mais de duzentos cavaleiros:

*Hora aqui he de saber, que posto que os alheos louvores sejam ouvjdos com iguaaes orelhas, mujto he grave comssemtir, o que impossível parece de seer; e por que o seguimte razoado, mais parece millagre que natural aqueeçimento, dizemos primeiro, respomdemdo a taaes, que sem duvjda verdade escrepvemos, mas que o poderoso Deos, que soo aaquella hora o quis livrar damtre tamtos comtrairos.*¹¹⁰

O argumento da citação acima é complementado pelo fato de Deus estar reservando ao personagem, feitos mais gloriosos para o futuro, de modo que não seria possível de ele ali perecer em batalha menos relevante.

Outro episódio cercado de uma mística é aquele em que, após a empreitada de se armar sete navios para a defesa de Lisboa frente a um iminente ataque de Castela, organiza-se uma procissão onde se carregam pela cidade os estandartes de Portugal. Após o evento noturno, os guardas do muro, na parte de São Vicente, testemunharam com *maravilha* do lado de fora, onde existe uma capela em memória aos mártires da retomada da cidade aos mouros, à meia noite, vinte homens em vestes *alvas*, como

¹⁰⁸ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. I, Vol I, p. 4.

¹⁰⁹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. V, p. 21.

¹¹⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXXXVIII, p. 382.

sacerdotes, sendo que quatro deles portavam velas (círios) acesas e todos murmuravam como se estivessem orando. Os homens entravam e saíam da capela quando subitamente, desapareceram frente aos olhos dos guardas. O cronista evoca a memória cruzadística da Reconquista entrelaçada com um evento sobrenatural. Como se os próprios mártires da retomada de Lisboa viessem velar pelo futuro da cidade ora em perigo. O próprio cronista enuncia o fato como mensagens que Deus queria transmitir¹¹¹.

O texto lopeano nos evidencia claramente como aquela sociedade ainda viva sob o signo do sobrenatural e do sagrado. Seguem-se relatos da ocorrência de eventos maravilhosos. Temos o caso da menina dona Leonor dos Leões, filha de Dom Henrique de Castela, mas que era há muito cativa de Dom Pedro de Castela, seu irmão. Fernão Lopes relata que com poucos meses de vida, Dom Pedro, por vingança, roubara a menina e mandara executá-la sendo jogada aos leões. Os animais se aproximaram e *prouve a Deos que lhe nom fezerom nenhuum nojo, mas assi como se della ouvessem piedade...*¹¹².

Tais ocorrências também manifestam-se através de eventos astronômicos. O movimento das estrelas no céu, a partir da meia noite, em que todas as estrelas do levante “correram” para o poente e depois todas juntas começaram de correr desordenadamente, estalando no céu parecendo grandes fogueiras que faziam o céu e o ar *arder* querendo a terra *arder* também. Fernão Lopes relata que o céu parecia partido em muitas partes, para o espanto de todos e que o evento tivera uma longa duração. Ao final do trecho o próprio cronista justifica que descrevera este evento por não haver mais o que narrar e para demonstrar as maravilhas que Deus faz¹¹³. Não se trata, evidentemente, de um mero complemento textual, mas sim, ao nosso entender, de uma demonstração de que o próprio universo está a ajustar-se a nova ordem, tal como ocorra no reino português.

Os artifícios da profecia e da predestinação são recorrentes na literatura do medievo. Eles também estão presentes no episódio evocado pela boca do Rei Dom Pedro, que relata um sonho que tivera certa feita, em que Portugal ardia em fogo como

¹¹¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. CXI, Vol I, p. 213.

¹¹² LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XXXIX, p. 181.

¹¹³ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XLI, p. 190.

uma imensa fogueira e que um seu filho de nome João aparecia com uma vara e com ela apagava todo fogo. Alguns entendidos nas artes da interpretação de sonhos afirmaram ao rei tratar-se de uma previsão de que a um de seus filhos com este nome estariam reservados grandes feitos¹¹⁴. Esta idéia de predestinação está profundamente implícita no discurso e no desenrolar da trama. Até mesmo na situação do conde João Fernandez Andeiro, que todos queriam ver morto pela suspeita de adultério com a rainha. O conde escapara muitas vezes de ser morto para morrer pelas mãos do mestre de Avis. A trama nos apresenta implicitamente a idéia de que apenas ao futuro regente e rei estaria reservado o feito de “lavar” com sangue a honra do reino e de seu falecido irmão, o rei Dom Fernando.

O cronista chega a elaborar uma formulação teórica sobre o tema. Ponderando sobre as diversas formas pelas quais as revelações manifestam-se aos homens, o cronista inicia a narração do caso de frei João da Barroca que parte de Jerusalém com destino à Portugal. Ele esboça então todo um esquema classificatório sobre as revelações, que seriam de quatro tipos: duas corporais, pertinentes ao nosso lado externo e duas espirituais, pertinentes à alma. Sobre os modos corporais, são aquelas coisas vistas pelos olhos, quer sejam fenômenos naturais ou *cousa que tem mesterio*, como quando Moisés viu arder em chamas o espinheiro. Quanto aos modos espirituais, um seria quando os olhos da alma são iluminados pelo espírito santo, o outro é quando, por sutileza de *naturall emgenho*, investigamos alguma coisa que posteriormente se confirma, como os filósofos que souberam os naturais cursos dos planetas, exemplifica o cronista.

Passagens como esta, evidenciam, em nosso entender, uma faceta profundamente mística do cronista. Homem de Estado e de letras, de método e raciocínio, ele é também um homem profundamente religioso, atento à milagres, mistérios e manifestações inexplicáveis ao mundo profano.

Após esta introdução, o cronista dá-nos a conhecer a história de um bom homem, castelhano (portanto de nação antagônica a Portugal) que vivia emparedado em Jerusalém. Através de uma revelação mística, este homem recebe a orientação de que devia dirigir-se à Portugal, onde viveria igualmente emparedado próximo ao Mosteiro

¹¹⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XLIII, p. 196.

de São Francisco. Tomado por homem santo, muitos a ele acorreram em busca de conselho e alívio espiritual. Vemos então o Mestre de Avis ser convencido pelo santo homem de que sua empreitada não somente era possível como era a própria vontade de Deus.

Outro caso de religiosidade está na conduta de Nuno Álvares, cuja conduta exemplar constitui também um capítulo à parte. As características de força espiritual com que o cronista dota este personagem inclinam-se para o mais alto patamar da religiosidade. Vemos o exemplo de sua mãe, Eyrea Gonçalves que, vivendo em grande castidade e abstinência, passara mais de quarenta anos sem comer carne nem beber vinho. Novamente o recurso da predestinação paira na letra lopeana ao relatar que um letrado, versado em astrologia chamado mestre Thomas, previu que um dos filhos de Álvaro Gonçalves Pereira (pai de Nuno Álvares) seria grande vencedor de batalhas. Nuno Álvares inspira-se na literatura arturiana como modelo e espelha-se no ideal de perfeito cavaleiro, como fora Galaaz e pretende manter-se virgem para que não se desvie do caminho virtuoso que almeja.

A mística construída em torno de Nuno Álvares seria exemplificada no episódio em que o personagem encomenda sua espada. Sabemos o grande simbolismo que gravita em torno desta arma no medievo. Se a literatura de cavalaria arturiana conheceu grande difusão em Portugal, cabe então a analogia à *excalibur*. Fernão Lopes Descreve o encontro de Nuno Álvares com um alfageme de quem encomenda uma espada conforme um modelo que muito lhe agrada. No momento da entrega, o alfageme afirma que só aceitaria pagamento quando Nuno Álvares fosse Conde de Ourém, como que prevendo estar o interlocutor destinado a grandes feitos e conquista de nobres títulos.

Como podemos ver, toda a narrativa está repleta de símbolos e sinais que remontam a um imaginário coletivo que está em consonância com o ideário místico e maravilhoso do medievo e o cronista mostra-se não apenas sensível a tais manifestações como também disposto a se utilizar deste recurso discursivo. Não podemos deixar de citar o exemplo do episódio em que Nuno Álvares prepara-se para tomar o castelo de Neiva, acompanhado de cento e cinquenta escudeiros, quando uma azêmola (besta de carga) desgarrá-se da formação e dispara por uma das portas da cidade por onde também saíra o condestável. O animal cai morto e *todos que o virão ouveraõ por*

*maravilha e synnall dalgũa cousa.*¹¹⁵ Embora Nuno Álvares não dê maior importância ao ocorrido e decida seguir o plano, Fernão Lopes relata que, neste dia, um espírito maligno tomara conta de um homem através do qual fora revelado que matara a azêmola para amedrontar e inibir o condestável de realizar muitos bons intentos. Demonstra-se aqui a superioridade espiritual do condestável, imune a espíritos malignos.

Da mesma forma Dom João I de Portugal está sempre em dia com suas obrigações espirituais e cristãs. Em uma relação das tarefas distribuídas pelo rei aos súditos, o cronista destaca o *saimento* pela alma do rei dom Fernando, do qual fora encarregado Antom Rodriguez em que fez *larga despesa*. O cronista aproveita a deixa para, mais uma vez, louvar e demonstra o senso de religiosidade que o monarca despensa ao seu antecessor.

*Mas que diremos deste virtuoso senhor, e de sua grande boondade? Que nom embargando que seu coração fosse emtom partido em tamtos e desvairados cuidados como cada huñ pode pensar que tall negoçio rrequeria, nom se esqueeção porem dos sprituaaes feitos.*¹¹⁶

Ao desenrolar da batalha de Aljubarrota, o cronista relata a quais pessoas coube o encargo de orar pela vitória de ambos os lados. Dona Beatriz, esposa do rei de Castela, ordenou ao arcebispo de Toledo que designasse um determinado número de donzelas para que orassem sem cessar, durante o dia e a noite. Quanto ao rei de Portugal, desprovido de esposa ou irmã que por ele pudesse orar, possuía a *mui leal e fiel servidora* cidade de Lisboa, cujos moradores, homens bons e mesterais prostram-se em promessas de conservar as virtudes e não cair em pecado de blasfêmia, além de prometer diversas procissões ao ano.

Episódio que encerra igualmente grande significado místico e simbólico é aquele em que o rei dom João de Castela, ao saber da morte de dom Fernando de Portugal, aclama-se como legítimo herdeiro do trono luso devido aos tratados feitos e por ser marido de dona Beatriz, filha daquele soberano. O rei manda preparar uma bandeira

¹¹⁵ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. V, Vol II, p. 15.

¹¹⁶ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. L, Vol I, p. 102.

com as armas de Castela e de Portugal, representando os dois reinos sob a égide de um mesmo monarca. No momento em que o rei de Castela prepara-se para cavalgar junto com sua hoste levando por toda a cidade a bandeira, o vento faz descoser os símbolos lusitanos que caem no chão e o cavalo que a transporta sofre uma colisão seguida de queda. O ocorrido é imediatamente interpretado como um sinal de que os reinos não deveriam nunca reunir-se e muitos portugueses que estavam presentes comentam entre si que *numca elRei de Castella aviia de seer Rei de Portugall*¹¹⁷.

Através destes traços de um imaginário próprio do medievo, os escritos de Fernão Lopes estão impregnados de abundantes passagens recheadas de símbolos e significados religiosos e místicos. Podemos sim supor que tais crenças integrassem fortemente sua personalidade. Contudo não podemos deixar de vislumbrar o potencial discursivo de tais características: seu desejo de convencer os outros a partilharem destas crenças e seus efeitos de propaganda.

O sentido da verdade e a visão da história

A tradição historiográfica portuguesa remonta às origens da Crónica Geral de Espanha de 1344 de autoria de D. Pedro, conde de Barcelos. Esta obra já esboça em seu prólogo a importância do registro dos feitos dos homens, guardados na memória para futuras referências e seu quarto volume dedica um capítulo à arte de compor e escrever histórias. Nele os compiladores são chamados já de “*estoriadores*”¹¹⁸. Esta crônica marcaria a “transição para a crônica como narração dos acontecimentos com nexos lógico e temporal”, estilo que Fernão Lopes incorpora, conferindo à crônica um novo sentido.¹¹⁹

Herdeiro desta tradição historiográfica que, na península Ibérica, remonta aos cronistas a serviço de Afonso X, Fernão Lopes destaca-se em muitos aspectos. A começar por sua metodologia de pesquisa e tratamento das fontes no intuito de afirmar a

¹¹⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. LV, Vol I, p. 109.

¹¹⁸ ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de. A concepção do tempo na crônica da península Ibérica. In: <http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Simone%20Ferreira%20G%20Almeida.pdf> acesso em agosto de 2008.

¹¹⁹ SERRÃO, J. V. *A Historiografia Portuguesa*. Editorial Verbo, Lisboa, 1972, p. 31. Apud. MICHELAN, Kátia B.. O lugar do passado nas compilações da História do primeiro monarca português. In: ‘Usos do passado’ – XII Encontro Regional de História ANPHU-RJ 2006.

verdade. Susani Lemos França demonstrou, assim como também aqui procuramos constatar, como o cronista, sem abdicar de suas pretensões de verdade, utilizou recursos da literatura fantasiosa ficcional, sustentando sua narração tanto na “realidade histórica” quanto nos elementos do imaginário¹²⁰. Lembrando que o ofício da narração também é fator constituinte e definidor do fazer histórico. O próprio cronista encarregou-se, em ocasião em que exemplificava a intensidade do amor existente entre Dom Pedro e dona Inês de Castro, de ajuizar a diferença entre a literatura ficcional/poética e a história portadora de verdade. (...) *nom fallamos em amores compostos os quaaes alguuns autores abastados de eloquencia, e floreqentes em bem ditar, hordenarom segumdo lhes prougue (...), mas fallamos daquelles amores que se contam e leem nas estoiras, que seu fundamento teem sobre verdade*¹²¹.

Um pouco mais adiante, no prólogo da crônica de Dom João, o cronista ainda reitera que *fremosura e afeitamento das pallavras (...) nom abasta pera hordenar a nua verdade*. Ele figura, portanto, como o arauto de um novo sentido da história, instrumento de adequação dos acontecimentos às necessidades e interesses de grupos que ora predominam ou com os quais se identifica. Bem sabemos que, muito mais do que relatar aquilo que aconteceu, a História como disciplina busca resgatar o valor analítico daquilo que as fontes e as memórias atuais ostentam. O foco de atenção principal está no critério da interpretação dada pelo narrador a este ou aquele evento, a partir de critérios e valores que vigoravam em seu contexto.

É necessário analisar o significado conferido por Fernão Lopes a vocábulos essenciais e suas distinções como história e crônica. Raquel Chantré aprecia certos aspectos e entonações conferidas a estas palavras pelo cronista. Para o caso da palavra História (estória) percebe-se diversos usos recorrentes na obra. Primeiramente a noção de narrativa, a menção a um episódio específico ou a uma série de acontecimentos. O vocábulo também é utilizado para indicar um assunto específico tratado em algum momento. A noção referente à escrita da história, *poer em escrito* o registro de acontecimentos passados é também empregada. Sem deixar de contemplar a ficção lendária como quando refere-se à literatura arturiana como *livros destorias*. Chantre

¹²⁰ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes. Métis: história & cultura / Universidade de Caxias do Sul - v. 2, n. 4, jul./dez. 2003. Caxias do Sul, 2004. revista de História da Universidade de Caxias do Sul, pp. 167-175.

¹²¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XLIV, p. 199.

conclui que a utilização do termo não está fortemente ligada ao seu sentido atual de historiografia. Seu próprio ofício está mais relacionado com a natureza da expressão “crônica” cujo sentido liga-se mais à natureza historiográfica de uma obra concreta e oficial. Para Fernão Lopes, a crônica possui um valor mais institucional por ser veículo por excelência de registro de história de reinados sob forma material concreta de volumes enquanto que *estórias* podem conter um sentido mais abstrato e avulso¹²².

Concordamos com Chantre quando formula a tese de que o que importa não é identificar a prática historiográfica desempenhada pelo cronista, mas sim perceber que conceito de História emerge, direta ou indiretamente, em seus escritos. Averiguar o que o cronista pensava sobre a História que escrevia. *Não o que se diz sobre a História em Fernão Lopes, mas o que Fernão Lopes nos diz sobre a História que escrevia*¹²³ ou, como manifesta-se a historicidade em sua ordem discursiva. Considerando que a natureza do discurso é infinitamente múltipla, como temos afirmado, e variável de acordo com as mais diversas categorias classificatórias que lhe definem, cumpre ponderar sobre o entendimento que a concepção do cronista em torno de noções como passado, história, verdade, etc.

Ao tempo de Fernão Lopes a cronística cumpria um papel predominante de mero relato descritivo dos eventos. Evidente que cumpria funções didáticas como a ordenação do presente bem como de valores caros ao corpo social, buscando no passado exemplos edificantes. Embora sua função de preservação das memórias significativas fosse latente, a interpretação dos fatos por parte do autor ainda era fator bastante incomum. Devido aos novos contextos e necessidades políticas a história, bem como a memória, conheceriam ali novas formas de utilização como fatores de legitimação desta nova imagem do rei e do Estado que vinham se configurando há longo prazo. Em outros contextos a História já estivera, evidentemente, a serviço de forças políticas de diversas ordens. No contexto lopeano, contudo, é marcante o fato de que a História passara a relacionar-se de forma mais direta com o poder¹²⁴.

Os cronistas doravante estarão majoritariamente ocupando cargos oficiais dotados de todos os instrumentos e condições necessárias para a elaboração da “versão oficial”

¹²² CHANTRE, Raquel. *Op. Cit.*, ps. 36 e 37.

¹²³ *Id. Ibid.*, p. 50.

¹²⁴ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Os reinos dos cronistas medievais - Século XV. São Paulo: Annablume; Brasília; Capes, 2006, p. 132.

da memória da nação. Eles estarão amparados por tradições anteriores como a greco-romana e a prosa em romance de onde serão guiados em seus primeiros passos na elaboração de suas metodologias e preceitos conceituais.

Vejamos o caso de Rui de Pina em que a crônica situa-se inteiramente na órbita do monarca, como um instrumento da administração em que seriam registradas as medidas administrativas, fiscais e os assuntos diplomáticos, militares e judiciais, enfim, os acontecimentos pertinentes exclusivamente à história política dos reinados. Os feitos cavaleirescos de coragem individuais figuram em segundo plano e os elogios aos monarcas guardam uma profunda equivalência com os elogios da nação¹²⁵.

Para Fernão Lopes, a verdade é o *fruto principal*¹²⁶ da alma, qualidade que deveria ser observada com maior rigidez nos reis e senhores. Este é o princípio mais latente em toda sua obra. Ele aponta a responsabilidade inerente ao poder e elabora com propriedade uma ética sem a qual todo poder é desprovido de legitimação. É neste senso de verdade e justiça que se amparam com toda solidez os seus escritos e sua concepção de história.

De acordo com Susani Lemos França, o princípio de verdade que norteia a prática lopeana primava pela crença na objetividade dos acontecimentos que, uma vez selecionados e tratados com a devida imparcialidade, permitiria o acesso à verdade. A verdade, para a cronística do final da Idade Média, não é uma construção do narrador, mas sim, algo dado pelos fatos. Esta autora chama ainda atenção para a importante questão do juízo sobre o caráter literário de sua obra ser pautado sobre as formulações que o século XIX construiu sobre a literatura. O conceito de literatura na Idade Média não se aplica a gêneros específicos, sendo o termo usado para representar todo o conjunto da produção escrita¹²⁷.

O sentido da história e da verdade em Fernão Lopes não impede que o autor partilhe daquela visão típica da cultura medieval: a predestinação e a ordenação do mundo pelos desígnios divinos. Ele situa-se cronologicamente ainda no medievo, bem o sabemos. Mas seu pensamento e seu contexto já encontram-se fortemente influenciados

¹²⁵ CHANTRE, p. 135.

¹²⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro. Op. Cit.*, Cap. XXX, p. 145.

¹²⁷ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes. *Op. Cit.*, 167-175.

por novas concepções acerca do mundo. É então neste sentido que o mestre de Avis figura sempre na obra *mais como escolhido do que como voluntário*¹²⁸. Estes relatos realizam-se não pela mão de clérigos, mas de alguém que encontra-se bastante envolvido no processo de laicização das instituições sociais, bem como da preservação da memória. Rompendo com a tradição cronística anterior, a escrita lopeana destinava-se a grupos que partilhavam de uma nova visão da sociedade. Sua visão do mundo e da sociedade que o rodeava expressam claramente características das contradições que permeavam aqueles tempos. Admirador deste novo direito e da justiça, o cronista não deixa de mostrar desconforto com as transformações ocorridas na estrutura social e as quebras das hierarquias sociais, como vemos na primeira parte do capítulo 163 da sua *Crônica de D. João I*.

Muitos são os trechos em que o cronista fornece indícios claros sobre o que seria sua visão objetiva da História e sua utilidade. Como anteriormente afirmamos, ele certamente transcende em muitos aspectos a noção medieval de História e sua concepção de utilidade no trabalho intelectual. “Luz da verdade e testemunha dos tempos antigos”, remontando à Cícero, a idéia de produzir um relato fiel do passado, mesmo que contra as tendências do historiador, tanto que enfatiza ser válida somente a testemunha presencial dos acontecimentos narrados. Este é um dos seus sentidos primordiais de certificado de veracidade. Sentido este que ele transcende, homem de documentos que era, pela força da investigação documental e o interrogatório de testemunhas: os livros são, afinal, depoimentos daqueles que presenciaram. Lembremos da célebre defesa da verdade que o cronista tece no prólogo da Crônica de Dom João. Ali podemos vislumbrar a essência de seu discurso histórico, ao menos aquela parcela que desejava conscientemente propagar. Afirma ter selecionado suas fontes com *cuidado e dilligemcia*, e demonstra segurança de não se deixar trair pelas “armadilhas” da afeição à terra ou às gentes. Desta forma o cronista estabelece com o leitor o mesmo pacto vigente na relação entre o tabelião e seu cliente. Ele atesta, pela força de seu cargo oficial, a veracidade dos fatos e documentos, embora o cronista saiba que nem sempre é possível afirmar a verdade com a mesma autoridade que o notário¹²⁹. Era necessário tomar decisões frente às lacunas deixadas pela falta de fontes.

¹²⁸ AMADO, Teresa. Fernão Lopes contador de história *Op. Cit.*, p. 28.

¹²⁹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Os reinos dos cronistas medievais - Século XV. *Op. Cit.* p. 124.

*(...) ca posto que ante queríamos dizer da paga que elRei Dom Pedro fez ao Príncipe, e como lhe entregou as terras que lhe dar avia, e se espedio del e foi para sua terra, que era razom de dizermos primeiro; nos isto fazer nom podemos, por que nas obras dos antijgos, que ante de nos fezerom estórias, taaes cousas nom achamos nas escripturas a nos per elles comunicadas; ante emtemdemos que foi pollo contrairo, e que nunca lhe mais fez pagamento (...)*¹³⁰.

Para além de testemunhar e investigar, ele também ousa analisar e interpretar, expondo os motivos e as razões, clareando didaticamente por vezes a trama dos acontecimentos. Presta-se a contabilizar aspectos ou participantes envolvidos nos episódios, formula juízos de valor, ética e moral. Demonstra, para além de qualquer contestação, o valor do passado e da memória na construção da verdade e defesa dos valores em que acredita. Afora a existência de um discurso histórico em Fernão Lopes, cuja abrangência é vasta, sua obra atesta a intencionalidade de uma teoria da História, algo incomum literatura da baixa Idade Média ocidental. Ele encontra-se certamente entre aqueles nomes responsáveis pela produção de uma nova fase da escrita da história no ocidente e possivelmente será o primeiro a desenvolver tal perspectiva em Portugal. De tal sensibilidade resulta seu sentido de observação e ordenação dos fatos. Ordena documentos, avalia sua credibilidade, pondera sobre as armadilhas das interpretações e testemunhos equivocados além de efetuar a crítica aos textos de outros historiadores. Preocupa-se com forma, estilo e com o claro desencadeamento da narrativa para o melhor entendimento do leitor.

Grande mimgoa foi dalguuns autores, que voomtade ouverom de fazer estórias, em teerem tal modo destoriar, qual teverom; por que cousas necessárias de saber, leixarom de todo sem dellas fazer meençom, outras tocando em breve fallamento ficarom carregadas de grandes duvjdas: e se certo e curto fallarom, algum louvor mereciam daver; mas pouco fallando, desviados mujto da verdade, melhor fora nom dizer taaes cousas, moormente quamdo per seu escrepver fica mma fama dalguumas pessoas, que mujto he desquivar em taaes fallamentos: e por nom cuidardes que dizemos esto por nosso louvor e sua mimgua delles,

¹³⁰ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XIII, p. 42.

*vejamos primeiro seu desvairado modo descrepver, o qual bem roubado seeria do siso quem ho creesse e lhe desse fe...*¹³¹.

Segundo Chantre¹³², o trabalho investigativo de Fernão Lopes sobre as fontes pode resultar em cinco situações distintas: aceitar uma informação como correta; apresentar ambas informações discrepantes, o que pode se desdobrar em três situações: optar por uma delas, contestar ambas ou deixar ao leitor a escolha daquela que mais lhe aprouver. Chantre levanta a problemática sobre a distinção conceitual entre acontecimento e fato, discussão a que recorre a Georges Duby que define o acontecimento pela sua relação com os historiadores, com as testemunhas. Duby refere-se à Batalha de Bouvines e ao papel dos cronistas medievais que a narraram para verificar como ocorrera ali a intervenção da memória na preservação ou modificação deste acontecimento utilizado a serviço de uma determinada ideologia ou concepção do passado¹³³. Assim Chantre demonstra como Fernão Lopes concebe o acontecimento de acordo com suas próprias afirmações: “*estoria*” de uma personagem são as “*cousas*” (...) que *acomtecem durante a sua vida*¹³⁴. De fato, o cronista determina os acontecimentos em consonância com sua visão do passado: molda-lhes a ênfase e confere-lhes importância de acordo com o relevo que deseja-lhe conferir.

Há momentos mesmo em que o cronista priva-se de narrar o acontecimento, quando não consegue achar, subentende-se através da sua investigação, *cousa nêhũa* (...) que *d'estoriar necessaria seja*.¹³⁵ É como que um atestado da consciência sobre a primazia do significado sobre o fato. Afinal, o próprio cronista admite que o acontecimento poderá adquirir feições diferenciadas de acordo com o historiador que efetuar sua narrativa, dependendo de sua *mundanall afeiçom*. Neste sentido, encontramos acontecimentos que são bons para os portugueses e maus para os castelhanos. Ele encontra-se dotado de plena consciência do fato de que o historiador detém o poder de moldar o evento conforme determinadas tendências ou conforme sua própria visão de mundo.

¹³¹ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XLVII, p. 127.

¹³² CHANTRE, Raquel. Op. Cit. p. 55.

¹³³ DUBY, Georges. “O Historiador, Hoje”, História e Nova História, p. 14. *Apud*: CHANTRE, Raquel. Op. Cit. p. 63.

¹³⁴ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXXI, Vol I, p. 63.

¹³⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XCVIII, p. 347.

*Som alguumas cousas calladas nas estórias, nom sabemos por qual rasom, que mujtos que as lêem deseiam de saber, outras açerca de mudas, nom fallom como devem, aquello de que homem queria seer certo...*¹³⁶

O cronista não poupa críticas àqueles que não compreendem o real significado dos eventos que narram e chama a atenção para a *regra do Fillosofo* sobre a necessidade de se conhecer a verdadeira origem dos fatos que, por vezes, pode se localizar distante do momento narrado. (...) *nam podemos saber as cousas como som, se da causa do seu primeiro começo careçemos de todo pomto*¹³⁷.

Para contestar aqueles que alegavam não recordar sobre o casamento do rei Dom Pedro com dona Inês de Castro, o cronista elabora toda uma digressão sobre a memória, mostrando a diferença existente entre os fatos corriqueiros do nosso cotidiano e aqueles que ficam gravados na memória: seria a diferença entre a essência da memória e o processo do tempo.

*E porque todas as cousas presentes ou que som por viir nom compre aver nenhuuma memória; ergo das cousas passadas que ja acontecerom, era necessaria a renembrancha: dizemdo que a memoria he dita quando a imagem vista ouvida dalguuma cousa do homem, he sempre presente na virtude memorativa; e reminisçençia he quamdo alguuma cousa feita ou ouvida sahio da virtude memorativa e depois torna a nembrar, per veer outra semelhante cousa (...) e depois me vem a esquecer, nom o teemdo sempre presente na memoria (...) Porem o dia assiinado em que me tal cousa aveo, nunca se tira de todo pomto que depois nom torne a nembrar compridamente, por que tal dia he da essemçia da renembrancha, e o processo do tempo nom*¹³⁸

Assim sendo o cronista atesta que são os feitos dos homens que devem ser julgados segundo sua intenção e não segundo a obra que deles segue.¹³⁹

Os ditados e as sentenças moralizadoras estão a conferir-lhe uma ótica própria de valores. Sempre que possível inicia os capítulos com filosofias e pensamentos a respeito

¹³⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CLIV, p. 425.

¹³⁷ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. CXXXIX, p. 389.

¹³⁸ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Pedro*. Op. Cit., Cap. XXVIII, p. 136.

¹³⁹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XVII, Vol I, p. 38.

das ações das pessoas e sua natureza, como por exemplo, quando inicia o capítulo em que a rainha dona Leonor Teles planeja mandar matar o Mestre de Avis que por sua vez pensa em fugir para a Inglaterra.

Nom tem ho ódio menos semtido daver vingança daquell que desama, que o amor de trigosos pemssamentos, de cedo possuir quem muito deseja; e assi como homde ha mui grade amor se geeram desvairados cuidados, por çedo percallçar a fim de seu desejo, assi o que tem rramcor dalguña pessoa, nom cessa pemssar desvairados caminhos com que apague a sede da sua mortall sanha¹⁴⁰.

Os prolegômenos que antecedem a batalha de Aljubarrota indicam certamente uma concepção do cronista sobre o caráter histórico dos eventos como processo. O cronista nos dá a conhecer o cenário que antecede a batalha de Aljubarrota de forma panorâmica e completa. Certamente não se trata de uma descrição medieval de combate. O terreno é analisado com suas possibilidades e imperfeições. As posições das tropas e até mesmo dos animais de carga são medidas e avaliadas. O leitor tem a possibilidade de visualizar a cena através de uma narrativa carregada de clareza, beleza e emotividade.

(...) muitos senhores e fidalgos, armados em boas e espramdecentes armas e todos premõis nos bacinetes [que] dava mui gramde fermosura e vista¹⁴¹.

Muitas páginas são ocupadas narrando extensamente diálogos que descrevem os aconselhamentos que cada um dos reis tomam com os de seu conselho até que se decidam por vez de entrar em combate. Em seguida é a vez de enumerar os efetivos de cada monarca, *aimda que huñ pouco escrevamos comprido*, e da ordenação que cada um deu às suas hostes. Aqui mais uma vez o cronista empenha-se em afirmar sua neutralidade sem favorecer, com sua narrativa, a nenhum dos lados, sem buscar *femgidas rezoës* e a mostrar por *ambolos Reix a certa verdade como pasou*. Trata-se na verdade de preparar o leitor para a contabilidade que o cronista pretende prestar

¹⁴⁰ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXI, Vol I, p. 44.

¹⁴¹ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXXVII, Vol II, p. 95.

expondo os dados do conflito que contem a duração da batalha, os capitães, o numero de mortos, a enumeração dos fidalgos que estavam com o rei de Portugal, etc.

Novamente aqui o cronista alerta com toda ênfase discursiva sobre o cuidado necessário para com os autores que, ao narrar a batalha de Aljubarrota, penderam ao favoritismo para um dos lados, seja em favor dos portugueses como dos castelhanos. As possibilidades da escrita em narrar a verdade dos fatos são avaliadas pelo cronista que dá a entender estar consciente das falhas pertinentes à verdade histórica, como demonstra o seguinte trecho.

Mas porque a cousa numca se taõ bem de crara per semelhança como per ela mesma, asy nos que o taõ bem per escritura dizer não podemos como aconteçeo, o mostramos aquy figurado da guisa como estavaõ postos [e hordenados]¹⁴².

Ainda sobre a neutralidade, por “modo de prólogo”, o cronista acha por bem expor suas razões antes que fale sobre os feitos de Nuno Álvares Pereira, o condestável e Portugal e principal estrategista militar do Mestre de Avis na sua empreitada. Fernão Lopes compara-se aos pregadores que, nos sermões, enxertam a vida daqueles cuja mensagem estão a pregar. Sabemos que o condestável será retratado com os traços típicos do ideário clássico da cavalaria e o cronista está, portanto, a preparar o leitor aos gloriosos feitos que virão. Adverte a para a possível repreensão de alguns, dizendo estar o cronista a louvar seus feitos mais do que realmente o foram, ou que, pelo contrário, seus feitos não estão contados com justiça. A prática discursiva mostra-se aqui no desejo de uma elaboração que dificilmente será tomada por imparcial, mas que declara insistentemente sê-lo. Ele encontra motivação ainda para tecer críticas tenazes aos trabalhos de outros cronistas.

Alguuns que primeiro que nos escrepverom, afirmam dizendo em suas estórias (...) e esto nos parece comradizer mujto a verdade por alguumas certas razooens...¹⁴³

¹⁴² LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I*. Cap. XXXVII, Vol II, p. 95.

¹⁴³ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando*. Op. Cit., Cap. XLIII, p. 113.

*(...) segundo estes autores escrepverom como lhes prougue (...) que nom devem dar fe a tal escriptura...*¹⁴⁴

*Estas e outras razões emmijgas da verdade leixamos descrepver por nom alomgar, as quaaes melhor fora nom seerem escriptas, que leixar aos homeens vaãs opinioões que cream, e dos finados maa fama por sempre*¹⁴⁵.

*(...) e nom como alguuns autores gnoramtes da verdade poserom em seus livros...*¹⁴⁶

Para Fernão Lopes, o autor das histórias não deve ser inimigo, mas escrivão da verdade¹⁴⁷. Ele sem dúvida buscou múltiplos caminhos para articular esta verdade, seja na forma como a declarava conscientemente, seja pelos outros artifícios discursivos e literários, o que procuramos demonstrar neste capítulo. Não cessamos de nos impressionar frente a seu estilo inovador e suas percepções sobre a história, a memória e o uso do passado. Por fim, entre todos os seus argumentos, toda a sua estratégia em meio à criatividade e o fervor de suas palavras, percebemos que ele realmente acreditava em seus argumentos bem como na causa que defendia.

Por seus escritos fica evidente que Fernão Lopes foi homem de seu tempo, mas também de seu passado e de seu futuro nos quais engendrou sua pena e compôs assim sua própria versão da epopéia portuguesa.

¹⁴⁴ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. XLIV, p. 117.

¹⁴⁵ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. XLVII, p. 128.

¹⁴⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de dom Fernando. Op. Cit.*, Cap. XCIII, p. 254.

¹⁴⁷ LOPES, Fernão. *Cronica de Dom João I. Cap. XCV, Vol I, p. 182.*

Considerações finais

De tudo o que foi aqui considerado, guardamos principalmente o fascínio pela dimensão e grandiosidade daquilo que foi o projeto cronístico de Fernão Lopes. Homem de um tempo pleno de transformações, ele soube captar e registrar todo este movimento de rupturas e permanências que convulsionaram sua época. Sua escrita concentrou um imenso leque de características estratégicas inerentes à prática discursiva e acreditamos que, em muitos aspectos, podemos sim considerá-lo inovador para o tempo em que viveu.

Seu discurso foi repleto de símbolos e foi também infinitamente múltiplo de significados. Tangenciou as áreas da razão, da lógica e das paixões humanas interligando todas num emaranhado de pontos ou nós numa complexa rede discursiva. Certamente foi muito além da comunicação e do relato cronístico típico: engajou-se no jogo de forças que é a arena das palavras. Utilizou-se de todas as facetas ideológicas fazendo da linguagem sua arma de denúncias e conflitos naquela sociedade. Sua “fala” também foi múltipla, fazendo-se enunciar por variadas formas e vozes. Ora dirigindo-se diretamente ao interlocutor, ora assumindo a voz de algum personagem ou mesmo sabendo utilizar-se das lacunas e silêncios que também integram a prática do discurso. Podemos assim exemplificar o discurso lopeano como emblemático exemplo desta multiplicidade de conexões das quais se constitui a lógica discursiva: uma rede de nós, como aponta Foucault, onde se correlacionam uma multiplicidade de sentidos intertextuais.

O cronista foi exímio utilizador das estratégias ideológicas, valendo-se de todos os seus expedientes de significação como a percepção, dissimulação, apropriação, dominação, adequação, envolvendo o leitor de acordo com os “ventos” da mensagem que desejava propagar. Ele assim procedeu ao alegar com veemência sua neutralidade e sua inclinação pela pura verdade enquanto entronizava nas entrelinhas a sua própria visão do mundo e dos acontecimentos. Da mesma forma construiu seus personagens de acordo com imagens que foram moldadas, acentuando-lhe características de virtudes ou falhas como caráter, religiosidade, coragem, deslealdade, desonestidade, sempre no intuito de um projeto maior e de uma determinada consciência sobre uma situação que sempre se esforçara por demonstrar como perfeitamente legítima.

Percebemos em sua narrativa a forte presença das implicações ideológicas na construção de seus sentidos. E como tal aspecto não haveria de ser manifesto? Ele percorre todo um emaranhado de vias e sistemas de ordenamento buscando estruturar a sociedade estabelecendo com ela aquela relação dialética apontada por Carlos Flul: sua prática discursiva está por moldar a sociedade ao mesmo tempo é que é moldada por ela.¹ Não cremos portanto ser lícita a procura, no texto lopeano, daquela relação ideológica de dominação em que se busca “maquiar” ou dissimular uma realidade sobre outra. As ideologias lopeanas integram o tecido social com legitimidade em relações recíprocas de interação e transformação. Lembremos que seu texto fora encomendado intencionalmente pelo Estado, que dele esperara apoio obtendo fortes vínculos na formação de uma memória coletiva que celebraria seus feitos através de gerações. Por outro lado, Fernão Lopes, Homem de Estado e de burocracia fora também homem do povo e certamente transitara entre diferentes estratos sociais de seu tempo. Assim vemos em Fernão Lopes o perfeito exemplo da configuração do discurso como categorias de construção de evento e significação.

Ele bem soube as regras e convenções daquilo que pode e o que deve ser dito no jogo da produção de sentidos. Certamente não fora o cronista criador dos sentidos conferidos às palavras. Ele os bebeu de uma realidade já estabelecida com a qual tivera sempre íntimo contato, pois era a sua própria realidade. Utilizara-se assim dos códigos discursivos, dos saberes estabelecidos e autorizados, das instâncias prestigiadas daquela

¹ FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise Crítica do discurso: enquadramento histórico*. In: http://www.leffa.pro.br/textos/anal_critica_discurso.pdf

sociedade, mas também dos códigos tidas como “subalternas” do tecido social, o qual buscara nas lacunas e fendas do cotidiano dos marginalizados e excluídos. Possuidor de visão privilegiada, o cronista bem compreendeu que todos os grupos são portadores e produtores de discursos e de saberes que estão a legitimar sua posição ou seus anseios.

Desta forma seu discurso foi construtor de uma variada gama de efeitos de sentido que estiveram relacionados ao seu contexto e expressos em seus códigos discursivos, além de tecer relações entre aquelas instâncias discursivas classificadas pelo já citado José D’Assunção Barros. O cronista utilizara-se do intratexto, intertexto e contexto, e o fez com maestria. Seu texto dotara de significados os aspectos internos e pontuais da trama. Em seguida ordenara-lhes conexões com eventos externos ao reino e mesmo que estes pareçam desconexos e desvinculados ao tema central, eles estiveram a desempenhar papel relevante numa lógica discursiva. Nem que fosse por destacar, como forma de contraponto, aspectos, situações ou personagens do reino luso. Nesta ótica, lembremos aqui os capítulos dedicados à disputa sucessória do trono de Castela na Crônica de dom Pedro, ou o cisma da Igreja, que envolvera os dois reinos.

Como é possível constatar o interdiscurso lopeano, ou seja, a dinâmica de inserção ideológica do sujeito no discurso? Quais são os sujeitos enunciadorees do discurso? Muitas vezes o cronista priva-se de ser ele o arauto e elege sujeitos de diferentes dignidades ou mesmo de diferentes espécies. Ele dá voz à própria cidade de Lisboa que parece clamar por justiça. O que ele está a promover e orquestrar é não uma arena de conflitos sociais, mas uma espécie de congregação de vozes cujos discursos apontam para um mesmo fim. Que outro cronista contemporâneo promoveu tal intento narrativo?

Embora exista certo concenso de que Fernão Lopes não fosse homem de primeira linha da intelectualidade portuguesa, discordamos daqueles que descreveram seu estilo de escrita como simples e desprezencioso². O texto lopeano compreende uma infinidade de aspectos com elaborados graus de sofisticação para o período, mesmo podendo sua prosa ser interpretada como relativamente acessível aos ouvintes populares. Como não experimentar um sentimento de admiração frente à forma como o cronista constrói seu enredo? As cenas que ocorrem de forma simultânea e os modos com que o cronista

² Vide por exemplo SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. Poder e justiça em Fernão Lopes: as crônicas do rei D. Pedro I em contexto português tardo medieval. In: IV Congresso Internacional de História. Maringá-PR-Brasil, 2009.

desloca e conduz o leitor entre os cenários são certamente elaborados e ímpares para o conjunto da literatura cronística do período. Igualmente a complexidade de suas estratégias e formas discursivas, objeto principal neste trabalho, não serão de todo espontâneas e certamente guardam larga parcela de intencionalidade e planejamento consciente. Ele era certamente um exímio articulador discursivo e sua pena nada guardava de simplória.

Podemos vislumbrar claramente no texto lopeano o exemplo da narrativa gnoseológica de Todorov³. Seu texto atua através da construção de sentidos significantes dados muito mais pela recepção que deles se efetua do que propriamente pela relevância ou veracidade das informações nele contidas. Ele marca com propriedade os termos da relação que se estabelece entre narrador e ouvinte. Muito se especulou sobre a recepção do texto lopeano em uma sociedade predominantemente iletrada. Seu texto nos dá fortes indícios de que fora utilizado na prática das recitações públicas.

Fernão Lopes estabelece uma cronística harmonizada com novas formas teóricas sobre o poder. São tempos de transformação e, como nos aponta João Gouveia Monteiro⁴, o reino experimenta certa recuperação de um período de crises no século anterior. É como que um processo natural que algumas estruturas sejam repensadas. Toda a lógica e compreensão do cronista sobre o poder estava então orientada por legitimar esta dinastia que há pouco ascendera e que o cronista esforçara-se por representar como um mundo e um tempo novos. Contudo ele procurava na verdade adequar as antigas formas de representação ideológica do poder às novas circunstâncias. Conforme o que já foi observado anteriormente, o poder sempre apropria-se do discurso⁵. Adapta-o e molda-lhe conferindo-lhe estatus de hierarquia oficial. Lembremos que o cronista é o primeiro a deter tal cargo por incumbência do Estado. Se Fernão Lopes escreveu ou criou formas acerca do poder, note-se que a própria idéia de sua crônica foi também uma intenção sobre o poder.

Raquel Chantre nos relembra do papel decisivo que tiveram as crônicas como base de sustentação do cristianismo e justificação de guerras tanto no plano concreto

³ TODOROV, Tzvetan. Os gêneros do discurso. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 74.

⁴ MONTEIRO, João Gouveia. Fernão Lopes - texto e contexto. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

⁵ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43.

quanto no simbólico⁶. Certamente que a cronística lopeana enquadra-se neste objetivo maior e em muito não deixa de guardar semelhança com a cronística anterior em diversos aspectos. Procura, por exemplo, seguir o modelo das crônicas universais com sua divisão do mundo em idades. Utiliza-se de recursos narrativos e literários próprios às crônicas tradicionais e, apesar de distanciar-se do modelo cavaleiresco clássico, não deixa de celebrá-lo e reproduz muitas de suas características.

Acreditamos na idéia de definir a crônica lopeana como uma espécie de crônica de transição. Em seu contexto geral, ela inova muito em suas concepções e métodos como também utiliza-se de aspectos e expedientes narrativos anteriores. Igualmente capaz de apelar à religiosidade fervorosa ou ao misticismo sobrenatural dos misteriosos desígnios: ora transita pela racionalidade “calculada” do mundo moderno, ora pelo simbolismo maravilhoso do pensamento medieval exaltando conceitos e valores como lealdade, cavalaria, honra e coragem no sentido mais tradicional dos valores do medievo.

Dentre todas as discussões, a que talvez mais tenha alimentado o debate lopeano foi sua concepção histórica. Certamente é lícito imputar-lhe a pecha de historiador. Seja por seus métodos de pesquisa e avaliação das fontes ou seu pretense espírito de racionalidade, sendo capaz de empreender viagens em busca de fontes escritas, registrando diferentes versões de um acontecido para que o leitor tire suas próprias conclusões. Foi de fato um historiador de seu tempo e de além. Contudo, nunca rompeu com os vínculos e concepções que vigoravam nos conceitos de sua época e aquém. O cronista significara em seu discurso, a experiência histórica, mediando a relação de seu tempo com o passado e transformando-o em conhecimento histórico através de interpretações que assumiram formas diversas.

Não cumpre aqui levantar a discussão sobre as fronteiras entre a escrita histórica e a escrita ficcional nos moldes das teorias histórico-literárias atuais. Interessa-nos registrar que tal distinção fazia-se presente no século XV, no entendimento do cronista. Ele compromete-se profundamente com a escrita da história, aquela história que não constitui-se de invenções, fábulas ou inverdades. Esmera-se por manter a coerência temática e discursiva da crônica. Seu discurso está imbuído pela lógica de

⁶ CHANTRE, Raquel. *Op. Cit.* p. 101.

causa/consequência dos acontecimentos bem como das atitudes éticas e morais dos personagens.

Fernão Lopes assume o controle frente ao texto. Ele se posiciona de forma autônoma na ordenação e sentido dos fatos, determinando direções do discurso. Muito de sua historicidade está na independência conferida ao estatuto de seu texto. A identidade literária que constrói e edifica. Os espaços de saberes a que estão ligados. Autor de múltiplos sujeitos, discursos, narrativas. Parece-nos que o cronista foi muito além das suas determinações sócio-históricas. É o discurso de uma época, de um tempo, da ocorrência de rupturas e choques sociais e também de permanências. Uma concepção de história dada, mas também pensada, elaborada com fortes convicções de racionalidade e fé. Talvez a apurada atenção nesta dualidade seja fundamental para que se possa interpretar o discurso lopeano.

Concluimos aqui nossos estudos lopeanos, certos de que muito ainda temos de aprender com o velho cronista. Como afirmamos, nossos estudos estão longe de se pretender conclusivos. Fizemos por constatar e refletir sobre suas características discursivas, contribuindo humildemente ao debate. Guardamos satisfação em constatar que novas gerações de estudiosos estão a se interessar pela temática lopeana.

Bibliografia

a) Fontes primárias

- AYALA, Canciller. *Crônicas* - Tomo primeiro. (Local?): Ediciones FE, 1948.
- AYALA, Pero López de. *Libro de la Caza de las aves*. - Prologo. Edição digital a partir de José Gutiérrez de la Vega (Madrid, M. Tello, 1879. Biblioteca Venatoria, T. III).
- LOPES, Fernão. *Crônicas de D. Pedro e de D. Fernando*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1947. BSCSH 800 / 117015
- _____. *Crônica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, 1966.
- _____. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965.
- _____. *Crônica de D. Pedro I*. Lisboa: Portucália, 1967.
- _____. *Crônica de El Rei D. João I*. Lisboa: Livraria Civilização, 1983. (2 vols.).
- _____. *Crônica de Dom João I. (vol. I e II)*. Porto: Livraria Civilização, 1983.
- Crônicas de Fernão Lopes* / Seleção, introdução e notas por Maria Ema Tarracha Ferreira. Lisboa : Ulisseia,. 1988.
- Crônica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por Luis Felipe Lindley Cintra. Lisboa: 1961.
- Chronicle and romance: *Froissart, Malory, Holinshed*. (Harvard Classics – Edited by Charles W. Eliot). New York: P.F. Collier, c1910.
- Froissart across the genres*. Florida: University Press of Florida, 1998. In: <http://books.google.com.br> - visualização parcial.
- FROISSART, Jean. *Chroniques: extraits* (mis en français moderne et annotés par L.-F. Flutre, ancien élève de l'École Normale Supérieure, Professeur a la Faculté des Lettres de Lyon). Paris: Hachette, 1942.
- _____. *Crônicas. Duas passagens relativas a Aljubarrota*, tradução do francês medieval por Ana Sofia Laranjinha. Notas críticas por Mário Jorge Barroca.

Lisboa: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008 (coleção “Fontes e Estudos”, volume 1).

b) Bibliografia de apoio

- ABREU, Jean Luiz Neves. *Sociedade urbana e conflitos sociais na Idade Média*. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 11, v. 5, jul./set.2004.
- ALLMAND, Christopher. *War, government and power in late medieval France*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000. In: <http://books.google.com.br>.
- ALMEIDA, Cybele Crossetti de. *Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X*. In: anos 90 – Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre - nº 16 – 2001/2002
- ALMEIDA, Néri de Barros e PINHEIRO, Rosana Alves B. *O humanismo de Fernão Lopes na crônica de dom Pedro I*. In: LUPI, João. Humanismo medieval: caminhos e descaminhos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de. *A concepção do tempo na cronística da península Ibérica*. In: <http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Simone%20Ferreira%20G%20Almeida.pdf>.
- AMADO, Teresa. *Fernão Lopes contador de história - sobre a Crônica de d. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 30.
- _____. *Os pensamentos do cronista Fernão Lopes*. In: *eHumanista*: Vol. 8, 2007 http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf.
- ANTUNES, José. *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995. p. 320.
- ARAÚJO, Valdeci L. / GIANEZ, Bruno. *A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes*. In: *Fênix - Revista de História e estudos culturais*. Vol. 3, ano III, nº 2 - abr/mai/jun de 2006.
- ARNAUT, Salvador Dias – “*Froissart e João Fernandes Pacheco*” In: *Revista Portuguesa de História*, t. III, 1947, p. 129-159.
- ASSIS, Arthur Oliveira A. *O que fazem os historiadores, quando fazem história?* Dissertação apresentada ao PPG em História da UnB para a obtenção do grau de mestre em História. Brasília: 2004.
- BARROS, Edval de Souza. *Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séc. XVI-XVIII)*. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 17, nov. 2001.
- BARROS, José D’Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface*. In: *Sæculum – Revista de História* [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.
- BARTHES, Roland. *Le discours de l'histoire*, In: “Information sur les sciences sociales”, VI, 4, pp. 65-75. APUD. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

- _____. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. In: Análise estruturas da narrativa. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1971.
- BLIKSTEIN, Izidoro. (Coord.) *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.
- BLOCH, Marc. *A sociedade Feudal*. Edições 70: São Paulo, 1982.
- BORDINI, Maria da Glória. *Tempo e narrativa*. In: Veritas. Porto Alegre, v. 41, nº 162, junho de 1996, pp. 339-347.
- CARVALHO, Sérgio Luis. *Cidades medievais portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- CAVALCANTE, Tatiana Murer. *Aspectos educacionais da obra de Santo Tomás de Aquino no contexto escolástico-universitário do século XIII*. Dissertação apresentada ao PPG em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na área de pesquisa História, Filosofia e Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi. Campinas, 2006.
- CERTEAU. Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária, 1982.
- CERVIGÓN, José Ignacio Ortega. *La medida del tiempo em la Edad Media*. El exemplo de las crônicas cristianas. In: Medievalismo, 9 (1999).
- CHANTRE, Raquel. *A história e o autor em Fernão Lopes*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestrado em estudos românicos ao Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação da professora Teresa Amado, 2005.
- CINTRA, Luis Felipe Lindley. *Introdução à Crônica Geral de Espanha de 1344*.
- COELHO, Antônio Borges. *Para a análise da filosofia política de Fernão Lopes*. Prólogo à LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Lisboa: Portugalia, 1967.
- COSER, Miriam Cabral. *A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais*. In: Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.
- COSTA, Marcos R. Nunes. *Tempo e eternidade em Agostinho de Hipona*. In: Tempo e eternidade na Idade Média. (Orgs.): REEGEN, Jan G. J. ter., DE BONI, Luis A., COSTA. Marcos Roberto N. - Porto Alegre: EST Edições, 2007, p. 20.
- COSTA, Ricardo da. *A guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições paratodos, 1998.
- _____. *A mentalidade de cruzada em Portugal*. In: Estudos sobre a Idade Média Peninsular. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), n. 16, 2001-2002.
- DECCA, Edgar de. *Palestra* proferida em 13/12/2008 para evento organizado pela FAPESP. Acesso em março de 2009. <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/einstein/decca.pdf>

- DEYERMOND, A. D. *Historia de la Literatura Espanhola – la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1984.
- DUBY, Georges. *O tempo das catedrais*. A arte e a sociedade 980-1420. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- EFFGEN, Augusto Ricardo. *A construção de modelos e contramodelos régios na obra de Fernão Lopes*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2009.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- ELIOT, Charles W. “*Introductory note*” In: *Chronicle and romance: Froissart, Malory, Holinshed*. (Harvard Classics – Edited by Charles W. Eliot). New York: P.F. Collier, c1910.
- ESPIG, Marcia Janete. *Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas*. In: Anos 90 - Revista do programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: nº 10 – dezembro de 1998.
- FERNÁNDES, Emilio Mitre. *Tradición e innovación en la obra cronística del Canciller Ayala*. In: *En la Espana Medieval*, nº 19, 51-75. Servicio de Publicaciones. Univ. Complutense. Madrid, 1996.
- FERNANDES, Fátima Regina. *A Recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia*. In: *História: Questões e debates*, n. 41, Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- FERNÁNDEZ, Carolina Julieta. *Eternidad, omnipotencia y estabilidad de las leyes naturales según Guillermo de Ockham*. In: *Tempo e eternidade na Idade Média*. Jan G. J. ter Reegen, Luis A. De Boni, Marcos Roberto N. Costa. (Orgs.) - Porto Alegre: EST Edições, 2007.
- FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise Crítica do discurso: enquadramento histórico*. In: http://www.leffa.pro.br/textos/anal_critica_discurso.pdf.
- FOUCAULT, Michel. *L’Ordre du discours*, (Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.). Trad. De Edmundo Cordeiro e Antônio Bento. - <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html>.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *A dimensão narrativa das crônicas de Fernão Lopes*. In: *Métis: história & cultura / Universidade de Caxias do Sul* - v. 2, n. 4, jul./dez. 2003. Caxias do Sul, 2004. revista de História da Universidade de Caxias do Sul.
- _____. *Os reinos dos cronistas medievais - Século XV*. São Paulo: Annablume; Brasília; Capes, 2006.
- FRÓES, Vânia. *Teatro Como Missão e Espaço de Encontro Entre Culturas. Estudo comparativo entre teatro português e brasileiro do século XV-XVI*. In: *Actas do Congresso Internacional de História - Missão Portuguesa e Encontro entre Culturas*. VIII. Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as

- comemorações dos descobrimentos portugueses. Braga. Fundação Evangelização e Cultura. 1993.
- FUNES, Leonardo. *De Alfonso el Sabio al Canciller Ayala: variaciones del relato histórico*. <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia7/Funes/Funes.htm>.
- GASPAR, Jorge. *A cidade portuguesa na Idade Média*. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In: La ciudad hispánica. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1985.
- GRZYBOWSKY, Lukas G. / FERNANDES, Fátima Regina. A imagem de D. Fernando na crônica de Fernão Lopes. http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2_sem_2006/resumos/lukas_gabriel_grzybowski.pdf - acesso em dez 2010.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Editions AUBIER-MONTAIGNE, 1980.
- _____. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarcas nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: “Decifra-me ou te devoro”*. Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Regina Fernandes Frighetto. Curitiba, 2004.
- GUREVITCH, Aron I. *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos IV*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HUIZINGA, Joan. *El otoño de la Edad Media*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1978.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 2.
- KRITSCH, Raquel. *Rumo ao Estado Moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores*. In: Revista de Sociologia Política. Curitiba, 23, nov. 2004.
- LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe. (Org. e Coord.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1993.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa, Portugal: Estampa, 1983.
- _____. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- _____. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: Le Goff, Jacques; Nora, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. *História e memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Para um novo conceito de Idade Média - tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- LEMOS, Ester de. *Vertentes da prosa medieval (excerto)*. In: História e antologia da literatura portuguesa - sécs. XII e XIV – A prosa medieval portuguesa vol. II. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian, 1997.
- LIMA, Luis costa. História, Ficção, Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- MACEDO, José Rivair. *Tempo, providência e apocalipse na Historia Francorum, de Gregório de Tours*. In: Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS, nº 12, 1999.
- MADDOX, Sara Sturm-. / MADDOX, Donald. “*Introduction – Writing: History, Fiction, and the Self*”, p. 1. *Froissart across the genres*. Florida: University Press of Florida, 1998. In: <http://books.google.com.br> - visualização parcial - acesso em 03/06/2010.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A Revolução pelos ornamentos: Fernão Lopes*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de doutor e Letras. São Paulo, 1982.
- _____. *Romances de cavalaria e crônicas de reis: a configuração do rei-herói*. <http://www.filologia.org.br/abf/vol4/num1-07.htm>.
- _____. *Da retórica medieval*. Série Estudos Medievais 1: Metodologias.
- MARTIN, Georges. *Los intelectuales y la Corona: la obra histórica y literaria, in: Alfonso X y su época*, (Manuel RODRÍGUEZ LLOPIS, dir.), Murcie: Carroggio, 2002.
- MARTIN, Hervé. *Mentalités Medievales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- MATTOSO, José. (Coord.) *História de Portugal - volume II*. A monarquia feudal. (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. (Coord.) *História de Portugal - volume III*. No alvorecer da modernidade. (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. (Seleção, introdução e comentários). *Narrativas dos livros de linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- _____. *A cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)* (excertos) In: História e antologia da literatura portuguesa (séculos XIII-XIV), nº 1. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, s/d.
- MEIRINHOS, José Francisco. *A filosofia no século XII em Portugal: os mosteiros e cultura que vem da Europa*. <http://www.hottopos.com/mirand10/meirin.htm>
- MONTEIRO, João Gouveia. *A cultura militar da nobreza na primeira metade de quatrocentos*. In: Revista de história das idéias. Vol. 19, 1997.
- _____. *Fernão Lopes - texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MUÑOZ, Yolanda Glória Maria. *Ainda a Ideologia?* In: Revista Integração. Out./nov./dez. 2004, ano X, nº 39.

- NASCIMENTO JR., Antônio Fernandes. *Fragments da História nas concepções de mundo na construção das ciências da natureza: das certezas medievais às dúvidas pré-modernas*. In: Ciência e Educação. V. 9, n. 2, 2003.
- NASCIMENTO, Lucineide Soares do. *Discurso e poder em pesquisas pós-estruturalistas foucaultianas no GT de currículo da ANPED no período de 2000 a 2005*. Dissertação apresentada ao PPG em Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Belém do Pará, 2007.
- NORDIN, Nei Marcos Aibar. *“Moço que tal faz, coração tem decerto pra mais”* O ideal de cavalaria na obra de Fernão Lopes na construção do personagem Nuno Álvares Pereira. Dissertação apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História junto ao PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, maio de 2001.
- NUNES, Ruy Afonso da Costa. *Reflexões sobre a Crônica ou História das duas cidades*. In: <http://www.hottopos.com/notand6/nunes.htm> - Acesso em Julho de 2007.
- O'CALLAGHAN, Joseph F. *El rey sábio - El reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999.
- O'GORMAN, Edmund. *La conciencia histórica en la Edad Media*. In: Trabajos de historia filosófica, literária y artística del cristianismo y de la Edad Media. México D.F.: Colégio de México, 1943.
- OLIVEIRA, Teresinha / PERIN, *Conceição. A educação de cavaleiros medievais em dois momentos históricos*. In: Acta Scientiarum. Maringá: v. 24, n. 1, 2002.
- ORDOÑEZ, Inés Fernández. *La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos - Nevo panorama*. http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/publicaciones/5_a.pdf - Acesso em abril de 2005.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PAES, Francisco Moreira. *Sobre a História narrativa: n(a) promoção da escrita criativa*. In: Letras/Santa Maria: UFSM/CAL, 1991.
- PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. In: RICOEUR, Paul. (Org.). *As Culturas e o Tempo*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1975.
- REBELO, Luis de Sousa. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983
- REBOIRAS, Fernando Dominguez. *A Espanha medieval, fronteira da cristandade* - http://www.hottopos.com/mirand10/reboiras.htm#_ftnref1.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- _____. *Tempo e narrativa* (3 vols.), Campinas / SP: Papyrus, 1997.
- RODRÍGUEZ LLOPIS, Manuel (dir.) *Alfonso X y su época*. Murcia: Carroggio, 2002.

- RUST, Leandro Duarte. *Tempo e cultura clerical na Idade Média Central - um balanço historiográfico*. In: <http://www.klepsidra.net/klepsidra24/cultclerical.htm>.
- SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- _____. *O crepúsculo da Idade Média. Parte III*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. *Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault*. In: Estudos Lingüísticos. XXXV, 2006.
- SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. *Poder e justiça em Fernão Lopes: as crônicas do rei Dom Pedro I em contexto português tardo medieval*. In: Atas do IV Congresso Internacional de História. 9 a 11 de setembro de 2009, Maringá-PR. ISSN: 2175-4446.
- SCHMITT, Jean Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Editorial Verbo, Lisboa, 1972.
- _____. *História de Portugal – Formação do Estado Moderno (1415-1495) vol. II*. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.
- SERRÃO, Joel. *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- _____. (Dir.) *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. *Uma genealogia da ordem do discurso em Michel Foucault*. In: Revista Educativa – v.3, jan.e dez./2000 – Goiânia – GO Dep. Educação da UCG, 1997.
- STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d.
- TATE, Robert B. *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1970.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro F. / VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) Domínios da História. Rio de Janeiro Campus, 1997.
- VERGER Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- WEATHERFORD, Jack. *A História do dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.
- WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da História*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, pp. 21-48.
- WOLKMER, Antônio Carlos. *O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino*. In: Revista Crítica Jurídica – nº 19, Nov/2001.
- ZIERER, Adriana. *Artur nas fontes ibéricas medievais (II): Libro de las Generaciones e Nobiliário do Conde D. Pedro*. In: Brathair 4, (2) 2004: 142-158. www.brathair.cjb.net